

OLHAR PARA O MUNDO: UMA VIAGEM PELA CIDADANIA GLOBAL



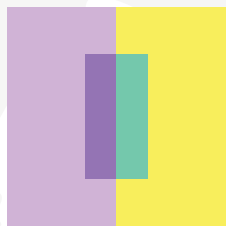
Pela Educação para o Desenvolvimento
e a Cidadania Global



ÍNDICE

QUE VIAGEM É ESTA?

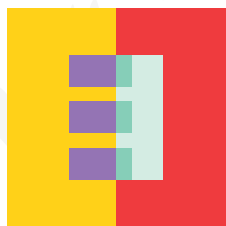
OS 8 ITINERÁRIOS:



**POBREZA
E DESIGUALDADES**



**SEGURANÇA
PAZ E DEMOCRACIA**



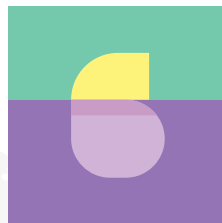
**DIREITOS
HUMANOS**



**AMBIENTE
E AÇÃO CLIMÁTICA**



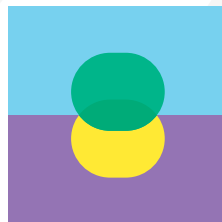
**EDUCAÇÃO
COMO FATOR DE
TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL**



**IGUALDADE
DE GÊNERO E
EMPODERAMENTO
DAS MULHERES**



**PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS**



**SAÚDE E
BEM-ESTAR**

O DESTINO:

UM MUNDO MAIS JUSTO, INCLUSIVO, PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL

QUE VIAGEM É ESTA?

UMA VIAGEM DE TODXS, PARA TODXS

Da pobreza e desigualdades ao ambiente e ação climática, da segurança e democracia aos direitos humanos, da educação à igualdade de género, da saúde à produção e consumo sustentáveis, a lista de desafios globais é extensa e complexa. As interligações nem sempre são óbvias ou facilmente compreensíveis, mas é certo que estes desafios têm grandes impactos nas nossas vidas e que são determinantes para um Desenvolvimento Global mais equilibrado, inclusivo, justo e sustentável.

O compromisso em torno desse desenvolvimento abrangente, assente na dignidade humana e nos valores comuns básicos da humanidade – tal como expresso na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nos seus 17 objetivos globais (ODS) – está atualmente em grande risco. As divisões geopolíticas, a crise energética e alimentar, as ameaças à paz e a profusão de crises humanitárias, o incumprimento do Direito Internacional e as violações de direitos humanos vieram agravar desequilíbrios e assimetrias mundiais, pondo em causa o objetivo de “não deixar ninguém para trás” e representando, em alguns casos, um retrocesso

inaceitável em face dos progressos alcançados. O crescimento de narrativas xenófobas, extremistas, nacionalistas e populistas também prejudicam a solidariedade internacional e a visão da Europa como espaço de projeção de paz e de liberdades fundamentais.

Um pouco por todo o mundo, em todas as geografias e latitudes, as aspirações das pessoas são muito semelhantes: todxs queremos uma vida digna, com acesso a condições adequadas de vida e de bem-estar que nos permitam fazer escolhas com a maior liberdade possível. Todxs queremos estar seguros e em paz, livres do medo, podendo exercer em plenitude os nossos direitos, identidades e formas de expressão. Todxs queremos um futuro melhor para nós e para os nossos filhos.

O Desenvolvimento enquanto processo que combina ativamente as aspirações das pessoas a uma vida digna com a preservação do planeta, assente em padrões ambientais, políticos e económicos sustentáveis é, portanto, um desígnio comum da humanidade. É disso que trata esta viagem.



OS 8 ITINERÁRIOS DA VIAGEM

A compreensão, consciencialização e ação sobre os desafios abordados nesta publicação têm um grande **potencial gerador de transformação social** a todos os níveis. Nesta viagem, **passamos por 8 percursos-chave que nos interpelam** sobre qual o nosso papel de cidadãos e sobre como podemos contribuir para um mundo mais justo, inclusivo, próspero e sustentável – que é, afinal, o destino que todos, em conjunto, almejamos alcançar.

Os **8 itinerários** dizem respeito a **8 temas** que se interligam entre si, correspondendo a **8 capítulos** com estruturas iguais:

1. **Pobreza e Desigualdades**
2. **Segurança, Paz e Democracia**
3. **Direitos Humanos**
4. **Ambiente e Ação Climática**
5. **Educação como Fator de Transformação Social**
6. **Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres**
7. **Produção e Consumo Sustentáveis**
8. **Saúde e Bem-Estar**

Em cada capítulo, encontram-se **várias tipologias de conteúdos e suportes**, como textos, dados, vídeos, fotos, ilustrações. Esta variedade de conteúdos resultada da grande diversidade de contributos e de atividades desenvolvidas pelo projeto “tODxS pela Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global”, envolvendo recolha de textos e manifestos sobre os temas (com diferentes profundidades e perspetivas), debates em universidades e outras instituições, investigação prática sobre os temas (que deu origem a fichas pedagógicas e infografias), entrevistas a especialistas, produção de vídeos e de um documentário, entre outros. Os textos aparecem nos itinerários temáticos sempre pela ordem alfabética da autoria.

De **forma a facilitar a navegação** pelos percursos desta viagem, alguns dos conteúdos temáticos estão identificados com elementos distintivos para melhor visualização:



ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO



ESPECIALISTAS NOS TEMAS E ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR



MANIFESTOS E PROPOSTAS



MULTIMEDIA: VÍDEOS



POBREZA E DESIGUALDADES

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

6

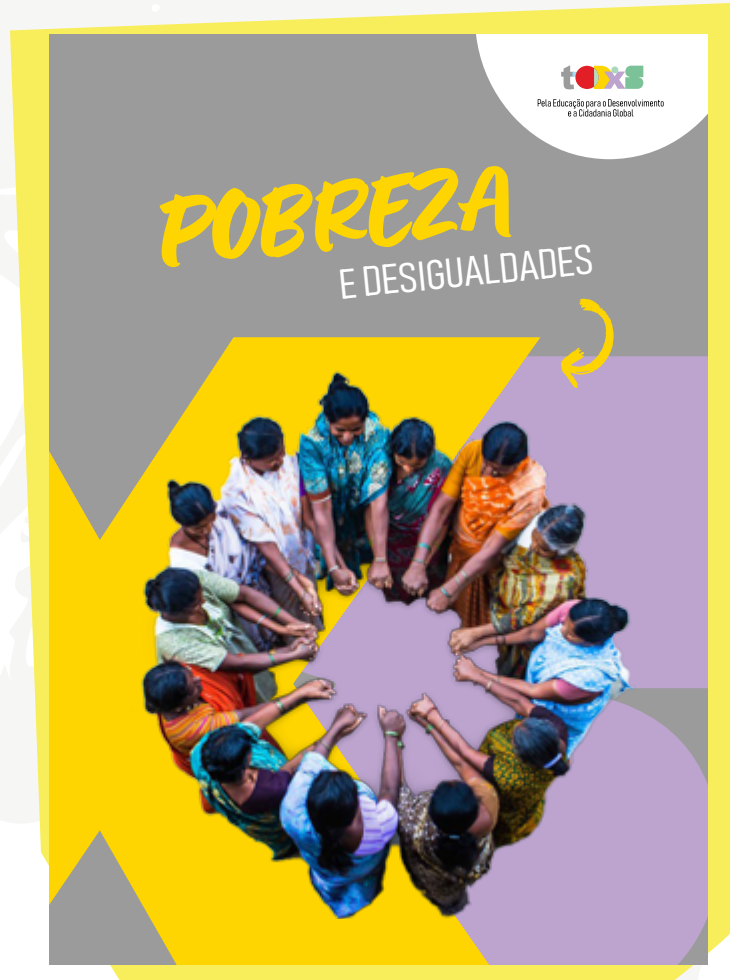
Ana Luísa Melo	7
Carolina Pia	9
Daniela Lopes.....	11
Filipe Medeiros	13
Laura Venâncio, Leonor Henriques e Lia Campos.....	15

Propostas: Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (PPONGD)	16
Pobreza e desigualdades, com Clara Passarinho.....	18
O fator monetário na Guiné-Bissau, com Mamadu Bori Balde	18
Entrevista a Ricardo Zozimo	18
Fotografias	19
Exposição (Biombo).....	20

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

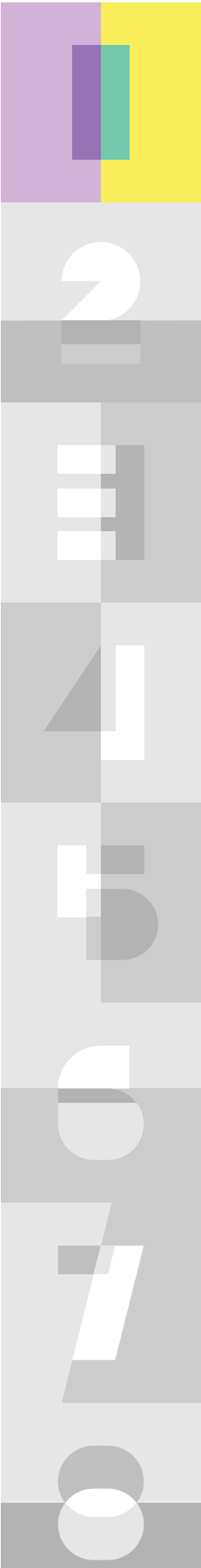
A pobreza é um fator violador da dignidade humana e um grande obstáculo à liberdade individual e coletiva, bem como o mais insidioso fator de desigualdade, porque agrava todos os outros. Por outro lado, as desigualdades constituem um obstáculo à redução da pobreza e têm impactos perniciosos no desenvolvimento ao nível económico, social, humano e até ambiental. A pobreza é multidimensional e interligada a vários direitos, afetando acesso a alimentação, serviços básicos, educação e saúde.

A pandemia e as crises globais vieram gerar retrocessos nestas áreas. Assegurar que o desenvolvimento beneficia os cidadãos e, particularmente, os mais vulneráveis e desfavorecidos é uma questão de justiça social. É fundamental dar especial atenção a políticas e medidas que combatam a intersecção entre múltiplas desigualdades e discriminações que se reforçam mutuamente e perpetuam círculos de pobreza e exclusão social.



SABER MAIS
FICHA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

CONSULTAR
A INFOGRAFIA



POBREZA E DESIGUALDADE:

REFLEXÕES A PARTIR DO ATIVISMO PELOS SEM-ABRIGO

ANA LUÍSA MELO



Doutorada em Políticas Públicas e fundadora do Lisboa Invisível, projeto que sensibiliza para os direitos de pessoas em situação de sem-abrigo.

O ativismo por um direito tão fundamental quanto o direito à habitação é, sem dúvida, um caminho de lutas constantes e um espaço essencial para a criação de espaços de compartilhamento de conhecimento e conscientização. A realidade das pessoas em situação de sem-abrigo nos confronta com uma imensa desigualdade, que exige mais do que apenas atenção, mas ação transformadora. O trabalho de ativismo por esses indivíduos é um convite para ativar o debate sobre habitação, trazendo à tona as dificuldades enfrentadas por aqueles que vivem nas ruas e que, infelizmente, permanecem invisíveis para muitos.

Não abordar essa realidade de forma integral seria fechar os olhos para a violência simbólica e institucional que permeia o cotidiano dessas pessoas. A divulgação dos direitos humanos, como as execuções judiciais e extrajudiciais contra os sem-abrigo, rebaixadas à criminalização da pobreza, reforça estigmas que apenas marginalizam ainda mais esses indivíduos. A luta pela habitação é, também, portanto, uma luta contra o preconceito e a violência. Não podemos ignorar a dificuldade de fazer com que os próprios sem-abrigo se tornem protagonistas de sua própria luta. A retórica negativa e a cobertura distorcida da mídia sobre as pessoas em situação de rua são usadas para criar uma percepção equivocada e injusta da realidade delas.

A resistência desses grupos marginalizados não é apenas uma luta por sobrevivência, mas por reconhecimento, dignidade e o direito à cidade, de existir em um espaço público que deveria ser de todxs. E, nesse contexto, o que vemos é uma constante negação da identidade dessas pessoas.

O ativismo pelos sem-abrigo é um caminho que, muitas vezes, se desenha na escuridão. Temos aprendido que a luta pelo direito à habitação vai além do apelo por políticas públicas mais eficazes; ela é, antes de tudo, um exercício diário de empatia, compreensão e ação coletiva, contra abordagens segmentadas sobre habitação e sem-abrigo.

As desigualdades no acesso à habitação digna não afetam todas as pessoas de forma igual. Mulheres, pessoas racializadas, imigrantes, trabalhadores sexuais, usuários de drogas, pessoas LGBTQIA+ encontram barreiras ainda mais profundas. Essas são as populações mais vulneráveis, que têm o direito de viver com dignidade sistematicamente negado. Elas não são apenas vítimas de um sistema que as marginaliza, mas também resistem – frequentemente de maneira invisível – às violências diárias que enfrentam, seja nas ruas ou nas políticas públicas que deveriam protegê-las.

A pobreza, que é uma das causas principais da situação de sem-abrigo, é alimentada por uma série de fatores estruturais: o desemprego, a desigualdade no acesso à riqueza socialmente produzida, a precarização do trabalho e a marginalização de determinados grupos sociais. Essas dinâmicas não surgem isoladamente, mas são profundamente interconectadas. As políticas públicas voltadas para a habitação, ou a falta delas, são determinantes nesse processo. A ausência de moradia digna não é apenas uma falha do sistema habitacional, mas um reflexo das desigualdades profundas que permeiam nossa sociedade.

No entanto, o enfrentamento das violações dos direitos fundamentais exige mais do que compreensão; exige ação cívica. A nossa responsabilidade é tornar visível um problema que muitas vezes é silenciado e/ou criminalizado. Quando cobramos dos poderes locais políticas públicas que garantam os direitos mais básicos – como o direito à moradia, à saúde e à segurança – estamos não apenas falando em nome dos sem-abrigo, mas também em nosso próprio nome, como vítimas da crise da habitação e pessoas potencialmente inseridas em situações de instabilidade habitacional, reafirmando que a dignidade humana não pode ser ignorada.

Essas populações são frequentemente tratadas com violência, tanto física quanto simbólica. A marginalização e criminalização dos sem-abrigo são intensificadas por discursos midiáticos preconceituosos e estigmatizantes, que contribuem para a construção de um imaginário negativo sobre essas pessoas. Como se o simples fato de estarem sem um teto fosse uma falha de caráter. Mas a verdade é que elas são vítimas de um sistema que as oprime e que precisa ser transformado.

"A RESISTÊNCIA DESSES GRUPOS MARGINALIZADOS NÃO É APENAS UMA LUTA POR SOBREVIVÊNCIA, MAS POR RECONHECIMENTO, DIGNIDADE E O DIREITO À CIDADE, DE EXISTIR EM UM ESPAÇO PÚBLICO QUE DEVERIA SER DE TODXS."

A invisibilidade das pessoas em situação de sem-abrigo não é apenas física, mas também jurídica. A falta de documentação, um problema recorrente entre essa população, tem sido usada como um obstáculo à conquista de direitos básicos. Sem identificação, é mais difícil exigir direitos, como o direito à moradia e ao trabalho. Nesse sentido, o reconhecimento da identidade não é apenas um ato simbólico, mas uma necessidade prática para a concretização de políticas públicas inclusivas.

Em ambientes cada vez mais marcados por discursos de ódio, como o racismo, a xenofobia e a aporofobia, as plataformas digitais se tornaram um novo campo de batalha. Protestar nesse espaço é um direito, mas também um desafio constante, que exige clareza das autoridades e compromisso com a proteção dos direitos humanos.

A luta pela habitação não é apenas sobre o direito ao teto. Ela é uma luta pela dignidade, pelo reconhecimento e pela transformação de um sistema que marginaliza e exclui. Ao compartilhar e conscientizar mais pessoas sobre essas questões, damos um passo importante para a construção de uma sociedade onde todxs, sem exceção, tenham a oportunidade de habitar com dignidade.

DA DIVERSIDADE CULTURAL À IGUALDADE: UM APELO À AÇÃO

CAROLINA PIA



Dirigente Comissão Distrital de Viseu do **Partido PAN**, membro da Comissão Nacional do Partido e cofundadora da Juventude PAN.

A diversidade cultural define-se pela existência de uma vasta gama de culturas. Cada um de nós possui uma esfera social única, moldada por contextos sociais diversos (Blaine & McClure Brenchley, 2020). Esta pluralidade sublinha a importância de compreender e respeitar as diferenças culturais para fomentar sociedades inclusivas e harmoniosas.

Desde a segunda metade do século XX, a UNESCO tem alertado para o aumento de conflitos armados, incluindo guerras civis, frequentemente alimentados por profundas raízes históricas, políticas e económicas. Estes conflitos são muitas vezes impulsionados por propagandas etnoraciais xenófobas, desprovidas de fundamento, que caricaturam grupos sociais como “bodes expiatórios”. Esta narrativa fomenta o “medo das minorias” e as suas reivindicações de direitos (Appadurai, 2006; UNESCO, 2014). Além disso, as recentes exigências de representação e participação política das minorias culturais têm gerado perceções negativas entre as majorias, intensificando a hostilidade (UNESCO, 2014).

O racismo, enquanto construção social e ideológica, cria barreiras ao desenvolvimento pleno das pessoas (Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 2016). Manifesta-se de forma individual, institucional e estrutural, perpetuando a exclusão e o preconceito. Exemplos incluem a discriminação no acesso a cuidados médicos de qualidade ou a segregação em instituições. Quando as minorias são retratadas pelos meios de comunicação social como desestabilizadoras, criminosas ou ameaças

às oportunidades laborais, alimenta-se a intolerância e desloca-se a agressão para grupos vulneráveis (Jorge Vala, 2015).

Estudos revelam que pessoas sujeitas ao racismo têm maior probabilidade de desenvolver doenças físicas e mentais. O risco de demência, por exemplo, é 2,6 vezes superior em vítimas de discriminação (Zhang, 2016; Rogers, 2020). Além disso, a frequente experiência de stress, depressão e insónia compromete a saúde geral, aumentando a prevalência de hipertensão, diabetes e doenças cardíacas. Jorge Vala (2015) explora o conceito de “racismo aversivo”, caracterizado por justificativas socialmente aceitáveis para a discriminação. Crocker e Major (1989) sugerem que esta ambiguidade funciona como proteção da autoestima de quem discrimina. Dovidio (2001) observou que pessoas com atitudes de racismo aversivo têm maior dificuldade em interagir com membros de comunidades africanas, enquanto Salvatore e Shelton (2007) concluíram que pessoas brancas reagem mais intensamente a discriminação contra o seu grupo, dada a raridade com que enfrentam situações similares.

Os estereótipos, por sua vez, são construções sociais profundamente enraizadas. Num estudo de Jorge Vala (2015), verificou-se que portugueses brancos tendem a atribuir mais qualidades positivas ao seu próprio grupo (*endogrupo*) e menos ao *exogrupo* “pretos”, demonstrando favoritismo claro.

**"GARANTIR O ACESSO
EQUITATIVO À SAÚDE,
EDUCAÇÃO E OPORTUNIDADES
ECONÓMICAS É FUNDAMENTAL
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA
SOCIEDADE MAIS JUSTA
E INCLUSIVA."**

É urgente implementar políticas eficazes para mitigar o racismo e promover a justiça para as vítimas. Exemplos incluem a educação antirracista nas escolas, incentivos à diversidade nas organizações e legislação que combata a discriminação institucional. Garantir o acesso equitativo à saúde, educação e oportunidades econômicas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Só através da colaboração entre governos, sociedade civil e indivíduos poderemos superar as divisões e construir um futuro mais igualitário.

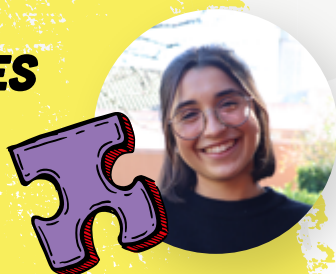
REFERÊNCIAS

- Alang, S., McAlpine, D., & McClain, M. (2021). Police Encounters as Stressors: Associations with Depression and Anxiety across Race. *Socius* 7.
- Appadurai, A. (2006). *Fear of Small Numbers: An Essay on the Geography of Anger*. Duke University Press.
- Blaine, B.E., & McClure Brenchley, K.J. (2020). *Understanding the Psychology of Diversity* (4ª edição). Sage Publications.
- Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2016). *Relações Raciais: Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogos/as* (1ª edição). Conselho Federal de Psicologia.
- Crocker, J., & Major, B. (1989). Social Stigma and Self-Esteem: The Self-Protective Properties of Stigma. *Psychological Review* 96(4), pp. 608-30.
- Dovidio, J.F. (2001). On the Nature of Contemporary Prejudice: The Third Wave. *Journal of Social Issues* 57(4), pp. 829-49.
- Rogers, A.M. (2020). Avoiding the Issue: A Critique of Organizational Socialization Research from Feminist and Minority Perspectives. *Organization Development Journal* 38, pp. 75-88.
- Salvatore, J., & Shelton, J.N. (2007). Cognitive Costs of Exposure to Racial Prejudice. *Psychological Science* 18(9), pp. 810-15.
- Sen, A.K. (2005). Human Rights and Capabilities. *Journal of Human Development* 6(2), pp. 151-66.
- Snyder, M. & Miene, P.K. (1994). *Stereotyping of the elderly: a functional approach*. *British Journal of Social Psychology* 33(1), pp. 63-82.
- UNESCO (2014). *Educação para a cidadania global: a abordagem da UNESCO*. Vala, J. (2021). *Racismo, Hoje. Portugal em contexto europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Wong, R. (2020). *Lifestyle Behaviors and Racial Differences in Dementia*. (Tese de doutoramento). Washington University in St. Louis, Missouri.
- Zhang, Z., Hayward, M.D., & Yu, Y. (2016). Life Course Pathways to Racial Disparities in Cognitive Impairment among Older Americans. *Journal of Health and Social Behavior* 57(2), pp. 184-99.

PASSAR DAS PALAVRAS AOS ATOS¹

DANIELA LOPES

Técnica de Projetos
na FEC – Fundação Fé
e Cooperação



Num período de grande instabilidade como o que vivemos, alimentado por desafios múltiplos, complexos e perversos, que se interligam, enlaçam e imiscuem, torna-se difícil ter uma visão clara do que está a acontecer à nossa volta, quais os intervenientes, causas e consequências. São cada vez mais os desafios de índole global, abrangendo vários domínios e camadas de responsabilidade e resposta. O contexto geopolítico mundial atual é palco de guerras com repercussões humanitárias avassaladoras, endividamento mundial, ameaças à saúde e segurança alimentar, com o planeta a enfrentar pontos de rutura irreversíveis relacionados com o clima... tudo isto combinado ameaça seriamente a estabilidade global, a consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o cumprimento dos nossos compromissos, dos quais somos continuamente lembrados que estão a ficar para trás. Estamos a meio de uma maratona e começamos a ter dificuldade em ver a meta ao fundo.

Tudo isto favorece a desconfiança dos cidadãos nos governos e nas políticas, agudiza um crescente individualismo e pessimismo face ao futuro e mina a capacidade de nos percecionarmos enquanto cidadãos globais, de um mundo interdependente e globalizado. Já não podemos negar que o Desenvolvimento é notoriamente multidimensional e global, que uma ação em Portugal pode ter impacto

do outro lado do mundo e vice-versa. Tendemos a olhar para as crises de forma isolada, e a adotar respostas centradas na realização de um objetivo limitado e não como parte de um esforço mais amplo e holístico. Tal como hoje reconhecemos os principais benefícios da globalização, também sabemos que os mesmos estão repartidos de forma muito desigual. Acontece o mesmo com as crises, que apesar de terem repercussões globais, afetam desproporcionalmente os países à partida mais vulneráveis.

Mas, olhando para os múltiplos desafios de forma interligada, se não houver políticas coerentes e uma ação governamental coesa e forte, caímos na armadilha de minar os esforços do desenvolvimento e perpetuar desequilíbrios de poder e desigualdades que permanecem no sistema internacional. Portanto, enfrentar estes desafios implica que as políticas adotadas funcionem em plena harmonia em todas as áreas de governação — segurança, soberania alimentar, comércio e finanças, migrações, alterações climáticas... — e que sejam formuladas e implementadas de forma a contribuírem para o desenvolvimento dos países mais frágeis. É neste sentido que o princípio da **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento** (CPD) vem oferecer uma lente integrada para olhar o Desenvolvimento. A CPD constitui um instrumento fundamental de solidariedade internacional, que nos torna capazes de identificar incoerências e estabelecer interligações que garantem que as políticas adotadas, sejam económicas, sociais e ambientais, não contradizem os esforços promovidos na resposta à erradicação da pobreza e às desigualdades globais.

Pode parecer complexo, mas falar de Coerência das Políticas para o Desenvolvimento é falar de justiça social, de sustentabilidade, de humanismo, de progresso e de ação.

Que sentido faz empenharmos recursos, esforços, vontades, se não forem consequentes ou se forem contrariados por outras políticas com efeitos adversos?

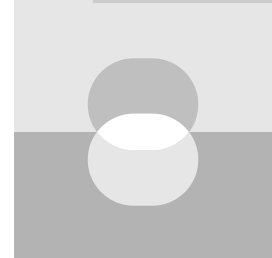
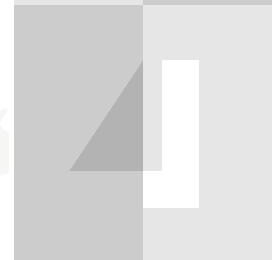
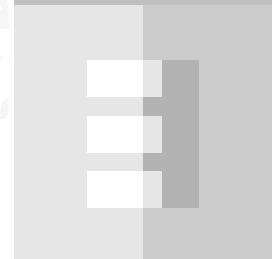
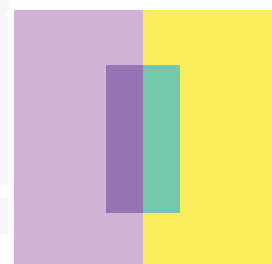
Mas, sendo a CPD multidimensional e com diferentes interesses envolvidos, garantir a sua aplicação eficiente só vai acontecer com uma liderança política forte, comprometida e alinhada com o desenvolvimento global. A coerência política não acontece automaticamente: é uma escolha política dos governos.

Garantir políticas coerentes em prol do desenvolvimento implica não apenas compromissos políticos e legais, que muitas vezes já estão formalmente constituídos, mas exige sobretudo a criação de mecanismos institucionais, de coordenação e de monitorização que permitam uma efetiva aplicação dos compromissos assumidos. Como sublinha a OCDE, o compromisso político ao mais alto nível de governo, é uma condição prévia para a coerência política, que, na ausência, pode mesmo ter impactos sociais, económicos e ambientais nefastos, que se fazem sentir, sobretudo, junto dos mais vulneráveis e mais pobres, que são os mesmos que procuramos apoiar no processo de desenvolvimento. **É um ciclo vicioso.**

Só através de políticas coerentes e justas, alicerçadas na promoção dos Direitos Humanos e ambientais e da dignidade humana, conseguimos pensar um mundo mais justo, mais digno e mais sustentável. Garantir a coerência das políticas é um exercício que cabe a todos os governos e intervenientes do processo de desenvolvimento. Porque o desenvolvimento é uma responsabilidade partilhada, todos temos um papel na promoção e defesa de políticas públicas que, de facto, contribuam para a dignidade de todas as pessoas e para a proteção da nossa Casa Comum.

É, por isso, urgente dar um novo impulso político ao conceito de CPD, de modo a assegurar um cumprimento efetivo das suas obrigações, assentes nos valores da solidariedade e dignidade humana.

Isto só acontece com mais vontade política e mais compromisso. A legislação já existe, falta agora operacionalizá-la. **É tempo de passar à ação, passar das palavras aos atos.**



DESENVOLVIMENTO: DE QUÊ, PARA QUEM E A QUE PREÇO?

FILIPPE MEDEIROS

Mestrando em Dinâmica de Sistemas na Universidade de Bergen, Noruega.



É muito comum ouvirmos falar, no discurso público, sobre “desenvolvimento” e “prosperidade”. Políticos bombardeiam-nos com narrativas de “criação de riqueza”, economistas contam-nos sobre “crescimento económico” e grandes empresários mencionam uma “nação próspera”, se investirmos na indústria e em tecnologia. Mas é muito mais raro essas mesmas pessoas incluírem, nos seus discursos inspiradores, algumas questões difíceis. O que estamos a desenvolver? Quem beneficia desse desenvolvimento? Qual é o preço que estamos a pagar por esta prosperidade? Quem tomou as decisões? É sobre estas questões que este texto se irá debruçar.

O termo “desenvolvimento” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, em que vários países industrializados (EUA, Alemanha, etc.) reforçaram o envio de apoio financeiro a países mais pobres, com a promessa de ajudar estes a “desenvolverem-se”. O termo foi impulsionado pelo historiador económico Walt W. Rostow, quando, no seu livro *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, delineou cinco fases pelas quais os países passam no seu caminho para o estado que Walt observava nos EUA e na Europa Ocidental. Esta origem dos vários termos criou uma bagagem histórica que cria uma visão muito limitada daquilo que se considera “desenvolvimento”, ou daquilo que pensamos que é um “país desenvolvido”.

Por regra, quem usa o termo “desenvolvimento” refere-se ao processo — relativamente linear — de um país ou sociedade caminhar para se tornar igual aos países “desenvolvidos”: alto nível de industrialização ou foco em serviços comercializáveis, altos níveis de consumo e, por vezes, uma transição para o sistema político associado ao Ocidente pós-Guerras, a democracia tal como a conhecemos hoje. A base filosófica para tal (e para que praticamente nunca isso seja questionado) é a assunção de que este caminho é algo positivo. É bom para as pessoas dos “países em desenvolvimento”, argumenta-se por todo o lado, que os seus países passem por estas fases até se tornarem “desenvolvidos”.

Mas as perguntas que penso serem obrigatórias (tal como indiquei no primeiro parágrafo) são: desenvolvimento de quê? De saúde, educação, alimentação saudável, habitação ou transportes públicos? Ou de centros comerciais, indústria automóvel, turismo abusivo e até mesmo indústria de armamento? A tendência de colocar todo o “desenvolvimento” numa só caixa esconde que a forma como uma sociedade se desenvolve é uma escolha ativa, feita por pessoas. E quem irá colher os frutos desse desenvolvimento? As populações e comunidades, as dezenas de milhões de pessoas que vivem nos centros urbanos, nos subúrbios e nas zonas rurais? Ou será apenas um pequeno conjunto de empresários e políticos que acumulará mansões e poder do investimento feito? A percentagem do rendimento total que acaba nas mãos dos 50% mais pobres nas regiões Africana e do Sudoeste Asiático são, ao dia de hoje, de 8,9% e 11,8%, respetivamente. ²

A última pergunta é provavelmente a mais difícil: qual o custo de toda esta “prosperidade”. Se o modelo a seguir é o do Norte Global (Europa Ocidental, EUA, Japão, etc.), então fica claro que a contrapar-

² É importante realçar, no entanto, que ambas as percentagens mencionadas acima estão numa tendência crescente (positiva) desde o virar do século. Apenas o futuro dirá se essa tendência continuará durante as próximas décadas.

tida é alta. Emissões de gases com efeito de estufa (passámos de 14 mil milhões de toneladas anuais, logo depois da Segunda Guerra Mundial, para as atuais 53 mil milhões de toneladas!) que levam a alterações climáticas imprevisíveis, degradação dos ecossistemas que nos rodeiam e uma probabilidade crescente de arruinarmos os sistemas biofísicos dos quais dependemos (acidificação dos oceanos, quebra do ciclo do fósforo, etc.).

Por tudo isto, sempre que pensamos e falamos de desenvolvimento, temos de olhar mais fundo, questionar as narrativas comuns e decidir, em conjunto, por que caminho queremos seguir, como uma só humanidade. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) continuam a ser o quadro mais abrangente e consensual que a comunidade global tem ao seu dispor. A sua implementação, rápida e assertiva, pode ser a nossa melhor oportunidade de nos guiarmos por uma visão comum.

**"DESENVOLVIMENTO
DE QUÊ? DE SAÚDE,
EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL, HABITAÇÃO
OU TRANSPORTES
PÚBLICOS? OU DE
CENTROS COMERCIAIS,
INDÚSTRIA AUTOMÓVEL,
TURISMO ABUSIVO E ATÉ
MESMO INDÚSTRIA DE
ARMAMENTO?"**

A NOSSA VOZ

LAURA VENÂNCIO, LEONOR HENRIQUES E LIA CAMPOS

Estudantes do ensino secundário,
Escola Secundária Francisco
Rodrigues Lobo, Leiria.



A pobreza é um problema complexo em que as pessoas não têm recursos financeiros, materiais ou sociais básicos para satisfazer as suas necessidades, tais como a alimentação, habitação, cuidados de saúde, educação e acesso a oportunidades económicas.

Existem múltiplas causas e consequências desta situação e a sua redução requer a criação de políticas sociais, económicas e de desenvolvimentos eficazes.

A pobreza é um problema que afeta o mundo inteiro, mas podemos ver Portugal como um exemplo. Neste país, este problema é muito preocupante. Apesar de haver algumas melhorias em certos indicadores sociais que tiveram um grande impacto na sociedade, como o aumento nos números de empregados e nos benefícios dados aos pobres. A redução salarial e do poder de compra impediram de a pobreza diminuir-se, sendo assim, Portugal é o 13º país com a maior taxa de risco de pobreza no mundo, "o que o coloca na pior metade do bloco europeu".

Isto é um tema que nos sensibiliza muito, e é por isso achamos que devemos fazer alguma coisa para mudar esta situação. Para isso já fizemos parte de várias campanhas de voluntariado, como por exemplo o banco alimentar. Fizemos parte desta causa em vários momentos das nossas vidas e conseguimos juntar alimentos, entre outras coisas, suficientes para várias famílias. Neste projeto vimos como as

pessoas ficavam tocadas com estes movimentos o que nos motivou a continuar a lutar por esta causa. Mas apesar de tudo isto, achamos que devem ser tomadas outras medidas, como por exemplo: o investimento na educação, pois nós acreditamos que este aspeto é fundamental para acabar com a pobreza; outro aspeto é a promoção de empregos decentes e de salários justos para todas as pessoas independentemente da sua situação social; redução da desigualdade de renda, ou seja, diminuir as rendas, como podemos ver no caso dos universitários que não conseguem pagar as rendas e acabam por ter de viver com os pais durante esta fase da sua vida, acabando por não puderem ir para os cursos que querem e onde querem.

Concluindo, o que queremos transmitir é que o poder de compra deve aumentar, possibilitando, assim, as pessoas de conseguirem ter acesso, pelo menos, aos bens básicos para a sua vida. Achamos também que ao resolver este assunto podemos, consequentemente, induzir a melhoria dos outros problemas sociais tratados nos ODS.

**"O COMBATE
À POBREZA PODE,
CONSEQUENTEMENTE,
INDUZIR A MELHORIA
DOS OUTROS
PROBLEMAS SOCIAIS
TRATADOS NOS ODS."**

PROPOSTAS: 5 PROPOSTAS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS ATUAIS



PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO (PPONGD)

Cooperação para o Desenvolvimento e a Resposta aos Desafios Globais

Vivemos tempos desafiantes: as alterações climáticas, o aumento das desigualdades globais, a emergência de situações de crise sanitária, as violações sistemáticas de direitos humanos e a eclosão de conflitos militares perturbam a estabilidade global e têm implicações transversais a todos os países.

Difícilmente conseguiremos responder a estes desafios de forma isolada.

Acreditamos que a Cooperação para o Desenvolvimento é a resposta para soluções robustas, sólidas, coordenadas, e coerentes, que tenham em conta a necessidade imperiosa de não deixar ninguém para trás.

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento facilita a transferência de tecnologias que promovam a transição verde, o financiamento de projetos de energia renovável e a implementação de estratégias de adaptação às alterações climáticas.

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento, através do investimento na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), contribui para quebrar ciclos de pobreza extrema, para melhorar as condições de acesso a bens públicos como a educação e a saúde, e assim reduzir os riscos associados a conflitos, migrações forçadas e ameaças à estabilidade global.

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento permite garantir o acesso a cuidados básicos de saúde, apoiar na preparação de respostas apropriadas às necessidades das populações na sequência de guerras, epidemias, catástrofes naturais e de outros desafios em saúde relacionados com as alterações climáticas.

Num cenário global marcado pela interdependência, investir na Cooperação para o Desenvolvimento, no desenvolvimento sustentável e na promoção da paz é investir num futuro melhor, mais seguro, próspero e equitativo para todas as pessoas.

5 respostas para responder aos desafios globais

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento não é apenas valorizar a solidariedade. Contribuir para o desenvolvimento sustentável é apostar num futuro melhor. Por isso, propomos:

1. Triplicar o contributo para o combate às desigualdades globais.

Portugal comprometeu-se a dedicar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para a APD até 2030. Para assegurar que esta meta é alcançada, **será necessário quase triplicar (x2.8) o montante financeiro alocado atualmente à APD até ao final**

da legislatura – dos 0,21% do RNB reportados em 2022 **até aos 0,58% do RNB em 2028**. Importa, por isso, **assegurar a “calendarização de aumento gradual” da APD**, prevista pela Estratégia de Cooperação Portuguesa 2030.

2. Contribuir para o esforço global de combate às alterações climáticas

O Acordo de Paris constituiu um passo decisivo para definir metas para o apoio aos países em desenvolvimento na adaptação e mitigação das alterações climáticas. No documento, os países desenvolvidos comprometeram-se a dedicar \$100 mil milhões (≈€92 mil milhões) para estas ações até 2030, com recursos “novos e adicionais” aos orçamentos da APD.

O financiamento climático dedicado por Portugal tem vindo a aumentar. Contudo, é necessário reforçar a transparência e os mecanismos de responsabilização com vista a um maior debate sobre as estratégias inovadoras que têm sido seguidas – p. ex. a conversão de dívida de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em financiamento para projetos destinados à transição energética.

3. Reforçar a democracia e a participação da sociedade civil

A vitalidade da Democracia depende da existência de uma Sociedade Civil organizada, vibrante, vigilante e participativa. Cabe à Democracia portuguesa estimular a participação cívica, consolidar a liberdade de associação e apoiar as Organizações da Sociedade Civil.

É por isso necessário reforçar a participação da Sociedade Civil, **desencadeando um processo de construção de respostas aos desafios que se colocam à participação cívica** enquanto elemento central no envolvimento das pessoas e das suas preocupações em todas as fases das políticas públicas.

4. Assegurar a coerência das políticas para o desenvolvimento

O desenvolvimento global depende de múltiplos fatores. O contributo da Cooperação para o Desenvolvimento para a erradicação da pobreza e o combate às desigualdades é frequentemente prejudicado pela ausência de um alinhamento entre as diversas políticas setoriais em torno destes objetivos. Para responder aos desafios globais, é necessário assegurar a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) em áreas como a segurança, soberania alimentar, comércio e finanças, alterações climáticas, migrações e outras.

5. Promover a compreensão pública dos desafios do desenvolvimento global

Num mundo cada vez mais polarizado onde prolifera desinformação e se acumulam desafios complexos (clima, desigualdades, migrações), a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) tem um papel crucial na melhoria do acesso a informação credível com vista ao reforço da reflexão crítica, na mobilização, e na consciencialização da opinião pública. A EDCG é um instrumento imprescindível na construção de uma sociedade democrática, informada e esclarecida.

O caminho para um mundo justo e sustentável, com dignidade e justiça social, depende da valorização da EDCG como meio que conduza a uma participação cívica ativa, baseada na cooperação e na solidariedade. A próxima legislatura deve **assegurar a aprovação da próxima Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento**, consagrando nesta uma **visão transformadora**, um **modelo de governação participativo** e um **orçamento dedicado à sua execução**.



**POBREZA
E DESIGUALDADES,
COM CLARA PASSARINHO**



**O FATOR MONETÁRIO
NA GUINE-BISSAU,
COM MAMADU BORI BALDE**



Quais as diversas dimensões da pobreza? Será possível erradicar a pobreza até 2030? Como enfrentar a pobreza económica, mas também a pobreza da dignidade, a pobreza de educação e a pobreza do conhecimento? A pobreza é uma causa ou sintoma das desigualdades? Porque é que aceitamos que existam pessoas em situação de pobreza e como é que trazemos as pessoas para o centro das decisões políticas?

**– ENTREVISTA A RICARDO ZOZIMO,
PROFESSOR DE EMPREENDEDORISMO
E SUSTENTABILIDADE DA NOVA SBE.**



FOTO: MÁRIO CRUZ

"Como a escravidão ou o apartheid, a pobreza não é natural. Ela foi criada pelo homem e, por isso, pode ser erradicada e superada por meio de ações humanas. Erradicar a pobreza não é um ato de caridade, mas de justiça.

– NELSON MANDELA

POBREZA E DESIGUALDADE

ERRADICAR A POBREZA É UM ATO DE JUSTIÇA SOCIAL E A CHAVE PARA LIBERTAR UM IMENSO POTENCIAL HUMANO

RUTGER BRECHMAN

EM 2023 + DE 670 MILHÕES DE PESSOAS VIVIAM EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA.

toxs Pela Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global

1 EM CADA 5 PORTUGUESES É POBRE. UMA SITUAÇÃO QUE AFETA MAIS IDOSOS, CRIANÇAS E MULHERES.

7 MIL MILHÕES DE OUTROS POBREZA

ARTIGO 1

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

“TODOS OS SERES HUMANOS NASCEM LIVRES E IGUAIS EM DIGNIDADE E DIREITOS. SÃO DOTADOS DE RAZÃO E CONSCIÊNCIA E DEVEM AGIR EM RELAÇÃO uns aos outros com espírito de FRATERNIDADE.”

A POBREZA É UM FATOR VIOLADOR DA DIGNIDADE HUMANA E UM GRANDE OBSTÁCULO À LIBERDADE INDIVIDUAL E COLETIVA

O QUE LER:

- OS MILHÕES DA POBREZA PAUL COLLIER
- LUGAR DE FALA HUMILDADE
- OS POBRES NADA FALAM MORA
- O FIM DA POBREZA, COMO CONSEGUI-LO NA NOSSA CRIANÇA. JEFFREY D. SIKES
- DADOS COLATERAIS: DESIGUALDADES SOCIAIS NUMA ERA GLOBAL ZYKHART SHAWA
- PORTUGAL E A CRISE DO SÉCULO O TERRAMOTO DA DESIGUALDADE SUSANA PERALTA

OS 1% MAIS RICOS DO MUNDO TEM MAIS RIQUEZA DO QUE OS 95% MAIS POBRES DA POPULAÇÃO MUNDIAL.

QUINO

É TEMPO DE AGIR

O COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES PASSA POR ASSUMIRMOS QUE ESTE NÃO É APENAS UM PROBLEMA DE ALGUNS. MAS UM DESAFIO DE TODOS. É PRECISO MOBILIZAR TODA A SOCIEDADE. A NÍVEL INDIVIDUAL E COLETIVO. PARA A URGÊNCIA E A RESPONSABILIDADE DE AGIR. PARA QUE TODOS POSSAM TER UMA VIDA DIGNA.

INVESTE NO CONHECIMENTO FAZ OUVIR A TUA VOZ DEMONSTRA DIRETAMENTE O TEU APOIO

INFORMA-TE! ATUA!

RESISTANCE MINISTERS SUPREMACY OF MONEY

FAZ A DIFERENÇA!

EXPOSIÇÃO: BIOMBO POBREZA E DESIGUALDADE



SEGURANÇA, PAZ E DEMOCRACIA

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

22

Carolina Salgueiro Pereira	22
Eduardo Figueiredo	24
João Ferreira	26
Leonor Sá da Bandeira	28
Mariana Fernandes	30
Mariana Garrido	31
Patrícia Magalhães Ferreira	33
Rafaela Granja	35
Science Communication Network: Andreia Oliveira, Laura Lisboa, Bruno Santos Fonseca	36
Telmo Simões	38

Manifesto pela Paz – Escolas Secundárias do Município do Seixal 40

Paz, Segurança e Democracia, com Clara Passarinho 41

Entrevista a Bruno Cardoso Reis 41

Fotografias 42

Exposição (Biombo) 43

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

A violência, a insegurança e os conflitos armados têm grandes custos humanos, económicos e sociais, agravam a pobreza, geram injustiças e agravam desigualdades. A paz é um direito humano e um processo dinâmico, que vai para além da ausência de guerra. É condição essencial para os processos de desenvolvimento, para a realização dos direitos humanos e para a confiança nas instituições e a coesão social, fundamentais para o progresso das sociedades. A democracia vai muito além da realização de eleições, incluindo o respeito das liberdades fundamentais, a promoção de instituições eficazes e responsáveis, ou o desenvolvimento de uma cidadania plena e participativa.

O mundo enfrenta crises de segurança, com o alastramento de conflitos e crises humanitárias, e ameaças à democracia, com a erosão de mecanismos democráticos e o alastramento de práticas antidemocráticas. A educação para a paz e a promoção da inclusão e dos vários aspetos da cultura democrática são fundamentais mobilizar toda a sociedade em torno de valores partilhados que promovem a convivência pacífica, a colaboração e a cooperação, em prol do bem-estar comum.



SABER MAIS
FICHA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

CONSULTAR
A INFOGRAFIA



SEGURANÇA PAZ E DEMOCRACIA

A SOLIDARIEDADE NÃO PODE SER SÓ AUTOBIOGRÁFICA

**CAROLINA
SALGUEIRO
PEREIRA**

Ativista e Empreendedora Social



Tenho-me debatido bastante com a relação entre políticas identitárias e políticas coletivas. O problema está, talvez, precisamente neste "versus". Mesmo fazendo eu parte de comunidades de política identitária (ser mulher, LGBTQIA+, por exemplo), preocupa-me o espaço não-inclusivo que alguns destes movimentos têm ocupado. Preocupa-me quando, num extremo, se acredita que a verdadeira solidariedade só pode existir quando alguém partilha exatamente a mesma biografia que nós.

O Combahee River Collective foi uma organização feminista negra ativa em Boston, nos anos 70, liderada por Barbara Smith. Um dos marcos do seu trabalho foi a Declaração do Coletivo Combahee River, um texto essencial na história do feminismo negro e no desenvolvimento dos conceitos de identidade.

Nessa declaração pode ler-se: *"Nós percebemos que as únicas pessoas que se importam connosco o suficiente para trabalhar conscientemente pela nossa libertação somos nós. Acreditamos que a política mais profunda e potencialmente mais radical vem diretamente da nossa própria identidade em oposição a trabalhar contra a opressão de outrem."* [Tradução de Daniel Oliveira, no podcast Perguntar Não Ofende]

Mesmo não rejeitando a solidariedade com os homens na luta contra o racismo, esta declaração cria um "muro de incompreensão", reforçando a ideia de "somos nós a lutar por nós porque os outros não compreendem a 100% a nossa opressão".

E é verdade que não compreendem. Concordo que essa incompreensão pode ser perigosa, mas também acredito que deve ser trabalhada — e não justificar uma exclusão total.

Acho perigosa a ideia de que a luta pelos direitos dos outros, diferentes de nós, não é nossa. Perigosa a ideia de que a consciência política nasce apenas da experiência pessoal, e não também da adesão a uma ideia, mesmo que abstrata.

A luta pelos direitos dos outros é nossa também. Podemos (e devemos) ter consciência do nosso papel nessa luta.

Esta lógica pode parecer óbvia, mas torna-se mais desconfortável na prática. Por exemplo: sim, devo poder juntar-me a uma mulher negra com ideias homofóbicas na sua luta antirracista, mesmo que ela não aceite a minha identidade LGBTQIA+. Isto não é o mesmo que defender que oprimido e opressor devem dar as mãos em nome de um "bem maior" — cada caso é um caso — mas, num contexto de luta antirracista, a solidariedade geral é importante, aceitando que nem todas as pessoas oprimidas compreendem todas as nossas camadas de identidade.

Solidariedade é querer fazer parte da solução tendo empatia por uma realidade que não é a minha. Nos últimos anos, alguns movimentos parecem definir-se mais pelo que excluem do que por ideias de empoderamento coletivo. Isso enfraquece as lutas.

Historicamente, mesmo de forma imperfeita, a luta de classes impulsionou outras lutas (como a de género), e a igualdade de género também alavancou os direitos LGBTQIA+. A solidariedade coletiva nunca empoderou uma só pessoa, na sua biografia individual e muito específica.

A visibilidade da pluralidade é essencial para uma mudança sustentada. Mas também é importante aceitarmos que não é sobre mim — é sobre nós.

SEGURANÇA PAZ E DEMOCRACIA

UMA ABORDAGEM DA CORRUPÇÃO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS COM VISTA À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDUARDO A. S. FIGUEIREDO

Assistente Convidado da Secção de Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), especialista em anticorrupção.



Uma das metas do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) é a redução substancial da corrupção e do suborno em todas as suas formas (16.4.). De facto, são hoje amplamente conhecidos os efeitos adversos do fenómeno corruptor e corruptivo nos mais variados setores, nomeadamente tendo em conta o modo como mina o Estado de Direito, a democracia e os direitos humanos. Assim, todos os esforços para a promoção do desenvolvimento sustentável acabarão gorados na ausência de estratégias que mantenham a corrupção em níveis que se possam considerar socialmente toleráveis (porquanto a sua erradicação por completo não pode ser encarada como outra coisa senão uma completa utopia). Ora, é justamente nesse contexto que temos vindo a realçar a importância de se adotar uma abordagem da corrupção à luz dos direitos humanos.

Note-se que não está em causa abrir mão de outras importantes abordagens, como aquelas que se dedicam especificamente à prevenção, deteção e repressão da corrupção; em boa verdade, apenas se ambiciona complementar as mesmas e contribuir para o seu enriquecimento. Por exemplo, uma abordagem da corrupção à luz dos direitos humanos permite-nos desenvolver estratégias anticorrupção centradas não (exclusivamente) no agente e/ou no ato corrupto ou corruptivo, mas (também) na(s) própria(s) vítima(s) – desde logo, desmistificando a ideia de que a corrupção é um

“crime sem rosto” e deixando claro que são as pessoas mais vulneráveis aquelas que sofrem de forma particularmente acutilante os seus efeitos adversos, quer quando estes se manifestam de forma direta, quer de forma indireta. Por outro lado, permite-nos compreender que tais estratégias devem ser permeadas por um discurso jusfundamental sólido, designadamente resistindo às derivas populistas que reclamam a total desumanização do Direito Penal e do Direito Processual Penal, assim colocando em cheque os mais básicos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. É certo que as estratégias anticorrupção não podem deixar de encontrar meios que lhes permitam prosseguir os seus fins de maneira eficaz, mas tal não pode ser realizado à custa dos direitos humanos e fundamentais. Além do mais, tal discurso jusfundamental reclama que as estratégias em causa respondam a importantes exigências de justiça e inclusão, bem como que adotem uma perspetiva verdadeiramente integrada e sustentada, no espaço e no tempo.

Mas as valências desta abordagem não se ficam por aqui. Uma consciência mais clara quanto ao modo como a corrupção afeta adversamente os direitos e liberdades humanas e fundamentais de cada um de nós (por vezes mesmo resultando na sua violação) contribuirá para que todas as pessoas se afirmem como agentes cívicos de promoção de uma cultura baseada na ética, integridade, transparência, responsabilidade e prestação de contas. Do mesmo modo, ajudará na redução da tolerância social relativamente a atos corruptos e corruptivos, bem como no apoio a iniciativas (estaduais, do setor privado e/ou da sociedade civil) que os visem desafiar. Por fim, abrir-se-ão novas possibilidades de ação, por exemplo recorrendo-se aos sistemas nacionais, regionais e internacional de tutela de direitos humanos e fundamentais para fins anticorrupção.

Em tempos em que o fenómeno da corrupção vai ocupando um espaço cada vez mais significativo nos debates público e mediático, com o consequente agravamento das perceções em relação ao mesmo, impõe-se que a questão da prevenção, deteção e repressão da corrupção seja tratada com seriedade, sensibilidade e serenidade. Caso contrário, estaremos não só a comprometer importantes avanços civilizacionais conquistados no passado, mas também a boicotar qualquer possibilidade real de promoção de um desenvolvimento sustentável que abra portas ao futuro.

UMA CONSCIÊNCIA MAIS CLARA QUANTO AO MODO COMO A CORRUPÇÃO AFETA ADVERSAMENTE OS DIREITOS E LIBERDADES HUMANAS E FUNDAMENTAIS DE CADA UM DE NÓS (...) CONTRIBUIRÁ PARA QUE TODAS AS PESSOAS SE AFIRMEM COMO AGENTES CÍVICOS DE PROMOÇÃO DE UMA CULTURA BASEADA NA ÉTICA, INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS.



PALESTINA:

5 OPÇÕES PARA “DESCOMPLICAR” ESTE ASSUNTO TÃO “COMPLICADO”

JOÃO FERREIRA

Equipa da [Refugees](#)
[Welcome Portugal](#)



Falemos do tema Palestina-Israel, que muitos chamam de guerra, outros genocídio, outros nem sequer se atrevem a falar. Quer queiram, quer não, o assunto está aí (sempre esteve) e deve ser discutido e acima de tudo resolvido. Numa tentativa de “descomplicar” este tema, redigi uma lista de 5 opções para a resolução deste conflito/guerra/genocídio/ocupação/apartheid/o-que-lhe-quiserem-chamar.

- A primeira opção creio que podemos já descartar e muitos irão provavelmente soltar um riso: solução de um Estado, Palestina.
- A segunda, solução de um Estado, “Israel”, apenas com população judaica; ou então, “Grande Israel” (sem querer alongar, pesquisem “Grande Israel” para perceberem melhor em que consiste – ver também, por exemplo, o livro para crianças *Alon* e o *Líbano*, que ensina às crianças que o Líbano é “terra prometida” a Israel). Esta solução é de difícil implementação, como podemos imaginar, ainda mais quando a população palestina existe em grande número (mais de 5 milhões de pessoas, sendo que o total de palestinos no mundo ultrapassa os 14 milhões).
- A terceira opção, *apartheid*, que é o que existe neste momento e há demasia-

do tempo em Israel, sendo reconhecido por muitos. Para aprofundar este tema, diversos relatórios por parte de várias agências e instituições, entre as quais a Human Rights Watch, a Federação Internacional de Direitos Humanos, as organizações israelitas B’Tselem e Yesh Din, Amnistia Internacional, a Comissão Internacional de Juristas, a Organização para a Libertação da Palestina e ainda diversos grupos escolares e universitários.

- A quarta opção, limpeza étnica. Esta opção constitui um crime de guerra, no entanto é o que temos visto Israel pôr em prática ao longo dos últimos anos, com a cumplicidade dos governos ocidentais. O ato deliberado de matar ou expulsar qualquer pessoa que desafie Israel ao simplesmente desejar permanecer nos territórios palestinos, nas suas terras. E isto não acontece só na Faixa de Gaza. Recentemente, na Cisjordânia, o exército israelita assassinou Sundus Shalabi, uma mulher grávida de 8 meses, sendo que os soldados israelitas impediram depois qualquer assistência médica a esta mulher, pelo que ela e a criança dentro dela morreram. Também na Cisjordânia, citando a organização Save the Children, pelo menos 224 crianças foram mortas pelo exército israelita ou por colonos israelitas desde janeiro de 2023. Esta tendência alarmante continua em 2025, sendo já 10, na altura de redação deste texto, as crianças assassinadas este ano, a mais nova uma menina com apenas 2 anos que foi morta por um sniper israelita a 25 de janeiro com um tiro na cabeça enquanto a sua mãe lhe dava comida, dentro de sua casa. Ninguém mata crianças com tiros na cabeça ou no peito por engano! Esta opção tem de parar!

Temos de, em união e a uma só voz, rejeitar e condenar o plano dos EUA, Israel e todos aqueles que são cúmplices na perpetuação deste extermínio, de expulsar os palestinianos das suas terras para nunca mais voltarem.

Resta-nos assim a quinta opção: a tão repetida solução de dois Estados, que muitos de nós estamos cansados de ouvir e para a qual não vemos nenhum desenvolvimento prático. Israel diz ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal que Portugal é um “país amigo”, enquanto este afirma que Portugal defende a solução de dois Estados, mas apenas reconhece um. Portugal deve reconhecer o Estado Palestino já e contribuir rapidamente e eficazmente para a solução que garanta ao povo palestiniano aquilo que desejam e acima de tudo merecem. O mundo deve-lhes isso e muito mais há demasiado tempo.



JUSTIÇA, DEMOCRACIA E SOCIEDADE CIVIL³

LEONOR SÁ DA BANDEIRA

Estagiária no Instituto Marquês
de Valle Flôr (IMVF).



Num mundo marcado por desigualdades crescentes, novas guerras e extremismos, a valorização da **justiça social** e a preservação da **democracia** são não apenas ideais, mas necessidades urgentes. A boa governação e a presença ativa da sociedade civil no processo de tomada de decisões podem ser a chave para um desenvolvimento mais justo e equitativo. As organizações não governamentais, entidades não estatais, grupos ativistas e outros atores da sociedade civil desempenham um papel fundamental, tornando-se elementos extremamente dinâmicos que representam de forma mais integral os valores, vontades e necessidades da população, incluindo de segmentos mais vulneráveis ou marginalizados.

Essa integração de diferentes setores comunitários pode favorecer a proteção dos **direitos humanos fundamentais** e a preservação da democracia e das liberdades, enquanto torna as políticas públicas mais equitativas e sustentáveis. Este ano, no seguimento do **Dia Mundial da Justiça Social**, celebrado anualmente a 20 de fevereiro, a Assembleia Geral das Nações Unidas destacou a importância e urgência de integrar a justiça social nas políticas de ação climática e no desenvolvimento económico. Reconheceu-se que a **sustentabilidade ambiental** deve caminhar lado a lado com a equidade, com o desenvolvimento e a justiça sociais sendo indispensáveis para a manutenção da paz e segurança.

Além disso, sublinhou-se a necessidade de transitar para um futuro mais sustentável, no qual as economias procuram proteger a democracia em benefício de todos. A **liberdade de associação** e a construção de uma **sociedade civil forte** são, portanto, elementos intrínsecos à democracia, pois fornecem-se à população não só a oportunidade de expressar as suas vontades e necessidades, mas também os mecanismos necessários para lutar contra abusos de poder ou injustiças, capacitando as comunidades a resistir e proteger seus membros mais vulneráveis.

Assim, são representados os interesses individuais, criando-se a possibilidade de formular uma **opinião pública mais consciente e participativa**, capaz de compreender e responder a problemas emergentes. Torna-se imperativo combater as desigualdades estruturais, promover a inclusão e garantir oportunidades reais de participação na vida comunitária. Através da **ação coletiva** e de **políticas públicas inclusivas**, baseadas verdadeiramente na opinião pública, semeiam-se os princípios para um futuro no qual a sociedade civil tem as ferramentas necessárias para defender seus direitos fundamentais. A participação ativa das comunidades nesses processos é essencial para garantir que as necessidades das populações mais desprotegidas são devidamente representadas.

**"NUM MUNDO MARCADO
POR DESIGUALDADES
CRESCENTES, NOVAS
GUERRAS E EXTREMISMOS,
A VALORIZAÇÃO DA
JUSTIÇA SOCIAL E A
PRESERVAÇÃO DA
DEMOCRACIA SÃO NÃO
APENAS IDEAIS, MAS
NECESSIDADES URGENTES."**

A **justiça social** torna-se, assim, um fator crucial para a vida em comunidade, contribuindo para a construção de uma economia global sustentável, onde a **integridade ambiental e a equidade social** são inseparáveis. É neste contexto que a democracia pode florescer. Ao capacitar a sociedade civil e as **organizações locais**, fortalece-se a resiliência das comunidades diante de situações emergentes, como catástrofes naturais (resultantes do agravamento da crise climática) ou cenários de conflito (onde pode haver envolvimento da comunidade na solicitação de ajuda internacional ou na reconstrução da paz), por exemplo.

Em suma, destaca-se a importância de uma **sociedade civil forte, consciente e participativa**, para criar valores de reciprocidade e apoio mútuo. Mais do que isso, deve possibilitar-se a formação de indivíduos e comunidades para atenderem às suas próprias necessidades, garantirem a integridade da liberdade e dos seus direitos fundamentais. A liberdade de associação é um pilar fundamental da vida democrática e deve ser corretamente utilizada. As populações devem estar integradas no processo de decisão política, uma vez que suas vidas diárias estão diretamente implicadas. A democracia permite essa pluralidade e **liberdade de associação**, e, por sua vez, depende da ação da sociedade civil e das organizações associativas para garantir o seu pleno funcionamento.

É importante que se crie na sociedade uma vontade de mudança, uma procura de melhorias e de novas oportunidades. A organização coletiva e a reivindicação de direitos permitem transformar desafios em oportunidades. As pessoas podem contribuir para um futuro no qual a justiça social, a preservação ambiental e a liberdade são valorizadas, garantindo um crescimento e desenvolvimento mais equilibrado, onde o bem-estar coletivo é prioridade. Cada indivíduo e/ou comunidade deve decidir ser parte da transformação que deseja ver no mundo.



A FALÁCIA DA “LIBERDADE ADQUIRIDA”

MARIANA FERNANDES

Mestranda em Direito Internacional e Europeu na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa.



Desistir de tudo o que construímos até aqui é o caminho mais fácil. Colocar o nosso destino enquanto humanidade nas mãos de líderes que exploram as nossas maiores vulnerabilidades e nos voltam uns contra os outros é um erro colossal. Lavar as mãos de responsabilidade é cair na falácia da liberdade adquirida, especialmente quando uma pluralidade de vozes será tão crucial para a construção de um futuro mais inclusivo.

Não é necessário ser-se licenciado em Relações Internacionais ou Ciência Política para sentir os ventos da mudança que se abatem sobre a Europa e o mundo. Na maioria dos casos, basta ligar a televisão e ter estômago para acompanhar as subidas e descidas vertiginosas da montanha-russa em que se tornou o telejornal.

No mesmo ano em que Portugal celebra 50 anos de uma revolução feita não com balas, mas com flores, a sobrevivência da liberdade como a conhecemos vê-se ameaçada. Possivelmente, por ter sido tomada como adquirida e irrevogável. Alguns de nós são demasiado jovens para recordar como era a vida – ou a ausência dela – sob o polegar do regime. Por outro lado, há quem escolha conscientemente permanecer ignorante dos sinais do que está por vir, contribuindo para que a memória da madrugada de 25 de abril de 1974 se desvaneça como uma fotografia antiga esquecida no sótão.

Vivemos a incerteza de não saber para que lado penderá a balança de poder mundial, a instabilidade dos líderes e de quem os elege e a ameaça iminente de violência; não só da guerra no seu sentido tradicional de conflito armado, mas também das novas ameaças híbridas cujo impacto o sistema internacional arquitetado em 1945 não se encontra preparado para absorver. Mais do que medo ou uma simples falta de confiança, vivemos uma descrença profunda nas instituições e na democracia – e, em simultâneo, uma crença paradoxal de que a liberdade que outros conquistaram antes de nós é inquebrável.

Em contrapartida, contribuir para reformas que confirmem uma força renovada às Nações Unidas, à União Europeia e às instituições portuguesas é um ato de coragem. Honrar a Diplomacia e o Direito Internacional e garantir que os países dialogam em pé de igualdade é a única solução alternativa à autodestruição. Enquanto indivíduos, átomos que constituem Portugal, temos de ser maiores do que nós próprios e liderar a linha da frente na proteção dos direitos humanos e na defesa da paz e da união em vez da discórdia que tentam semear entre nós.

"MAIS DO QUE MEDO OU UMA SIMPLES FALTA DE CONFIANÇA, VIVEMOS UMA DESCRENÇA PROFUNDA NAS INSTITUIÇÕES E NA DEMOCRACIA – E, EM SIMULTÂNEO, UMA CRENÇA PARADOXAL DE QUE A LIBERDADE QUE OUTROS CONQUISTARAM ANTES DE NÓS É INQUEBRÁVEL."

A GUERRA É A GUERRA⁴

MARIANA GARRIDO

Ativista e estudiosa, trabalha numa ONGI em Bruxelas na proteção de defensores de direitos humanos.



Longe vão os dias em que o desarmamento e a paz global eram matéria de consenso e objetivos partilhados. Não o eram apenas no discurso dos líderes mundiais; eram-no também nas prioridades estratégicas, na diplomacia, e nos fundos destinados à cooperação para o desenvolvimento. Esses tempos parecem ter chegado ao fim.

A questão da prevenção de conflitos e da construção da paz é antiga, mas ganha maior relevância após a Segunda Guerra Mundial, desde logo, com a criação da Organização das Nações Unidas em 1945. Embora a Guerra Fria tenha abrandado as expectativas em relação à recém-criada ONU e ao Conselho de Segurança, nos anos 1990, a questão da paz ressurge com força.

Em 1991, extingue-se o Pacto de Varsóvia e, em 1992, a Agenda para a Paz do Secretário-Geral da ONU enfatiza a prevenção de conflitos. Em 1998, surge o Estatuto de Roma, que define crimes de genocídio, lesa-humanidade, guerra e agressão, dando origem ao Tribunal Penal Internacional. O Tratado de Não Proliferação, em vigor desde 1968, é complementado, em 1996, pelo Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares e, em 2017, pelo Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares. Durante as décadas de 1990 e 2000, diversos acordos puseram fim a conflitos armados internos, que ameaçavam a estabilidade global.

Mas as falhas e limitações da paz liberal, sustentada numa economia de mercado, são evidentes. Por um lado, não se conseguiu ir além de uma paz negativa, ou seja, mínima, focada essencialmente

na prevenção da agressão e da violência. Por outro, não se construiu um paradigma de paz positiva, sustentável, e assente em valores como a igualdade, a autodeterminação dos povos e a descolonização. Ainda assim, hoje, é essa arquitetura frágil que vai resistindo às tentativas de normalizar o inaceitável e de tornar a guerra no “novo normal”.

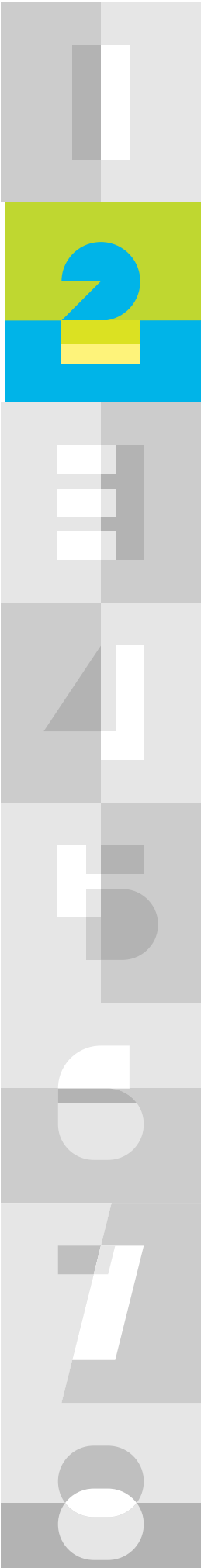
Um dos indicadores disso é a manutenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), que usou e abusou do conceito de autodefesa e da figura da ação preventiva para consolidar a hegemonia dos EUA no período pós-bipolar. Exemplos claros são as invasões do Afeganistão em 2001 e da Líbia em 2011. Também o 11 de setembro e a luta contra o terrorismo serviram para deteriorar o respeito pelo direito internacional, com efeitos que se fazem sentir até hoje.

**"A INVASÃO DA UCRÂNIA
OFERECEU ÀS ELITES
EUROPEIAS A OPORTUNIDADE
DE CONSOLIDAR
UM CONSENSO BÉLICO."**

Outro sinal de deriva belicista é o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, criado em 2021 com um orçamento inicial de 5 milhões de euros, agora mais do que triplicado. ONG alertam que esse fornecimento de armas letais e treino militar pode agravar as violações de direitos humanos e intensificar a violência. No Sahel, já se paga a fatura dessas escolhas.

A invasão da Ucrânia ofereceu às elites europeias a oportunidade de consolidar um consenso bélico. Em 2022, o Conselho adotou a Bússola Estratégica e, em 2024, apresentou a primeira Estratégia Industrial de Defesa Europeia, que visa preparar a transição para uma economia de guerra. Em 2023, os Estados-Membros da UE alcançaram gastos combinados de 279 mil milhões de euros, com previsão de aumentar para 326 mil milhões.

⁴ Texto originalmente escrito e publicado em versão longa em dezembro de 2024, disponível [aqui](#).



Em dezembro de 2024, o secretário-geral da NATO sugeriu que os Estados-Membros cortem em áreas como saúde e pensões para atingir os 2% do PIB em despesa militares. Estamos perante um processo de securitização em curso, em que, em detrimento da paz, da resolução negociada dos conflitos e da segurança humana, prevalece uma corrida ao armamento.

Sob a suposta ameaça da agressão militar ou da dependência energética russa, bem como a necessidade de superar a competitividade face à China, a UE tem ainda promovido o conceito de “autonomia estratégica”. Deve mencionar-se também o *Global Gateway*, iniciativa lançada em 2021 pela Comissão Europeia. Apesar de uma retórica assente na transição verde, tem vindo a reforçar dinâmicas neocoloniais, desviando recursos destinados à construção da paz e aos direitos humanos para o controlo anti-imigração e para megaprojetos ligados a matérias-primas críticas e à indústria da guerra.

É possível que a ideia de paz nunca tenha sido tão impopular. Se o institucionalismo liberal não conseguiu garantir a paz e a estabilidade mundiais, a atual deriva para um consenso bélico seguramente agravará essas falhas, com consequências humanas e ambientais irreversíveis. Para deter a barbárie, é urgente procurar soluções negociadas e reavivar o espírito de uma paz positiva. A guerra é a guerra, e deve ser tratada como tal – com a consciência das suas consequências devastadoras e irreparáveis.



PAZ E DESENVOLVIMENTO ⁵

**PATRÍCIA
MAGALHÃES
FERREIRA**



Investigadora e Consultora
em Desenvolvimento e Cooperação.

O “mantra” é bem conhecido: sem um desenvolvimento inclusivo e sustentável não existe paz; sem segurança e paz sustentada não pode existir desenvolvimento. Por ser repetido tantas vezes, parece já desprovido de significado, mas não deixa de ser verdadeiro.

Como bem sabem os países e povos afetados por guerras e instabilidade, os conflitos violentos, para além dos custos enormes em vidas humanas, destroem rapidamente o tecido económico e social, tornam impossível assegurar meios de subsistência e agravam situações de fome e insegurança alimentar, deterioram o acesso à educação, saúde e justiça, fragilizam as instituições e contribuem para maior desproteção dos grupos sociais vulneráveis, colocando em causa tudo o que possa ter sido construído ao longo de décadas. Os conflitos violentos são o principal fator de deslocamento forçado e de agudização das crises humanitárias. A paz é, portanto, a principal e absolutamente necessária condição para um processo de desenvolvimento que permita a prosperidade económica, a justiça social e a preservação ambiental.

No entanto, a paz não significa a mera ausência de guerra ou violência, nomeadamente após um cessar-fogo ou um acordo formal de paz. Neste âmbito, o conceito de “paz positiva” formulado por Johan Galtung, há quase três décadas continua a ter relevância, pois esta implica a restauração das relações sociais, o reforço de sistemas sociais

e institucionais que respondam às necessidades das pessoas e a transformação dos conflitos numa base construtiva, de forma a que passem a ser geridos e resolvidos de forma não-violenta. Isso implica a remoção ou reformulação progressiva das práticas e formas de atuação, dinâmicas políticas, institucionais e outros fatores que criam ou perpetuam a violência numa sociedade.

Estes processos devem ser liderados e consolidados localmente, nos próprios países, sendo o papel dos atores externos o de tentar apoiar e incentivar da melhor forma esses esforços. Essa é exatamente a conclusão de muitas investigações sobre os resultados de processos de consolidação da paz (*peacebuilding*) e de reforço dos Estados (*state-building*). Os princípios internacionalmente acordados sobre a intervenção externa nestes contextos ressaltam a necessidade de não causar danos (*“do no harm”*) e de os intervenientes apoiarem as iniciativas credíveis e inclusivas existentes, incluindo as de desenvolvimento de capacidades dos governos, instituições e sociedade civil, tendo em devida conta as necessidades, prioridades e especificidades destes países.

Uma das questões principais está na disparidade entre as recomendações dos estudos e os princípios internacionais, por um lado, e as práticas de intervenientes externos nestes processos, com muitos exemplos de abordagens padronizadas que replicam modelos (*“one-size-fits-all”*) e prescritivas de soluções (*“top-down”*), não baseadas num conhecimento profundo das realidades nem adaptadas aos contextos, bem como não sensíveis aos fatores de conflitualidade nas sociedades em causa. Continuam-se também a descurar as crises que não são geopoliticamente relevantes, que não afetam interesses económicos ou não têm grande potencial de alastramento, esquecendo o direito internacional humanitário e o imperativo de proteger a segurança humana.

Por outro lado, a paz não gera necessariamente desenvolvimento. Após a celebração de uma paz formal, se os dividendos da paz não existirem ou beneficiarem apenas um pequeno grupo, sem se traduzirem (de forma real ou percebida) na melhoria das condições de vida, na coesão social, na redução da pobreza e das desigualdades, o descontentamento tenderá a aumentar, gerando novos fatores de tensão e de potencial disrupção da paz. Da mesma forma, o desenvolvimento de que aqui se fala não é sinónimo de crescimento económico e de mera geração de riqueza, expresso, por exemplo, no Produto Interno Bruto (PIB). Sem mecanismos efetivos de redistribuição da riqueza e de desenvolvimento de capacidades institucionais, sociais e políticas para gestão inclusiva das tensões e conflitos que naturalmente emergem nas sociedades, o desenvolvimento não será justo ou sustentável, podendo contribuir para fatores de instabilidade.

**"CONTINUAM-SE TAMBÉM
A DESCURAR AS CRISES QUE
NÃO SÃO GEOPOLITICAMENTE
RELEVANTES, QUE NÃO AFETAM
INTERESSES ECONÓMICOS OU
NÃO TÊM GRANDE POTENCIAL
DE ALASTRAMENTO,
ESQUECENDO O DIREITO
INTERNACIONAL HUMANITÁRIO
E O IMPERATIVO DE PROTEGER A
SEGURANÇA HUMANA."**

Um dos fatores importantes para construção da paz e do desenvolvimento parece ser a existência de um processo interno de acomodação dos vários interesses e intervenientes e da sua agregação em torno de uma visão comum para o futuro de uma sociedade ou país. Se as disputas e tensões sociais ficam por resolver e os cidadãos se sentem desprotegidos nos seus direitos e necessidades, se existe uma cultura de impunidade ou de favorecimento estrutural de certos grupos sociais, e/ou se o funcionamento das instituições está sujeito a arbitrariedades e abusos de poder sistemáticos, há um processo de degradação e enfraquecimento

do Estado, com reflexos negativos na segurança e no desenvolvimento. Em sentido contrário, verifica-se uma clara ligação entre as sociedades mais inclusivas e participativas – com instituições responsáveis, mais transparentes e democráticas – e a capacidade de resiliência na adaptação e recuperação de choques, no desenvolvimento sustentável e na prevenção de conflitos violentos.



VIGILÂNCIA ELETRÔNICA:

EVOLUÇÃO, APLICAÇÃO E DESAFIOS NO CONTEXTO PORTUGUÊS

RAFAELA GRANJA

Investigadora auxiliar,
Centro de Estudos de
Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho.



A aplicação da vigilância eletrónica abrange, portanto, uma ampla diversidade de regimes e tecnologias. Para além das diferenças relativas aos tipos de sanções penais a que é aplicada (que podem variar consoante o tipo de crime, bem como de acordo com a duração das sentenças), o funcionamento da vigilância eletrónica varia também em relação ao tipo de equipamento e forma de monitorização (radiofrequência, GPS, monitorização transdérmica de álcool ou monitorização da localização por verificação de voz) e da intensidade do regime (obrigação de permanência em determinado local 24/7 ou restrição a alguns momentos do dia/semana). Independentemente destas diferenças, a vigilância eletrónica tem sido promovida em discursos políticos e mediáticos como um instrumento penal com forte potencial para desencarcerar – o que teria efeitos diretos na redução da sobrelotação do sistema prisional e custos associados –, para reduzir a reincidência e potenciar a manutenção de laços sociais. Para além disso, é também destacado como a vigilância eletrónica pode contribuir para a proteção de vítimas ao permitir a monitorização em tempo real dos movimentos de duas pessoas em simultâneo: vítima e (alegado/a) ofensor/a.

Em Portugal, a vigilância eletrónica está em uso há mais de duas décadas e opera através de radiofrequência e geolocalização. De acordo com a Lei nº 33/2010, a vigilância eletrónica pode ser utilizada para fiscalizar: (a) a medida de coação de obrigação de permanência na habitação; (b) a pena de

prisão em regime de permanência na habitação; (c) a adaptação à liberdade condicional; (d) a modificação da execução da pena de prisão; (e) a proibição de contactos entre agressores e vítimas nos crimes de violência doméstica e perseguição; (f) a obrigação de permanência na habitação para os crimes de incêndio florestal. Apenas a proibição de contactos entre agressores e vítimas no crime de violência doméstica e no crime de perseguição utiliza a tecnologia de GPS. Todas as outras penas e medidas são monitorizadas via radiofrequência. A 30 de novembro de 2024 encontravam-se em execução, em todo o território nacional, 2.800 penas e medidas fiscalizadas com recurso à vigilância eletrónica, o que representa um total de 4.583 pessoas monitorizadas diariamente, entre arguidos, condenados e vítimas.

"(...) A VIGILÂNCIA ELETRÔNICA INCIDE MAIORITARIAMENTE SOBRE POPULAÇÕES ALTAMENTE DESFAVORECIDAS, CUJAS TRAJETÓRIAS DE VIDA SÃO MARCADAS PELA POBREZA E POR MÚLTIPLAS FORMAS DE DESIGUALDADE SOCIAL."

Apesar do crescimento contínuo e da crescente relevância no panorama penal, a vigilância eletrónica permanece parcamente estudada em Portugal. É, assim, urgente conduzir uma análise aprofundada sobre os seus impactos na justiça e nos direitos fundamentais de arguidos, condenados, vítimas e população em geral. O projeto E-Monitoring, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, procura colmatar a escassez de estudos sobre este tema e tem evidenciado dois aspetos fundamentais sobre a vigilância eletrónica.

Primeiro, tal como a investigação sobre o sistema prisional tem demonstrado há vários anos, tanto a nível nacional como internacionalmente, a vigilân-

cia eletrônica incide majoritariamente sobre populações altamente desfavorecidas, cujas trajetórias de vida são marcadas pela pobreza e por múltiplas formas de desigualdade social.

Em segundo lugar, o estudo revela que as experiências das pessoas sob vigilância eletrônica são profundamente diversas. Essas diferenças decorrem não apenas do tipo de medida aplicada, mas sobretudo das restrições impostas, que podem ir desde o impedimento do acesso ao trabalho – que, conseqüentemente, afeta a estabilidade econômica, familiar e social – até situações onde alguma continuidade profissional é mantida.

Estas questões representam apenas um ponto de partida para uma investigação profunda, que revela, em camadas compósitas, as complexas interseções entre direitos humanos, justiça penal e segurança.



COMUNICAÇÃO DE CIÊNCIA:

CONVERSAS E DESAFIOS NOS 4 ANOS DO THE SCIENCE COMMUNICATION NETWORK

SCIENCE COMMUNICATION NETWORK

Equipa deste podcast de comunicação de ciência.



ANDREIA OLIVEIRA



BRUNO FONSECA



LAURA LISBOA

O *The Science Communication Network* surgiu há quatro anos com o objetivo de falar sobre temas complexos de forma simples. Através do Podcast associado ao projeto, falamos de ciência em sentido lato, como conhecimento, com a ambição de criar uma rede de comunicação acessível entre pessoas de várias áreas – de cientistas em laboratório, a jornalistas, a decisores políticos ou mesmo artistas.

"É IMPORTANTE CONSTRUIR UM AMBIENTE EM QUE DIFERENTES VISÕES SE CRUZEM, EM QUE O CONHECIMENTO SEJA ACESSÍVEL, QUE DÊ ESPAÇO À CURIOSIDADE E CRIATIVIDADE, E QUE PROMOVA DECISÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS BASEADAS NA MELHOR INFORMAÇÃO DISPONÍVEL."

No início do nosso projeto, a ideia foi simples e direta: reduzir a lacuna existente na comunicação de ciência em Portugal. Deparámo-nos com a falta de canais para comunicar ideias complexas e avanços tecnológicos ao grande público, e com a fraca comunicação entre diferentes áreas de conhecimento que limita o impacto desses avanços na sociedade. Assim, percebemos que para criar esta rede precisávamos sobretudo de fomentar a conversa. O nosso Podcast tem por isso o objetivo de promover o diálogo através da divulgação de temas e do debate de ideias para responder aos desafios associados à comunicação de ciência.

Através dessas conversas, descobrimos que há muita vontade de ouvir e comunicar, e que há bastante trabalho a fazer na divulgação de conhecimento científico, geralmente associado apenas às ciências exatas. Descobrimos também que a necessidade de comunicar melhor o trabalho académico e profissional é transversal a várias áreas, mas que essa comunicação deve acontecer de forma simultânea e coordenada, na interação entre especialistas e a sociedade. Afinal, o pensamento científico atravessa todas as áreas do conhecimento e reflete-se no quotidiano da sociedade.

Ao longo deste projeto, percebemos que a curiosidade frequentemente se perde nas barreiras existentes à comunicação. A linguagem académica, a falta de acessibilidade dos meios tradicionais de divulgação científica e a ausência de um diálogo construtivo dificultam essa troca. Trabalhamos, por isso, com o objetivo de divulgar para o grande público conhecimento complexo de forma simples, mas rigorosa, acessível e interessante.

De futuro, esperamos que este projeto continue a trazer aprendizagens e diálogos proveitosos. O *feedback* que recebemos é claro: não existe um caminho único nem para a ciência, nem para a sua comunicação, e os percursos individuais lineares são raros. É importante construir um ambiente em que diferentes visões se cruzem, em que o conhecimento seja acessível, que dê espaço à curiosidade e criatividade, e que promova decisões individuais e coletivas baseadas na melhor informação disponível. Comunicar ciência não é apenas transmitir informação — é um dos pilares para construirmos um futuro melhor com contributos plurais.

ONDE MEDIA, VALORES E DEMOCRACIA

SE (DES)ENCONTRAM

TELMO SIMÕES

Unidade de Cooperação para o Desenvolvimento do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF).



Like, react, share. Se gostaste, faz subscribe. São as novas rotinas do nosso dia a dia. A Era da Informação, em que vivemos atualmente, tem mudado drasticamente a maneira como o Ser Humano percebe e interage com o mundo. A conexão constante à internet, ao mesmo tempo que aumentou a quantidade de conteúdo disponível, reduziu drasticamente a nossa capacidade de atenção para esse mesmo conteúdo.

Não é preciso preocupares-te: a tecnologia, como não poderia deixar de ser, tem uma solução para ti! Um algoritmo feito à tua medida e dos teus gostos, para garantir que te é apresentado apenas aquilo que te irá agradar e validar exatamente o que já acreditavas anteriormente. Sem chatices nem inconvenientes. Vamos ver no que está a resultar, então? *Ups!* As pessoas já não acreditam em ciência? Desvalorizam as alterações climáticas e dizem que as vacinas provocam mais doenças do que previnem? Como raio chegámos a este ponto?

Pois bem, parece que não é boa ideia confundir informação com entretenimento, e isso está a provocar um grave problema no sistema de funcionamento lógico das nossas sociedades. Num sistema democrático, em que todas as pessoas têm o seu dizer, o acesso a informação isenta e de qualidade é essencial para que as pessoas possam fazer um julgamento de qual é a melhor decisão a tomar para si e para a comunidade.

Atualmente, tem-se tornado cada vez mais difícil fazer esse julgamento. O facto de consumirmos notícias nos mesmos locais e com os mesmos critérios com que consumimos entretenimento dissolve as fronteiras entre estas duas esferas que pouco de comum deveriam ter entre si. A velocidade a que digerimos o conteúdo digital faz-nos ver a imagem e o título da notícia, mas não nos motiva a ler os detalhes para compreender as causas e os efeitos do que aconteceu. As próprias notícias têm de ter um valor de entretenimento, para serem atrativas às massas – afinal de contas, nesta sopa de *infotainment*, os números é que interessam – e isso coloca uma ênfase superior na forma e na rapidez com que são partilhadas e publicadas, retirando valor ao rigor, à responsabilidade, à profundidade e à ética dos materiais jornalísticos.

Esta tendência verifica-se nos programas informativos, onde o tempo dedicado aos sujeitos das notícias é transferido para comentadores peritos em tudo, na verdade peritos em nada, para que possam desconstruir e digerir a informação para os espectadores, muitas vezes influenciados por motivações ideológicas ocultas aos espectadores. *Influencers* e *YouTubers* tomam agora o papel de jornalistas e a produzem conteúdo de entretenimento que a sociedade considera como informativo e que não tem de respeitar o código deontológico exigido aos jornalistas. Veracidade, imparcialidade ou transparência são coisas que podem ficar para segundo plano, ou simplesmente atiradas para fora do enquadramento.

Quando as pessoas não conseguem distinguir facto de ficção, torna-se fácil a manipulação de narrativas distorcidas que rapidamente passam a ser consideradas realidade pela maioria. Por isso se tem dado tanta importância à percepção que as pessoas têm de algo – a segurança, a corrupção, ou até certo ponto a economia. Essa realidade pode ser confrontada e desconstruída, claro, com os dados, as estatísticas e a verdade que acontece no real do nosso mundo. Mas já não é isso que interessa, pois não é esse o tipo de conteúdo (*números? Que aborrecimento!*) que está presente na esmagadora maioria dos processos informativos de cada pessoa.

Como consequência, ficamos à mercê dos valores e motivações que as pessoas, os órgãos de comunicação, as redes sociais e os algoritmos definiram para nós. Não somos capazes de retirar as nossas próprias conclusões. Pessoas votam em medidas que são prejudiciais para os seus próprios interesses, simplesmente porque não conseguem compreender as consequências daquilo que defendem. Afinal de contas, o comentador disse que era uma excelente medida; apenas não disse que o era para os interesses de outras pessoas, mas não para os do espectador.

**"NUM SISTEMA DEMOCRÁTICO,
EM QUE TODAS AS PESSOAS
TÊM O SEU DIZER, O ACESSO
A INFORMAÇÃO ISENTA E DE
QUALIDADE É ESSENCIAL PARA
QUE AS PESSOAS POSSAM FAZER
UM JULGAMENTO DE QUAL É A
MELHOR DECISÃO A TOMAR PARA
SI E PARA A COMUNIDADE."**

Neste mundo onde cada vez mais se nutrem valores perfeccionistas e individualistas – imensos estudos apontam as redes sociais como causa para níveis recorde negativos de autoestima pessoal, tudo o que for bom para a comunidade vai continuar a ser preterido pelo que é bom para o indivíduo. Isto não são palavras ou termos soltos, sem consequências – são valores que resultam em piores condições para o nosso acesso à saúde, à educação, à mobilidade sustentável, a espaços comunitários acessíveis e de qualidade.

Não vejo uma solução fácil para este problema; é quase sempre impossível modificar o rumo do avanço tecnológico. Regulação, controlo e restrições são facilmente evitadas, e dão frequentemente origem a outras práticas ainda mais nefastas. É por isso que acredito que uma mudança positiva neste capítulo apenas seria possível alcançar através de uma educação baseada em valores humanistas, de compreensão, empatia e cooperação, que alterasse a relação que o Ser Humano tem com a sua envolvência e que restabelecesse a capacidade e a coragem de conseguirmos observar o mundo como ele realmente o é.



MANIFESTO PELA PAZ

ESCOLAS SECUNDÁRIAS DO MUNICÍPIO DO SEIXAL



Nós, Cidadãos, conscientes do mundo em que vivemos, e reunidos sob a mesma égide para toda a humanidade, afirmamos que a Paz é o único caminho possível para a construção de um futuro justo, próspero e harmonioso para todos. Acreditamos que a paz não é apenas a ausência de guerra, é, acima de tudo, uma condição dinâmica de convivência respeitosa, solidária e equitativa, em que a dignidade humana é preservada em todas as suas formas.

1. Pelo fim das violências, na sua multiplicidade

A violência, em todas as suas manifestações – seja física, psicológica, simbólica ou estrutural – fere a essência da nossa humanidade. É urgente que cada ser humano e cada sociedade se recuse a perpetuar a lógica da agressão entre indivíduos, comunidades e nações. A paz começa no coração de cada um e daí se expande para o coletivo que nos caracteriza, neste planeta que todos partilhamos.

2. Pela dignidade e pelos direitos humanos

A paz não pode existir onde a dignidade humana é negada. Exigimos a plena implementação dos Direitos Humanos em todas as partes do mundo, sem exceções. As desigualdades, a discriminação e as injustiças sociais alimentam os conflitos e as tensões entre povos. Somente através da promoção de um mundo mais justo, onde todos tenham as mesmas oportunidades e sejam tratados com respeito, se pode alcançar a paz verdadeira e duradoura.

3. Pela resolução pacífica dos conflitos

Num mundo globalizado e interconectado, os conflitos são inevitáveis, mas a guerra não deve ser a solução. Defendemos que todos os conflitos, internos, internacionais, ou inter-nacionais sejam resolvidos através do diálogo, da diplomacia e do respeito mútuo. O recurso à força deve ser sempre a última opção – e somente em conformidade com o Direito Internacional.

4. Pela educação para a paz

A paz não pode ser imposta de fora para dentro. É preciso investir, desde a infância, na educação para a paz, promover valores como a tolerância, o respeito pelas diferenças, sejam elas de que natureza forem, a solidariedade e a empatia. Só assim será possível criar e formar gerações que compreendam que a verdadeira força humana reside na capacidade de construir pontes e não muros, diálogo, em vez de afronta.

5. Pela proteção do meio ambiente e das futuras gerações

A paz não se restringe às relações entre os seres humanos; ela inclui, igualmente, a relação do ser humano com a natureza. A destruição ambiental, o desrespeito pela vida animal, as mudanças climáticas e a exploração insustentável dos recursos naturais do planeta colocam em risco, não apenas a sua biodiversidade, mas também a própria sobrevivência das futuras gerações. Defender a fauna e a flora é, portanto, uma questão de paz, de vital responsabilidade para com as gerações que ainda virão.

6. Pela solidariedade global e a cooperação internacional

A paz só será possível quando houver uma verdadeira solidariedade global, baseada na cooperação entre todos os países e povos, independentemente das suas diferenças culturais, políticas ou religiosas, entre outras. A criação de uma ordem internacional justa, que priorize a ajuda mútua e o bem-estar coletivo é essencial para evitar os conflitos e promover a paz duradoura.

Conclusão: Um mundo de paz é possível

Acreditamos que a paz não é um sonho utópico, mas uma necessidade **urgente**. Para alcançá-la, é preciso que todos nós, como indivíduos e como sociedade(s), nos unamos em torno de um projeto comum: o de construir um mundo onde os valores da justiça, da solidariedade, da liberdade e do respeito prevaleçam.

Assumimos o compromisso de trabalhar todos os dias, de forma individual e coletiva, para que a paz seja uma realidade, não apenas no papel, mas em cada ato, em cada palavra, em cada gesto. A paz não é apenas uma esperança, é um dever de todos nós.



PAZ, SEGURANÇA E DEMOCRACIA COM CLARA PASSARINHO

Por nós, por todos.

Juntos, pela Paz!

Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira

Escola Secundária de Amora

Escola Secundária João de Barros

Escola Secundária Dr. José Afonso

Escola Secundária Manuel Cargaleiro

5 de dezembro de 2024



A paz é a ausência de guerra? Quais as relações entre conflitos violentos e pobreza? Que principais custos humanos, económicos e sociais dos conflitos armados? Há um recuo das democracias pluralistas no mundo? E qual o papel do crescimento dos partidos políticos de extrema-direita no mundo nos direitos fundamentais?

**- ENTREVISTA A BRUNO CARDOSO REIS,
PROFESSOR DE POLÍTICA INTERNACIONAL
E GEOPOLÍTICA NO ISCTE-IUL.**



FOTOS: MÁRIO CRUZ

A VIOLÊNCIA, A INSEGURANÇA E OS CONFLITOS ARMADOS TÊM GRANDES CUSTOS HUMANOS, ECONÓMICOS E SOCIAIS. AGRANAM A POBREZA, CRIAM INJUSTIÇAS E AGRANAM DESIGUALDADES. EDUCAR PARA A PAZ E PROMOVER UMA CULTURA DEMOCRÁTICA É ESSENCIAL PARA MOBILIZAR TODA A SOCIEDADE EM TORNO DE VALORES PARTILHADOS, QUE PROMOVEM A CONVIVÊNCIA PACÍFICA, A COLABORAÇÃO E A COOPERAÇÃO EM PROLA DO BEM-ESTAR COMUM.

GLOBAL CONFLICT INDEX

16 PAZ ANTES DE TODAS AS GUERRAS

A DEMOCRACIA
VAI MUITO PARA ALÉM DA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES LIVRES E JUSTAS. FAZEM PARTE DE UMA CULTURA DEMOCRÁTICA:

- UM ESPAÇO ABERTO E FAVORÁVEL À SOCIEDADE CIVIL, COM ABORDAGENS INCLUSIVAS E TRANSPARÊNCIA NA TOMADA DE DECISÕES;
- UMA GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA QUE GARANTA O USUFRUTO DAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS;
- A PROMOÇÃO DE INSTITUIÇÕES EFICAZES E RESPONSÁVEIS PERANTE OS CIDADÃOS;
- A TRANSPARÊNCIA DO SISTEMA JUDICIAL E O ACESSO DE TODOS À JUSTIÇA;
- O DESENVOLVIMENTO DE UMA CIDADANIA PLENA E PARTICIPATIVA;
- A PREVENÇÃO E RESPOSTA PACÍFICA A TENSÕES, VIOLÊNCIA E CONFLITOS;

O QUE ESTÁ EM CAUSA?

A PAZ
É UM DIREITO HUMANO E UM PROCESSO DINÂMICO QUE NÃO SE LIMITA À AUSÊNCIA DE GUERRA.

PARA QUE A PAZ SEJA DURADOURA E INCLUSIVA, É ESSENCIAL INVESTIR NA CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA

PAZ POSITIVA
OU SEJA, ATUANDO NAS CAUSAS DOS CONFLITOS, ATRAVÉS NA REMOÇÃO OU REFORMULAÇÃO DOS

FATORES QUE CRIAM OU PERPETUAM A VIOLÊNCIA NUMA SOCIEDADE

SÓ O REFORÇO DO MULTILATERALISMO, DA COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAIS PODERÃO RESPONDER À ATUAL COMPLEXIDADE DAS AMEAÇAS À SEGURANÇA

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ AJUDA A AUMENTAR A CONFIANÇA NA DEMOCRACIA E NAS INSTITUIÇÕES.

NOS ÚLTIMOS ANOS, ASSUNTOS DO DESENVOLVIMENTO DO MUNDO LIGADOS À PAZ, SEGURANÇA E VULNERABILIDADE, NO QUE SE REFERE A TENSÕES E CONFLITOS, SALIENTAM-SE TRÊS CRISIS EM SINCRONIA:

SEGURANÇA, PAZ E DEMOCRACIA

A CRISE HUMANITÁRIA: AUMENTO DAS VÍTIMAS DOS CONFLITOS E DO DESLOCAMENTO FORÇADO
MÁS DE 100 MIL VÍTIMAS DAS GUERRAS SÃO CIVIS. AS MORTES RESULTANTES DE CONFLITOS E VIOLÊNCIA ATINGIAM NOVO PICO EM 2022 - MÁIS DE 236 MIL PESSOAS.

AS DESPERDÍCIOS MILITARES NO MUNDO TEM AUMENTADO CONSECUTIVAMENTE NOS ÚLTIMOS ANOS.

A CRISE DE SEGURANÇA: DETERIORAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PAZ NO MUNDO
O AUMENTO DA VIOLÊNCIA NO MUNDO TEM UM IMPACTO ECONÓMICO. QUASE 100 MIL PESSOAS MORRERAM EM 2022 COMO RESULTADO DE CONFLITOS E VIOLÊNCIA. O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) GLOBAL.

UMA PARCELA CRESCENTE DA POPULAÇÃO MUNDIAL VIVE SOB UM REGIME AUTOCRÁTICO

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ED)
É UMA DAS 3 DIMENSÕES DA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO PORTUGUESA. PROMOVE VALORES E ATITUDES DE SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA E CONTRIBUI PARA UMA CULTURA DE PAZ E DE NÃO VIOLÊNCIA. EM ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ABORDAGENS EDUCATIVAS - COMO A EDUCAÇÃO PARA A PAZ, A EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS, OU A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, A PAZ É UM DOS TEMAS DO **PROGAMA DE EDUCAÇÃO** QUE ORIENTA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E O ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO NESTA MATÉRIA.

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ENED)
PROMOVE E CONCRETIZA ESTES VALORES. EM ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ABORDAGENS EDUCATIVAS - COMO A EDUCAÇÃO PARA A PAZ, A EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS, OU A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, A PAZ É UM DOS TEMAS DO **PROGAMA DE EDUCAÇÃO** QUE ORIENTA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E O ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO NESTA MATÉRIA.

É TEMPO DE AGIR
A PAZ E A DEMOCRACIA, COM OS DIREITOS E LIBERDADES QUE LHAS SÃO INHERENTES, SÃO CONQUISTAS COLETIVAS QUE NÃO DEVEMOS DAR POR ACQUIRIDAS. E PRECISO EXERCITAR INDISSOLUBILMENTE A CONVIVÊNCIA PACÍFICA, NA DIVERSIDADE, A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE ENTRE TODOS. SE ESTES COMETIDOS COM A PAZ E A DEMOCRACIA NO MUNDO, PODES FAZER A DIFERENÇA.

CONCRETIZA A PAZ NAS TUAS RELAÇÕES PESSOAIS
PROMOVE A INFORMAÇÃO, COMPREENSÃO E RESPEITO MÚTUO
EXERCE OS TEUS DIREITOS DEMOCRÁTICOS

DIÁ INTERNACIONAL DA PAZ

EXPOSIÇÃO:

BIOMBO SEGURANÇA
PAZ E DEMOCRACIA



DIREITOS HUMANOS

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

45

Carolina Veloso.....	46
Filipa Fernandes	48
Inês Avelãs	50
Inês Câmara	52
José Tiago Sousa	54
Manuela Ivone Cunha.....	55
Mariana Hancock.....	57
Noémia Pizarro.....	59
Rita Correia Madeira.....	61
Shahd Wadi.....	63

Manifesto Jovens pelos direitos humanos, Associação Transmontana Pelo Desenvolvimento (ATPD).....	65
Direitos Humanos, com Clara Passarinho	66
Entrevista a Vasco Malta.....	66
Fotografias	67
Exposição (Biombo).....	68

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

Os direitos humanos – políticos, económicos, sociais e culturais – não são apenas ideais comuns, mas constituem uma condição básica para a dignidade. São padrões universais, inalienáveis, indivisíveis e interdependentes que devem guiar as ações dos Estados e da comunidade internacional, e que todos temos responsabilidade de proteger e defender.

A desigualdade de direitos persiste globalmente, afetando especialmente os mais vulneráveis. É fundamental eliminar as barreiras que geram ou perpetuam as violações dos direitos humanos, incluindo obstáculos jurídicos, institucionais, de políticas, de práticas e de mentalidades que ainda subsistem, em maior ou menor grau, em todos os locais do mundo. Os abusos e violações dos direitos humanos interpelam-nos a refletir sobre a noção da humanidade comum, sobre o valor da vida e da solidariedade em diferentes contextos e sociedades. A consciencialização sobre os direitos continua a ser uma necessidade e os movimentos cívicos, sociais e políticos desempenham um papel importante para a mudança social.



SABER MAIS
FICHA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

CONSULTAR
A INFOGRAFIA



O ESPELHO DA HUMANIDADE

CAROLINA VELOSO

Voluntária na Humanity on the Move (HOM).



Quantas vezes se olha ao espelho por dia? Ou no reflexo das janelas dos carros, ou pelo canto do olho no retrovisor, ou de relance nas montras de café? Onde se confronta olhos nos olhos e lhe escapa o pensamento: quem sou eu? O estádio do espelho (Lacan, 1949) acontece entre os 6 e 18 meses de idade, onde o ser humano é, pela primeira vez, capaz de se perceber no espelho. Numa primeira fase, apenas reconhece que a imagem de alguém, que a si, é desconhecido, mas pouco a pouco vai assimilando o seu próprio reflexo. “A procura do eu” trata-se de um dos diálogos mais antigos da humanidade, envolvendo filósofos, escritores, psicanalistas, entre outros pensadores. Independentemente, o espelho torna-se um espaço de reflexão interna e confronto entre “quem somos” e “quem queremos ser”.

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Neste enquadramento, é impossível negar que todos os “eu” são equivalentes, “iguais em dignidade e em direitos”. Porém, as dinâmicas de poder observadas entre classes, etnias, nacionalidades e género, são (incrivelmente) desequilibradas. A importância de expandir a dimensão do eu para o outro (“eu”) é imensurável na defesa dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.

Numa campanha de rua, a HOM levou para o espaço público, nas ruas do Porto e Lisboa, um espelho de corpo inteiro coberto por arame farpado e com a frase “Porque deve um arame dividir-nos?” (*Why should a wire divide us?*). A intenção deste objeto disruptivo é, por um lado, convidar “a plateia” a olhar-se nos olhos, num momento intros-

petivo, e refletir sobre o seu “eu”, o seu privilégio e a sua capacidade de compaixão e empatia para com pessoas migrantes em contextos de detenção. O arame farpado trata-se de uma alusão aos instrumentos desumanizantes de discriminação, expulsão e detenção de pessoas migrantes adotados pelo sistema fronteiriço da União Europeia. Por outro lado, através do uso do espelho, pretende-se realçar a dicotomia semelhança/diferença, representando a (des)universalidade dos direitos humanos, ao criar disrupção da própria imagem do “eu” com o arame farpado, o que resulta numa imagem espelhada fragmentada e descontínua. Este último elemento, perante as políticas desumanas de asilo, ilustra a fragmentação de identidade, que juntamente com processos de transformação e reconstrução do “eu” é um resultado recorrente na jornada de migração (La Barbera, 2015).

A empatia é a capacidade de o ser humano espelhar as circunstâncias do outro em si mesmo. Por outras palavras, é a expansão do “eu” para o outro. Ao compreendermos o que nos aproxima e distingue, reconhecemos as necessidades básicas e o direito à dignidade humana de cada um, livre de vedações e arame farpado. Direitos Humanos só serão universais se nos abrangerem a todos nós – humanos.

“A EMPATIA É A CAPACIDADE DE O SER HUMANO ESPELHAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DO OUTRO EM SI MESMO. POR OUTRAS PALAVRAS, É A EXPANSÃO DO “EU” PARA O OUTRO. AO COMPREENDERMO O QUE NOS APROXIMA E DISTINGUE, RECONHECEMOS AS NECESSIDADES BÁSICAS E O DIREITO À DIGNIDADE HUMANA DE CADA UM, LIVRE DE VEDAÇÕES E ARAME FARPADO.”



REFERÊNCIAS

- La Barbera, M. (2015). Identity and Migration: An Introduction. Em M. La Barbera (Ed.). *Identity and Migration in Europe. Multidisciplinary Perspectives*, Springer, pp. 1-13.
- Lacan, J. (1949). Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je, telle qu'elle nous a été révélée dans l'expérience psychanalytique. *Revue française de psychanalyse* 13(4), pp. 449-455.



FOTO: REFUGEE WEEK, HUMANITY ON THE MOVE.

CONTADOR DE HISTÓRIAS

**FILIPA
FERNANDES**

Voluntária na U.DREAM e na Atenta.



Quando somos pequenos leem-nos contos para adormecer que, mais tarde, vão sendo esquecidos. Quiçá por descrença, falta de tempo ou de sonhos. Arrisco-me a dizer que é quando crescemos que mais precisamos deles ou, pelo menos, de ser recordados que podemos ser o nosso próprio contador de histórias. Gosto de pensar que mudar o mundo é isso, não é fogo de artifício, mudar o mundo são as histórias que contamos à nossa comunidade.

Ser contador de histórias não é algo romantizado, narrar é dar voz e ter voz é liberdade. Talvez a liberdade de um contador de histórias seja perpetuada entre pessoas, talvez seja assim que a diferença pode ser feita. Assim, deixo-vos alguns capítulos.

Poesia de mão dada

Tenho uma coletânea de poemas, alguns rabiscos, versos soltos e cartas de rima de mão dada. Tenho um poema dedicado à minha mãe; uma palavra particular no seu significado, no peso da sua entoação, apesar de ser formada por apenas três letras. É fascinante a dimensão que algo tão pequeno pode ter. Li este poema a uma idosa numa tarde de voluntariado. Peguei-lhe na mão, enrugada pelo tempo e contei-lhe uma história em poesia. E ela ouviu, emocionou-se com a força que as palavras guardam e com a companhia que fazem; gosto de pensar que nessa tarde se sentiu menos sozinha.

Purpurinas

As crianças sonham de olhos abertos, são de riso fácil e de imaginação incessante. Ações de voluntariado com elas é receber abraços apertados, é deixar um bocadinho de mim com elas e trazê-las comigo também. Numa tarde, enquanto dançava com

a mais pequena ao colo, dois outros sonhadores vieram ter comigo com mãos cheias de purpurinas. Corri para o jardim com eles, contámos até três e vimos o céu pintado de brilhos amarelos. Pode ser tão fácil fazer alguém feliz.

Retratos do tempo

A U.DREAM é uma associação que forma líderes sociais e dinamiza centenas de jovens em ações voluntárias na sua comunidade. Tenho aprendido imenso e sou grata por pertencer a uma casa orientada por valores nos quais me revejo. Através dela fui percebendo que a forma mais bonita para mudar o mundo é usar o que nos faz feliz para contagiar o outro. Tenho-me encontrado na arte da fotografia, no detalhe das expressões, na imortalização de um momento. Numa manhã fotografei retratos de idosos, elogiei delicadamente os seus sorrisos, as suas roupas. A cada fotografia notei que se sentiam mais à vontade, ganhando uma luz diferente; sentiram-se cuidados, bonitos. Regressei com um álbum cheio de personalidades e de histórias de vida.

Flores e serenatas

Um dia saí à rua vestida de princesa. Outros de nós de piratas, uns de mimos e os restantes prontos para uma luta de almofadas. Nesse dia, a U.DREAM foi uma máquina do tempo. Vi adultos a correr pelas ruas com almofadas, casais a ouvir serenatas de músicas antigas, mimos a oferecer amor em palavras escritas. Não digo que o mundo não precisa de grandes mudanças, de ativismo e manifestações, porém, sublinho que precisa também de pessoas sem medo de serem diferentes na sua simplicidade. Entregámos flores, colecionámos sorrisos, dançámos com estranhos. Aquela rua do Porto nunca me pareceu tão cheia de vida.

À volta da fogueira

Esta é uma história sobre a Atenta. Existe uma semelhança muito nítida entre estas duas associações que mencionei: as pessoas que a formam. São daquelas pessoas de coração no sítio certo. A Atenta é uma associação formada por estudantes da Fa-

**"GOSTO DE PENSAR
QUE MUDAR O MUNDO
É ISSO, NÃO É FOGO
DE ARTIFÍCIO, MUDAR
O MUNDO SÃO AS
HISTÓRIAS QUE
CONTAMOS À NOSSA
COMUNIDADE."**

culdade de Medicina da Universidade do Porto que atua a nível nacional, através de campanhas de recolha, ações de voluntariado local e formações, bem como internacional, apoiando o Hospital de Bafatá, na Guiné-Bissau.

Espero um dia ir em missão para Bafatá. Esta é uma narração de um momento especial, no qual nos sentámos em roda enquanto ouvíamos relatos de viagem. Membros da equipa partilharam que, na sua chegada ao hospital, se questionaram se faria sentido estarem ali, como poderiam ajudar. Cito o que disseram a seguir e que tanto me marcou: "Às vezes ajudar é deixar ser ajudado". Saber estar lá para o outro, de peito aberto para aprender com quem já sabe pelo caminho de experiência. Não sei ainda o que é estar em missão, longe de casa e sem saber onde posso ser útil. Não sei o que é ver pessoas a morrer num hospital por falta de oxigénio ou de condições de higiene. Não sei o que são mães a chorar com um filho nos braços. Este é também o papel de um contador de histórias, exprimi-las sem receios, chocar com a sua realidade. Se há algo faz a diferença é a força das palavras.

Ser contador de histórias não é um trabalho fácil, há quem não acredite nelas ou tenha medo de o fazer. Mas se fosse fácil todos seríamos contadores de histórias. Quem sabe com este texto os narradores se multipliquem.

OS ECOS DE PROTEÇÃO:

A VERDADEIRA FACE DA CRISE DE ASILO NA UNIÃO EUROPEIA

INÊS AVELÃS

Jurista dedicada aos direitos humanos e democracia.



Estudei a legislação de asilo na União Europeia (UE) e a sua aplicação, mas a realidade que encontrei na Grécia superou as minhas piores expectativas. O que mais choca não são os números de chegadas (o que leva muitos erradamente a chamar “crise de refugiados”) ou as realidades que levam as pessoas a fugir dos seus países de origem, mas sim a falência política e humanitária que permeia a resposta europeia — uma crise de solidariedade. Por outras palavras, **o que mais impressiona é o completo desrespeito pela legislação e pelos princípios básicos do Estado de Direito.**

Antes mesmo de pisar solo europeu, milhares, à procura de proteção internacional, enfrentam as consequências dos acordos da UE com países terceiros. Estas parcerias, muitas vezes estrategicamente reforçadas, envolvem países com graves históricos de violações de direitos humanos. Os Estados Membros ou a UE, em troca de apoio militar, financeiro, económico, político ou de outros benefícios, transferem as suas responsabilidades para esses países, apesar dos compromissos assumidos em fóruns como a própria UE, o Conselho da Europa e as Nações Unidas. Estes acordos criam as condições para que regimes autocráticos utilizem aquele/as que procuram asilo como “moedas de troca” em jogos políticos, colocando-o/as em situações mais vulneráveis e inseguras.

Para aquele/as que conseguem chegar às fronteiras da UE, os Estados Membros praticam políticas de retorno ilegais, conhecidos como “pushbacks”. Estas práticas ocorrem nas fronteiras terrestres e marítimas

e visam o bloqueio sistemático de entrada ou a expulsão de pessoas deslocadas à força, ocorrendo já em território europeu de forma ilegal e violenta. Estas práticas violam o direito à vida, à proibição de tortura e de tratamento desumano. São claras violações do princípio de “non-refoulement”, que proíbe o retorno forçado aos países de origem ou de trânsito de quem procura asilo por receio de perseguição, tortura, tratamento desumano ou quaisquer outras violações de direitos humanos.

Aquele/as que sobrevivem a estas políticas desumanas e cruéis enfrentam, ainda, labirintos legislativos e administrativos cada vez mais restritivos e complexos bem como condições de vida desumanas.

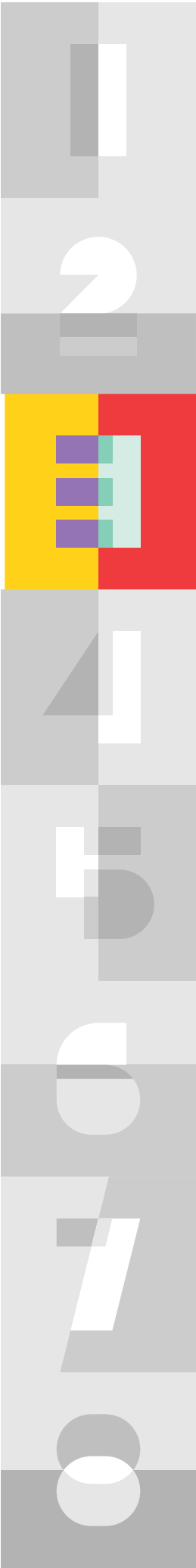
A nova legislação de asilo da UE, o Pacto para as Migrações e Asilo, adotado em 2024, é um claro exemplo da erosão dos direitos de todo/as o/as que procuram proteção. Este reforça o uso de conceitos como “países seguros”, normaliza os procedimentos de fronteira com prazos impossíveis, coloca a tónica na segurança das fronteiras e dá sinais para deportações rápidas.

“É POSSÍVEL IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE ASILO HUMANAS, DIGNIFICANTES E EFICAZES (COMO SE PROVOU EM 2022 COM O ACOLHIMENTO DAS PESSOAS QUE FUGIRAM DA UCRÂNIA), MAS ISSO EXIGE VERDADEIRA VONTADE POLÍTICA E NÃO A CEDÊNCIA A DISCURSOS RACISTAS E SIMPLISTAS DE REALIDADES COMPLEXAS.”

As condições degradantes dos campos na Grécia e em todos os Estados Membros persistem. Ao mesmo tempo, as acomodações individuais e com condições mais humanas têm vindo a ser desmanteladas e fechadas.

Simultaneamente, muito/as do/as que demonstram apoio e expressam solidariedade para com as pessoas em situação de deslocamento forçado são criminalizado/as e enfrentam restrições burocráticas impostas pelos Estados Membros.

Apesar de tudo isto ser conhecido, os Estados Membros e a UE têm desconsiderado os avisos sobre os riscos e desumanidade da atual política de asilo. **É possível implementar políticas de asilo humanas, dignificantes e eficazes** (como se provou em 2022 com o acolhimento das pessoas que fugiram da Ucrânia), **mas isso exige verdadeira vontade política e não a cedência a discursos racistas e simplistas de realidades complexas.**



CULTURA E CIDADANIA GLOBAL:

UM DIREITO E UM COMPROMISSO

INÊS CÂMARA

Fundadora e diretora da Mapa das Ideias.



A cultura não é apenas uma expressão da humanidade; é um direito humano fundamental (Artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos) e um motor de transformação social. Nos últimos anos, diversos movimentos e campanhas internacionais têm defendido uma maior integração da cultura nas agendas globais, sublinhando a urgência de um compromisso estrutural que precisa de mecanismos concretos de financiamento e políticas públicas.

A Declaração da MONDIACULT 2022 reforça que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU não podem ser plenamente alcançados sem uma consideração transversal da cultura (UNESCO, 2022).

"O SETOR CULTURAL ENFRENTA AMEAÇAS CRESCENTES, COMO A CENSURA, A REPRESSÃO DE ARTISTAS DISSIDENTES, A DESINFORMAÇÃO DIGITAL E A UTILIZAÇÃO INSTRUMENTAL DA CULTURA PARA FINS PROPAGANDÍSTICOS. A PROTEÇÃO DA CULTURA E DA LIBERDADE ARTÍSTICA DEVE SER UMA PRIORIDADE EM QUALQUER ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA GLOBAL."

A campanha #Culture2030Goal defende que a cultura tenha um ODS específico na próxima agenda global, destacando os seguintes objetivos:

- Realizar os direitos culturais para todos.
- Promover uma cultura de paz e não-violência.
- Proteger e salvaguardar todas as formas de património.
- Fomentar a diversidade de expressões culturais.
- Assegurar condições justas de trabalho para artistas e profissionais da cultura.
- Integrar a cultura nas políticas ambientais e urbanísticas.

O direito à cultura está diretamente ligado ao direito à participação na vida democrática. Como refere a Carta de Roma de 2020, a cultura não pode ser vista apenas como um setor, mas sim como um campo de ação política e social, permitindo que as comunidades se expressem, se organizem e lutem pelos seus direitos.

A relação entre cultura e democracia é evidente em diversos aspetos:

- Liberdade de expressão: Garantir que artistas e produtores culturais possam criar sem censura ou repressão.
- Direitos digitais e acessibilidade : Promover o acesso à cultura em plataformas digitais sem barreiras económicas ou tecnológicas.
- Pluralismo e inclusão : Assegurar que todas as vozes – incluindo comunidades indígenas, migrantes e grupos marginalizados – tenham espaço na esfera cultural.

Durante a pandemia da COVID-19, a cultura foi reconhecida como essencial para manter o bem-estar mental, a educação e a solidariedade social. Hoje, perante crises como a guerra na Ucrânia, os conflitos no Médio Oriente e a escalada do extremismo na Europa e nos Estados Unidos da América, a cultura continua a ser um fator de resistência, empatia e reconstrução social.

Ao mesmo tempo, o setor cultural enfrenta ameaças crescentes, como a censura, a repressão de artistas dissidentes, a desinformação digital e a utilização instrumental da cultura para fins propagandísticos. A proteção da cultura e da liberdade artística deve ser uma prioridade em qualquer estratégia de segurança democrática global. No entanto, essa mesma crise expôs a precariedade do setor cultural, reforçando a necessidade de políticas que protejam trabalhadores culturais e garantam investimentos estruturais.

Se queremos construir sociedades mais justas, sustentáveis e democráticas, a cultura não pode continuar a ser um elemento secundário nas agendas de desenvolvimento. Pelo contrário, deve ser reconhecida como um motor de transformação social, essencial para enfrentar os enormes desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

- Culture 2030 Goal (2023). *Delivering a Culture Goal for Global Agendas: Commitment to an Explicit Culture Goal in MONDIACULT Declaration Welcome. Now Is the Time to Deliver.*
- UCLG – United Cities and Local Governments (2020). *The Rome Charter 2020. The Right to Participate Fully and Freely in Cultural Life is Vital to Our Cities and Communities.*
- UNESCO (2022). *MONDIACULT 2022 Conference Declaration.*



DIREITOS HUMANOS E VALORES EUROPEUS

JOSÉ TIAGO SOUSA

Doutorando em Políticas Públicas para as Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Lisboa.



Os direitos humanos são mesmo o fundamento de uma sociedade justa, equitativa e democrática. Afirmam-se como mais que princípios idealizados – têm a potência de conservar a dignidade e a liberdade real. A União Europeia tem sido um dos mais firmes defensores destes valores, promovendo políticas que refletem um compromisso genuíno e contínuo, desde a cidadania democrática, à liberdade de expressão e até à sustentabilidade ambiental e social.

Dediquei-me a projetos de voluntariado, ativismo e, além de outros elementos, já tive um cargo institucional na área da Sustentabilidade. Aprendi que cada gesto nos faz aprender com a adversidade. Recordo o impacto transformador do voluntariado após um terramoto em Itália, Nórchia. No meio da destruição, percebi que o mais importante não era apenas a reconstrução, mas recuperar a confiança, proporcionar conforto e escutar as histórias de quem tinha perdido o esforço de uma vida. Desde crianças, para as quais os momentos lúdicos traziam alguma normalidade, até a idosos que a início, e por orgulho, hesitavam em expor a sua dor. Aprendi assim que a verdadeira ajuda se desenvolve no diálogo humano, embora o mesmo seja, por vezes, difícil e tenha um resultado tímido.

Por outro lado, noto que os direitos humanos não apenas conservam imperativos universais, mas moldam continuamente os preceitos tradicionais para um mundo melhor. Tal como o jogo vulgar entre voluntários e vítimas ajuda a criar laços e a quebrar barreiras, também o diálogo sobre os direitos humanos deve ser evolutivo, mas pragmático, sendo capaz de reafirmar uma democracia cristalina. O compromisso da Europa com a dignidade humana não é, pois, apenas formal. A União Europeia é mesmo um modelo de resiliência, promo-

vendo a cooperação e incentivando o cidadão na sua participação democrática – como se ilustra no Plano Europeu para a Democracia. No entanto, expressar conquistas de forma eficaz continua a ser um desafio. Alguns vêm a defesa democrática como burocrática, degenerando (de modo exagerado) essa percepção em ideias fiéis a fanatismos ou excessos ideológicos. A cura deste problema, que se induziu, é crucial para uma postura humanizada que recupere os respetivos danos e, não só os compense devidamente, mas evite, com transparência, que o erro se repita...

Olhando para o futuro, o desafio é que esses valores democráticos presidam a transição climática, a evolução digital e a luta contra as desigualdades e a pobreza, requerendo políticas eficazes e um compromisso muito firme com estes princípios. A mudança está a acontecer de modo gradual e sem aspirações hipermodernas – a cidadania ativa é aqui determinante na defesa dos direitos humanos, como demonstra, na prática, o *European Solidarity Corps* – promove a liberdade e a dignidade através da solidariedade, concretizando o importante legado de Jean-Claude Juncker que vem reforçando a participação dos jovens na Europa e inspirando o seu espírito de interajuda.

O meu percurso, mostra-me, em suma, que a Europa é uma realidade dinâmica, moldada por desafios complexos, mas com soluções justas. Todos sabem, contudo, que nenhuma mudança nasce num só instante – os valores da liberdade, dignidade e sustentabilidade continuarão esta mudança... para melhor!

"NO MEIO DA DESTRUIÇÃO, [APÓS O TERRAMOTO,] PERCEBI QUE O MAIS IMPORTANTE NÃO ERA APENAS A RECONSTRUÇÃO, MAS RECUPERAR A CONFIANÇA, PROPORCIONAR CONFORTO E ESCUTAR AS HISTÓRIAS DE QUEM TINHA PERDIDO O ESFORÇO DE UMA VIDA."

INSTITUIÇÕES PRISIONAIS E DIREITOS HUMANOS – ONTEM E HOJE

**MANUELA
IVONE CUNHA**

CRIA-Universidade do Minho⁶



Aqui e em toda a parte, ouvimos falar de prisões por um reduzido número de motivos. Entre eles contam-se as violações mais ou menos esporádicas de direitos humanos que chegam ao conhecimento dos media, ou reportadas de tempos a tempos por organizações internacionais. Porém, importa conhecer o sentido das tendências de fundo por detrás da espuma dos episódios, bem como as ideias que as sustentam.

Por natureza uma instituição coerciva, tende a pairar sobre a prisão uma suspeita de ilegitimidade num quadro de direitos humanos que foi estabelecendo limites à punição e inspira periodicamente reformas prisionais na maior parte das democracias liberais. Expectativas de decência, de respeito pela dignidade e direitos das pessoas presas, de humanização dos regimes penitenciários, motivaram a criação de regras e padrões quanto às condições de detenção, e direitos e oportunidades básicos dos prisioneiros. Esta tendência não deveria ser desvalorizada como mera fachada para mascarar os efeitos deletérios da reclusão. Mesmo que as garantias formais não bastem para assegurar por si só justiça e equidade, contribuem para conter os excessos de poder, moderar discriminações flagrantes e conferir aos reclusos alguns meios para contestar a arbitrariedade aberta.

Pode-se falar neste caso de uma tendência para a moralização e, sobretudo, “normalização” da instituição. Tal não significa, entenda-se, tornar o recurso à pena de prisão (mais) frequente e banal – bem

pelo contrário. O que se entende, então, por isso? Se antes essa noção se limitava a sugerir a recondução dos reclusos à norma, agora é a própria instituição que deve, também ela, “entrar na norma” enquanto subsistema da sociedade. Normalizar a instituição prisional significa aqui reduzir o desfasamento entre o mundo intramuros e o mundo extramuros em dimensões essenciais da existência humana – cívica, afetiva, educativa, sexual. Ao procurar espelhar tanto quanto possível o meio livre, dentro dos limites impostos pelos imperativos de segurança que as prisões continuam a dever salvaguardar, o princípio da normalização norteia-se em tudo mais pela semelhança entre ambos. Este princípio, adotado por vários países europeus, tem nos seus antípodas um outro, privilegiado noutras jurisdições ou coexistindo em tensão crónica com ele – o da “menor elegibilidade”, que preconiza a dissemelhança máxima entre os dois meios. Dito de outro modo, as condições de existência no meio prisional deveriam permanecer suficientemente divergentes das do meio livre e manter-se abaixo dos padrões sociais mínimos para preservar um carácter punitivo e dissuasor. É esta perspetiva que transparece, por exemplo, no conhecido chavão “prisão-hotel-de-cinco-estrelas” sempre que é introduzida na prisão algum bem de consumo corrente vulgarizado há muito no meio livre, como a televisão.

A normalização tem inspirado práticas variadas, desde simplesmente reconhecer na prisão as identidades prévias das pessoas presas, sem as substituir por um número ou um uniforme, até políticas mais amplas destinadas a promover, em vez de reduzir, o acesso à educação, saúde e formação profissional. Não se trata apenas de proporcioná-lo intramuros, mas de enquadrá-lo numa perspetiva mais ampla sobre a inclusão social e a integração na cidadania em articulação com sistemas públicos extramuros.

Em Portugal, aos desenvolvimentos registados no século XX nas políticas visando reduzir o fosso com o mundo livre em aspetos centrais da existência e nos direitos humanos, incluindo direitos cívicos e políticos como o exercício do direito de voto durante a reclusão, e ainda a sexualidade, com as visitas íntimas/conjugais, têm-se somado outros no século XXI, como no domínio da expressão de género, com um acompanhamento de pessoas presas transgénero mais alinhado com o direito à autodeterminação da identidade de género consagrado na Constituição.

Estas evoluções não são, porém, lineares nem impedem que o fosso com o mundo extramuros se cave noutros âmbitos. Apesar dos novos media e as tecnologias digitais se terem tornado onnipresentes no meio livre, a sua ausência no mundo intramuros não só não permite aí a luta contra a infoexclusão como ingrediente contemporâneo da (re)integração, como configura um fosso digital entre ambos. Além de não serem lineares, tão pouco são irreversíveis, como não o são avanços nos direitos humanos que tendemos a crer consolidados para todo o sempre.

"HOJE ESPERA-SE TAMBÉM DAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS O QUE ANTES SE ESPERAVA APENAS DAS PESSOAS PRESAS: QUE "ENTREM NA NORMA". ESPERA-SE QUE ESTAS INSTITUIÇÕES ESTEJAM ALINHADAS COM O MEIO LIVRE EM ASPETOS CENTRAIS DA EXISTÊNCIA HUMANA E NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS."



NO CAMINHO CERTO, COM OS ODS

MARIANA HANCOCK

Centro Padre Alves Correia (CEPAC), IPSS de apoio a pessoas imigrantes, Gabinete de Comunicação e Advocacy.



Vivemos num mundo em movimento e transformação. Todos os dias, milhares de pessoas deixam os seus países em busca de uma vida melhor. Algumas fogem de conflitos ou perseguição, outras procuram melhores oportunidades de trabalho ou estudo. Em Portugal, assim como em muitos outros países, **a imigração é uma realidade que faz parte da nossa sociedade.**

As migrações são muito mais do que deslocamentos físicos. Elas representam sonhos, desafios e oportunidades. Numa sociedade onde a desigualdade ainda marca muitas vidas, as pessoas migrantes enfrentam barreiras diárias para aceder a direitos básicos como trabalho, educação e saúde. Muitas vezes, são vítimas de preconceito e discriminação, sendo vistas como uma ameaça em vez de um contributo. No entanto, se olharmos para os factos, percebemos que a imigração tem um impacto positivo no desenvolvimento dos países de acolhimento e de origem. A migração não deve ser vista como um problema a ser resolvido, mas sim como um fenómeno estrutural ligado ao desenvolvimento.

Se queremos um mundo mais justo e inclusivo, temos de garantir que todas as pessoas, independentemente da sua origem, possam viver com dignidade. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dão-nos um caminho claro para isso. Há muito que depende de altos representantes políticos, de grandes grupos económicos, sim. Mas há também uma grande parte que depende de ti: das tuas escolhas, comportamentos, atitudes e ações.

A redução das desigualdades implica reconhecer que as pessoas migrantes têm os mesmos direitos que qualquer outra. O acesso a um trabalho digno é essencial para que possam reconstruir as suas vidas e contribuir plenamente para a sociedade. A educação de qualidade não deve ser um privilégio de alguns, mas um direito garantido para todos, permitindo que crianças migrantes tenham as mesmas oportunidades que qualquer outra criança. A construção de sociedades pacíficas passa, também, pelo respeito e pela valorização da diversidade.

Muitas vezes, ouvimos discursos negativos sobre a migração, mas é fundamental desafiar essas narrativas. Embora os meios de comunicação frequentemente destaquem os desafios da migração, os dados mostram que apenas 3,6% da população mundial é composta por migrantes internacionais, e a maioria das migrações ocorre de forma regular e segura. A desinformação sobre este tema tem sido amplamente utilizada para criar medo e polarização, prejudicando o debate público e a formulação de políticas justas.

A história da humanidade é feita de movimentos e trocas culturais, e é dessa diversidade que nascem sociedades mais ricas e inovadoras. Cabe, a cada um e uma de nós, agir contra preconceitos e criar pontes em vez de muros. Pequenos gestos, como apoiar a integração de colegas migrantes na escola ou no trabalho, denunciar injustiças ou apoiar organizações que defendem os direitos humanos, fazem uma enorme diferença. Além disso, podemos e devemos exigir políticas mais justas, que garantam proteção e oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade.

O Relatório Anual das Nações Unidas de 2024 mostra que, apesar dos desafios, o progresso é possível. Iniciativas de construção da paz, por exemplo, receberam um financiamento de \$203 milhões de dólares em 36 países, enquanto 9 milhões de pessoas em contextos frágeis foram apoiadas com empregos e meios de subsistência.



De acordo com cientistas, até 2050, mais de 216 milhões de pessoas poderão ser forçadas a deslocar-se dentro dos seus países devido a impactos ambientais. Enquanto isso, os fundos para apoio humanitário não acompanham a crescente necessidade. Milhões de vidas são colocadas em risco quando o compromisso político e financeiro com os ODS não é cumprido, como são disso exemplo os cortes extremos anunciados recentemente pelos Estados Unidos da América.

Os ODS convidam-nos a repensar o mundo que queremos construir. Hoje, mais do que nunca, temos de exigir o cumprimento de compromissos e políticas mais justas, e de agir para que não nos desviemos, como humanidade, do caminho certo: em que nenhuma pessoa é deixada para trás.

"AS MIGRAÇÕES SÃO MUITO MAIS DO QUE DESLOCAMENTOS FÍSICOS. ELAS REPRESENTAM SONHOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES. NUMA SOCIEDADE ONDE A DESIGUALDADE AINDA MARCA MUITAS VIDAS, AS PESSOAS MIGRANTES ENFRENTAM BARREIRAS DIÁRIAS PARA ACEDER A DIREITOS BÁSICOS COMO TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE."



MIGRAÇÃO SEM TABUS, COM DIREITOS

**NOÉMIA
PIZARRO**

Centro de Estudos
Internacionais do
ISCTE-IUL. Consultora
em políticas da UE.



As campanhas anti-imigração que deram a vitória a Donald Trump e levaram ao crescimento da extrema-direita em vários países têm sido marcadas por retóricas populistas, informações falsas e falta de conhecimento. A eficácia das políticas migratórias é muitas vezes prejudicada por ideias fáceis, à direita e à esquerda, como que a imigração está “descontrolada” e que as políticas são um fracasso. Igualmente simplistas são os exageros sobre os seus benefícios culturais e económicos.

A abundante investigação que temos hoje aponta, porém, para uma realidade mais complexa. A “invasão sem precedentes” de ilegais, por exemplo, é desmentida pelos dados da Organização Internacional das Migrações (OIM) que revelam que a maioria das pessoas vive toda a sua vida nos países de origem, que os imigrantes são na sua esmagadora maioria legais, e que a imigração representa apenas uma pequena percentagem da população mundial atual (cerca de 3,5%). Também a ideia propagada de que as políticas de imigração se tornaram fechadas e até mesmo “racistas” nos países ocidentais está longe de ser verdade, com estudos a demonstrar que, nos últimos cem anos, as políticas se tornaram globalmente mais liberais e menos restritivas para a maioria das categorias de migrantes em 45 países de destino (de Haas, Natter & Vezzoli, 2018). Também está demonstrado que os ganhos dos imigrantes não se obtêm à custa dos salários dos nacionais, mas devido à enorme diferença entre os salários muito baixos que recebem nos seus países de origem e os muito mais elevados que auferem nos países de destino (Collier, 2013).

A “causa profunda” da imigração não é, portanto, a pobreza, mas sim esta enorme diferença salarial entre países pobres e ricos. Aliás, a pobreza absoluta é um *obstáculo* ao elevado investimento necessário para migrar, travando e imobilizando as pessoas mais pobres nos seus países de origem. Pelo que, ao contrário do que costumamos ouvir, a ajuda ao desenvolvimento não “combate” a migração, mas aumenta-a a médio prazo, na medida em que dá aos potenciais migrantes capacidades financeiras para migrar (de Haas, 2007).

Uma abordagem assente em dados reais não quer, evidentemente, dizer, que se deva acabar com a imigração por causa dos seus aspetos negativos, como também não significa que os governos democráticos não possam ou não devam controlá-la. Como escreveu David Frum, “se os liberais insistem que somente os fascistas conseguem fazer respeitar as fronteiras, então os eleitores contratarão fascistas para fazer o trabalho que os liberais se recusam a fazer”. No entanto, nestes tempos cada vez mais implacáveis contra os imigrantes, não podemos abandonar o discurso dos direitos. Afirmar que os migrantes têm direitos nada tem a ver com *wokismo* ou guerras culturais e ideológicas. Embora seja evidente que têm de cumprir as leis dos países onde vivem, o seu estatuto legal não é um “favor” pelo qual têm de estar para sempre agradecidos, ou um “presente” que o Estado lhes decidiu generosamente conceder e que deve ser retribuído com a cabeça baixa. Embora raramente assumido pelos

“[OS DADOS] REVELAM QUE A MAIORIA DAS PESSOAS VIVE TODA A SUA VIDA NOS PAÍSES DE ORIGEM, QUE OS IMIGRANTES SÃO NA SUA ESMAGADORA MAIORIA LEGAIS, E QUE A IMIGRAÇÃO REPRESENTA APENAS UMA PEQUENA PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL ATUAL.”

governos nos países de destino, as razões principais que fazem mover os migrantes são o seu recrutamento ativo pelas empresas, o que desmente a ideia de que eles simplesmente “aparecem” nas fronteiras de forma espontânea.

Será certamente preciso encontrar uma cidadania partilhada, como dizia Robert Putnam. Mas somente com dados reais, sem tabus e sem hesitações no discurso dos direitos conseguiremos políticas de imigração que não sejam ditadas por extremistas.

REFERÊNCIAS

- Collier, Paul (2013). *Exodus: How migration is changing our world*. Oxford: Oxford University Press, pp. 169–176.
- De Haas, Hein (2007). Turning the tide? Why development will not stop migration. *Development and Change* 38(5), pp. 819–841.
- Putnam, R. (2007). *E Pluribus Unum: diversity and community in the 21st century*. *Scandinavian Political Studies* 30(2), pp. 137–174.
- OIM (2024). *World Migration Report 2024*. Nações Unidas.
- De Haas, H., Natter, K. & Vezzoli, S. (2018). Growing Restrictiveness or Changing Selection? The Nature and Evolution of Migration Policies. *International Migration Review* 52(2), pp. 324–367.

AGROECOLOGIA E DIREITOS HUMANOS⁷

RITA CORREIA MADEIRA

Socióloga no projeto Radar Social na Câmara Municipal de Vila Flor, e fundadora e membro da Associação Transmontana Pelo Desenvolvimento (ATPD).



o direito de definir as suas políticas agrícolas e alimentares, nem têm controlo sobre o mercado interno e os recursos naturais. Não se promove uma agricultura local, diversa, camponesa, sustentável, culturalmente adequada e os consumidores/as não detêm todas as informações sobre o que consomem. Assim, é possível afirmar que “a revolução verde falhou na sua missão de proporcionar comida abundante, segura e barata para toda a gente” (Encarnação, 2020, p.6).

A 28 de julho de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas fez história ao reconhecer o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável como um Direito Humano. No entanto, há um caminho muito longo a percorrer até que esse Direito seja uma realidade. De facto, atualmente assistimos a um agravar das alterações climáticas, com fenómenos climáticos extremos, elevados níveis de poluição, erosão dos solos, perdas de biodiversidade, entre outros – problemas que estão associados, nomeadamente, ao atual modelo agroalimentar.

A chamada revolução verde, que surgiu na década de 1960, remete para um processo de industrialização da agricultura e da pecuária. Caracteriza-se pelo elevado grau de mecanização, pela utilização de sementes modificadas, pela produção de Alimentos Geneticamente Modificados (AGM), pela produção intensiva e deslocalizada com base em agrotóxicos e pela uniformização dos produtos. Desenvolveu, no seio do capitalismo, um sistema agroalimentar intensivo, industrial, quilométrico (já que os alimentos viajam milhares de quilómetros desde a produção até ao consumo), deslocalizado e “petrodependente” (isto é, dependente de petróleo) (Vivas, 2017). Este modelo, para além de contrariar o Direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, desrespeita os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos animais, e tem impactos gravíssimos no ambiente e na saúde. Acresce que não garante a segurança nem a soberania alimentar, dado que os povos não têm

Neste contexto, passou a ser necessário procurar caminhos alternativos e, assim, foram surgindo iniciativas económicas que “recuperam princípios da associação e autoajuda característicos das sociedades pré-capitalistas” (Pinheiro, 2018, p. 18). Existem várias abordagens e propostas de caminhos alternativos dentro da “outra economia” (Cattani, 2009), que se regem pelos princípios da solidariedade, sustentabilidade, inclusão e emancipação social. A proposta da agroecologia surge como uma opção alternativa que implica uma agricultura alternativa àquela que é praticada no pós-revolução verde (Rover, Gennaro & Roselli, 2016).

REFERÊNCIAS

- Cattani, A. D. (2009). Construindo a outra economia. Em Cattani, A. D., Laville, J. L. Gaiger, L. & Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Edições Almedina, SA.
- Encarnação, M. F. S. (2020). *Práticas agroecológicas em Portugal: escalas, intensidades, mitigação e adaptação*. (Tese de mestrado). Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.
- Parmentier, S. (2014). *Scaling-up agroecological approaches: what, why and how?* Discussion Paper. Oxfam-Solidarity.

⁷ Este texto inclui secções adaptadas de um trabalho anterior: Madeira, R. (2022). *Mulheres agricultoras em ação: Processo de co-construção de um programa de intervenção agroecológico a partir da ADER-SOUSA [Relatório de Estágio, Universidade do Porto]*. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/144632>

- Pinheiro, G. P. (2018). "Da Nossa Terra": uma resposta eficaz para uma atividade economia alternativa? – Estudo sobre a agricultura do concelho de Penafiel. (Tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Rover, O., Gennaro, B., & Roselli, L. (2016). Social innovation and sustainable rural development: The case of a Brazilian agroecology network. *Sustainability* 9(1), p. 3.
- Vivas, E. (2017). O negócio da comida. Quem controla a nossa alimentação? (1ª edição). Expressão Popular.

**"[A AGROECOLOGIA]
PROMOVE MUDANÇAS
POLÍTICAS E SOCIAIS A NÍVEL
DO RESPEITO PELO TRABALHO
HUMANO, DA IGUALDADE
DE GÊNERO, DO DIRETO À
PROPRIEDADE, DO DIREITO A
UMA ALIMENTAÇÃO DIGNA COM
BASE EM CIRCUITOS CURTOS E
ASSENTE EM CONCEITOS COMO
"SUSTENTABILIDADE",
"VIDA COMUNITÁRIA"
E "SOLIDARIEDADE".**



A RESISTÊNCIA NA PONTA DAS LÍNGUAS

SHAHD WADI

Poeta, curadora e ativista palestina portuguesa. O seu mais recente livro é *Chuva de jasmim* (2025, Caminho).

Foto: Liliana Zuna



اسمحوا لي أن أتكلّم بلساني العربي قبل أن يحتلّوا لغتي أيضا

**PERMITAM-ME QUE FALE A MINHA LÍNGUA ÁRABE
ANTES QUE OCUPEM TAMBÉM O MEU IDIOMA.
PERMITAM-ME QUE FALE A MINHA LÍNGUA-MÃE
ANTES QUE COLONIZEM TAMBÉM A MEMÓRIA DELA.
SOU UMA MULHER ÁRABE DE COR
HÁ DE NÓS EM TODOS OS TONS DE RAIVA."**

Rafeef Ziadah (Tradução: Adriana Bebiano)

Levantou a voz dirigindo-me a palavra: "This is my country!" (Isto é o meu país).

Estava a falar com ele em português perceptível, explicando sem o dizer que não concordava com as suas afirmações xenófobas contra um terceiro. Mas ao anunciar que também sou estrangeira, mudou logo para outra língua, como se estivesse a informar-me que não só este país lhe pertence apenas a ele, como também esta língua. Não a posso abraçar desta forma, como sendo minha. Nela também não sou bem-vinda.

Não lhe disse como em cada dia que passa vou deixando de ser estrangeira. Não lhe disse que não ouço o meu próprio sotaque. Não lhe disse que me esqueço dos meus erros de português e fico completamente atrapalhada quando as minhas vogais demasiado abertas me denunciam: "és de onde?".

Aprendi a responder consoante a necessidade do momento. "Sou daqui, sou de lá, entre outras possibilidades". Na verdade, sou as outras possibilidades. São o meu (não) espaço, o meu ser orgânico, sempre em construção. Contudo, há momentos, como este, em que mesmo sabendo que o meu estrangeirismo não é uma identidade fixa, é preciso reclamar este meu lugar. Levantar também a voz, sem pedir desculpa: sou estrangeira. Dizê-lo em português quase correto, sem abandonar esta língua. Declarar que esta língua também é minha, apesar de ser em mim desafinada. Substituir o poema com "uma outra" poema, sem querer, e reclamar o meu direito de errar. Preciso de gritar que o português é também meu apesar de todas as palavras entupidas dentro de mim.

Da mesma forma que este momento quis negar-me a língua portuguesa e recusar que nela permanença, outro quis opor-se ao meu ato espontâneo de espalhar as minhas palavras árabes pelas ruas. Não gostou que a minha andança árabe viajasse assim tão livremente. Interrompeu a minha chamada telefónica e os meus sons guturais para dizer: "ó meu rico Salazar". As minhas palavras desconhecidas são para ele uma ameaça.

Saber duas línguas significa o poder de conhecer dois mundos, algo que deve ser oprimido por um qualquer Salazar. Este poder foi também oprimido pelo colonialismo português, que forçou o esquecimento das línguas maternas e impôs apenas o português. Em alguns países as mulheres resistiram a este apagamento, inscrevendo canções nas suas línguas nos panos que cobrem as suas famílias. Eu resisto, continuando a falar a minha língua árabe na minha Lisboa. Poderão interromper as minhas frases, mas nunca a minha língua materna.

Através da língua se constrói um certo tipo de nacionalismo que deseja uma nação "pura", livre de quaisquer vestígios de outras línguas ou sotaques exteriores. É um pensamento que pretende oprimir através da língua. No seu livro *Nationalism and the Imagination* (2010), Gayatri Spivak defende que o nacionalismo define até a nossa língua, tornando-a num assunto da nação. É necessário confrontar a identidade nacionalista fixa através da criação de uma nova memória coletiva cultural utilizando o mesmo método: a língua. Enquanto valoriza a cen-

tralidade da língua materna, Spivak defende que esta não seja a referência única. Aprender mais do que uma língua é uma das suas propostas para reinventar o nacionalismo e restaurar o mapa do mundo.

É preciso lutar contra o poder da língua através das línguas no plural. Sem abandonar uma língua, é necessário desmontá-la, abrindo-a a outros espaços e pessoas. O que mais perturba as forças nacionalistas xenóforas são as línguas que imigram para outros lugares e para outros corpos, sem respeitar a imposição de fronteiras reais ou imaginárias. Estas línguas, ditas fora do seu local e fora do seu estado materno, são um ato de entrega do “eu” à “outra” pessoa dentro da sua língua. Estas línguas são um espaço de encontro.

"O QUE MAIS PERTURBA AS FORÇAS NACIONALISTAS XENÓFOBAS SÃO AS LÍNGUAS QUE IMIGRAM PARA OUTROS LUGARES E PARA OUTROS CORPOS, SEM RESPEITAR A IMPOSIÇÃO DE FRONTEIRAS REAIS OU IMAGINÁRIAS."

Apesar de eu ser dividida entre duas línguas, sou inteira. Apesar das minhas línguas existirem em mim em simultâneo, não tenho dúvidas. Apesar das minhas palavras serem híbridas, também são híbridos os meus sonhos e os meus pensamentos. Apesar das minhas línguas estarem sempre em construção, também o está a minha vida e o meu corpo. Apesar das minhas letras serem hesitantes, aparentemente impotentes, são a minha força. Misturam-se entre si, sem que eu saiba qual delas é a minha casa. As minhas línguas são o meu lugar de ser. A minha resistência está na ponta da língua, está na ponta das minhas línguas.



JOVENS PELOS DIREITOS HUMANOS

ASSOCIAÇÃO TRANSMONTANA PELO DESENVOLVIMENTO (ATPD)



Nós, os/as abaixo-assinados/as, vimos manifestar a nossa preocupação pelo estado atual dos direitos humanos.

Entendemos que a existência da legislação que promove e defende os direitos humanos não garante a aplicação destes direitos de forma real e transversal.

Partilhamos as ideias que foram trocadas, numa conversa dinâmica e aberta:

- É importante falar dos direitos humanos, pois algumas pessoas não reconhecem os próprios direitos e porque os direitos não são uma garantia em todos os territórios do mundo. Continuamos, nomeadamente, a verificar situações de guerra diariamente e em todo o mundo – situações que violam diversos direitos humanos (ex.: Palestina, Afeganistão, etc.);
- É necessário educar para a empatia, para a diferença e para o respeito. Todos somos diferentes, mas todos devemos ter os mesmos direitos. É preciso promover os direitos humanos e ter respeito pelo outro;
- Direitos humanos constroem democracia, a nível da comunidade e da individualidade, e devem ser reforçados. Para garantir efetividade destes direitos, é necessária democracia plena e verdadeira, abolindo sistemas de hierarquia e reduzindo sistemas de desigualdade e poder, para garantir a participação e visibilidade de todos;
- Há que respeitar as individualidades e as diferenças, sejam elas quais forem;
- A premissa da universalidade dos direitos humanos deve ser cumprida: os direitos devem ser para todos/as – garantir a aplicação universal e salvaguardar os

vários campos: saúde, cultura, religião, sexualidade...

- A par dos direitos, estão os deveres – reforçar a relação entre direitos e deveres de um cidadão/cidadã;
- É necessária a perspetiva da interseccionalidade;
- Apesar de cada vez se falar mais em direitos humanos, ainda há poucas ações (pouca atuação na prática), o que faz com que haja constantes violações dos mesmos em vários países do mundo;
- Existe uma crescente radicalização dos Estados que tendem a normalizar a discriminação os estereótipos. Isto cria movimentos de desconfiança e violência para com outros povos e culturas, tornando-se importante passar do diálogo à ação quando se trata dos direitos humanos – abrir o diálogo e discutir a fundo o que precisa de ser feito para garantir a universalidade dos direitos humanos;
- Apesar de os Estados nacionais integram estes direitos nas suas constituições, apoiam outros estados que têm práticas ativas que violam constantemente os direitos humanos, através da violência física e simbólica e do colonialismo
- Os direitos humanos são uma responsabilidade ética das pessoas e organizações;
- Se alguém não tem presente os direitos humanos, é porque é privilegiado/a;

Os direitos humanos são, em teoria, universais, inalienáveis, indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes. É urgente passar da teoria à prática, garantindo cada um destes critérios.

Afonso Pinho e Coimbra de Castro
Álvaro Miguel Figueiredo da Silva
Carolina Martins Ribeiro
Catarina Ribeiro Cruz
Guilherme Pinto Ribeiro
Lucía Ordoñez Martínez
Márcia Soares Pinto
Margarida Isabel Gonçalves Trigo
Maria Monteiro Moura Baptista
Marta Filipa Moura Pereira

**11 e 12 de Setembro de 2024,
SAMÕES – VILA FLOR**

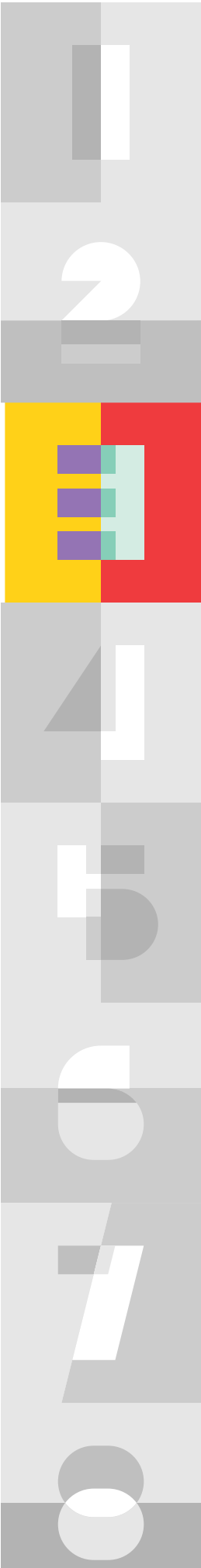


**DIREITOS HUMANOS,
COM CLARA PASSARINHO**



Qual a ligação entre desigualdades sociais, violações dos direitos humanos e migrações, incluindo os migrantes climáticos? De que formas promover a liberdade de expressão como elemento fundamental numa sociedade livre e aberta? Que preocupações suscitam a ascensão de grupos e partidos extremistas na proteção dos direitos humanos? Que artigos deveriam ser acrescentados à Declaração Universal dos Direitos Humanos? Que balanço pode ser feito nos 75 anos desta Declaração Universal e que perspetivas para 2030?

**– ENTREVISTA A VASCO MALTA, CHEFE DE
MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
PARA AS MIGRAÇÕES, OIM-PORTUGAL**





FOTOS: MÁRIO CRUZ

“ Os direitos humanos expandem os horizontes da esperança, ampliam as fronteiras do possível e impulsionam o melhor de nós mesmos e do nosso mundo. Os direitos humanos são a nossa melhor ferramenta para ajudar as sociedades a crescer em liberdade. (...) Perante as atuais tensões e testes, existe uma resposta: direitos humanos.

– ANTÓNIO GUTERRES, SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020

DIREITOS HUMANOS

OS DIREITOS HUMANOS SÃO: UNIVERSAIS

PERTENCEM A TODOS NÓS, A TODA A HUMANIDADE EM TODOS OS LOCAIS DO MUNDO

SE TODOS OS SERES HUMANOS NASCEM LIVRES E COM DIREITOS IGUAIS, COMO ESTABELECE A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, A CONCRETIZAÇÃO PRÁTICA E PLENA DESTES DIREITOS CONTINUA A SER UMA ASPIRAÇÃO

OS DIREITOS HUMANOS NÃO SÃO OPCIONAIS

INDIVISÍVEIS E INTERDEPENDENTES

OS ESTADOS NÃO PODEM ESCOLHER QUAIS OS DIREITOS HUMANOS A RESPEITAR, POIS FORMAM UM CONJUNTO COERENTE E ABRANGENTE, SENDO TODOS NECESSÁRIOS.

INALIENÁVEIS

ELAS SÃO INERENTES AOS SERES HUMANOS E NÃO NOS PODEM SER RETIRADOS OU SUBSTITUÍDOS

SE OS DIREITOS HUMANOS FIZEREM PARTE DOS VALORES ESSENCIAIS DA VIDA DE CADA UM E DAS ATITUDES DIÁRIAS DE TODOS, A SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO SERÁ CERTAMENTE MAIS IGUALITÁRIA, JUSTA, SOLIDÁRIA E INCLUSIVA

PROTEGE A LIBERDADE

AMNISTIA INTERNACIONAL

STOP DRUG-RELATED HUMAN RIGHTS VIOLATIONS!

STOP DRUG-RELATED EXTRA-JUDICIAL KILLINGS!

SUPPLY AND DEMAND OF DRUGS, LIKES AND BIKTINA!

STOP CHILD MARRIAGE

PARA MUDAR O MUNDO, COMEÇA POR MUDAR O TEU MUNDO

INFORMAÇÃO É PODER

É TEMPO DE AGIR

OS DIREITOS HUMANOS SÃO A PRÓPRIA BASE FUNDACIONAL DA NOSSA VIDA INDIVIDUAL E COLETIVA. NÃO DEVEM SER NEGOCIÁVEIS, NEM APLICÁVEIS SÓ A ALGUMAS PESSOAS OU A LOCAIS DO MUNDO - COMO DISSE MARTIN LUTHER KING.

“A INJUSTIÇA NUM LUGAR QUALQUER É UMA AMEAÇA À JUSTIÇA EM TODOS OS LUGARES.”

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

DESENVOLVE O TEU ESPÍRITO CRÍTICO

DIVULGA E COMUNICA

CONTRIBUI DIRETAMENTE

RECLAMA OS TEUS DIREITOS E OS DIREITOS UNIVERSAIS DE TODOS E TODAS

tooxs Pela Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global

EXPOSIÇÃO:
BIOMBO DIREITOS
HUMANOS



AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

70

Alanne Chaves	71
Francisca Costa	73
Joana Gonçalves	74
José Luís Monteiro	75
Maria João Paixão	77
Mourana Monteiro	78
Pedro Schuller	80
Sofia e André Oliveira	81
Sunamita Ribeiro	83

Propostas – Collective Future	85
Ambiente e Alterações Climáticas, com Clara Passarinho	89
Entrevista a José Luís Monteiro	89
Entrevista a Jorge Handem	89
Fotografias	90
Exposição (Biombo)	91

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

A atual crise de sustentabilidade, com a aceleração das alterações climáticas, a perda de biodiversidade e o agravamento da poluição, reflete-se em todos os lugares e dimensões da vida humana. As comunidades e países que enfrentam os piores impactos são, maioritariamente, os que têm menor responsabilidade pelas suas causas, as quais estão ligadas à insustentabilidade do modelo económico predominante.

O desenvolvimento sustentável pretende equilibrar as dimensões económicas, sociais e ambientais para as gerações presentes e futuras. Para garantir uma transição ecológica justa e inclusiva, é necessário considerar os custos sociais e económicos envolvidos, assegurando que as comunidades vulneráveis são apoiadas. As políticas que promovem territórios mais sustentáveis e resilientes, uma gestão responsável e recuperação de recursos terrestres e marítimos, a implementação de práticas agroalimentares sustentáveis e o alargamento de energias e tecnologias limpas são contributos relevantes para uma mudança de paradigma que possa dar prioridade às legítimas aspirações das pessoas a uma vida digna e à proteção do planeta que é a nossa casa comum.



SABER MAIS
FICHA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

CONSULTAR
A INFOGRAFIA



O PAPEL DAS EMPRESAS, RECURSOS HUMANOS E COLABORADORES NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

ALANNE CHAVES

Equipa da Refugees
Welcome Portugal



A crise climática exige ações urgentes para conter as mudanças climáticas, a poluição e a perda de biodiversidade. A Agenda 2030 da ONU, por meio do ODS 13, reforça a necessidade de medidas concretas para reduzir os impactos ambientais. Nesse contexto, empresas, Recursos Humanos (RH) e colaboradores desempenham papéis fundamentais na construção de um futuro sustentável. Mas como podem esses atores contribuir?

Empresas sustentáveis: um compromisso necessário

O aquecimento global e as mudanças climáticas vêm causando impactos profundos no meio ambiente. Em resposta, cresce a exigência por práticas sustentáveis que protejam os recursos naturais. Empresas, como agentes fundamentais na economia, enfrentam pressão para incorporar a sustentabilidade como pilar estratégico. Isso envolve não apenas o cumprimento de normas ambientais, mas também a adoção de medidas concretas para reduzir seu impacto ecológico. Investimentos em eficiência energética, reciclagem, uso de energias renováveis e incentivo à mobilidade sustentável são estratégias essenciais. Além disso, promover a consciencialização ambiental dentro da organização fortalece seus valores e cria uma cultura corporativa sustentável.

O papel do RH na sustentabilidade ambiental

O RH tem papel estratégico na sustentabilidade das empresas. Antes focado em objetivos operacionais e econômicos, hoje equilibra os pilares econômico, social e ambiental. A digitalização de processos

reduz o uso de papel e deslocamentos desnecessários. Treinamentos e campanhas de consciencialização estimulam práticas sustentáveis dentro e fora do ambiente de trabalho. Políticas de trabalho híbrido ou remoto ajudam a reduzir emissões de CO², enquanto programas de voluntariado ambiental incentivam ações como reflorestamento e limpeza de áreas naturais.

O papel dos colaboradores

A sustentabilidade ambiental não depende apenas de investimentos empresariais, mas também de atitudes diárias dos colaboradores. O uso de meios de transporte sustentáveis reduz significativamente o impacto de carbono individual. O consumo consciente de energia elétrica, a escolha por produtos sustentáveis e a minimização do uso de descartáveis tornam o ambiente de trabalho mais ecológico. Além disso, ao apoiar políticas ambientais e se envolver em iniciativas ecológicas, os colaboradores ampliam o impacto positivo dessas ações na sociedade.

Desafios e benefícios

Empresas que adotam práticas sustentáveis fortalecem seu *green employer branding*, ou seja, sua reputação como empregadoras responsáveis, atraindo e retendo talentos alinhados a esses valores. Além disso, a sustentabilidade corporativa pode gerar economia, aumentar o engajamento organizacional e atender às expectativas de consumidores e investidores. No entanto, desafios como resistência à mudança, foco em resultados imediatos e falta de recursos podem dificultar a implementação dessas práticas. Para superar essas barreiras, é essencial um alinhamento estratégico que equilibre os pilares econômico, social e ambiental.

Hora de agir!

A crise climática exige ação imediata, e cada empresa, gestor de RH e colaborador pode contribuir. Integrar a sustentabilidade ambiental ao dia a dia



das organizações não é apenas uma tendência, mas uma necessidade urgente. Pequenas mudanças individuais e coletivas geram impactos significativos, transformando o ambiente corporativo e ampliando a consciência ambiental para toda a sociedade.

**"A CRISE CLIMÁTICA EXIGE
AÇÃO IMEDIATA, E CADA
EMPRESA, GESTOR DE
RECURSOS HUMANOS
E COLABORADOR PODE
CONTRIBUIR. INTEGRAR
A SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL AO DIA A DIA
DAS ORGANIZAÇÕES NÃO É
APENAS UMA TENDÊNCIA, MAS
UMA NECESSIDADE URGENTE."**



O ELEFANTE NA SALA⁸

FRANCISCA COSTA

Ambientalista, gestora de projetos e colunista na SÁBADO.



Esta semana celebrámos o Dia Nacional da Sustentabilidade para lembrar que vivemos num planeta finito e que temos de preservar, quer seja pela salvaguarda das gerações presentes e futuras como pela importância do planeta em si mesmo.

Imaginar um cenário em que vivemos permanentemente em constante gestão de crises, como foram os dois anos que o mundo parou para enfrentar a COVID-19, poderá soar distópico ou até de ficção científica, mas a verdade é que a ciência, nomeadamente o IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas) já alertou que estas distopias podem tornar-se realidade num futuro bem mais próximo do que aquele que imaginamos.

Depois de décadas a tentar alertar a classe política para a crise da humanidade que tínhamos em mãos, finalmente criou-se um pacto global com a ambição de trazer prosperidade para as pessoas e para o planeta. Os dezassete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram um projeto ambicioso implementado em 2015 pela Organização das Nações Unidas para resolvermos os maiores desafios do século até 2030. Volvidos quase 10 anos desde a sua formulação, nenhum dos objetivos está a caminho de ser alcançado e apenas 17% das 169 metas estão a progredir.

Estes objetivos procuravam promover um equilíbrio entre os pilares económico, social e ambiental, apesar de terem sido pouco discutidas as tensões entre o crescimento económico a equidade social e a sustentabilidade ambiental plasmadas nesta agenda. Não sei se o desfecho teria sido diferente caso se tivesse clarificado a interdependência destes três pilares logo desde início, mas com certeza que neste momento

teríamos as empresas e as organizações a considerar as pessoas e o planeta no seu modelo de negócio em vez de esperarem pela imposição legislativa que obriga à elaboração de relatórios de sustentabilidade e usarem os ODS como chavões fáceis de associar às suas atividades e mostrar trabalho feito neste âmbito.

Com base nisto, temos um elefante na sala, aquele que o poder político, quer nacional, quer internacional, não se atreve a desafiar, precisamente pelo pensamento a curto prazo que privilegia. Esse elefante é o sistema económico em que vivemos que perpetua um fosso de desigualdades sociais cada vez maiores, enquanto promove uma destruição ambiental sem precedentes em prol do lucro.

Enfrentar o elefante exige questionar a lógica da competição implacável, do crescimento económico infinito e da exploração desenfreada de recursos. Precisamos substituir essa abordagem por um modelo que veja a economia como um meio para alcançar a prosperidade das pessoas e do planeta, e não como um fim em si mesmo. Só assim conseguiremos realmente celebrar a sustentabilidade.

Não há bala de prata para a gestão da sustentabilidade, mas há o reconhecimento alargado de que as sociedades falharam em promover a prosperidade de todas as pessoas, dentro dos limites do planeta. E, no limite, reconhecer o elefante na sala não será uma questão política, mas em último caso tornar-se-á uma questão de sobrevivência.

"ESTES OBJETIVOS PROCURAVAM PROMOVER UM EQUILÍBRIO ENTRE OS PILARES ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL, APESAR DE TEREM SIDO POUCO DISCUTIDAS AS TENSÕES ENTRE O CRESCIMENTO ECONÓMICO A EQUIDADE SOCIAL E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PLASMADAS NESTA AGENDA."

CIDADANIA GLOBAL:

SEREMOS NÓS OS VERDADEIROS AGENTES DA MUDANÇA?

**JOANA
GONCALVES**

Mestranda



É verdade que vivemos, cada vez mais, num mundo polarizado e globalizado, onde as pessoas, as cidades, os países estão (mentalmente) mais próximos. De uma forma acelerada e ativa, gradativamente, sabe-se o que acontece na ponta oposta do mundo, qual foi a novidade, revolução, conquista, crise, que acabou de ocorrer.

Dada esta evolução e aproximação, é importante referir também o impacto que dado acontecimento pode, e tem, em qualquer lugar da Terra. Quando penso no assunto, ocorre-me rapidamente a crise climática que estamos a viver. Provoca, atualmente, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a deslocação de 21,5 milhões anualmente por causa de cheias, furacões e tempestades ou secas, a alteração do meio físico e da forma como os seres vivos nele agem, o comprometimento dos ecossistemas e da biodiversidade, e problemas socioeconómicos e de saúde na humanidade. Será este o mundo que queremos futuramente? Será que podemos ter algum impacto positivo? Eu creio que não e que sim.

Para além de um mundo polarizado, é também necessário um mundo justo e sustentável, e para isso, é necessário começarmos a analisar a realidade de forma diferente. Como resultado, é importante abordar a ideia de Cidadania Global, e em como nos atribui importância, responsabilidade e sentido de ação. Partindo da conceção de que somos todos cidadãos do mundo, todos somos capazes de agir perante as demais ações que nele ocorrem, e gerar impacto e influência. Posto isto, é cada vez mais necessário a inter-relação entre as problemáticas, desigualdades, e as suas possíveis soluções. A Cidadania Global consegue criar essas pontes, construindo caminhos

conjuntos, desconstruir narrativas e ideias estereotipadas, mobilizando a humanidade para o bem comum e justiça social.

Juntos, numa cidadania ativa, com base no conhecimento científico, nos *papers* de reflexão e nas ações de sensibilização, sabemos que o papel dos jovens não é meramente o de espetadores, mas sim um papel ativo, em que estamos diretamente envolvidos na promoção de padrões de estilo de vida sustentáveis e na mudança para um modelo de economia humana sustentável dentro das nossas fronteiras planetárias.

"(...) SABEMOS QUE O PAPEL DOS JOVENS NÃO É MERAMENTE O DE ESPETADORES, MAS SIM UM PAPEL ATIVO, EM QUE ESTAMOS DIRETAMENTE ENVOLVIDOS NA PROMOÇÃO DE PADRÕES DE ESTILO DE VIDA SUSTENTÁVEIS E NA MUDANÇA PARA UM MODELO DE ECONOMIA HUMANA SUSTENTÁVEL DENTRO DAS NOSSAS FRONTEIRAS PLANETÁRIAS."

10 ANOS DE COP: DA ESPERANÇA AO DESALENTO

**JOSÉ LUÍS
MONTEIRO**

Project Officer
na Oikos - Cooperação
e Desenvolvimento.



A primeira “Conferência das Partes” (COP) em que estive presente foi a vigésima primeira, a histórica COP de Paris em 2015. No fim dessa COP, juntei-me a outros representantes da sociedade civil em vários brindes e abraços sentidos, porque aquele era um momento de esperança no futuro. Mais do que isso, era um momento de confiança num futuro melhor para pessoas e planeta.

No ano seguinte deu-se a COP 22 em Marraquexe, e aí fui convidado a escrever um texto para o jornal Público. Nessa altura mantinha o tom positivo (apesar do evento ter começado na semana em que Donald Trump foi eleito para o seu primeiro mandato) e acreditava que aquelas duas semanas de Marraquexe nos deviam “encher de esperança e de vontade de lutar”, porque não estávamos sós e seríamos “muitos a querer um mundo melhor”.

Quase uma década e oito COP depois de Paris, das quais em cinco estive presencialmente, todo o sentimento em torno destes eventos mudou. Foi em Madrid (COP 25, 2019) que senti pela primeira vez que o ambiente tinha mudado, mas é possível que já tivesse começado a alterar-se no ano anterior. Foi em Madrid que se sentiram as primeiras limitações sérias à ação da sociedade civil em torno da conferência. E foi também nesse ano que se sentiu um aumento quase exponencial da presença de empresas apresentando soluções mais ou menos verdes para todas as bolsas. Recordo-me de ter ficado indignado com uma banquinha de uma empresa financeira que, descaradamente, distribuía cartões a dizer “*take your slice of the 365 billion dollar pie*”.

No ano seguinte, na COP26 em Glasgow, já se observavam pequenas manifestações a caminho do espaço do evento, enquanto se multiplicavam as reclamações de que a sociedade civil estava a ser expurgada do processo. Houve uma tentativa forte de impossibilitar o acesso da sociedade civil aos negociadores, aproveitando-se o facto de o evento decorrer no meio da pandemia para dificultar viagens e aumentar custos de participação. Como resultado, menos de metade dos habituais representantes da sociedade civil conseguiram participar no evento, enquanto o número de lobistas ligados às indústrias fósseis foi maior do que qualquer delegação de negociadores.

As três COP seguintes vieram agravar esta tendência.

Logo à partida, é difícil de compreender que os três países escolhidos para as acolher (Egipto, Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão) estão classificados como regimes autoritários (segundo o Relatório Democracy Index 2024) e são grandes produtores de combustíveis fósseis (todos eles no Top 30 de países produtores de petróleo e de gás natural). Esta escolha, dificultou e limitou a abertura para a sociedade civil demonstrar publicamente a sua vontade (sendo que, por exemplo, as manifestações não eram permitidas fora do recinto do evento e mesmo dentro do evento foram impostas regras rígidas, como a proibição de cânticos ou palavras de ordem).

A estas limitações podemos acrescentar o aumento do número de lobistas do petróleo que se passeiam por estes eventos (o número ronda agora as 2.000 pessoas e, habitualmente, só é ultrapassado pela delegação do país que acolhe a COP e a do país que irá acolher a do ano seguinte), o aumento dos custos de alojamento e alimentação durante o evento, a recusa em emitir vistos para alguns participantes historicamente mais ativos e o aumento de vendedores de soluções exclusivamente tecnológicas – desde novas formas de aproveitamento de fontes renováveis, a

energia nuclear para todos, a miragens de fixação artificial de carbono em grande escala, geoengenharia ou reatores comerciais de fusão nuclear. Tudo isto resulta em eventos cada vez mais importantes face à crise climática, mas cada vez menos representativos de quem mais sente essa crise.

As COP tornaram-se de tal forma previsíveis e formulaicas que, antes do último evento, escrevi um texto em que previa com sucesso as sete fases da COP... Desde o promissor discurso de abertura, à conclusão fora de horas com uma declaração final apressada, até alguns pontos positivos que ficam muito aquém daquilo que o mundo precisa.

Em quase 10 anos de sucessivas COP, o meu sentimento em relação ao evento acaba por manter o mesmo “arco narrativo” que tenho seguido em cada uma das últimas COP individuais... É uma viagem que começa num entusiasmo esperançoso, e que depois vai decaindo lentamente, de desilusão em desilusão, até chegar à irritação e desalento.

Mas é preciso mudar o rumo e o ritmo das coisas. A verdade é que muitos de nós no Norte Global ainda estamos parcialmente isolados dos piores efeitos das alterações climáticas, porque os nossos países gastam muito dinheiro em projetos de adaptação ao caos climático. Mas em muitos países do Sul Global, países onde os recursos financeiros e técnicos não abundam, não há nada que isole as populações dos piores impactos das alterações climáticas.

Julgo que muita gente me tem acompanhado neste “arco” de desilusão das últimas COP. No entanto, a forma como reagimos ao desalento e o que fazemos com a nossa irritação é cada vez mais importante. Como já dizia no artigo de 2016, “ao contrário de crises passadas, não fazer nada não é uma opção”.

"TUDO ISTO RESULTA EM EVENTOS CADA VEZ MAIS IMPORTANTES FACE À CRISE CLIMÁTICA, MAS CADA VEZ MENOS REPRESENTATIVOS DE QUEM MAIS SENTE ESSA CRISE. (...) EM MUITOS PAÍSES DO SUL GLOBAL, PAÍSES ONDE OS RECURSOS FINANCEIROS E TÉCNICOS NÃO ABUNDAM, NÃO HÁ NADA QUE ISOLE AS POPULAÇÕES DOS PIORES IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS."



A CRISE CLIMÁTICA COMO PROBLEMA DE (IN)JUSTIÇA

MARIA JOÃO PAIXÃO

Assistente convidada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC) e colunista na SÁBADO.



Num mundo em “policrise”, como é o nosso, a emergência climática tende a ser subalternizada em relação a outros fenómenos socioeconómicos que ameaçam os direitos humanos. Esta perspetiva ignora, todavia, a sua transversalidade e carácter sistémico. A crise climática está interligada a todas as demais crises contemporâneas, constituindo um elemento nuclear de uma crise sistémica profunda que é, no essencial, o resultado de uma sociedade injusta. Também no âmago da emergência climática, como das demais crises em curso, se encontra a questão estrutural da injustiça.

A crise climática é, em primeiro lugar, resultado de uma injustiça secular contra a natureza não-humana. O nível de emissões produzido pela atividade humana não teria sido concebível sem a respetiva expropriação e espoliação ilimitadas. Este modelo de operação extrativista, que tira e destrói continuamente, transformando a natureza em “recurso”, só é possível com base numa visão dualista do mundo, que separa o ser humano da natureza. A difusão desta visão dicotómica implicou, por um lado, destruir modos de vida indígenas e comunitários e, por outro, forçar as comunidades mais vulneráveis a suportar os impactos nocivos associados, desde a poluição dos solos e das águas até à desflorestação.

Em segundo lugar, a crise climática reconduz-se, estruturalmente, a uma injustiça social. A desigual distribuição da riqueza é produzida por um modelo económico opressivo cujo funcionamento assenta na exploração das pessoas e da natureza. A montante, a avidez de acumulação de riqueza foi, ao longo dos últimos séculos, causa direta da destruição da natureza não-humana, verificando-se uma correlação entre o aumento da desigualdade social e o aumento da concentração de emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Além disso, a jusante, são as comunidades e grupos mais vulneráveis que sofrem

os impactos mais severos da emergência climática. Os grupos socialmente desfavorecidos estão mais expostos ao risco, são mais suscetíveis a sofrer danos e têm menos capacidade de recuperação. A desigualdade social é, portanto, causa e consequência da crise climática, donde resulta um círculo vicioso atentatório da dignidade humana.

Em terceiro lugar, a crise climática assenta numa injustiça global, que tem raízes históricas e se estende ao presente. As emissões históricas do Norte Global são esmagadoramente superiores às do Sul Global, fazendo recair sobre os países ditos “desenvolvidos” uma responsabilidade acrescida. Embora com alterações devido às trajetórias recentes de progresso socioeconómico de alguns países, esta divisão fundamental continua a caracterizar as emissões globais atuais. Paradoxalmente, todavia, a divisão inverte-se quanto aos impactos da crise climática: as regiões do Sul Global são, em geral, mais vulneráveis a sofrer as consequências mais graves. Os países e as populações que menos contribuíram para o problema são, portanto, as que mais sofrem com as consequências.

Por fim, a crise climática cria uma injustiça intergeracional, uma vez que as gerações futuras (incluindo as crianças já nascidas) serão forçadas a viver num clima muito mais hostil e inóspito, que prejudicará o acesso a bens básicos como a alimentação e a água. Tal significa, em contrapartida, que as gerações presentes têm o dever de evitar os cenários mais graves, assim protegendo, pelo menos em parte, os direitos das gerações futuras.

Perante tudo o que foi dito, fica evidente que a única resposta possível à crise climática é o combate transversal à injustiça, reconhecendo que todas as lutas pelos direitos humanos são também lutas pela justiça climática.

"A CRISE CLIMÁTICA ESTÁ INTERLIGADA A TODAS AS DEMAIS CRISES CONTEMPORÂNEAS, CONSTITUINDO UM ELEMENTO NUCLEAR DE UMA CRISE SISTÉMICA PROFUNDA QUE É, NO ESSENCIAL, O RESULTADO DE UMA SOCIEDADE INJUSTA."

UMA CARTA PARA QUEM PERDEU A ESPERANÇA NUM FUTURO SUSTENTÁVEL E JUSTO

MOURANA MONTEIRO

Ativista interseccional e vogal da direção do Conselho Nacional da Juventude.



Ainda não me conheces, mas já partilhamos uma casa, um futuro, e uma missão. Quero explicar-te tudo, contando-te uma estória, na esperança de que possamos mudar o curso da História. Cresci numa família humilde, entre a Serra do Louro, o Rio Sado e os Campos em Almofala. Pautada por valores de solidariedade e ecologia, líder no meio escolar ou associativo, cresci com a inocência de quem acreditava que o modelo assistencialista iria solucionar os problemas da sociedade.

Isto, até 2018, altura em que tudo mudou. Com o “efeito Greta”, descobri que tudo está a acontecer pior e mais rápido do que o previsto: recordes de emissões e temperatura, perda de biodiversidade, ou o aumento na frequência e intensidade de catástrofes “naturais”, e consequentes doenças, milhões de deslocações forçadas e mortes adicionais. Não saía da minha mente o que havia lido: “estamos perto de um ponto de não-retorno, a partir do qual as condições que garantem a sobrevivência da humanidade não estão garantidas”.

As semanas que se seguiram foram um inferno na Terra. Um aperto no peito não me deixava respirar ou comer. Os pesadelos com guerras não me deixavam dormir. A desatenção prejudicava o meu rendimento académico. A irritabilidade afetava as minhas relações. Irradiava um sentimento de desesperança e angústia. Não via a luz ao fundo do túnel, e repensei toda a minha vida: o curso, ser mãe, alimentação, transportes, água, tudo. Estava em pânico, e não conseguia perceber como toda a gente conseguia levar a sua vida “normal”.

Gostava que alguém me tivesse dito que era “ecoansiedade”, uma reação (emocional, cognitiva e comportamental) associada a um medo extremo

de perda ambiental; e que apesar de associada a apatia e negação, também pode ser um motor para a ação ambiental. Como? Para o diagnóstico de ecoansiedade, eu prescrevo-lhe comportamentos ambientalmente significativos e participação política. Sabe-se que realizar pequenos comportamentos pró-ecológicos (como os chamados 4R), aumenta o sentimento de competência e, consequentemente, diminui os sintomas de ansiedade – por isso faz tudo o que puderes, com autocompaixão. Mas só fazer isso é como usar uma colher de chá para tirar água de um navio a afundar, enquanto na outra ponta estão a perfurar ainda mais, e a roubar os poucos salva-vidas que existem.

Infelizmente, governantes têm conhecimento e, apesar disso, ficam para a História as inúmeras conferências de líderes mundiais e acordos multilaterais fracassados. A verdade é que, neste sistema socioeconómico e político, não somos nós – pelo menos diretamente – quem decide o preço dos bens sustentáveis, das casas, ou dos transportes, salários, impostos, legislação ou tratados. E as consequências disso estão à vista. Relatórios revelam que o 1% mais rico emite mais do que 5 mil milhões de pessoas, que somente 100 empresas são responsáveis por mais de 70% das emissões, ou que 1/3 da comida produzida é desperdiçada. Como podemos, nós, resignar-nos ao fado de um futuro sem água potável, ar respirável, alimentos saudáveis, e um ambiente seguro? Eu, não aceito. A melhor evidência científica já está a avançar a passos largos e a grande maioria das soluções já existem. Se o que faz falta é vontade política – pois bem, façamo-la.

Está visto que apenas votar pontualmente não chega. Percebi que, assim como a História revela, é preciso muita gente organizada em diferentes frentes. Como tal, no início de 2019, respondendo ao apelo internacional do movimento Fridays For Future, fundámos a Greve Climática Estudantil. Nos meses seguintes, milhares de jovens juntam-se a nós para fazer ouvir a sua voz, colocar a justiça climática no centro da agenda mediática e política, e mostrar o que os estudos já revelam: “a juventude quer saber de política, mas não se revê nos espaços políticos formais e tradicionais”. A partir desse dia percebi que não estou sozinha. Os sentimentos de pertença e de eficácia transformaram a minha

tristeza e raiva, numa esperança inabalável, e tornei a minha missão: aliar a ciência psicológica, à política, e à justiça climática. (Para saber mais, consultar [EcoPsi](#)).

Muito mais havia para te contar dos últimos anos, das conquistas na Bajouca, ao Conselho Nacional de Juventude, ou envolvimento em ações diretas não-violentas. Mas, por agora, quero que saibas que uma sociedade diferente é possível, e que precisamos que cuides de ti para poderes cuidar do planeta. Se isto fez sentido, mas não sabes por onde começar, procura-me.

Afinal, fazer política, é para todxs.

With love and hope,

MM

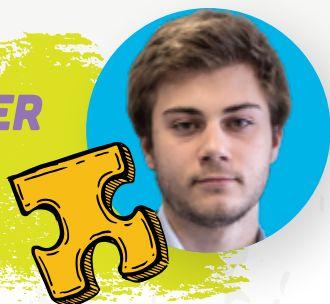
"A MELHOR EVIDÊNCIA CIENTÍFICA JÁ ESTÁ A AVANÇAR A PASSOS LARGOS E A GRANDE MAIORIA DAS SOLUÇÕES JÁ EXISTEM. SE O QUE FAZ FALTA É VONTADE POLÍTICA - POIS BEM, FAÇAMO-LA."



RUMO A UM FUTURO PRÓSPERO E VERDE ⁹

PEDRO SCHULLER

Comissão Executiva
– Pelouro da Juventude
(Iniciativa Liberal)



Sabemos que as alterações climáticas representam um desafio comum, exigindo respostas inovadoras que conciliem o desenvolvimento económico com a proteção do ambiente. Na Iniciativa Liberal, acreditamos que este equilíbrio é possível através de uma transição energética arrojada, fundada na inovação tecnológica e na responsabilidade individual, sem cair em proibições radicais que perturbem a liberdade e a prosperidade.

Defendemos a criação de mecanismos de mercado que reorientem a produção e o consumo para modelos mais sustentáveis, como a taxaço de carbono e o comércio de licenças de emissões, garantindo que os custos ambientais são refletidos de forma justa no preço dos bens. Em paralelo, a fiscalizaço deve ser reforçada, pondo fim a subsídios e práticas que perpetuem a dependência de combustíveis fósseis.

Para que a evolução seja tangível, apoiamos o investimento em energias renováveis e em soluço de captura e armazenamento de carbono, abrindo caminho a uma economia circular. A inovaço científica e a competitividade empresarial são motores indispensáveis para desenvolver tecnologias limpas, reduzir desperdícios e promover cadeias de valor compatíveis com a salvaguarda dos recursos naturais.

Não ignoramos que a transição energética implica custos iniciais, mas acreditamos que as sociedades livres e prósperas conseguem reunir os recursos e as vontades necessárias para enfrentar estes de-

safios. É fundamental tornar o progresso acessível a todos, apoiando quem se encontra em maior vulnerabilidade através de políticas sociais equilibradas, evitando medidas punitivas que sacrifiquem o crescimento económico e os projetos de vida de tantas pessoas.

Além disso, consideramos crucial envolver as geraço mais jovens na construção de cidades organizadas em torno de transportes públicos eficazes, mobilidade partilhada e espaços verdes. Esta reconfiguraço urbana diminui a pressão sobre o território, criando oportunidades de restauraço de ecossistemas e melhoria da qualidade de vida.

Por fim, defendemos a cooperaço internacional para mitigar as desigualdades que impedem tantos países de aceder às mesmas tecnologias limpas. Apenas com um compromisso global, alicerçado em políticas de mercado transparentes e estímulo à inovaço, poderemos alcançar reduço efetivas de gases com efeito de estufa a nível mundial.

Em suma, caminhar rumo a um futuro próspero e verde exige políticas que unam liberdade individual, crescimento sustentável e conservaço ambiental. Queremos um planeta saudável onde as pessoas possam prosperar, guiadas pelo progresso científico e pela cooperaço democrática, recusando visões que se resumem ao imobilismo ou ao radicalismo proibicionista. É com esse espírito que nos comprometemos a lutar por um amanhã mais justo, livre e responsável para todas as geraço.

**"CAMINHAR RUMO A UM
FUTURO PRÓSPERO E VERDE
EXIGE POLÍTICAS QUE UNAM
LIBERDADE INDIVIDUAL,
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E
CONSERVAÇO AMBIENTAL."**

A NOSSA VIAGEM PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

SOFIA E ANDRÉ OLIVEIRA

Jovens empenhados na promoção da justiça climática, que processaram 33 países no Tribunal Europeu de Direitos Humanos.



Somos a Sofia e o André Oliveira, e queremos partilhar convosco a história de como decidimos enfrentar um dos maiores desafios do nosso tempo: a crise climática. A nossa jornada começou em 2017, quando tínhamos 12 e 9 anos. Lembramo-nos bem daquele verão insuportável, do calor sufocante e do fumo no ar. Os incêndios pareciam não ter fim, engolindo florestas inteiras e transformando o céu num laranja assustador. Era impossível ignorar o que estava a acontecer. Já tínhamos ouvido falar de alterações climáticas, mas ver tudo aquilo acontecer à nossa volta tornou a crise real. De repente, não era apenas algo que se via nas notícias – era a nossa casa, o nosso país, a ser destruído. Era impossível ficar parado e fingir que aquilo era normal.

Mesmo depois do fim dos incêndios, a sensação de impotência ficou. Ouvíamos falar de alterações climáticas nas aulas e nas notícias, mas parecia sempre algo abstrato, distante. Até que percebemos que não era. Ver florestas a arder, as temperaturas a subir e viver num país onde o verão se tornava cada vez mais insuportável era a prova de que estávamos no meio desta crise. Enquanto os cientistas alertavam para a urgência do problema, os líderes políticos continuavam a adiar decisões. Foi aí que percebemos: não podíamos esperar que alguém resolvesse isto por nós.

Em 2020, percebemos que não estávamos sozinhos. Juntámo-nos à Cláudia, ao Martim, à Mariana e à Catarina – outros jovens que partilhavam a mesma frustração e o mesmo desejo de mudança. Foi assim que decidimos dar um passo sem precedentes: processar 33 países no Tribunal Europeu

dos Direitos Humanos. Com a ajuda da Global Legal Action Network (GLAN) e dos advogados Rita Mota, Gerry Liston e Gearóid Ó Cuinn, reunimos argumentos para provar que a falta de ação climática destes países estava a comprometer os nossos direitos fundamentais à vida, à saúde e ao bem-estar. Quando tornámos pública a nossa decisão, o impacto foi imediato. De repente, estávamos nas notícias, a ser entrevistados por jornalistas de vários países. Percebemos que o nosso processo tinha captado a atenção do mundo.

A nossa rotina mudou completamente. Deixámos de ser apenas estudantes e tornámo-nos ativistas. Passámos a dividir os dias entre aulas, entrevistas, reuniões com advogados e eventos para falar sobre a crise climática. Sentimos a pressão, mas também a responsabilidade. Se nós, jovens, não falássemos sobre isto, quem falaria? Rapidamente, percebemos que a nossa luta era muito maior do que apenas um processo em tribunal. Queríamos que outros jovens soubessem que tinham o direito – e o dever – de exigir mudanças.

Mas não foi fácil. O sistema jurídico é complicado, burocrático e muitas vezes parecia que estávamos a lutar contra um muro. Cada novo pedido do tribunal, cada nova barreira legal, era um lembrete de que o mundo não está preparado para ouvir jovens como nós. Mas o apoio que recebemos, não só da nossa equipa, mas de ativistas e cidadãos de todo o mundo, deu-nos força para continuar. Saber que tantas pessoas acreditavam no que estávamos a fazer ajudou-nos a ultrapassar os momentos mais difíceis.

Um dos momentos mais intensos da nossa jornada foi a viagem a Estrasburgo para a audiência na Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Nunca tínhamos sentido tanto nervosismo. O peso da ocasião era real – não estávamos ali só por nós, mas por milhões de jovens que querem um futuro melhor. Ouvimos os argumentos, vimos os juízes analisarem o nosso caso e sentimo-nos pequenos perante a grandiosidade da justiça internacional. Mas no meio dessa grandiosidade, também havia esperança. Estávamos ali, éramos ouvidos e isso, por si só, já era uma conquista.

Em abril de 2024, o Tribunal finalmente deu a sua decisão. Infelizmente, o nosso caso foi considerado inadmissível por questões processuais. Foi um golpe duro. Lutámos tanto e, no final, o tribunal não se pronunciou sobre o mérito do nosso pedido. Mas nesse mesmo dia, uma notícia deu-nos esperança: o Tribunal decidiu a favor do caso das mulheres seniores suíças, que processaram o governo da Suíça por não proteger os seus direitos face à crise climática. Esta vitória mostrou-nos que a justiça climática estava, aos poucos, a ganhar espaço.

Também nesse dia, tivemos um apoio inesperado que nos marcou profundamente. Greta Thunberg esteve em Estrasburgo para apoiar o nosso caso e o das mulheres suíças. Falámos com ela, ouvimos as suas palavras de encorajamento e percebemos que fazíamos parte de um movimento global. Saber que alguém que inspirou milhões de jovens acreditava em nós deu-nos ainda mais força para continuar.

O nosso processo não avançou, mas a nossa luta não acabou. Conseguimos colocar a crise climática no centro do debate, mobilizar pessoas e provar que os jovens podem – e devem – desafiar o sistema. Mostrámos que não aceitamos um futuro condenado e que continuaremos a pressionar por mudanças. Esta foi apenas uma batalha de uma guerra muito maior.

O que aprendemos com tudo isto? Que ninguém vai resolver esta crise por nós. A cidadania ativa não é uma opção – é uma necessidade. Não podemos esperar que os políticos tomem decisões certas sozinhos. Cada um de nós tem o poder de fazer a diferença. Cada voz conta. E juntos, somos mais fortes.

"CONSEGUIMOS COLOCAR A CRISE CLIMÁTICA NO CENTRO DO DEBATE, MOBILIZAR PESSOAS E PROVAR QUE OS JOVENS PODEM – E DEVEM – DESAFIAR O SISTEMA. MOSTRÁMOS QUE NÃO ACEITAMOS UM FUTURO CONDENADO E QUE CONTINUAREMOS A PRESSIONAR POR MUDANÇAS. ESTA FOI APENAS UMA BATALHA DE UMA GUERRA MUITO MAIOR."

1

2

3

4

5

6

7

8

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL:

PENSAMENTOS SOBRE JUSTIÇA SOCIAL NA ECONOMIA VERDE

SUNAMITA RIBEIRO

Imigrante, feminista e colaboradora da Associação La Bardal.



Apesar do caráter sustentável atribuído à geração de energia por fontes renováveis, os investimentos nesse setor frequentemente reiteram processos neoextrativistas, intensificando a exploração de territórios e populações. O caráter dessa nova exploração se revela, por um lado, na expansão acelerada da demanda por energia renovável, que tem levado à ocupação intensiva de territórios em nome da descarbonização global; e, por outro, no controle concentrado do capital e do domínio tecnológico desse setor por poucas e grandes corporações.

Dessa maneira, em comparação com o passado colonizador, o que vemos hoje é uma modernização ecológica que segue dependente da exploração de recursos ambientais em territórios periféricos, garantindo que os centros decisórios globais mantenham sua posição dominante. Em vez de criar uma rede interdependente de produção sustentável, a atual estrutura reforça uma organização piramidal que dá continuidade às desigualdades sociais e ambientais e continuação às lógicas de exploração e subordinação que marcaram o colonialismo

No Sul Global, esse modelo fica evidente em países como por exemplo Brasil, onde a expansão da energia renovável frequentemente acontece à custa de comunidades locais. No Nordeste brasileiro, a implantação de parques eólicos tem sido marcada por conflitos fundiários, facilitando a expropriação de pequenos agricultores e povos tradicionais. Um exemplo emblemático ocorre no Quilombo do Cumbe, no Ceará, onde comunidades quilombolas são forçadas a lidar com o impacto ambiental e social das turbinas, enquanto os benefícios gerados pela energia produzida seguem para grandes indústrias e centros urbanos.

Na Europa, os impactos também são visíveis, especialmente em zonas rurais. Na Cantábria, região montanhosa do norte da Espanha, a implantação de polígonos eólicos por grandes multinacionais tem avançado sobre territórios de alto valor ecológico e patrimonial, ignorando legislações ambientais e sociais. Esses macroprojetos industriais não só afetam diretamente a biodiversidade da região, como também comprometem a vida das populações locais, que têm seus direitos vilipendiados. É preciso ter atenção ao discurso de sustentabilidade, quando a narrativa esconde, na prática, os custos ecológicos de sua produção intensiva.

Para que a transição energética seja realmente transformadora, é fundamental que os novos mercados de energia renovável rompam com o padrão subordinado de inserção das economias nacionais e regionais na lógica de acumulação global. Caso contrário, a chamada economia verde não passará de uma repetição dos velhos modelos de exploração, revestidos por um discurso sustentável.

Precisamos de um modelo que respeite os territórios, envolva as comunidades nas decisões e assegure que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa.

Mais do que uma mudança na matriz energética, é urgente uma mudança estrutural na forma como produzimos e consumimos recursos no planeta. A crise climática não será resolvida apenas com novas tecnologias, mas com práticas quotidianas individuais e coletivas, respaldando o compromisso com a justiça social e ambiental. Um futuro verdadeiramente sustentável com energias limpas não deixa suas sujeiras debaixo do tapete.

"É PRECISO TER ATENÇÃO AO DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE, QUANDO A NARRATIVA ESCONDE, NA PRÁTICA, OS CUSTOS ECOLÓGICOS DE SUA PRODUÇÃO INTENSIVA."

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2013). *El Buen Vivir. Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos* (1.ª edição). Icaria.
- Brand, U., & Wissen, M. (2021). *The Imperial Mode of Living: Everyday Life and the Ecological Crisis of Capitalism*. Verso.
- Chaves, L.O., Brannstrom, C., & Silva, E. (2017). Impactos da energia eólica na comunidade do Cumbe, Nordeste, Brasil. *Encontros Universitários da UFC* 2(1).
- García, V. (2020, 18 de março). La tramitación de los eólicos es una historia de irregularidades, incumplimientos de leyes y modificación de otras ad hoc para permitir su construcción. *El Diario Cantabria*. Último acesso em 19 de fevereiro de 2025.
- Svampa, M. (2019). *Las fronteras del neoeextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecológico y nuevas dependencias*. CALAS – Maria Sybilla Merian Center.

PROPOSTAS: COLLECTIVE FUTURE:

QUEM SOMOS?



Somos um grupo de jovens ativistas comprometidos com o desenvolvimento sustentável, com foco em áreas cruciais como ação climática, comunicação, bem-estar, cidadania e educação para o desenvolvimento. O nosso objetivo é impulsionar uma mudança coletiva, ambiciosa e eficaz na União Europeia, promovendo soluções inovadoras e colaborativas.

Este documento foi elaborado no âmbito do evento **“Collective Future”**, uma iniciativa integrada nos projetos **HUMAN, People&Planet**, e na campanha **toDxS**. Nele, apresentamos propostas concretas em três áreas de intervenção estratégica: educação, comunicação e cidadania. Este evento aconteceu dia 25 de Outubro na Casa do Impacto, ao longo de três horas.

Esperamos que este documento sirva como uma ferramenta prática e inspiradora para as autoridades locais, nacionais e europeias, apoiando-as nos seus esforços para construir uma União Europeia mais inclusiva, sustentável e preparada para os desafios do futuro.

ENQUADRAMENTO

Nos últimos anos, o mundo tem assistido a uma preocupante ascensão de movimentos e ideologias de inspiração fascista, tanto na União Europeia como noutras regiões, que reflete um descontentamento crescente com as instituições democráticas. Paralelamente, a confiança dos cidadãos nas democracias modernas tem vindo a deteriorar-se, abrindo terreno para a propagação de discursos polarizados e regimes que ameaçam as liberdades conquistadas no passado.

O ressurgimento de tendências fascistas é alimentado por uma combinação de fatores económicos, sociais e culturais – desigualdades económicas, aumento das migrações globais e consequente promoção de discursos xenófobos, desinformação e manipulação digital, falta de estabilidade e certeza política que são associadas a políticas autoritárias, entre outros.

Ao mesmo tempo, a democracia enfrenta um enfraquecimento estrutural, que é evidenciado por ataques à independência judicial, limitações à liberdade de imprensa, e a diminuição da participação cidadã nos processos democráticos. Como consequência, muitos cidadãos sentem-se desconectados dos sistemas políticos, os casos de corrupção e falta de transparência aumentam, e a sociedade torna-se mais fragmentada por discursos extremistas e divisionistas.

Perante este cenário, a União Europeia enfrenta o desafio de proteger a sua arquitetura democrática interna, enquanto promove os seus valores a nível global. A luta contra o fascismo e a deterioração da democracia não são apenas desafios políticos, mas sim um esforço coletivo em prol de um futuro mais justo e inclusivo. Assim, apresentamos neste documento propostas concretas focadas em três áreas de ação: educação, comunicação, e cidadania.

A NOSSA VISÃO

Os jovens reunidos no evento “Collective Future” têm idades e contextos distintos onde enfrentam diferentes desafios – dos 19 aos 30 anos, estavam presentes estudantes da área de comunicação e direito, trabalhadores em ONG, psicólogos, e criadores de conteúdos focados em impacto e sustentabilidade – ainda assim, foram encontradas inúmeras necessidades comuns que nos permitiram projetar propostas comuns, tendo sido identificadas as seguintes questões:

- **Falta de estímulos ao pensamento crítico no ensino formal:** Os sistemas educativos formais em vários países da União Europeia privilegiam métodos de ensino focados na memorização e reprodução de conteúdos, ao invés de fomentar a análise crítica e o questionamento. Esta abordagem limita a capacidade dos es-



tudantes de avaliar fontes de informação, de tomar decisões informadas e de resistir à desinformação, formando-se uma geração menos preparada para lidar com os desafios da sociedade contemporânea, incluindo relacionados com a democracia e o pluralismo.

- **Cidadania passiva um pouco por toda a UE:** Grande parte da população europeia tem uma postura de cidadania passiva, participando esporadicamente nos processos democráticos – muitas vezes apenas nos atos eleitorais. Este desinteresse reflete uma percepção de que as suas ações individuais têm pouco ou nenhum impacto, agravada pela falta de educação cívica e por estruturas que não incentivam a participação ativa. Sem cidadãos interessados, a democracia torna-se mais vulnerável à influência de atores políticos extremistas.
- **Falta de resposta de qualidade das instituições aos cidadãos ativos que tentam participar em processos de decisão:** Embora existam mecanismos de participação, como consultas públicas e petições, cidadãos que tentam envolver-se na tomada de decisões muitas vezes enfrentam barreiras (como a burocracia, falta de transparência, e ausência de respostas de qualidade). Esta desconexão, entre cidadãos ativos e instituições, gera frustração e desmotiva o envolvimento futuro, dando a ideia de que as instituições democráticas são inacessíveis ou indiferentes às suas preocupações.
- **Crise formal e financeira do jornalismo:** O jornalismo enfrenta uma crise estrutural marcada pela dependência de modelos de negócio precários, como o clickbait e notícias falsas. Simultaneamente, os jornalistas independentes sofrem com falta de proteção e recursos, o que dificulta o acesso a informações de confiança e aprofundadas para a sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no evento “Collective Future” foi pensada para dar suporte e aumentar a independência dos participantes. Foram utilizadas ferramentas de design thinking – a estrutura “How Might We”, o exercício “Theory of Change” e a “Impact Hypothesis” – sendo que a aplicação prática e o impacto no mundo real foram enfatizados. Principais pontos metodológicos:

- Hierarquia zero, ambiente de aprendizagem mútua.
- Inteligência coletiva e resolução coletiva de problemas.
- Foco na empatia e na diversidade.
- Ênfase no impacto no mundo real e em estratégias de medição de impacto.

PROPOSTAS

1. Fomentação do pensamento crítico no ensino formal:

- **Parcerias culturais e científicas:** estabelecer parcerias com universidades, ONG, museus, bibliotecas, jardins e outras instituições, para expor os alunos a diferentes ideias e contextos (realizar visitas de campo e oficinas experimentais, como por exemplo oficinas de hiphop e outras iniciativas que fomentem pensamento rápido e uso de vocabulário diverso).
- **Inclusão de diversidade de perspetivas:** incluir vozes de diversas culturas, géneros e contextos históricos no currículo, de forma a estimular o conhecimento, análise e desconstrução de preconceitos e estereótipos.
- **Envolvimento da comunidade:** estimular a coconstrução de regras e processos dentro do ambiente escolar, envolvendo

pais, alunos, professores, e outros funcionários na construção de práticas educativas mais democráticas e participativas.

- **Incentivo ao trabalho colaborativo:** combater lógicas individualistas e de competição, promovendo o trabalho em grupo para cumprir tarefas que exijam resolução de problemas e consensos coletivos.
- **Avaliação baseada no pensamento crítico:** reformar os métodos de avaliação para que incluam mais análises, ensaios e projetos que demonstrem capacidade de argumentação e reflexão, reduzindo o peso das avaliações padronizadas.
- **Metodologias ativas de ensino:** implementar métodos pedagógicos como debates, estudos de caso, e role playing; fomentar a aprendizagem baseada em projetos aplicados e resolução de problemas reais; estimular a análise crítica de fontes de informação incluindo media e redes sociais; abordagens interdisciplinares; criação de fóruns de debate e assembleias escolares.
- **Formação de professores:** promover formações regulares em pedagogias críticas e metodologias de ensino inovadoras, e incentivar práticas reflexivas nos professores para que eles próprios sejam modelos de pensamento crítico. Estimular a coconstrução dos currículos escolares.

2. Implementação de sistemas de escuta e resposta de qualidade em todos os canais de participação democrática:

- **Criação de plataformas digitais interativas:** desenvolver plataformas (acessíveis e adaptadas) a nível local, nacional e internacional para centralizar consultas públicas, petições, e fóruns de discussão, e complementar os processos de consulta pública com formatos interativos como webinars, hackatons políticos e grupos de discussão.

- **Reforço das estruturas de participação no contexto local:** criar comissões regionais permanentes dedicadas a analisar propostas e queixas da população, assegurando diversidade participativa.
- **Criação de gabinetes de mediação comunitária:** estabelecer gabinetes locais e descentralizados, constituídos por pessoas da comunidade capacitadas para o efeito, que promovam a mediação entre cidadãos e instituições públicas.
- **Implementação de conselhos consultivos e assembleias cidadãs:** institucionalizar assembleias deliberativas com representatividade socioeconómica e demográfica em todos os Estados-Membros da UE para debater temas chave e garantir que as recomendações sejam vinculativas em determinadas matérias (alterações climáticas, direitos humanos, etc.). Associar os resultados de consultas diretamente a decisões orçamentais com relatórios públicos que detalham a implementação.
- **Criação de processos de resposta transparentes:** tornar obrigatória a publicação de relatórios regulares que expliquem como as contribuições dos cidadãos foram consideradas nas decisões políticas (por ex., no contexto de uma consulta pública), definir indicadores de impacto para monitorizar a implementação das propostas aprovadas, e realizar auditorias para avaliar a eficácia dos canais de escuta e resposta.
- **Formação de funcionários públicos:** promover formações regulares em mediação de conflitos e facilitação de diálogos, bem como em ferramentas de tecnologia para melhor gestão das interações com os cidadãos.
- **Monitorização pelo Parlamento Europeu:** relatórios regulares de cada Estado membro sobre os avanços nos sistemas de escuta e resposta democráticas.



3. Transformação de cidadãos espectadores em cidadãos atores da política local, nacional, e europeia:

- **Garantia de inclusividade e igualdade de acesso:** campanhas regulares de informação à população sobre os canais de participação disponíveis e criação de incentivos à participação de grupos marginalizados (populações rurais, jovens, pessoas com deficiência, pessoas racializadas, etc.).
- **Educação cívica permanente:** ampliar programas de educação cívica em todos os níveis de ensino, e criar cursos acessíveis a adultos sobre processos políticos, direitos democráticos, ferramentas de participação política (como organização de petições, participação em consultas públicas, criação de movimentos sociais e locais, etc.).
- **Criação de programas de co-governança:** desenvolver quadros legais que permitam a participação direta de cidadãos na formulação e execução de políticas públicas e instituir conselhos comunitários locais onde se possam debater e decidir prioridades.
- **Convocação de assembleias cidadãos regulares:** organizar assembleias cidadãos de nível local, nacional e europeu para debater questões específicas e garantir que as recomendações dessas assembleias tenham impacto real em políticas públicas.
- **Organização de debates públicos com representantes:** criação de programas obrigatórios em que os políticos se reúnem periodicamente com os eleitores para rever as medidas apresentadas e recolher feedback.
- **Financiamento e capacitação de iniciativas cidadãos:** criação de fundos públicos para apoiar projetos liderados por cidadãos que visem impacto social e político.

- **Monitorização:** envolver os cidadãos no acompanhamento da execução de políticas públicas e de projetos financiados pelo governo.

4. Restituição da função de 4.º pilar da democracia ao jornalismo na União Europeia

- **Criação de Fundos Públicos para Jornalismo Independente:** Estabelecer um fundo europeu para apoiar iniciativas de jornalismo independente, com critérios baseados na imparcialidade, transparência e relevância pública. Priorizar o financiamento de meios locais e regionais, essenciais para a diversidade de vozes e fortalecimento das democracias locais.
- **Subsídios para Modelos Cooperativos:** Promover a criação de meios de comunicação geridos como cooperativas, onde jornalistas e comunidades compartilham a propriedade e as decisões.
- **Taxas sobre Plataformas Digitais:** Redirecionar parte das receitas de gigantes tecnológicos (como Google e Meta) para financiar meios de comunicação de jornalismo local e independente que promovam a informação de interesse público.
- **Garantia de Pluralidade e Inclusividade nas Narrativas:** Criar programas para capacitar jornalistas na produção de conteúdos que reflitam a diversidade cultural e étnica da Europa, combatendo preconceitos e estereótipos coloniais.
- **Combate à Desinformação e Fake News:** Implementar observatórios nacionais e regionais, conectados ao Observatório Europeu para Mídias Digitais (EDMO), para monitorizar, investigar e combater clickbait e fake news.
- **Promoção de Literacia Mediática:** Incluir literacia mediática nos currículos escolares, de forma a capacitar a identificação de desinformação e a compreensão da

importância de fontes confiáveis. Lançar campanhas de sensibilização sobre o impacto das fake news na democracia e como combatê-las.

- **Proteção de Jornalistas:** criar um marco legal que proteja jornalistas de ataques físicos, assédio online e processos judiciais abusivos. Financiar programas de apoio para jornalistas que são expostos a riscos durante o seu trabalho investigativo.

- **Incentivo ao Jornalismo Investigativo:** Oferecer financiamento específico para reportagens de investigação – em áreas como corrupção, direitos humanos e crises ambientais – e promover redes colaborativas de jornalistas dos diferentes Estados-Membros para investigações conjuntas sobre temas de interesse europeu.
- **Valorização do Jornalismo como Bem Público:** declarar o jornalismo como um bem público essencial em todos os Estados-Membros da UE.

PARTICIPANTES

Afonso Baptista
Bárbara Marques
Bruno Lisboa Diotallevy

Diana Alves
Gabriel Oliveira
Joana Guerra Tadeu

Kai Fernandes
Madalena Dias
Marta Neves



AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS,
COM CLARA PASSARINHO



Na Guiné-Bissau, o investimento realizado em painéis solares permite abastecer escolas, centros de saúde e sistemas de irrigação. Com o apoio de organizações nacionais e internacionais, a Guiné-Bissau está a apostar no futuro com energias renováveis. O desafio é grande, mas a transição energética está em curso.

**– ENTREVISTA A JORGE HANDEM,
DIRETOR EXECUTIVO DA ONG AÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO.**



A emergência climática é uma das maiores ameaças da nossa geração, mas como podemos garantir que a mesma não fique em segundo plano? Quais as causas e impactos das alterações climáticas e o que é possível fazer para pressionar uma mudança política a este nível? Como podemos dar maior visibilidade e apoiar as comunidades mais afetadas?

**– ENTREVISTA A JOSÉ LUÍS MONTEIRO,
PROJECT OFFICER DA OIKOS – COOPERAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO.**



FOTOS: MÁRIO CRUZ

" *Eu sou o que me cerca. Se eu não preservar o que me cerca, eu não me preservo.*

– JOSÉ ORTEGA Y GASSET

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

toxs Pela Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global

O CLIMA JÁ MUDOU ANTERIORMENTE NA HISTÓRIA MUNDIAL, MAS AS ALTERAÇÕES PROFUNDAS DE HOJE SÃO O FORTEMENTE IMPULSIONADAS PELA ATIVIDADE HUMANA. A FORMA COMO VIVEMOS AS NOSSAS VIDAS, EXTRAIENDO RECURSOS DE FORMA AGRESSIVA E QUEIMANDO COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, É UM ENORME IMPULSIONADOR DA DEVASTAÇÃO PLANETÁRIA.

QUEM CONTRIBUI MENOS SOFRE MAIS
CLARO QUE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS TÊM A VER COM A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, MAS ESSA NÃO É A HISTÓRIA COMPLETA. O NÍVEL HUMANO, OS PAÍSES E OS POVOS MARGINALIZADOS SÃO AFETADOS DE FORMA DESPROPORCIONAL, PELAS SUAS TERRAS E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA, NO TRABALHO, NA SAÚDE E NO ACESSO AOS DIREITOS.

AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
SÃO UMA CAUSA SIGNIFICATIVA DE MIGRAÇÃO E ESTUDOS RECENTES ESTIMAM QUE ATÉ 2050 PODERÁ FORÇAR **216 MILHÕES DE PESSOAS** A ABANDONAR AS SUAS CASAS.

AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS REFORÇAM AS INJUSTIÇAS GLOBAIS
ALGUNS EUROPEUS PODERÃO DAR-SE AO LUXO DE SEGUIR ESTILOS DE VIDA VERDES, MAS TODA A SOCIEDADE DE BASES NO CONSUMO EXTREMO, DE TODOS AS PESSOAS DO MUNDO VIVEMOS COMO UM COMUM MÍDIO RESIDENTE NA UE, PRESSIONAMOS DE

O CLIMA LEVA À MIGRAÇÃO
OS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS AJUDAM A PRESSÃO AS PESSOAS A MIGRAR DENTRO DO SEU PRÓPRIO PAÍS OU CRUZANDO O PORTEIRO PARA PAÍSES VIZINHOS, UMA MÚLTIPLO CONTRA O SEU PAÍS. POR MUITO LONGE, PARA O EUROPA, CONTRA O SEU PAÍS, TEM DE ABANDONAR AS SUAS CASAS, FAMILIA, VONTADE, TEM DE BUSCAR UMA VIDA DIFÍCIL, POR VECES SEM, NUNCA BUSCA DESPESEROS POR UMA VIDA MELHOR.

AS PESSOAS SÃO EXPLORADAS
AS PESSOAS FORÇADAS A MIGRAR CORREM COM FREQUÊNCIA DE PROTEÇÃO JURÍDICA E SOCIAL ADEQUADA MUITAS VEZES, TEM DE ACEITAR O TRABALHO QUE CONSIDERA, POR VEZES A CUSTA DA SUA LIBERDADE. AS PESSOAS A QUEM OS SEUS DIREITOS HUMANOS E LABORAIS SÃO NEGADOS E VIOLADOS, FICAM ASSIM MAIS VULNERÁVEIS A EXPLOAÇÃO E ATE MESMO A CONDIÇÕES DE ESCRAVIDÃO, ENQUANTO OUTROS SE APROVEITAM DELAS.

TODOS SOFREM OS CUSTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E HUMANOS
QUANDO OS RECURSOS NATURAIS E A DISPONIBILIDADE DE TRABALHO E OS SERVIÇOS DIMINUEM, ISSO PODE GERAR VIOLÊNCIA E CONFLITOS, PORQUE AS PESSOAS FAZEM O QUE PODER PARA SOBREVIVER. SE AS PESSOAS FOREM IMPEDIDAS DE SAIR DE UM TERRITÓRIO ONDE NÃO TEM TRABALHO OU ALIMENTAÇÃO, PODER SURTIR CONSEQUÊNCIAS COM ENORMES CUSTOS HUMANOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS.

A COMUNIDADE INTERNACIONAL É ENTÃO CHAMADA A INVESTIR UMA GRANDE QUANTIDADE DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS PARA LIDAR COM OS RESULTADOS.

SECAS SEVERAS, INUNDAÇÕES E INCÊNDIOS: O "CAOS CLIMÁTICO" É NOSSO NOVO NORMAL? É TEMPO DE AGIR

A PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A AÇÃO CLIMÁTICA SÃO OPORTUNIDADES DE MOBILIZAR GOVERNOS E COMUNIDADES EM TORNO DO OBJETIVO COMUM DE ALCANÇAR UM DESENVOLVIMENTO MAIS EQUILIBRADO, JUSTO E SUSTENTÁVEL, COLOCANDO AS PESSOAS E O PLANETA NO CENTRO DA AÇÃO. POR TODOS O MUNDO, OS ESPORTEIS DE MUITAS PESSOAS E COMUNIDADES ESTÃO A CONTRIBUIR PARA ESSE OBJETIVO. JUNTOS, É A ESSA MOVIMENTAÇÃO GLOBAL, PORQUE AS TUBOÇÕES INDIVIDUAIS PODEM TER UM IMPACTO SIGNIFICATIVO NO NOSSO FUTURO.

REDUZ A TUA PECADA DE CARBONO
OPTA POR UMA MOBILIDADE MAIS SUSTENTÁVEL

OPERA OS R DA SUSTENTABILIDADE NO TEU DIA-Á-DIA.

VÁ LÁ JÁ SABES QUAIS SÃO!!!!

TORNA-TE UM CONSUMIDOR MAIS INFORMADO, CONSCIENTE E RESPONSÁVEL

INFORMA-TE
BUSCA OS IMPACTOS DOS PRODUTOS QUE CONSUMES NO AMBIENTE E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ESCOLHE PRODUTOS E SERVIÇOS
QUE TENHAM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E RESPONSÁVEIS EM RELAÇÃO AO AMBIENTE E AOS DIREITOS HUMANOS

REDUZ O DESPERDÍCIO ALIMENTAR
E O CONSUMO DE CARNE E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

APÓIA AS POLÍTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS

APÓIA POLÍTICAS E REGULAMENTAÇÕES
QUE PROMOVAM A REDUÇÃO DAS EMISSÕES, A CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE E A PROTEÇÃO DOS ECOSISTEMAS - SEJA A NÍVEL MUNDIAL, NACIONAL OU LOCAL.

DEFENDE MUDANÇAS SISTEMÁTICAS
PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA E SUSTENTÁVEL, DESENVOLVENDO O TEU ATIVISMO E CIDADANIA GLOBAL.

13 **CLIMA**
PROTEJA O CLIMA E OS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

14 **VIDA AQUÁTICA**
PROTEJA E GARANTA O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

15 **VIDA TERRESTRE**
PROTEJA E GARANTA O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES

WANGARI MAATHAI
A AMBIENTALISTA KUENINGI FOI A PRIMEIRA MULHER AFRICANA A RECEBER O NOBEL DA PAZ

MERGULHO NA TERRA

Wake up

Introdução ao Ambientalismo Imperfeito

CLIMATE JUSTICE HUMAN JUSTICE

13 **CLIMA**
PROTEJA O CLIMA E OS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

14 **VIDA AQUÁTICA**
PROTEJA E GARANTA O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

15 **VIDA TERRESTRE**
PROTEJA E GARANTA O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES

EXPOSIÇÃO:
BIOMBO AMBIENTE
E AÇÃO CLIMÁTICA



A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

93

Abdelaziz Vera Cruz.....	94
Ana Beatriz Pereira, Catarina Barreirinho e Joana Barros.....	96
Ana Isabel Castanheira e Mónica Santos Silva.....	101
Ana Mineiro.....	103
Aurore Delaunay.....	104
Catarina Cerqueira.....	105
Francisca Listopad.....	107
Joana Moreira.....	108
João Almeida.....	110
Lucas André.....	112
Maria Peres.....	113
Matilde Rodrigues Silva.....	115
Mónica Santos Silva.....	116

Manifesto visual: alunos de licenciatura em Serviço Social, Instituto

Politécnico de Leiria.....	117
----------------------------	-----

Educação, com Clara Passarinho.....	118
--	-----

Desigualdade na educação: a realidade da Guiné-Bissau,	
com Mamadu Balde.....	118

Entrevista a Leonor Costa.....	118
---------------------------------------	-----

Fotografias.....	119
-------------------------	-----

Exposição (Biombo).....	120
--------------------------------	-----

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

A Educação é uma força poderosa para a mudança positiva a nível humano, económico e social, impulsionando o bem-estar individual e coletivo. É um direito empoderador e um meio indispensável para a concretização de outros direitos, com um papel impulsionador em todas as áreas do desenvolvimento, desde a luta contra a pobreza e as desigualdades, à mobilidade social e ao trabalho digno, à saúde ou à paz.

Apesar dos progressos no alargamento do acesso à educação no mundo, persistem ainda desigualdades, em função do estatuto económico, género, etnia, geografia e outros fatores, que constituem verdadeiras barreiras. As questões da qualidade da educação são também um grande desafio, com a falta de recursos financeiros e humanos e com défices de aprendizagem e de competências que geram novas desigualdades. Um investimento adequado numa educação inclusiva e de qualidade contribui para que as pessoas possam realizar plenamente o seu potencial, as suas capacidades e direitos, para além de fomentar uma cidadania ativa e consciente.



SABER MAIS
FICHA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

CONSULTAR
A INFOGRAFIA



O CRIOULO EM PORTUGAL

ABDELAZIZ VERA CRUZ

Docente no
Instituto de Línguas
da Universidade
Nova de Lisboa.



O crioulo (da Guiné-Bissau e de Cabo Verde) não é uma língua estranha no meio social lisboeta. Faz parte do quotidiano da cidade e está presente, com uma certa expressividade, na grande Lisboa, sendo normal ouvir alguém a falar ou a cantar em crioulo.

Em setembro de 2020, o ILNOVA (Instituto de Línguas da Universidade Nova de Lisboa) decidiu abrir o curso de língua crioula da Guiné-Bissau. Desde então que tenho trabalho como professor desta língua que encanta Lisboa. Entre muitos que procuram o curso de crioulo podemos destacar:

- os que querem ir trabalhar e/ou desenvolver os seus estudos científicos na Guiné-Bissau;
- os que trabalham no atendimento público, por exemplo, médicos e enfermeiras, que lidam diariamente com pacientes guineenses;
- os que são descendentes de pais guineenses;
- os que diariamente convivem com os guineenses;
- e os que apenas se apaixonam pela língua e cultura da Guiné-Bissau.

Todos estes alunos, após o curso, ficam mais fascinados com a cultura guineense e passam a perceber melhor o porquê de as coisas acontecerem duma e/ou outra forma distinta da cultura portuguesa, como, por exemplo, no aspeto cultural básico de um guineense “cumprimentar/saudar

alguém” ou, em bom crioulo, “fala mantenha”. A ausência deste simples ato pode implicar muitas interpretações como: desrespeito, mal-estar, arrogância, etc.

Quase 95% dos que procuram o curso de crioulo são portugueses e é fácil trabalhar com eles as competências comunicativas, uma vez que têm a consciência linguística explícita da sua própria língua materna. Esta não é a realidade dos alunos guineenses, que entram no sistema educativo português sem ter a língua de ensino como a sua língua materna e sem ter conhecimento explícito relativamente à sua língua materna, que na sua maioria é o crioulo (uma vez que existe cerca de vinte línguas étnicas na Guiné-Bissau).

Entretanto, quando o governo português, através do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, anunciou, em maio de 2024, que ia criar programas de investigação, cursos e cátedras sobre o crioulo, muitos elogiaram a iniciativa que está ainda na sua fase embrionária. Contudo, fiquei um pouco reticente, esperando um sinal positivo por parte do governo para ver e crer, uma vez que é paradoxal.

Ou seja, o próprio governo português não reconhece o crioulo como uma língua, aliás, na plataforma de matrículas, o crioulo não aparece, nem na lista de línguas estrangeiras, o que tem dificultado bastante os alunos oriundos dos países anteriormente referidos.

Melhor dizendo, os alunos que chegam da Guiné-Bissau e Cabo-Verde para integrar o sistema educativo português são obrigados a assumir a língua portuguesa como sendo a sua língua materna, o que é uma falácia genuína. Estes alunos são injustiçados pelo sistema educativo português, que não reconhece o crioulo como a sua língua materna, excluindo-os de serem encaminhados para a turma de Português Língua Não Materna.

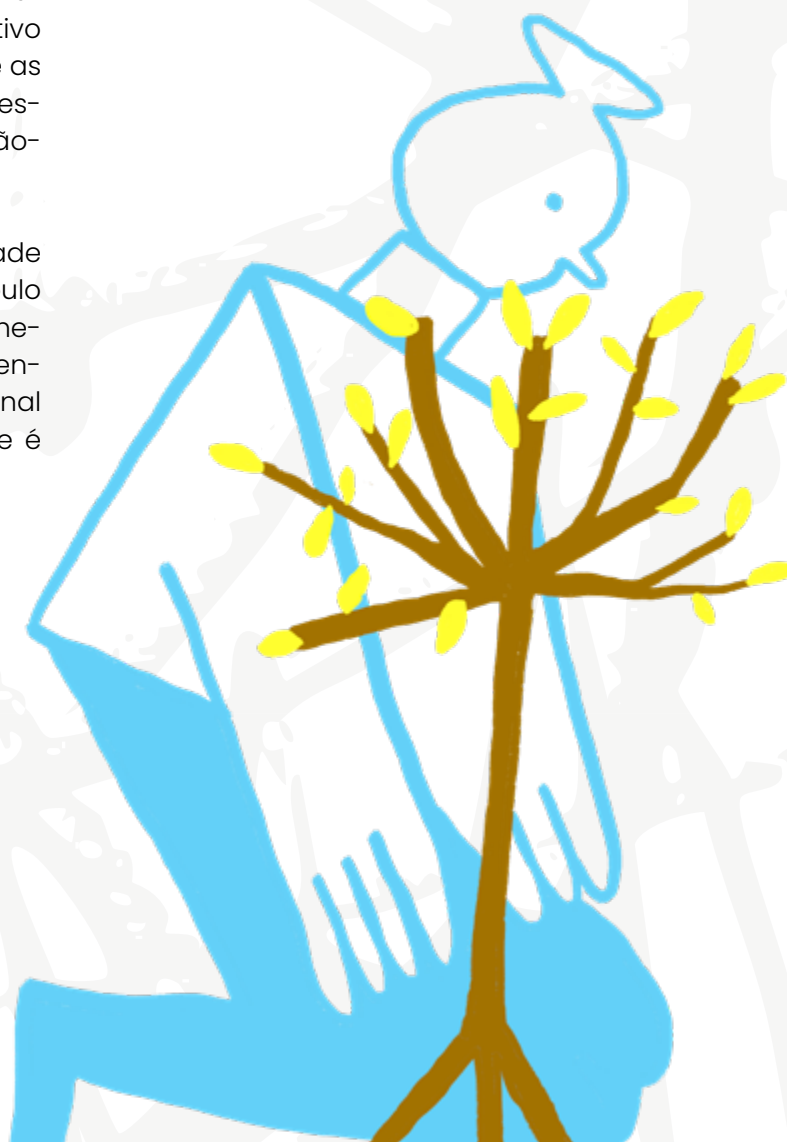
Apesar de tudo isso, felizmente, alguns professores têm tido alguma sensibilidade relativamente às dificuldades/barreiras linguísticas que estes alunos enfrentam e fazem questão de encaminhá-los

**"AS BARREIRAS
LINGUÍSTICAS FAZEM COM
QUE OS ALUNOS GUINEENSES
E CABO-VERDIANOS, E
SÃO-TOMENSES TAMBÉM,
TENHAM UMA TAXA
ELEVADA DE INSUCESSO
ESCOLAR NO SISTEMA
EDUCATIVO PORTUGUÊS."**

para turmas de Português Língua Não Materna, embora não de um modo sistemático, porque o próprio Estado português assume que quem vem da Guiné-Bissau e/ou Cabo-Verde tem o português como língua materna, apenas porque esta língua é oficial e, consequentemente, é língua de ensino nesses países.

As barreiras linguísticas fazem com que os alunos guineenses e cabo-verdianos, e são-tomenses também, tenham uma taxa elevada de insucesso escolar no sistema educativo português. De acordo com os números da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência relativo ao ano letivo de 2022/2023, "no 9.º ano, os dados indicam que as crianças da Guiné-Bissau têm uma taxa de sucesso de apenas 61%, os cabo-verdianos 58% e os são-tomenses 57%."

Portanto, esses números espelham a necessidade de sistema educativo português assumir o crioulo como uma língua, que de facto é, e esse reconhecimento como língua em Portugal é extremamente importante quer do ponto de vista educacional como cultural, mas sobretudo, histórico, porque é uma língua de base lexical portuguesa.

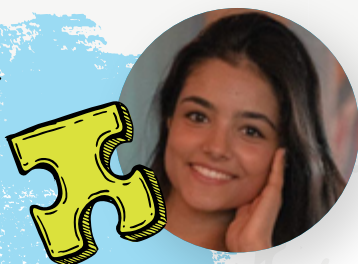


UMA EXPERIÊNCIA NA SEMEAR FUTURO:

3 TESTEMUNHOS

ANA BEATRIZ PEREIRA

Voluntária na
Associação
Semear Futuro



Desde outubro de 2023, faço parte da Associação Semear Futuro, integrando o departamento de formações e dando aulas online a crianças e jovens de Cabo Verde. Ao longo de meses de trabalho à distância, aprendi a importância da educação como ferramenta de transformação social e redução das desigualdades. No entanto, em agosto de 2024, tive a oportunidade única de ver esse impacto de perto, ao ser selecionada para integrar a missão presencial de duas semanas no terreno.

Desde o primeiro momento, fui confrontada com realidades que, apesar de já conhecer em teoria, ganharam uma nova dimensão quando vistas de perto. No Tarrafal, na ilha de Santiago, encontrei crianças e jovens cheios de vontade de aprender, mas com recursos limitados. Percebi que a educação não é apenas um direito, mas uma oportunidade de quebrar ciclos de pobreza e de criar um futuro mais justo.

A nossa missão era clara: promover a aprendizagem, gestão emocional, o espírito crítico e a autoconfiança nas crianças com quem trabalhávamos. No entanto, o que recebi em troca foi ainda maior.

Uma viagem longa, que envolve trabalho, adaptabilidade, flexibilidade e contacto com pessoas tão diferentes, contribui imenso para o processo de autoconhecimento, valorização pessoal, cimentação de valores e desenvolvimento humano. Mas também expõe todas as nossas fragilidades, pois um verdadeiro desafio tem tanto momentos muito bons como momentos muito maus, e este não foi exceção.

O impacto da educação na igualdade de oportunidades

A desigualdade no acesso à educação é um dos desafios mais urgentes do desenvolvimento global. Enquanto em Portugal temos um sistema educativo acessível a todos, muitas crianças cabo-verdianas enfrentam dificuldades no acesso a materiais escolares, a infraestruturas adequadas e, em alguns casos, até a professores qualificados. O trabalho da Semear Futuro permitiu colmatar temporariamente algumas dessas lacunas, mas deixou-me a certeza de que há ainda um longo caminho a percorrer.

A escola não é apenas um local onde se adquirem conhecimentos académicos. É um espaço de crescimento pessoal, de construção de sonhos e de criação de oportunidades. Ver de perto como a educação pode ser o fator que define o futuro de uma criança fez-me refletir sobre a minha própria realidade e sobre o privilégio de ter tido acesso a um ensino de qualidade.

Uma parte essencial da missão foi conquistar a confiança das crianças mais reservadas, aquelas que, no início, nos observavam à distância, sem saber se podiam realmente confiar em nós. Aos poucos, através de brincadeiras no intervalo, conversas espontâneas na praia ou simplesmente nos momentos em que nos esperavam à porta da casa onde estávamos hospedados, fomos criando laços que iam muito além da sala de aula.

Cada gesto de aproximação, cada olhar trocado e cada sorriso partilhado foram construindo um espaço seguro onde, com o tempo, elas se sentiram confortáveis para desabafar, partilhar sonhos e falar sobre as suas vidas.

"O VOLUNTARIADO É UM PROCESSO DE APRENDIZAGEM MÚTUA, ONDE CADA TROCA DE EXPERIÊNCIAS CONTRIBUI PARA O CRESCIMENTO DE TODOS OS ENVOLVIDOS."

Mas a troca não acontecia apenas nesses momentos. Se dentro da sala éramos nós que lhes ensinávamos e lhes mostrávamos coisas que nunca tinham visto, nos tempos livres os papéis invertiam-se. Eram eles que nos levavam pela ilha, orgulhosos por nos guiarem até aos seus lugares favoritos. Mostravam-nos praias escondidas, caminhos entre as montanhas, ruas cheias de histórias que só eles conheciam. Era a forma que encontravam para nos agradecer e, ao mesmo tempo, uma maneira de reafirmar que também tinham algo valioso para partilhar. Nesse jogo de aprendizagens mútuas, não éramos apenas professores ou voluntários — éramos amigos, convidados para conhecer o mundo através dos olhos deles.

O papel do voluntariado na cidadania ativa

Esta experiência foi também um exercício de cidadania. O voluntariado não se resume a ajudar; é um processo de aprendizagem mútua, onde cada troca de experiências contribui para o crescimento de todos os envolvidos. Aprendi a importância da empatia, da paciência e da adaptabilidade, competências essenciais para qualquer agente de mudança.

Além disso, testemunhei o poder do trabalho coletivo. Durante a missão, estive acompanhada por uma equipa que passou de colegas a amigos. Cada um de nós trouxe algo único para o projeto, e foi essa diversidade de perspetivas que tornou o nosso impacto mais significativo.

Próximos desafios da Semear Futuro

A Semear Futuro enfrenta desafios que refletem os obstáculos globais à educação como ferramenta de transformação social. A escassez de recursos, a necessidade de uma formação contínua para professores locais e a criação de estratégias sustentáveis para manter o impacto a longo prazo são algumas das barreiras que precisam de ser superadas.

Enquanto voluntária, senti a necessidade de continuar a contribuir, não apenas durante a missão, mas também depois dela. A mudança começa quando nos recusamos a ser indiferentes.

Ao regressar a Portugal, trouxe comigo a certeza de que temos o lema certo: “Do pensar nos outros, ao agir pelos outros”. A Semear Futuro mostrou-me que cada gesto conta e que, por mais pequeno que pareça, pode ter um impacto duradouro.

Obrigada, Semear Futuro, por me lembrarem que o conhecimento é a semente mais poderosa para mudar vidas.



CATARINA BARREIRINHO

Presidente do escritório do Porto, Associação Semear Futuro



Desde que comecei a minha jornada na Associação Semear Futuro, a minha perceção do mundo mudou. O voluntariado não é apenas um ato de generosidade; é uma escolha diária de estar presente e de transformar realidades com pequenas ações que, somadas, fazem toda a diferença. É uma escola de humanidade, onde se aprende na prática o que significa empatia, compromisso e resiliência.

Entrei na Semear logo no primeiro recrutamento. Naquela altura, ainda havia muito por estruturar, muitos processos por definir, e tudo parecia um grande desafio em construção. Lembro-me do primeiro dia em que entrei na associação. O entusiasmo misturava-se com o receio. Será que faria diferença? Será que conseguiria corresponder às expectativas? No entanto, bastou o primeiro sorriso, o primeiro olhar de esperança, para que todas as dúvidas desaparecessem. Porque, no fundo, estar na Semear Futuro é exatamente isso: aprender a *pensar nos outros* e, mais do que isso, a *agir pelos outros*.

Ao longo dos anos, cada experiência vivida aqui moldou-me. O contacto com a realidade caboverdiana ensinou-me a valorizar o que tenho, mas também a lutar para que todos possam ter acesso às mesmas oportunidades. Aprendi que pobreza e desigualdade não são apenas estatísticas frias – são rostos, histórias, sonhos interrompidos que precisam de ser reescritos. Percebi que a segurança, a paz e a democracia não são garantias imutáveis, mas sim conquistas diárias que exigem a nossa voz e o nosso esforço. Compreendi que a ação climá-

tica não pode esperar, mas, acima de tudo, percebi que a Educação é o pilar central de qualquer transformação social. A Semear Futuro nasceu da convicção de que a melhoria da qualidade da educação é a chave para quebrar ciclos de pobreza e desigualdade, criando oportunidades reais para o desenvolvimento e o progresso das comunidades. O conhecimento empodera, dá voz, abre portas e constrói futuros sustentáveis...

Conciliar o voluntariado com o trabalho não tem sido fácil. Muitas vezes, depois de um dia exaustivo de tarefas profissionais, ainda há reuniões, eventos e ações para pensar e organizar. Mas, curiosamente, a Semear Futuro tornou-se o meu equilíbrio, o ponto de encontro entre o que sou e o que quero ser. É aqui que encontro o verdadeiro significado do meu tempo. O voluntariado não me rouba energia – ele devolve-me propósito. A cada ano que passa, escolho renovar este compromisso comigo mesma porque sei que a minha presença, por mais pequena que pareça, faz parte de algo maior.

O futuro da Semear Futuro enfrenta desafios. Há ainda muito por fazer, muitas consciências para despertar, muitas vidas para impactar. Mas sei que enquanto houver pessoas dispostas a viver para servir, continuaremos a construir um amanhã mais justo e educativo.

E se me perguntarem porquê, a resposta será sempre a mesma: porque não sei viver de outra forma. Porque “quem não vive para servir, não serve para viver”.

Este é o meu caminho. E todos os dias escolho percorrê-lo, pois sei que cada passo, cada ação, cada esforço, tem o potencial de mudar vidas. Não há maior recompensa do que ver o impacto que um pequeno gesto pode ter no mundo de alguém. E, no final, percebo que ao "tentar mudar" o mundo, fui eu quem mais mudou.

"A SEGURANÇA, A PAZ E A DEMOCRACIA NÃO SÃO GARANTIAS IMUTÁVEIS, MAS SIM CONQUISTAS DIÁRIAS QUE EXIGEM A NOSSA VOZ E O NOSSO ESFORÇO. COMPREENDI QUE A AÇÃO CLIMÁTICA NÃO PODE ESPERAR, MAS, ACIMA DE TUDO, PERCEBI QUE A EDUCAÇÃO É O PILAR CENTRAL DE QUALQUER TRANSFORMAÇÃO SOCIAL."



JOANA BARROS

Voluntária na Associação Semear Futuro

A minha jornada na Semear Futuro começou com uma decisão e um desejo de querer fazer algo mais pelo mundo. Sempre acreditei na educação, na importância da mesma e no poder transformador que esta tem de mudar a vida de uma pessoa. A missão da Semear Futuro e tudo o que me ensinou, só me veio comprovar os meus ideais.

No trabalho com esta associação, compreendi o verdadeiro impacto que é possível ter quando nos envolvemos ativamente em projetos e ações com objetivos tão bonitos.

A Semear Futuro é mais que uma associação, é uma rede de pessoas, que acreditam e defendem que a educação é a chave para um futuro mais justo e igualitário, principalmente em comunidades onde as oportunidades de ter acesso à educação ainda são escassas.

A primeira vez que participei numa ida ao terreno da Semear, fui surpreendida pela força e determinação de todos os jovens com quem temos contacto em Cabo Verde. Em Cabo Verde, onde a Semear desenvolve uma grande parte do seu

trabalho, vi todos estes jovens ansiosos e desejosos por aprender. E no meio de tanto entusiasmo e sede de aprender, deparei-me com o maior travão daqueles jovens. Fui enfrentada pelos escassos recursos das escolas, por professores que fazem milagres com o pouco que têm e por um sistema que nem sempre consegue atender a todas as necessidades precisas.

O modelo da Semear Futuro baseia-se na formação de professores, no apoio direto aos estudantes, de forma presencial e na forma de ensino à distância, na doação de materiais pedagógicos e na consciencialização sobre este tema tão importante. Este modelo procura responder através de uma abordagem holística, de forma a criar mudanças reais e sustentáveis.

Poderia falar das dezenas de memórias que a Semear me proporcionou, memórias essas que relembram e provam como as nossas ações, pequenas ou grandes, podem fazer a diferença na vida de uma pessoa, mudar um rumo, mudar uma ideia, e dar esperanças de um futuro melhor e mais sólido.

No entanto, há desafios. O trabalho da Semear Futuro depende do apoio contínuo, do financiamento e da boa vontade de voluntários, dispostos a dedicar o seu tempo e esforço pessoal para fazer a diferença.

Investir na educação é investir a longo prazo e por vezes o entusiasmo é difícil de manter assim como reunir a mobilização necessária.

Todavia, cada pequena vitória, cada aluno que descobre uma nova paixão através da educação, cada professor que encontra novas formas de ensinar e tem acesso e liberdade de utilizar novos métodos pedagógicos, reforça a certeza de que estamos num caminho certo.

O próximo desafio da Semear Futuro, é expandir o seu impacto, chegando a mais escolas, envolver cada vez mais pessoas nas suas iniciativas e continuar a demonstrar que a educação é uma ferramenta poderosa na mudança social.

Para mim, o ativismo através da educação é uma forma de trabalhar no hoje, para poder ver um futuro melhor crescer. E na Semear Futuro, tenho a certeza que estamos a trabalhar num futuro mais promissor, onde cada criança terá direito a educação de qualidade, independentemente de onde nasceu ou das circunstâncias da vida.

Este é o verdadeiro poder da cidadania ativa: transformar realidades, uma pessoa de cada vez.

**"TENHO A CERTEZA QUE
ESTAMOS A TRABALHAR
NUM FUTURO MAIS
PROMISSOR, ONDE CADA
CRIANÇA TERÁ DIREITO A
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE,
INDEPENDENTEMENTE DE
ONDE NASCEU OU DAS
CIRCUNSTÂNCIAS DA VIDA."**



A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL COMO EIXO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO¹⁰

ANA ISABEL CASTANHEIRA E MÓNICA SANTOS SILVA

Unidade de Cidadania Global, Instituto
Marquês de Valle Flôr (IMVF)



As comunidades e sociedades têm vindo a mudar a um ritmo acelerado. Os últimos anos têm sido verdadeiramente notáveis quanto ao surgimento de diversos movimentos, registo de profundas mudanças sociais, económicas, políticas e ideais, expressas em novas perspetivas e reestruturações globais. Tal como as respetivas reações contrárias, como patente em todos os processos de mudança. A entrar na terceira década do século XXI, contaríamos estar a assistir a uma multiplicação de fenómenos de ódio e de populismo, ou à perpetuação de discriminações grupais e raciais que desumanizam? Contaríamos estar a testemunhar a destruição dos recursos naturais que sabemos essenciais à preservação das gerações presentes e futuras, e que destroem aquela que é a nossa Casa Comum? Estaríamos conscientes de que iríamos viver num mundo em profunda desigualdade social e económica, com múltiplos conflitos que agravam as condições de vida de milhões de pessoas em todo o globo? Acreditariamos que os valores e princípios humanistas que defendemos e partilhamos, em nome do bem comum, estariam a ser postos em causa?

É o mundo em mudança permanente que marca o ritmo e o contexto global da cooperação para o desenvolvimento, que se encontra num momento decisivo. Com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o reconheci-

to das interligações e interdependências “glocais” (global + local), urge a necessidade de Portugal refletir sobre o seu papel e contributo na construção de um mundo mais digno, inclusivo, justo e sustentável face a um conjunto de desafios globais e dinâmicas tão diversas, como o agravar das desigualdades entre e dentro dos países; a emergência de movimentos populistas e de radicalização; a fragilidade do espaço de ação da sociedade civil, cada vez mais restrito em tantas geografias; as alterações climáticas; o agravamento da pobreza; a falta de acesso à saúde, educação, água, energia, saneamento...

Reconhecendo que o desenvolvimento é uma responsabilidade partilhada, é importante o contributo de cada uma das três áreas de intervenção da Cooperação Portuguesa (Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global, e Ação Humanitária e de Emergência) em tornar realidade os compromissos assumidos em prol da promoção da dignidade humana, promovendo o equilíbrio entre Pessoas, Pessoas, Planeta, Paz, Parcerias e Prosperidade (os 5P da Agenda 2030).

Como “processo de aprendizagem e transformação através da ação individual e/ou colaborativa orientada para a justiça social e o bem comum”,



a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) é essencial para potenciar o contributo de Portugal em transformar a visão para um mundo melhor, em realidade, colaborando para uma maior expressão e reforço da solidariedade internacional, em que todas as pessoas e instituições têm um papel a desempenhar para que “ninguém seja deixado para trás”.

Se, no decurso dos últimos anos, a política de Cooperação Portuguesa tem vindo a reconhecer e valorizar o contributo da EDCG quanto a uma visão e compreensão transversal e abrangente dos desafios globais – são disso exemplos, a adoção da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e do seu Plano de Ação – é ainda necessário reforçar o espaço público e político dedicado à EDCG.

"PERANTE UM CENÁRIO DE INCERTEZA, EDCG PERMITE ESPAÇO PARA REFLETIR CRITICAMENTE E AGIR. POTENCIA, PORTANTO, EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS, UMA RESPOSTA COERENTE E ASSERTIVA AOS MÚLTIPLOS DESAFIOS QUE ENFRENTAMOS."

O processo de construção e de aprovação de uma nova ENED demonstrou claramente a importância não só dos temas e formas de intervenção da EDCG, mas também do processo. A expectável aprovação da ENED assente num modelo de intervenção participativo, coletivo e multi-ator, é uma boa prática nacional e internacional, e deveria servir de modelo à definição de estratégias e políticas no setor do desenvolvimento, inclusive na operacionalização da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (ECP 2030).

Foi neste processo participado que a EDCG assumiu “a promoção constante da desconstrução de estereótipos e da defesa da não discriminação, da igualdade e da dignidade de todos e de todas, independentemente da ascendência, sexo, origem racial e étnica, cor, língua, território de origem, nacionalidade, religião, convicções políticas ou ideológicas,

lógicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual (razões em conformidade com o artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa e com a Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto). De facto, não só estamos alinhados aos princípios orientadores da Constituição, mas também às políticas e processos basilares do Desenvolvimento Sustentável. Destaque para a prossecução da Agenda 2030, que orienta a ECP 2030, e cujo papel da EDCG, reconhecido na Agenda (meta 4.7), será determinante para ativar uma cidadania ativa e consciente assente no pleno respeito pelos direitos humanos.

Partindo da premissa de que as pessoas comportam, em si, energia para agir e a possibilidade de mudança é uma realidade, a EDCG possibilita o desenvolvimento de competências. Competências, valores e princípios que permitem interpretar o mundo em que vivemos, de nos posicionarmos perante os desafios que se colocam a nível local, regional, nacional e global, convidando-nos ou exigindo ação da nossa parte. Perante um cenário de incerteza, EDCG permite espaço para refletir criticamente e agir. Potencia, portanto, em espaços formais e não formais, uma resposta coerente e assertiva aos múltiplos desafios que enfrentamos.

Sabemos que não podemos mudar o mundo sozinhos, mas não tenhamos medo de intervir, de refletir criticamente, de facilitar processos de aprendizagem, de “identificar e desconstruir as narrativas incentivadoras de lógicas políticas e económicas insustentáveis”, de reforçar o trabalho em rede em diferentes geografias e com diferentes atores do desenvolvimento, de advogar pela necessidade de alocação de mais recursos, de erguer a nossa voz e agir contra as injustiças e desigualdades, e de defender a EDCG como eixo central das políticas de desenvolvimento adotadas e das que possam vir a sê-lo.

A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:

O CASO DAS CRIANÇAS SURDAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ANA MINEIRO

Professora Catedrática da Universidade Católica Portuguesa



Em São Tomé e Príncipe e, até 2013, as crianças surdas não iam à escola em virtude de, segundo os professores, não “aprenderem nada”. Isolados, sem outros pares para comunicar, sentiam-se desprotegidos e párias numa sociedade que não os acolhia. Em 2013, em virtude das missões humanitárias de otorrinolaringologia da CUF através do IMVF, foi detetada esta situação e proposto um projeto de inclusão educativa. A partir de um projeto de emergência linguística onde a Língua Gestual de São Tomé e Príncipe nasceu, foi criada uma turma piloto integrando os alunos do 1º ciclo numa turma de surdos na escola regular. Neste processo, foi elaborado um manual de português para pessoas surdas onde, partindo da Língua Gestual de São Tomé e Príncipe se iniciou um processo de implementação da literacia.

Os projetos *Sem Barreiras* e *Bamú da Mon* (Dá-me a tua mão) vieram suprir uma necessidade da sociedade são-tomense que se ancora no direito a uma inclusão educativa e no direito linguístico de poder comunicar numa língua de acordo com a modalidade biológica com a qual nascemos equipados.

Após a implementação destes projetos, foram vistas melhorias significativas na aprendizagem das crianças surdas no meio escolar e na sociedade em geral, deixando de se sentir envergonhadas pela sua condição biológica. A maior parte destas crianças concluiu o ensino obrigatório com boas classificações (uma delas foi o melhor aluno a nível nacional no 10º ano) e são a prova viva da educação que transforma socialmente. Os excluídos estão agora integrados na sociedade, prosseguindo

estudos ou trabalhando, tendo a educação sido o gatilho para o elevador social necessário ao seu desenvolvimento enquanto cidadãos.

Tais projetos promoveram uma chamada de atenção ao governo de São Tomé e Príncipe que, em 2019, legislou um decreto-lei relativo à Educação Inclusiva, onde o caso das pessoas surdas se encontra amplamente retratado.

O certo é que com bons instrumentos e com uma pedagogia adequada qualquer pessoa pode aprender e sentir-se um cidadão útil e não um peso para a sociedade. Esta foi a lição mais bem aprendida de todo este processo, correspondendo aos objetivos globais para o desenvolvimento (ODS 4 e ODS 10) que enumeram a educação qualitativa e a redução das desigualdades.

"APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DESTES PROJETOS, FORAM VISTAS MELHORIAS SIGNIFICATIVAS NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS SURDAS NO MEIO ESCOLAR E NA SOCIEDADE EM GERAL (...)."



APOIAR OS CIDADÃOS PARA REMOVER O SENTIMENTO DE IMPOTÊNCIA FACE AOS DESAFIOS AMBIENTAIS

AUORE DELAUNAY

Cofundadora e vice-presidente da Transitar.



O início deste caminho, tanto a nível pessoal como profissional, foi o primeiro exemplo de como a educação pode transformar uma pessoa e da mesma forma, quero acreditar, a sociedade. É muito inspirador, e essencial, sentir que o nosso trabalho tem um impacto nas pessoas, que conseguimos graças à nossa luta juntá-las até criar uma comunidade. Tive oportunidade de organizar e fazer parte de vários eventos, além dos workshops que promovemos, como a participação em assembleia de cidadãos, participação nos workshops de Rob Hopkins durante a sua digressão em Portugal, que permitiu juntar muitas organizações e pessoas, incentivando-as a imaginar em conjunto um futuro positivo e desejável.

"ACREDITO QUE A EDUCAÇÃO É UMA FERRAMENTA ESSENCIAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E PARA UMA PARTICIPAÇÃO ATIVA NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA. MAS É APENAS O PRIMEIRO PASSO."

Acredito que a educação é uma ferramenta essencial para a transformação social e para uma participação ativa na transição ecológica. Mas é apenas o primeiro passo. O nosso foco com a Transitar vai além da sensibilização: procuramos acompanhar cada pessoa na sua jornada de mudança e na sua resiliência emocional, promovendo um espaço onde conhecimento e ação se encontram. Trabalhamos para que cidadãos, estudantes, trabalhadores e decisores possam não apenas compreender os desafios climáticos, mas também agir sobre eles de forma concreta e integrada nas suas vidas e organizações. Estamos constantemente à procura de novas formas de incentivar a participação pública e de criar projetos que empoderem a sociedade portuguesa na construção de um futuro mais sustentável. A nossa missão também inclui a criação e acompanhamento de uma comunidade de "atores da transição" - qualquer pessoa que sente uma sensibilidade com o tema, quer agir face aos desafios e espelhar o seu conhecimento e o seu envolvimento na causa.

A nossa recente Associação está a crescer, o que nos permite encontrar sempre mais ONG ou coletivos que partilham os mesmos valores e a mesma intenção de contribuir conjuntamente para mais justiça climática, que não pode acontecer sem justiça social. Portanto, a nossa luta para educar sobre os desafios ambientais está integrada na luta maior do nosso tempo, que é a luta contra as desigualdades sociais crescentes.

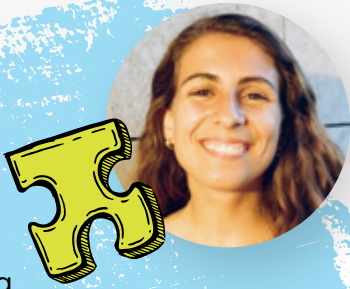


TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO

É POSSÍVEL?

CATARINA CERQUEIRA

Doutoranda em Administração e Política Educacional na Universidade de Lisboa e consultora da UNESCO.



O potencial de transformação social da educação é amplamente reconhecido. Atualmente é, contudo, bastante partilhada a ideia de que para realizar esse potencial, os sistemas educativos necessitam eles próprios de uma transformação, no sentido de conseguirem preparar melhor crianças e jovens para os atuais desafios que a humanidade enfrenta.

Contudo, a “forma escolar” tem permanecido relativamente estável, apesar de ter sido tantas vezes desafiada por críticas e reformas, como demonstraram os autores Tyack e Tobin no seu artigo *“The Grammar” of Schooling: Why Has It Been So Hard to Change?* (1994).

Desde os pedagogos da Educação Nova do início do século XX (Adolphe Ferrière, John Dewey, Célestin Freinet, Maria Montessori, Alexander Neill, Ovide Decroly, etc.) até Paulo Freire e a sua contribuição para a pedagogia da libertação nos anos 60, surgiram diversas propostas de mudança das práticas pedagógicas. Apesar da sua enorme diversidade ideológica, alguns pontos são relativamente consensuais, como a ideia de uma pedagogia ativa, como a aprendizagem baseada em projetos e outros métodos que incentivem a cooperação, a interdisciplinaridade e o “aprender fazendo”, permitindo aos alunos adquirir conhecimentos de forma significativa.

No entanto, muitas destas experiências, algumas impulsionadas por reformas (i.e. em França, os planos de Langevin e Wallon nos anos 40 ou de Gloton nos anos 60), não conseguiram massificar-se ou perdurar no tempo, enfrentando frequentemente resistências. Em Portugal, um exemplo destas reformas são os Projetos Piloto de Inovação Pedagógica

de Portugal que, durante três anos de um período experimental (2017–2019), permitiram que seis escolas de todo o país trabalhassem de forma autónoma a nível pedagógico, através da reorganização de turmas, horários, matrizes curriculares, programas e calendários escolares, ou seja, com menos influência das regras estabelecidas pelo Ministério da Educação. No contexto do quadro de autonomia e flexibilidade curricular de 2018, e na sequência dos resultados positivos do projeto-piloto (Costa & Almeida, 2019), a legislação de 2019 definiu as condições em que as escolas podem ser geridas de forma mais autónoma, após a elaboração e adoção de um Plano de Inovação. No ano letivo de 2022/2023, 88 agrupamentos de escolas tinham desenvolvido e adotado voluntariamente um Plano de Inovação (Direção Geral de Educação, 2022).

A legislação atual em Portugal permite que as comunidades educativas possam tomar a decisão de fazer diferente, de adotar novas práticas pedagógicas, que façam mais sentido aos alunos e que permitam desenvolver novas formas de trabalho, baseadas na cooperação e na interdisciplinaridade. Então por que razão continuamos a achar que a escola ainda não mudou?

Em primeiro lugar, porque por vezes ignoramos a existência de projetos que, na sua pequena escala, são fortemente transformadores (e inspiradores).

Em segundo lugar, porque efetivamente, apesar da legislação permitir uma “autonomia decretada” no que diz respeito à definição da organização pedagógica da escola, essa autonomia apenas se concretiza quando é apropriada pela comunidade escolar, quando é uma “autonomia construída” (Barroso, 2004).

A mudança exige assim uma verdadeira vontade e compreensão dos seus motivos. Pressupõe também que se ultrapassem resistências – que podem surgir de diretores, professores, pais e alunos – que atualmente são muitas. Como descrevem Tyack e Tobin (1994), a resistência à mudança pode ser, em certa medida, explicada pelas crenças culturais de professores, diretores de escolas, pais e alunos so-



bre o que constitui uma “verdadeira escola” que, por sua vez, é moldada pela sua própria experiência enquanto estudantes.

Se não houver testes, se não houver trabalhos de casa, se não houver hierarquia entre professor e alunos, como é que os alunos estarão preparados para entrar no ensino superior e prosperar no mundo atual? A investigação que analisa a implementação dos Projetos-Piloto de Inovação Pedagógica em Portugal mostra que estas preocupações, nomeadamente no que diz respeito à avaliação, ao prosseguimento de estudos ou à possibilidade de uma futura transição para escolas com práticas tradicionais são algumas das preocupações levantadas pelos pais (Costa & Almeida, 2019; Pacheco, 2019), o que pode ter como possível explicação o facto de, dado o atual sistema económico, as famílias terem cada vez mais receio de que, se a escola dos seus filhos não os preparar em conformidade, eles não consigam “ter sucesso” num mundo tão competitivo.

Além disso, a perceção dos pais e dos alunos é também influenciada pela visão da sociedade sobre o papel e o objetivo da educação. Por conseguinte, a inovação no sentido de uma educação mais progressista tem de ser apoiada por um movimento mais amplo na sociedade, que valorize, compreenda e reconheça os objetivos das mudanças que estão a ser implementadas nos sistemas educativos, como parte de uma transformação mais ampla. É através deste movimento que se pode forjar um novo contrato social para a educação.

As políticas públicas que visam encorajar os educadores a transformar os contextos educativos em que trabalham devem proporcionar-lhes o apoio e condições de trabalho necessárias (tempo, salários, etc.), um quadro legislativo que garanta a sua autonomia pedagógica, bem como a formação profissional necessária. No entanto, uma vez ultrapassados esses desafios, é essencial criar espaços de diálogo, coconstrução e promoção dos valores que irão orientar as mudanças pedagógicas.

Transformar o nosso atual sistema educativo implica transformar os valores que lhe estão subjacentes: da competição e do individualismo à cooperação e à solidariedade. O nosso maior desafio é garantir que, num quadro democrático, estes sejam os valores fundamentais das nossas sociedades.

"A INOVAÇÃO NO SENTIDO DE UMA EDUCAÇÃO MAIS PROGRESSISTA TEM DE SER APOIADA POR UM MOVIMENTO MAIS AMPLO NA SOCIEDADE, QUE VALORIZE, COMPREENDA E RECONHEÇA OS OBJETIVOS DAS MUDANÇAS QUE ESTÃO A SER IMPLEMENTADAS NOS SISTEMAS EDUCATIVOS, COMO PARTE DE UMA TRANSFORMAÇÃO MAIS AMPLA."

REFERÊNCIAS

- Barroso, J. (2004). A autonomia das escolas: Uma ficção necessária. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(2), pp. 49–83.
- Costa, E., & Almeida, M. (2019). *Relatório Final do Estudo de Avaliação Externa do Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (PPIP)*. Direção Geral de Educação.
- Direção Geral de Educação. (2022). *Unidades Orgânicas com Plano de Inovação 2022/2023*.
- Gloton, R., & Broquet, J. (1970). *À la recherche de l'école de demain: Le groupe expérimental de pédagogie active du XXe arrondissement de Paris*. Collection Bourrelie A. Colin.
- Pacheco, J. A. (2019). *Relatório do Projeto Piloto de Inovação Pedagógica Agrupamento de Escolas de Freixo*. Universidade do Minho (documento policopiado).
- Rossano, P. (1991). Plan Langevin-Wallon (1947) et système éducatif du secondaire en 1991. *Communication & Langages*, 90(1), pp. 34–46.
- Tyack, D., & Tobin, W. 1994. The “Grammar” of Schooling: Why Has It Been So Hard to Change? *American Educational Research Journal*, Vol. 31(3), pp. 453–479.

A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

FRANCISCA LISTOPAD

Doutoranda em História da Arte na Universidade de Lisboa.



O tema da minha tese de doutoramento está relacionado com a *Agenda 2030 – Transformar o Nosso Mundo*, lançada pelas Nações Unidas, em 2015, e que apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cada um com metas e métricas de avaliação. O objetivo é investigar a forma como os museus estão a responder e a contribuir para esta Agenda.

Uma das principais abordagens da investigação envolveu a análise de instituições museológicas em diferentes partes do mundo, para a qual foi elaborado um questionário direcionado a profissionais de museus e, a conclusão a que cheguei é que, independentemente da natureza do museu, os profissionais compreendem a importância fundamental da sustentabilidade para a missão dos museus, especialmente nas áreas da educação, inclusão e democratização do conhecimento.

Iniciei o doutoramento em setembro de 2020 e, apesar da temática já ser amplamente debatida na sociedade, à medida que ia avançando na investigação, apercebi-me de que a sensibilização para as questões da sustentabilidade tem crescido significativamente, pois o questionário foi bem recebido, tanto pelas instituições como pelos seus profissionais, evidenciando não só uma crescente capacitação, mas também a perceção do papel ativo que os museus podem desempenhar na implementação da Agenda 2030.

Os resultados indicam que os trabalhadores dos museus tendem a priorizar temas relacionados com o bem-estar humano, como a erradicação da pobreza, a educação e a saúde, sendo o ODS 4 (Educação de Qualidade) o mais associado à missão museológica, tornando-se impossível dissociar o papel dos museus da educação e do conhecimento. No entanto, os profissionais percebem que as instituições onde traba-

ham colocam maior ênfase em objetivos ligados à prosperidade e à estrutura organizacional, tais como as parcerias e as cidades sustentáveis. Esse facto levanta uma questão interessante: até que ponto as prioridades institucionais refletem pressões externas, como os financiamentos, as políticas públicas e as expectativas da sociedade?

O estudo revelou ainda que, apesar da crescente discussão sobre sustentabilidade nos museus, a implementação prática e a avaliação do impacto continuam a ser desafios complexos. Esta é uma área que necessita de maior aprofundamento e que me proponho cumprir, no propósito de responder às seguintes questões: Como podem os museus agir concretamente? Que estratégias podem adotar para transformar a consciencialização em mudança estrutural real? De facto, os museus não devem apenas adaptar-se à *Agenda 2030*, mas carecem de reformular-se para poderem desempenhar um papel ativo no desenvolvimento sustentável.

Para além da esfera museológica, a investigação incide igualmente sobre o papel dos municípios portugueses na promoção da sustentabilidade cultural. Facilitar o acesso à cultura, democratizar o território e garantir a disponibilidade dos bens culturais revelaram-se eixos centrais das políticas municipais, ao implementarem ações que conectam cultura e educação, e garantir condições de acessibilidade à cultura como forma de reduzir desigualdades. A maioria dos municípios reconhece o ODS 4 (Educação de Qualidade) como eixo transversal, que engloba e fortalece outros objetivos da Agenda 2030.

"FACILITAR O ACESSO À CULTURA, DEMOCRATIZAR O TERRITÓRIO E GARANTIR A DISPONIBILIDADE DOS BENS CULTURAIS REVELARAM-SE EIXOS CENTRAIS DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS, AO IMPLEMENTAREM AÇÕES QUE CONECTAM CULTURA E EDUCAÇÃO, E GARANTIR CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE À CULTURA COMO FORMA DE REDUZIR DESIGUALDADES."

EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:

A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO JUVENIL TRANSFORMERS

JOANA MOREIRA

Diretora Executiva do
Movimento Transformers.



Acreditamos que a educação é um dos pilares fundamentais para a transformação social, especialmente quando alia a aprendizagem ao desenvolvimento de talentos e paixões individuais. A Associação Juvenil Transformers tem trabalhado ao longo dos últimos 14 anos para proporcionar a jovens de diferentes contextos oportunidades reais de crescimento pessoal e cívico, ajudando-os a descobrir as suas potencialidades e incentivando a sua participação ativa na sociedade.

Consciencialização e capacitação de jovens

O nosso trabalho assenta na ideia de que **todos os jovens têm superpoderes**, ou seja, talentos que podem ser desenvolvidos e utilizados para impactar positivamente a sua vida e a das suas comunidades. No entanto, muitos jovens não têm acesso às ferramentas e aos recursos necessários para explorar essas capacidades.

Através do Movimento Transformers, oferecemos espaços e programas onde os jovens podem aprender aquilo que realmente gostam de fazer, independentemente do seu contexto socioeconómico. O projeto **Payback School** permite-lhes desenvolver competências através da prática de áreas como dança, música, teatro, desporto, poesia, entre outras. Este modelo educativo não formal já impactou milhares de jovens e tem sido reconhecido pela sua eficácia na promoção da autoconfiança, inclusão e cidadania ativa.

Outro marco importante no nosso percurso é a criação da **Academia de Rua**, um espaço físico no Porto onde os jovens podem aceder a um estúdio de música, sala de dança, biblioteca e espaço para serem quem quiserem ser. Este projeto reflete a nossa visão de que a educação vai muito além da sala de aula tradicional, sendo um processo contínuo que se fortalece com oportunidades práticas e envolvimento comunitário.

Promoção da cidadania ativa

A educação deve ser um catalisador para uma sociedade mais participativa e democrática. No Movimento Transformers, temos investido na capacitação de jovens para que se tornem agentes de mudança nos seus territórios. Projetos como o **AE-LEAD** e o **XLEAD** preparam líderes associativos e comunitários para assumirem um papel ativo na resolução de problemas sociais e ambientais, seja através das associações de estudantes onde estão envolvidos, de associações juvenis ou grupos informais de jovens. No fundo, queremos que fazer parte de um grupo associativo possa ser uma ferramenta para se mudar a política das escolas, dos lugares, a política pública.

Além disso, criámos a **T-Academy**, uma plataforma digital que oferece recursos de formação e inspiração sobre voluntariado, ativismo e criatividade. O nosso objetivo é democratizar o conhecimento e dar aos jovens as ferramentas necessárias para se envolverem mais ativamente na sociedade.

Para chegarmos ainda mais longe, desenvolvemos iniciativas como o **BORA Jovens: Hands-On!**, um programa criado em parceria com a Coca-Cola Portugal. Este projeto teve como objetivo capacitar jovens NEET (não estudam nem trabalham), através de formações práticas e workshops sobre empregabilidade, inovação e liderança. Ao proporcionar ferramentas concretas para o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes, conseguimos inspirá-los a acreditarem no seu potencial e a traçarem um caminho de sucesso.

"PORTUGAL TEM UMA DAS MENORES TAXAS DE VOLUNTARIADO DA EUROPA E GRANDE PARTE DA JUVENTUDE NÃO PARTICIPA ATIVAMENTE NA VIDA DEMOCRÁTICA. A ELEVADA TAXA DE ABSTENÇÃO JOVEM E O BAIXO ENVOLVIMENTO EM ASSOCIAÇÕES REVELAM A NECESSIDADE DE REFORÇAR A CULTURA DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA E SOCIAL."

Desafios futuros

Apesar do impacto positivo do nosso trabalho, enfrentamos desafios significativos. Os dados mostram que Portugal tem uma das menores taxas de voluntariado da Europa e que grande parte da juventude não participa ativamente na vida democrática. A elevada taxa de abstenção jovem e o baixo envolvimento em associações revelam a necessidade de reforçar a cultura de participação cívica e social.

Os próximos desafios do Movimento Transformers passam por expandir o nosso impacto, criando mais oportunidades para os jovens desenvolverem os seus talentos e assumirem um papel ativo na sociedade. Queremos garantir que nenhum jovem deixa de investir no que mais gosta de fazer por falta de recursos e continuar a fortalecer o nosso ecossistema educativo para que a transformação social seja uma realidade cada vez mais tangível.



LIDERAR O FUTURO:

EMPREENDEDORISMO E LIDERANÇA COMO FERRAMENTAS DE TRANSFORMAÇÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS

JOÃO ALMEIDA

Investigador Universidade de Aveiro, Coordenador da Associação Rural Move



Os participantes da Academia não foram apenas recetores de conhecimento – foram cocriadores de soluções para o seu território. Aprenderam a diagnosticar problemas locais, a mobilizar recursos e a transformar ideias em ação. Os vários projetos que nasceram deste processo (iniciativas de turismo sustentável, negócios sociais ou redes de apoio comunitário) são exemplos vivos de como a capacitação pode ser um fator de transformação social nestes territórios.

Empreendedorismo como estratégia de fixação

Por outro lado, acreditamos que para reverter o declínio demográfico das regiões rurais não basta atrair pessoas – é preciso criar condições para que possam construir ali um futuro. Por isso, trabalhamos para que o empreendedorismo seja uma ferramenta ao serviço do desenvolvimento local. Não se trata apenas de criar negócios, mas de fomentar uma mentalidade de iniciativa e autonomia. Queremos que os territórios rurais sejam vistos como locais de oportunidade, onde é possível inovar, experimentar e construir projetos com impacto. Ao longo dos últimos quatro anos temos promovido várias iniciativas como as Rural Experiences, onde trabalhadores remotos testam viver e trabalhar em ambientes rurais, e, em breve, lançaremos um Centro de Impacto Rural, um espaço de incubação e mentoria para projetos de impacto social.

No interior de Portugal, longe dos grandes centros urbanos, há territórios que enfrentam desafios persistentes: o despovoamento, o envelhecimento da população e a escassez de oportunidades. Por outro lado, o mundo rural tem um enorme potencial, se for entendido como um espaço de inovação, dinamismo e futuro e, claro, se tivermos as ferramentas certas para ativar essa mudança.

Foi com esta visão que nasceu a Rural Move, uma associação que trabalha para revitalizar os territórios de baixa densidade através do investimento no talento local e na atração de novos residentes. Acreditamos que a regeneração destes territórios começa nas pessoas, sendo a sua formação o motor dessa transformação, através de um processo contínuo de capacitação, partilha e liderança ativa das comunidades locais.

A academia de líderes rurais: Capacitação para a ação

Em 2024, lançámos a Academia de Líderes Rurais, um programa de capacitação destinado a formar líderes comunitários e empreendedores sociais nestes territórios. Mais de 200 participantes passaram por esta experiência, adquirindo competências práticas em liderança, inovação e desenvolvimento de projetos. Ao utilizar uma metodologia de aprendizagem participativa, baseada em desafios reais, conseguimos não só despertar novas vocações, mas também encontrar respostas concretas para os desafios das comunidades.

"(...) A REGENERAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS COMEÇA NAS PESSOAS, SENDO A SUA FORMAÇÃO O MOTOR DESSA TRANSFORMAÇÃO, ATRAVÉS DE UM PROCESSO CONTÍNUO DE CAPACITAÇÃO, PARTILHA E LIDERANÇA ATIVA DAS COMUNIDADES LOCAIS."

Comunidade a liderar a mudança

O futuro dos territórios rurais não pode depender exclusivamente de políticas centralizadas. As comunidades têm de ser protagonistas da sua própria transformação. É aqui que a educação assume um papel crítico. Não basta transmitir conhecimento – é necessário criar espaços de experimentação, fomentar redes de colaboração e incentivar a participação ativa. Cada líder rural que formamos não apenas adquire competências para transformar a sua realidade, mas também inspira outros a fazer o mesmo.

O desenvolvimento rural não se faz apenas com infraestruturas ou incentivos financeiros. Faz-se, acima de tudo, com pessoas preparadas para liderar o futuro das suas comunidades. É por isso que defendemos um modelo formativo que não se limita à transmissão de conteúdos, mas que empodera, inspira e gera impacto concreto. A Academia de Líderes Rurais é um exemplo dessa abordagem – um processo de capacitação que “sai da sala” e se materializa em projetos, negócios e mudanças tangíveis no território.

O mundo rural está em movimento. E este movimento começa com cada um de nós.



EDUCAÇÃO PARA TODXS

LUCAS ANDRÉ

Estudante do ensino secundário,
Escola Secundária de Francisco
Rodrigues Lobo, Leiria.



Os ODS formam um conjunto de metas para moldar um futuro sustentável. Entre eles vou focar-me no ODS 4, que se especializa em: “garantir educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Por ter a ver com educação escolar, acho este objetivo muito importante já que a educação é fundamental para o futuro da sociedade. Se as crianças/adolescentes dos dias de hoje não forem oferecidos com oportunidades iguais e de qualidade como será o futuro do mundo?

**"[EDUCAÇÃO] É APRENDER
A RESPEITAR AS DIFERENÇAS,
ENTENDER SOBRE
SUSTENTABILIDADE, SAÚDE,
E CUIDAR DO NOSSO PLANETA.
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
ACESSÍVEL É ESSENCIAL PARA
A ESTABILIDADE, ONDE TODOS
TÊM A OPORTUNIDADE DE
FAZER A DIFERENÇA, PARA
CONSTRUIR UM FUTURO
MELHOR PARA TODXS."**

Em relação à acessibilidade, o problema é que nem toda a gente tem acesso fácil a uma educação de qualidade, e isso é injusto. Quando todos podemos estudar, tudo fica mais justo; por exemplo há países em que as meninas são proibidas de ir à escola e isso não é aceitável. Não importa o teu género, de onde és, se tens dinheiro ou não, todos têm a oportunidade de aprender e crescer. Assim podemos ter mais médicos, engenheiros, artistas e pessoas que ajudam a tornar o mundo melhor. Além disso, muita gente pensa que educação é só saber ler e fazer contas, mas é muito mais do que isso. É aprender a respeitar as diferenças, entender sobre sustentabilidade, saúde, e cuidar do nosso planeta. Educação de qualidade acessível é essencial para a estabilidade onde todos têm a oportunidade de fazer a diferença para construir um futuro melhor para todxs.

Falando agora de qualidade, ultimamente os professores têm reclamado muito dos seus salários e outras condições, resultando em greves e outros protestos. Não sei muito sobre política e como é que estas coisas funcionam mas o governo deve definitivamente dar mais atenção aos professores, que alguns estão a viver em completa injustiça e são mal pagos; também acho que se deveria implementar um monitoramento regular dos professores, como uma avaliação para os mesmos, não sei como iria funcionar mas há professores que não conseguem controlar os alunos numa sala de aula o que torna o ambiente para aprender péssimo, e há sempre uns professores que se esforçam mais que os outros e isso devia ser valorizado.

COMO SÃO OS NOSSOS LUGARES DE APRENDIZAGEM?

MARIA PERES

Assistente investigadora
no projeto RESONANCES.



Num recente mês de trabalho de campo para um projeto de investigação, vi-me a encontrar o ato de cuidar e as várias formas que ele pode amparar. Em vinte dias, vi-me a ser recebida na escola onde iria trabalhar pelos seus próprios alunos; vi-me a dar chocolate todos os dias ao final do almoço; a fazer a interpretação da língua francesa sempre que estávamos juntos; a acompanhar os alunos em intercâmbio no seu tempo livre; a arranjar objetos com a publicidade da escola que os recebeu para eles levarem para casa como lembrança; a fazer o acolhimento num novo instituto de educação que visitaram durante a semana; vi-me a ter longas conversas sobre como os jovens professores de música sentiam, no imediato, as experiências que estavam a viver num outro país, num outro continente; a olhar pelo filho do maestro, para que estivesse bem enquanto o pai estava no palco; a ouvir o desabafo de uma mulher-mãe sobre como sentiu a hostilidade diretamente na sua pele; vi-me a redescobrir a música popular brasileira na véspera de me ir embora...

O projeto de investigação em nada tem a ver com tudo isto, nem é o foco deste texto. É um projeto com o propósito de procurar compreender melhor o impacto da partilha de experiências entre jovens músicos multiculturais, na sua prática musical e nos seus métodos de ensino da música, mas estes impulsos carregados de vulnerabilidade e humanidade foram aparecendo e colocaram-me constantemente a pensar sobre como habitamos os nossos lugares de aprendizagem, sobretudo no ensino da música. Todos estes pequenos momentos do meu dia a dia colocaram-me numa posição de olhar o que me rodeava e ter uma possível compreensão de como,

através da responsabilidade conjunta para encarmos a nossa humanidade, honramos o espaço que ocupamos, profundamente situado e mútuo.

Esta “responsabilidade partilhada” (Booth, 2023, p. 77) pode ser encontrada nos nossos lugares de aprendizagem. Os espaços para celebrar os valores e as visões do mundo de cada aluno, para imaginar e observar o que realmente lhes importa, enquanto estão, simultaneamente dentro e a atravessar espaços e lugares-comuns. Estes mesmos lugares, ecossistemas, que permitem que se coloque em cima da mesa a questão de como estamos a incluir nas nossas salas de aula os elementos que mantêm, continuam e recuperam o mundo como a educação musical tem vindo a ser chamada a cumprir (Hendricks, 2023, p. 33): atento, inclusivo, partilhado, sensível, relacional e conectado.

Não existem respostas simples para tudo isto, os nossos espaços de aprendizagem caracterizam-se cada vez mais pelo reconhecimento da sua pluralidade, o que nos permite reimaginar as formas e possibilidades de estarmos juntos, e o que isso representa para a educação musical.

“E CADA VEZ MAIS, AO FALAR COM JOVENS PROFESSORES DE MÚSICA QUE COLOCAM A CRIANÇA NO CENTRO DA APRENDIZAGEM, EM MOMENTOS DE TOTAL DESABAFO E SENSIBILIDADE, DESCUBRO QUE A EDUCAÇÃO É SOBRE “OBSERVAR, ESCUTAR E APRENDER, MAS TAMBÉM COMPROMETER” (...)”

Algo se expande em nós quando, nas nossas experiências de aprendizagem, se expõe, sem medo, o seu lado humano e nos é devolvido o direito a sermos musicais, que sempre carregámos (Bartleet & Higgins, 2021, p. 71). Eu própria fui aluna do ensino tradicional num conservatório de música europeu, um ensino totalmente individualizado, em todas as dimensões da palavra, e a verdade é que apenas 20% do mundo tem culturas individualistas — os restantes 80% estão enraizados em práticas coletivas (Hammond, 2015). Em outras palavras, à medida que fui encontrando outras formas de compreender o mundo, através de conexões sinceras e intencionais, outras dimensões no processo de aprendizagem surgiram e cada vez mais me procuro surpreender com a sabedoria terna que já existe nos lugares que me são mais próximos, de encontrar as surpresas de aprender dos e com os outros. E cada vez mais, ao falar com jovens professores de música que colocam a criança no centro da aprendizagem, em momentos de total desabafo e sensibilidade, descubro que a educação é sobre “observar, escutar e aprender, mas também comprometer” (Bartleet et al., 2018, p. 171): comprometer com a felicidade de aprender e fazer música, comprometer com estes lugares de encontros. E é precisamente neles que me questiono como estamos a medir o sucesso nas nossas salas de aula.

REFERÊNCIAS

- Bartleet, B., & Higgins, L. (eds.) (2021). *The Oxford Handbook of Community Music*. Oxford University Press.
- Bartleet, B., Cain, M., Tolmie, D., Power, A., & Shiobara, M. (eds.) (2018). *Community Music in Oceania: Many Voices, One Horizon*. University of Hawai'i Press.
- Booth, E. (2023). *Making Change: Teaching Artists and Their Role in Shaping a Better World*. Betteryet Press.
- Hammond, Z.L. (2015). *Culturally Responsive Teaching and The Brain: Promoting Authentic Engagement and Rigor Among Culturally and Linguistically Diverse Students*. Corwin / Sage.

- Hendricks, K.S. (ed.) (2023). *The Oxford Handbook of Care in Music Education*. Oxford University Press.
- Kingsbury, H. (1988). *Music Talent & Performance: Conservatory Cultural System*. Temple University Press.
- Pairon, L. (2024). “Vers une « pluriversité » inspirée de la musique participative”. *Circuit* 34(2), pp. 51–57.
- Westerlund, H., Karlsen, S., & Partti, S. (eds.) (2020). *Visions for intercultural music teacher education*. Springer.

APRENDER A SONHAR

MATILDE RODRIGUES SILVA

Estagiária no departamento de educação do Lisbon Project.



Qualquer pessoa que nunca tenha dado aulas na vida percebe o quão intimidante é estar à frente de uma turma pela primeira vez. Mesmo que se seja especialista no tema (que eu não era), sentimo-nos uma fraude. Quem sou eu para ensinar?

O que me puxou a entrar na sala de aula foi pensar que tudo isto não tinha a ver comigo. Eu estava ali porque aprender português ia mudar a vida daquelas pessoas. Decidi na primeira aula que ia ensinar precisamente o que eu precisava também: a ter confiança em fazer algo novo. Ia parecer ridícula? Não era sobre mim, era sobre as histórias deles. Ia fazer erros?

Não era sobre mim, era sobre a missão do Lisbon Project, de criar uma comunidade que integra pessoas refugiadas e imigrantes na sociedade portuguesa. Fui aprendendo ao longo do caminho, que apenas estar lá para eles e mostrar esse compromisso, já era suficiente. Como muitas pessoas que aprendem uma língua nova, vi que os meus alunos se sentiam muito inseguros ao falar em português. É um fator determinante: os que falavam melhor eram aqueles que sempre que iam ao supermercado ou ao café tentavam falar em português, ou que trabalhavam com portugueses que os encorajavam.

No curso, temos uma atividade em que vamos para a rua entrevistar pessoas em português. Os alunos têm de abordar estranhos, explicar que estão a aprender a língua e fazer perguntas como "é de Lisboa?", "há quanto tempo mora cá?", "gosta de futebol?". Fomos a lojas, cafés e cabeleireiros, nas redondezas. No início estavam muito desconfortáveis, de mãos nos bolsos e em negação. Mas com cada entrevista feita, cada

pessoa que lhes oferecia um sorriso e lhes dava o seu tempo para conversar, dizia-lhes indiretamente "tu és capaz", "eu apoio-te", "eu admiro-te". Vi aí claramente, que a educação é algo relacional. Os portugueses também se sentiram parte de algo maior, generosos. E os alunos, antes tímidos, voltavam para a sala entusiasmados, a contar aos outros com risos as conversas que tinham tido.

"No Lisbon Project, somos grandes sonhadores." Esta frase impactou-me logo nos primeiros dias do meu estágio. Como professora, tinha um sonho grande: queria dar aos meus alunos esperança, motivação, e queria ouvir os seus sonhos também. Decidi sentar-me com cada um deles e perguntar porque é que queriam aprender português, como é que iam atingir esse objetivo, e como é que achavam que eu os poderia apoiar na sua jornada. Nenhum sonho era grande ou pequeno demais. Um dos alunos queria ser fluente para poder trabalhar numa farmácia, e um dia abrir a sua própria. Uma aluna trabalhava numa empresa portuguesa e queria poder falar com os colegas sem trocarem sempre para o inglês por causa dela. Outros alunos queriam aprender português para tirar um curso universitário. Alguns queriam apenas fazer amigos e sentirem-se em casa cá. Vi neles um desejo de crescimento, de pertença, mas também fiquei comovida pelos que me disseram apenas, que gostavam muito de Portugal e queriam fazer parte deste país tão bonito.

Ensinar é tanto sobre o indivíduo como sobre o grupo. Não existe ensino sem comunidade, abertura e amor. Sempre me surpreendi com os meus alunos que vieram de países tão diferentes, que já passaram por tanto, e mesmo assim têm o coração aberto, preparado para sonhar, aprender e concretizar. Quero viver numa sociedade de grandes sonhadores, portugueses e internacionais, quero dar e ver no mundo mais empatia, esperança e entusiasmo. Esta experiência foi, para todos, só o começo.

"ENSINAR É TANTO SOBRE O INDIVÍDUO COMO SOBRE O GRUPO. NÃO EXISTE ENSINO SEM COMUNIDADE, ABERTURA E AMOR."

ERA UMA VEZ...

MÔNICA SANTOS SILVA

Agente de transformação
social, Instituto Marquês
de Valle Flôr (IMVF)



Era uma vez... um compromisso não vinculativo, que uniu 193 Estados-Membros das Nações Unidas num sonho comum: alcançar um mundo mais justo, mais digno e mais sustentável, até **2030**.

Surgem assim **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, que compõem a Agenda 2030. Da erradicação da pobreza e da fome à igualdade de género e saúde de qualidade, da água potável e saneamento ao trabalho digno e crescimento económico, da redução das desigualdades à educação de qualidade, das energias renováveis à ação climática, esta Agenda reflete o equilíbrio entre 5 Princípios: **P**essoas, **P**laneta, **P**az, **P**arcerias e **P**rospriedade que se apresentam como pilares desta estratégia “glocal”.

Sob o mote de não deixar ninguém para trás, identificamos que não é aceitável não garantir a dignidade da pessoa humana, de não promover a justiça social e ambiental. Os ODS não são hierarquizados, não existem objetivos mais importante dos que outros e não alcançar um dos objetivos é não cumprir com a Agenda 2030 no seu todo.

Mas como em todas as histórias ...eis que nos aparece o vilão, e neste caso ...múltiplos vilões.

Vivemos num mundo multiplexo um mundo com desafios múltiplos, complexos e inter cruzados. Em que tudo o que está mal no mundo é uma urgência, é uma crise:

244 milhões de crianças que estão fora da escola, o que vai levar a um défice de aprendizagem e limitar as oportunidades de trabalho e de condições de vida no futuro, para além dos efeitos coletivos, pois geram pobreza e desigualdades

110 conflitos no mundo, com milhões de vítimas. A violência, a insegurança e os conflitos armados têm grandes custos humanos, económicos e sociais, agravam a pobreza, geram injustiças e agravam desigualdades. **Educar para a paz** e promover uma cultura democrática é essencial para mobilizar toda a sociedade em torno de valores partilhados

Todos os dias morrem mais 115 pessoas como resultado da **emergência climática**: secas, inundações, ciclones, tufões... originando um número sem precedentes de “refugiados ambientais” – 22 milhões por ano, e não, não vem em hordas para Europa, ficam nos países vizinhos, nos países mais pobres do sul global.

A ignorância... desculpem, o populismo, que afeta os já frágeis sistemas democráticos empurra-nos para a opressão, para a discriminação, para a intolerância.

O **consumo insustentável**: dos 65 mil milhões de toneladas de recursos que todos os anos são extraídos, apenas 7% são reciclados. O desperdício alimentar, anualmente, atinge 1,05 milhões de toneladas (PNUMA, 2024), num mundo em que mais de 700 milhões de pessoas passam fome por causa da combinação da emergência climática, conflitos, falta de oportunidades e de acesso.

Todos os anos, o “dia da sobrecarga da Terra” mostra-nos que deveríamos estar a falar de decréscimo e não de crescimento; uma em cada 150 pessoas no mundo – 28 milhões – é escrava dos tempos modernos: do vestuário à alimentação, do transporte à tecnologia, em todo o ciclo de vida de um produto é difícil não estarem a ser violados direitos humanos ...

Não tenhamos dúvidas que **este é o tempo de agir**, e que através da Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global, como processo de aprendizagem e transformação através da ação e sempre orientada para a justiça social e o bem comum, é possível uma mobilização crítica, empenhada e efetiva que garanta que “ninguém seja deixado para trás” e que juntos, conseguimos garantir que vivemos num mundo, mais justo, mais digno e mais sustentável. O nosso mundo.



MANIFESTO CRIADO A PARTIR DAS REFLEXÕES DA OFICINA "EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL"

ALUNOS DE LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL, INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA, À 7 DE MAIO DE 2024.

EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Artigo 26º, n.º 1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Toda a pessoa tem direito a educação.

A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

Artigo 74, Constituição da República Portuguesa (1976)

A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana

e ao reforço dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações, etnias ou grupos religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

O direito à educação tem sido desenvolvido por vários instrumentos nacionais e internacionais vinculativos para os Estados

Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais

Convenção sobre os Direitos da Criança

Convenção da UNESCO contra a Discriminação no Ensino

Declaração Mundial sobre Educação para todos

Parceria Global para a Educação

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável



Sabemos que é necessário...

Garantir o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, que vai permitir lutar contra a pobreza e as desigualdades.

Porque a educação interliga-se com o desenvolvimento em praticamente todas as suas dimensões.

Maiores níveis de educação contribuem para:

- Melhores condições de vida;
- Empregos dignos e de qualidade;
- Melhor saúde ao longo da vida;
- Reduzir discriminações e desigualdades estruturais como a de género;
- Promoção de uma cultura de paz e da não-violência;
- Cidadania global e valorização da diversidade cultural

8.000.000.000 DE PESSOAS (8 mil milhões!!!)

Não existem soluções imediatas que possam garantir que damos uma resposta eficaz aos fatores que condicionam a vida de milhões: desigualdades, vulnerabilidade, pobreza, falta de oportunidades...

Não nos esqueçamos que...

- Cerca de **670 milhões** de pessoas vivem com menos de 2,15\$ por dia
- A má nutrição afeta + de **735 milhões** de pessoas
- **6 milhões** de crianças morrem todos os anos, antes de completarem os 5 anos
- **250 milhões** de crianças não têm acesso à escolaridade obrigatória (mais de metade são raparigas)

Se hoje o mundo tem a maior geração de jovens da História, está também previsto um **envelhecimento significativo** da população nas próximas décadas, sobretudo na UE.

É urgente saber responder às expectativas dos jovens e garantir que as nossas decisões são potenciadoras de um mundo **Mais justo, mais digno e sustentável** e dar uma resposta eficaz aos nossos desafios comuns futuros.

Sabemos que **existem caminhos que podemos percorrer juntos**, para garantir que as nossas opções são as corretas:

INVESTIMENTO AGRÍCOLA E TECNOLÓGICO

ACESSO À SAÚDE, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, EMPREGO DIGNO

RESPEITO PELOS BENS COMUNS

LEGISLAÇÃO EFICAZ

RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

A **EDUCAÇÃO** é um direito humano fundamental e uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento individual, das economias e das sociedades.

Os sistemas educativos devem ser capazes de equipar os cidadãos com os **competências, competências e valores** para que possam realizar o seu potencial e construir uma vida digna e plena.



Pela Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global

Alargos do Desenvolvimento



Financiamento





QUAL É O PAPEL DA EDCG?



Da ED quê?

Da Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global!

Garantir o processo de aprendizagem e transformação através da ação individual e/ou colaborativa orientada para a justiça social e o bem comum.

Assinala a opção correta:

Para que a educação seja equitativa e transformadora devemos:

- ☐ Eliminar leis e práticas discriminatórias que se traduzem em desigualdades no acesso à educação, formal e não-formal.
- ☐ Assegurar o investimento adequado, equitativo e eficiente de recursos financeiros nos sistemas de educação pública.
- ☐ Apostar em progressos sólidos na igualdade de género e empoderamento das meninas e mulheres.
- ☐ Reduzir o fosso digital e criar condições para que todas as pessoas possam beneficiar da conectividade e das novas oportunidades de aprendizagem.
- ☐ Transformar e adaptar os sistemas educativos e as soluções para que as crianças e jovens afetados por crises e conflitos possam ter uma educação segura e de qualidade.
- ☐ Melhorar os currículos e métodos educativos e formativos para que se adequem às reais necessidades dos alunos, aos desafios do mundo atual.
- ☐ Promover políticas e práticas de educação inclusiva.
- ☐ Envolver toda a comunidade no processo educativo e fortalecer o compromisso de toda a sociedade para este bem comum, promovendo a cooperação, colaboração e solidariedade.
- ☐ Todas as anteriores.

In Ficheiro de Ação pedagógica "Educação como fator de Transformação Social"

A partir de uma tomada de consciência assente numa interpretação crítica da realidade, a EDCG inter-relaciona um tema concreto com as causas das desigualdades onde quer que elas existam

PRINCÍPIO DA PROSPERIDADE

Apesar dos grandes avanços conseguidos nas últimas décadas, a falta de infraestruturas básicas de saneamento e distribuição de água e energia implica grandes constrangimentos ao desenvolvimento dos países.

40% da população mundial continua com grandes constrangimentos de acesso à água potável

3 mil milhões recorrem ainda à madeira, carvão ou restos de animais para se aquecerem

Mais de 80% da água contaminada pela atividade humana é despejada sem remoção dos contaminantes nos rios, lagos e oceanos

60% das emissões de gases de estufa vem diretamente do consumo de energia

As crises nos mercados internacionais fazem crescer o desemprego, a precariedade laboral

Os desafios agudizam-se e como tal crescem as desigualdades sociais, minando a participação das pessoas na sociedade, reduzindo o acesso aos mercados, gerando mais desemprego e pressão na vida das cidades, cuja pressão dos recursos assume níveis insustentáveis.

COMO ESTUDANTES, O QUE PODEMOS FAZER NO IPLEIRIA?

Contribuir para a consciencialização dos principais desafios que enfrentamos

Desenvolver competências e também resiliência para enfrentar estes desafios

Apoiar a implementação de mais bolsas de estudo que permitam reduzir a desigualdade no acesso à educação

Exigir currículo e também equipamentos que nos permitam ir mais além

Promover mais parcerias e rodas de conversa com diferentes organizações para a partilha de práticas

Ouvir novas vozes (ativistas; sociedade civil, empresários, associações...)

Promover campanhas entre pares para a resolução de problemas comuns

Advogar por políticas que garantam a igualdade em todos os domínios da nossa vida

Os nossos hábitos de consumo implicam um risco cada vez maior para a sustentabilidade dos ecossistemas do Planeta, seja pela sobrecarga na produção de comida e uso de água potável, seja pelos efeitos cumulativos dos níveis de poluição.

AQUECIMENTO GLOBAL

DEGELOS

FOGOS

AUMENTO DO NÍVEL DO MAR

DESERTIFICAÇÃO

são eventos com cada vez mais impacto nas sociedades.

Os efeitos das alterações climáticas são também devastadores para a vida marinha e para os Oceanos.

Também os ecossistemas terrestres estão em perigo: a perda de fauna e flora colocam em risco o mundo como o conhecemos.

Mais do que nunca é necessário desenvolver planos e estratégias que reduzam o desperdício alimentar; que minimizem o impacto do uso de combustíveis fósseis; que eliminem a sobrepesca; o tráfico de espécies exóticas; a caça ilegal; que se reduza os níveis de poluição.

É necessário proteger o planeta da degradação, sobretudo através do consumo e da produção sustentável, da gestão sustentável dos recursos naturais e da tomada de medidas urgentes que façam face às mudanças climáticas, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

COMO? SABEMOS QUE NÃO EXISTEM RECEITAS MÁGICAS...

NÓS SOMOS A MUDANÇA!

Sim... Tudo tem água e tudo o que se produz tem custos sociais e humanos.

Conhecer o pegada hídrica e ambiental do que comemos, do que vestimos...

NOVOS MODELOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMO A AGRICULTURA: Apoiar a produção sustentável, respeitosa pelo ambiente, pelos direitos humanos e pelo bem estar animal.

Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reparar, Reciclar

Aprimos nesta esteira

Manifesto criado a partir das reflexões da oficina "Educação como fator de Transformação Social", alunos de licenciatura em Serviço Social, Instituto Politécnico de Leiria, a 7 de maio de 2024



EDUCAÇÃO, COM CLARA PASSARINHO



DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO: A REALIDADE DA GUINÉ-BISSAU, COM MAMADU BALDE



Como a pode a educação ser uma ferramenta de mudança? Quais os desafios para integrar a cidadania global nas escolas e comunidades? Como criar um sistema de ensino que promova o desenvolvimento socio-emocional e humano? Enquanto cidadãos, que contributo podemos dar nesse sentido?

– ENTREVISTA A LEONOR COSTA, ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO JOVEM NA UNICEF PORTUGAL.



FOTOS: MÁRIO CRUZ

“ A Educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína.

— HANNAH ARENDT

EDUCAÇÃO

COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A EDUCAÇÃO É UMA FORÇA PODEROSA PARA A MUDANÇA POSITIVA, ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, ECONÔMICO E SOCIAL. IMPULSIONANDO O BEM-ESTAR INDIVIDUAL E COLETIVO, APESAR DE EXISTIREM PROGRESSOS NO ACESSO À EDUCAÇÃO, PERSISTEM AINDA DESIGUALDADES E BARREIRAS A UMA EDUCAÇÃO PARA TOXKS. O INVESTIMENTO NUMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE PERMITE AS PESSOAS REALIZAREM PLENAMENTE O SEU POTENCIAL E CONSTRUIR UM MUNDO MAIS JUSTO, PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL PARA AS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS.

A MANTEREM-SE AS TENDÊNCIAS ATUAIS, EM 2030:

➤ SÓ **1** EM CADA **6 PAÍSES** CONSEGUIRÁ QUE TODOS COMPLETEM O ENSINO SECUNDÁRIO

➤ **84 MILHÕES** DE CRIANÇAS E JOVENS EM IDADE ESCOLAR NÃO FREQUENTARÃO A ESCOLA

É TEMPO DE AGIR

A EDUCAÇÃO É UM DIREITO HUMANO E UM BEM COMUM, QUE TEM DE CONTA COM OS ESFORÇOS DE TODAS, EM TODOS OS LUGARES E CONTEXTOS, PARA QUE SEJA REALMENTE INCLUSIVA, EDUCATIVA E GERADORA DE BEM-ESTAR INDIVIDUAL E COLETIVO.

APOSTA NA TUA EDUCAÇÃO

VÊ A TUA EDUCAÇÃO COMO O RESPOSTA COM MAIOR POTENCIAL DE TRANSFORMAR A TUA VIDA.

PROMOVE E FAZ CURSOS ONLINE SOBRE OS TUS ÁREAS DE INTERESSE.

MANTÉM-TE CURIOSO E INFORMADO SOBRE A REALIDADE À TUA VOLTADA NO NÍVEL LOCAL, NO GLOBAL, PARA EXERCERES A TUA CIDADANIA DE FORMA ATIVA E RESPONSÁVEL, EDUCAR E TRANSMITE CONHECIMENTO.

APLICA OS TUS CONHECIMENTOS EM BENEFÍCIO DE TODAS. PRODUZ CONHECIMENTO, DIVULGA E COMUNICA O QUE SABES, COM AS TUS REDES E CANAIS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL. TENS A CAPACIDADE DE TE MANIFESTAR E DE INFLUENCIAR.

APLICA E TRANSMITE VALORES FUNDAMENTAIS AO DIA-Á-DIA.

APOIA A EDUCAÇÃO PARA TOXKS COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

TORNA-TE UM ATIVISTA PELA EDUCAÇÃO.

INFORMA-TE SOBRE AS DESIGUALDADES EXISTENTES NO SETOR DA EDUCAÇÃO E SOBRE O QUE PODE(REM) SER FEITO PARA AS ULTRAPASSAR. FAZ OUVIR A TUA VOZ, JUNTO DOS DECIDORES POLÍTICOS.

CONHECE E CONTRIBUI PARA ORGANIZAÇÕES QUE TRABALHAM EM PROL DA EDUCAÇÃO.



EDUCAÇÃO E IGUALDADE DE GÉNERO
DESIGUALDADES DE GÉNERO

16.2% DAS MULHERES

9.7% DOS HOMENS

TAXA DE ANALFABETISMO NOS ADULTOS

NORMAS E PRÁTICAS SOCIAIS NEFASTAS:

1 EM CADA **5 CRIANÇAS**

ESTÁ CASADA ANTES DOS 18 ANOS DE IDADE.

12 MILHÕES

DE MENINAS COM MENOS DE 18 ANOS CASAM-SE TODOS OS ANOS.

AS RAPARIGAS TÊM **4x** MAIS PROBABILIDADES DE ESTAR FORA DA ESCOLA DO QUE OS RAPAZES DO MESMO MEIO SOCIAL.

QUANDO EDUCAMOS UMA MENINA, EDUCAMOS UMA NAÇÃO



CLASS ATTENDANCE
ABSENT: 166 MILLION CHILDREN



"SE FOSSE POSSÍVEL, EXPLICAR-TE TUDO NÃO PRECISARIAS DE PERCEBER NADA."

AGOSTINHO DA SILVA

AFRICANISTÃO:
1,4 MILHÃO DE MENINAS

FORAM PROIBIDAS DE IR À ESCOLA DESDE 2021



A EDUCAÇÃO TEM SENTIDO PORQUE MULHERES E HOMENS APRENDERAM QUE É APRENDENDO QUE SE FAZEM E REFAZEM PORQUE MULHERES E HOMENS SE PUDEAM ASSUMIR COMO SERES CAPAZES DE SABER.

PAULO FREIRE



"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo"

"SE ACHAS QUE EDUCAÇÃO É CÍRAL, EXPERIMENTA A IGNORÂNCIA. ELES NÃO SABEM, NEM SONHAM, QUE O SONHO COMANDA A VIDA, QUE SEMPRE, QUE UM HOMEM SONHA O MUNDO PULA E AVANÇA."

PEDRA FILOSOFAL

ANTÔNIO GEDÊO

EXPOSIÇÃO:

BIOMBO EDUCAÇÃO
COMO FATOR DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL



IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

122

Bárbara Moreira	123
Catarina Guerreiro	126
Gustavo Carona	127
Inês Costa (BD), Carolina Roque, Catarina Peixoto Santos e Marta Oliveira.....	129
Leonor Furtado	131
Pela Igualdade/Carla Cavalheiro	132
Raquel Serdoura	134
Sofia Caseiro.....	135
Sofia Craveiro	137

Manifesto visual: Alunos de licenciaturas em Educação

Social e Serviço Social, Instituto Politécnico de Leiria	138
--	-----

Manifesto visual: Escola Secundária de Alcochete

Manifesto visual: Alunos de curso profissional de Técnico/a

de Organização de Evento, Agrupamento de Escolas de Cascais	140
---	-----

Manifesto visual: Alunos do curso de Técnico/a de Comunicação em

Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Escola Profissional

Gustave Eiffel do Lumiar	141
--------------------------------	-----

Manifesto visual: Alunos do curso profissional de Técnico/a de Turismo,

Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, Odivelas	141
--	-----

Igualdade de Género, com Clara Passarinho

Os direitos das mulheres são direitos humanos, por Mónica Ferro	142
--	------------

Entrevista a Catarina Marques Rodrigues	142
--	------------

Fotografias	143
--------------------------	------------

Exposição (Biombo).....	144
--------------------------------	------------

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

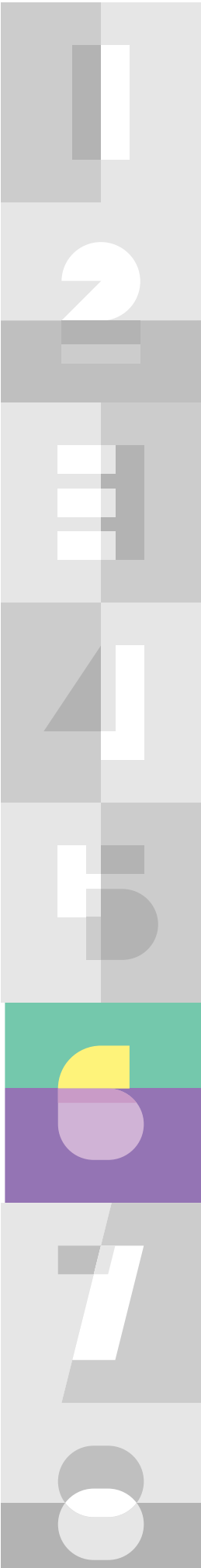
A igualdade de género é um imperativo de direitos humanos, de justiça social e de desenvolvimento, e um desafio que afeta, de forma transversal e multidimensional, as perspetivas de paz e prosperidade em todo o mundo. A realização do pleno potencial das sociedades só será possível quando não forem negados plenos direitos e oportunidades a metade da humanidade.

Um pouco por todo o mundo, continuam a existir desigualdades de género em todos os setores e aspetos da vida pública e privada, com leis, políticas e práticas discriminatórias que limitam os direitos em diversas áreas, desigualdades económicas e laborais, barreiras num acesso equitativo a direitos básicos, e violência de género. A transformação nesta área é especialmente difícil porque implica alterações nas relações sociais e nas relações de poder, mas é essencial para gerar impactos positivos ao nível económico, político e social. Os países que promovem ativamente a igualdade de género, incluindo a proteção destes direitos humanos, a criação de oportunidades mais igualitárias e uma participação plena e equitativa das mulheres em todas as dimensões da sociedade registam maiores progressos em todas as dimensões do desenvolvimento.



SABER MAIS
FICHA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

CONSULTAR
A INFOGRAFIA



VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA PERSPETIVA DE SAÚDE PÚBLICA

BÁRBARA MOREIRA

Assistente de Investigação no CPUP. Estudante do Programa Doutoral em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).



A violência sexual é um fenómeno que engloba uma multiplicidade de comportamentos e contextos. Esta é geralmente definida como qualquer ato sexual ou tentativa de ato sexual, avanço ou comentário sexual indesejado perpetrado por uma pessoa contra outra(s), não consentido, englobando comportamentos que vão desde o assédio verbal à penetração sexual forçada.

Atualmente este fenómeno global é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde como uma questão de saúde pública (WHO, 2002). A violência sexual ocorre independentemente da identidade de género, da relação entre vítima(s) e ofensor(es) ou de outras características individuais e relacionais, em qualquer contexto ou local. Neste sentido, também se incluem nesta definição os atos sexuais não consentidos entre cônjuges, namorado/as, conhecido/as e estranho/as, em contextos domésticos, íntimos, laborais, recreativos, académicos ou outros. Embora esta seja uma das formas de violência de género contra as mulheres (uma vez que a maioria das pessoas vítimas é mulher e, simultaneamente, a maioria das pessoas agressoras é homem), qualquer pessoa pode ser vítima de violência sexual ou perpetrar este tipo de comportamentos.

É importante realçar que um episódio de violência sexual não se resume ao ato violento, desencadeando uma série de consequências adversas para a pessoa vítima. Tais consequências são diversas e idiossincráticas, podendo incluir, entre outras: reações emocionais intensas (medo, desesperança, raiva, confusão, ...); psicopatologia (depressão, ansiedade, stress pós-traumática, ideação ou com-

portamentos suicidas, distúrbios alimentares e do sono, ...); comportamentos aditivos; problemas relacionais e sexuais; problemas no aproveitamento académico; infeções sexualmente transmissíveis; gravidezes indesejadas; etc.

Violência sexual: O caminho da prevenção

A perspetiva de saúde pública reconhece que a violência sexual resulta de uma conjugação de fatores de risco individuais, relacionais, comunitários e sociais, podendo ser prevenida estimulando fatores de proteção nos mesmos níveis de intervenção (WHO, 2010). A literatura aponta para vários fatores individuais que se associam à perpetração da violência sexual, desde características da personalidade (como a impulsividade, hostilidade, agressividade, etc.) passando por crenças/atitude legitimadoras e perpetuadoras da violência, até dificuldades nas relações interpessoais. Têm sido reconhecidos enquanto fatores de risco comunitários e sociais os estereótipos e normas sociais relativas ao género, a cultura patriarcal, a tolerância social e fraca condenação da violência sexual, a normalização da violência sexual nos media, entre outros. Estes fatores, sendo partilhados entre comunidades e culturas, são extremamente importantes para a prevenção da violência. Nesse sentido, a perspetiva de saúde pública salienta que alterar estes fatores comunitários e sociais poderá ter efeitos mais abrangentes do que a intervenção focada exclusivamente em fatores de risco individuais.

A implementação de programas de prevenção enquadra-se no âmbito da defesa dos direitos humanos estabelecido internacionalmente na Convenção de Istambul (Artigo 13º – Sensibilização e Artigo 14º – Educação), alinhando-se também com a recomendação da Organização Mundial de Saúde de dar prioridade à prevenção primária da violência sexual e pelas recomendações do Group of Experts on Action against Violence against Women and Domestic Violence (GREVIO) sobre a violência de género, incluindo violência sexual (GREVIO, 2022). Além disso, alinha-se com a recomendação da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2010) de que



a prevenção primária da violência sexual deve ser prioritária. Também a Organização Mundial para a Saúde, Organização Mundial para a Saúde Sexual e da Rede Europeia em Medicina Sexual estabeleceram diretrizes no que respeita à translação de conhecimento científico para a comunidade no combate à violência sexual e defesa dos direitos e justiça sexual.

O combate à violência sexual é também uma luta pelos direitos humanos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2023), “saúde sexual é um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade”. Por sua vez, a concepção de sexualidade remete para “um aspeto central do ser humano ao longo da vida que engloba sexo, identidades e papéis de género, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução (...) que se expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações (...) e é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais”. Neste sentido, a saúde sexual implica uma abordagem respeitadora relativamente à sexualidade e às relações sexuais, bem como experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação e violência (WHO, 2023).

Por isso mesmo, é crucial refletir sobre a dimensão do fenómeno da violência sexual. Mais ainda, é central abordar a necessidade emergente de sedimentar soluções ao nível das políticas públicas que contribuam para travar este fenómeno. O combate à violência sexual é também uma luta pelos direitos humanos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2023), “saúde sexual é um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade”.

REFERÊNCIAS

- APAV (2013). *Manual Unisexo para o atendimento a vítimas adultas de violência sexual*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Bouffard, J.A., Bouffard, L.A., & Miller, H.A. (2016). Examining the correlates of women’s use of sexual coercion: Proposing an explanatory model. *Journal of Interpersonal Violence* 31(13), pp. 2360–2382.
- Carvalho, J., & Sa, A. (2020). Male college students using sexually aggressive strategies: Findings on the interpersonal relationship profile. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(3–4), pp. 646–661.
- Carvalho, J., Rosa, P. J., & Pereira, B. (2021). Dynamic risk factors characterizing aggressive sexual initiation by female college students. *Journal of Interpersonal Violence* 36(5–6), pp. 2455–2477.
- GREVIO. (2022). *Mid-term Horizontal Review of GREVIO baseline evaluation reports*. Group of Experts on Action against Violence against Women and Domestic Violence.
- Krahé, B., & Berger, A. (2013). Men and women as perpetrators and victims of sexual aggression in heterosexual and same-sex encounters: A study of first-year college students in Germany. *Aggressive Behavior* 39(5), pp. 391–404.
- Mann, R.E., Hanson, R.K., & Thornton, D. (2010). Assessing risk for sexual recidivism: Some proposals on the nature of psychologically meaningful risk factors. *Sexual Abuse* 22(2), pp. 191–217.
- Martin, G.M., & Tardif, M. (2015). Examining sex offenders’ intimacy deficits: their nature and their influence on sexually abusive behaviours. *Journal of Sexual Aggression* 21(2), pp. 158–178.
- McDaniel, M. C., & Rodriguez, D. N. (2021). Undergraduate men’s self-reports of sexual assault and perceptions of college campus acquaintance rape. *Journal of Interpersonal Violence* 36(3–4), pp. 1772–1790.

- Mouilso, E.R., & Calhoun, K.S. (2013). The role of rape myth acceptance and psychopathy in sexual assault perpetration. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma* 22(2), pp. 159–174.
- O’Connell, D., & Marcus, D.K. (2016). Psychopathic personality traits predict positive attitudes toward sexually predatory behaviors in college men and women. *Personality and Individual Differences* 94, pp. 372–376.
- O’Neil, M., & Morgan, P. (2010). *American perceptions of sexual violence*. FrameWorks Institute.
- WHO (2002). *World report on violence and health*. World Health Organization.
- WHO (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: Taking action and generating evidence*. World Health Organization.
- WHO (2012). *Understanding and addressing violence against women*. World Health Organization.
- WHO (2023). *Sexual and Reproductive Health*. World Health Organization.
- Rivara, F., Adhia, A., Lyons, V., Massey, A., Mills, B., Morgan, E., & Rowhani-Rahbar, A. (2019). The effects of violence on health. *Health Affairs* 38(10), pp. 1622–1629.
- Schuster, I., Tomaszewska, P., & Krahe, B. (2020). Changing cognitive risk factors for sexual aggression: Risky sexual scripts, low sexual self-esteem, perception of pornography, and acceptance of sexual coercion. *Journal of Interpersonal Violence* 37(3–4), pp. 1377–1400.
- Yapp, E.J., & Quayle, E. (2018). A systematic review of the association between rape myth acceptance and male-on-female sexual violence. *Aggression and Violent Behaviour* 41, pp. 1–19.

"A PERSPETIVA DE SAÚDE PÚBLICA RECONHECE QUE A VIOLÊNCIA SEXUAL RESULTA DE UMA CONJUGAÇÃO DE FATORES DE RISCO INDIVIDUAIS, RELACIONAIS, COMUNITÁRIOS E SOCIETAIS, PODENDO SER PREVENIDA ESTIMULANDO FATORES DE PROTEÇÃO NOS MESMOS NÍVEIS DE INTERVENÇÃO."



O VERDADEIRO SONHO DE QUALQUER MULHER

**CATARINA
GUERREIRO**

Mestranda em
Desenvolvimento
e Cooperação Internacional,
Instituto Superior de Economia e
Gestão da Universidade de Lisboa



Como mulher, este é um tema que me sensibiliza bastante. Porém, por muito que me toque profundamente, estou ciente de que viver num país desenvolvido, que promove a igualdade de género, acaba por me distanciar bastante de outras realidades de outras mulheres que vivem em países onde a sua liberdade é restrita e os seus direitos ainda hoje lhe são negados. Independentemente do nível de desenvolvimento do país, a promoção da igualdade de género deve ser um objetivo crucial para todo o mundo e, naturalmente com este objetivo, vem associado o empoderamento feminino.

A igualdade de género e o empoderamento das mulheres corresponde precisamente a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5) que fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável adotada por todos os Estados-Membros da ONU. No fundo, o objetivo é acabar com qualquer forma de discriminação e violência contra mulheres e meninas, promovendo a participação ativa e a igualdade de oportunidades para ambas. Apesar de ser impossível negar o progresso feito nesta área, no século XXI, a realidade continua a ser diferente um pouco por todo o planeta. Tal como indica o mais recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, intitulado *"The Paths to Equal"* (2023), menos de 1% das mulheres e meninas no mundo vivem num país com um elevado índice de empoderamento das mulheres e com uma elevada paridade de género.

Esta desigualdade entre homens e mulheres é histórica, é cultural, é económica, é religiosa e é social. E onde começa a mesma? Fundamentalmente, na educação. Como acabamos com ela? Pela educa-

ção. A igualdade de género não se trata apenas de uma questão de justiça no papel, é necessário desconstruir estereótipos e normas sociais que limitam as mulheres por apenas... serem mulheres. É necessário propiciar a educação igualitária e, assim, promover, por exemplo, a diversidade nas áreas da ciência, engenharia, matemática ou tecnologia, encorajar o pensamento crítico e o empoderamento feminino, incorporar figuras de referência positivas, entre muitas outras formas. A transformação que ocorre quando as mulheres são capacitadas a tomar decisões, a liderar e a contribuir para a sociedade é incrível, não é apenas um ganho para nós, mulheres, mas é uma vitória para a humanidade. Um exemplo extraordinário disto é Razia Jan, educadora afegã e fundadora do *Zabuli Education Center*. Razia usa a sua força e humanitarismo, dentro de um país conhecido pela restrição das liberdades das mulheres, para capacitar meninas com competências para a vida e qualidades de liderança dentro da sua comunidade, demonstrando assim o poder da educação mesmo em circunstâncias desafiantes.

**"A IGUALDADE DE GÉNERO
NÃO SE TRATA APENAS DE
UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA
NO PAPEL, É NECESSÁRIO
DESCONSTRUIR ESTEREÓTIPOS
E NORMAS SOCIAIS QUE
LIMITAM AS MULHERES POR
APENAS... SEREM MULHERES."**

O empoderamento das mulheres não é apenas uma questão feminina, é necessário abrir este assunto ao masculino, pois isto permitirá criar parcerias mais equitativas e inclusivas. O lema é "com" e não "contra", todos fazemos parte da mudança. Como mulher, sonho poder ser vista como um ser humano igualmente valioso para este mundo, sonho poder saber que o meu esforço e trabalho será igualmente valorizado. O que se mostra difícil de erradicar não é, contudo, impossível e tudo começa em nós, sociedade, e na nossa consciência. Não se trata apenas de dotar as mulheres de poder, mas sim de criar um ambiente que lhes permita explorar o seu potencial.

EU LEVO O FEMINISMO MUITO A SÉRIO¹¹

GUSTAVO CARONA

Escritor e médico humanitário.



Todos vemos o mundo à nossa medida, e os problemas apenas ao alcance do nosso olhar. Todos sabemos isso, e é importante que se reconheça com a mesma força que se desconstrói. Sendo que para alguns importa ainda lembrar que Feminismo é uma luta por justiça, igualdade e acima de tudo não-discriminação. E por igualdade, entenda-se igualdade social, econômica e política. Em todas as lutas há extremismos que contaminam as boas causas, mas o que mais me preocupa nem é tanto isso, é mais a injustiça perante uma luta que pretende ser pela justiça num mundo tendencialmente melhor, mas ainda com crueldades gritantes.

O que eu vejo, o que eu leio, o que eu ouço é um Feminismo de caviar, infelizmente quase só feito por mulheres, o que está inquinado à partida pois a luta por justiça é uma luta moral, de valores, e tem que ser de toda a sociedade, homens inclusive, mas acima de tudo, critico porque penso fugir ao essencial.

Não vou referir o que tanto se ouve por parte dos Feministas e me parece menos prioritário, porque já sei que muita gente vai ficar melindrada, mas vou enumerar alguns pontos que deveriam ser o cavalo de batalha da luta pela igualdade, mas que por vezes, parece que ninguém lhes liga, e como tal, poucos combatem.

- **Acesso à escola.** A desigualdade ainda é brutal. Apenas 49% dos países do mundo atingiram a igualdade no acesso à escola primária. Há 130 milhões de meninas que não vão à escola no mundo. Pobreza, violência, casamentos infantis e favorecimento dos rapazes, são as causas principais. Não ir à escola é uma condenação para a vida.
- **Violência Sexual.** Os números no mundo dos ricos são assustadores. Por exemplo nos EUA 20% das mulheres já foram violadas na forma tentada ou concretizada. Mas, em países mais pobres e em guerra os números são bem mais preocupantes, como p.e. na R.D.Congo, onde cerca de 70% das mulheres já foram violadas.
- **Mortalidade Materna.** Alguns países conseguem chegar ao número mágico de ZERO mortes por 100.000 nascimentos, mas no geral oscila entre 5-15 mortes por 100.000 nascimentos nos países ricos, sendo que p.e. no Sudão do Sul é cerca de 1100 mortes maternas por 100.000 nascimentos. Além da constatação de que a probabilidade é ~100 vezes superior, percebe-se que 99% desta mortalidade do Sudão do Sul seria prevenível se tivessem acesso a cuidados de saúde. As causas principais são hemorragias, infeções e os abortos não medicamente assistidos. Sei que é eticamente discutível e eu compreendo bem alguns argumentos dos quais discordo, mas é também por isto que quem se dedica à saúde das mulheres nos países mais pobres luta também pela descriminalização do aborto.
- **Casamento Infantil.** O casamento antes dos 18 anos é uma violação fundamen-

¹¹ Excerto do livro *Olhem para o Mundo com o Coração*, Oficina do Livro, outubro de 2023.

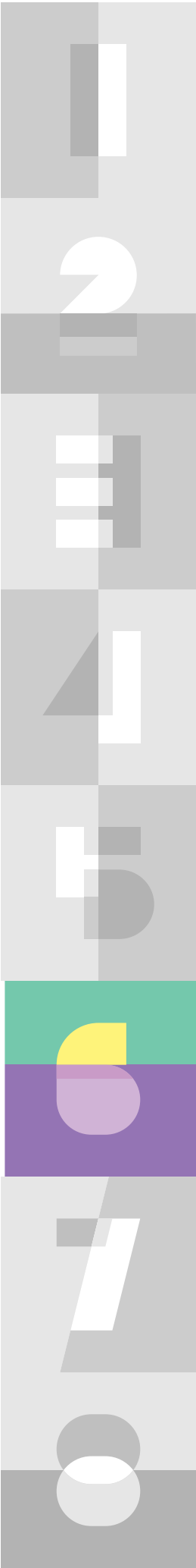
tal dos direitos humanos, ainda assim é o destino de 12 milhões de raparigas por ano, sendo que em algumas regiões de África atinge 40% das raparigas, com a pobreza e os costumes como os maiores culpados.

- **Religião.** As religiões de uma forma geral são machistas, pois machista é o Homem. É impossível não falar da discriminação levada a cabo por algumas culturas muçulmanas à cabeça, como Afeganistão, Paquistão, Arábia Saudita entre outros. A religião é aquilo que as pessoas querem que ela seja, até porque Maomé, fundador do Islão casou com uma mulher mais velha, empresária e independente no ano ~600 d.C. Que nunca permitamos, que a alegada palavra de deus repetida pelo homem seja discriminadora de uma mulher, é a única coisa que me ocorre dizer.
- **Acesso ao Voto.** Na teoria, as mulheres podem votar em todo o mundo, sendo que há países onde ninguém vota, e há locais do planeta onde embora as mulheres possam votar, na prática não o fazem por repressões culturais duríssimas, p.ex. em algumas zonas do Paquistão.
- **Mutilação Genital Feminina.** Significa a excisão parcial ou total do clitóris, sendo que tem inúmeras variações e pode ir ao ponto de se fazer a sutura da vagina. Quase sempre feito desde a nascença até aos 15 anos, pode pôr em risco a vida da menina/mulher no procedimento e aquando de uma gravidez onde também compromete o recém-nascido. Há mais de 200 milhões de meninas e mulheres no mundo que foram submetidas a MGF e que estão vivas. É estúpido, cruel e criminoso.
- **Valor da vida humana.** Há questões que vão do abstrato ao concreto e que são repugnantes para a humanidade. Mulheres que não podem guiar, fazer des-

porto, olhar um homem nos olhos, beber ou fumar, mostrar o cabelo ou a cara, sorrir, decidir sobre a sua vida, ter passaporte, assinar o consentimento informado de uma cirurgia (e morrem por isso), ou até mesmo leis costumeiras onde o valor da vida de uma mulher é de 50% da do homem.

Podemos ter várias causas e lutar por todas elas. Podemos em cada causa lutar por todas as suas subdivisões, mas que nunca percamos tempo em futilidades quando ainda há tanto do essencial por conquistar, e a luta pela igualdade é um tema que vincula todos os seres que pensam e sentem.

E por isso, eu levo o Feminismo muito a sério.



IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

**INÊS COSTA, CAROLINA ROQUE,
CATARINA PEIXOTO SANTOS
E MARTA OLIVEIRA**

Estudantes do ensino secundário,
Escola Secundária José Afonso, Seixal

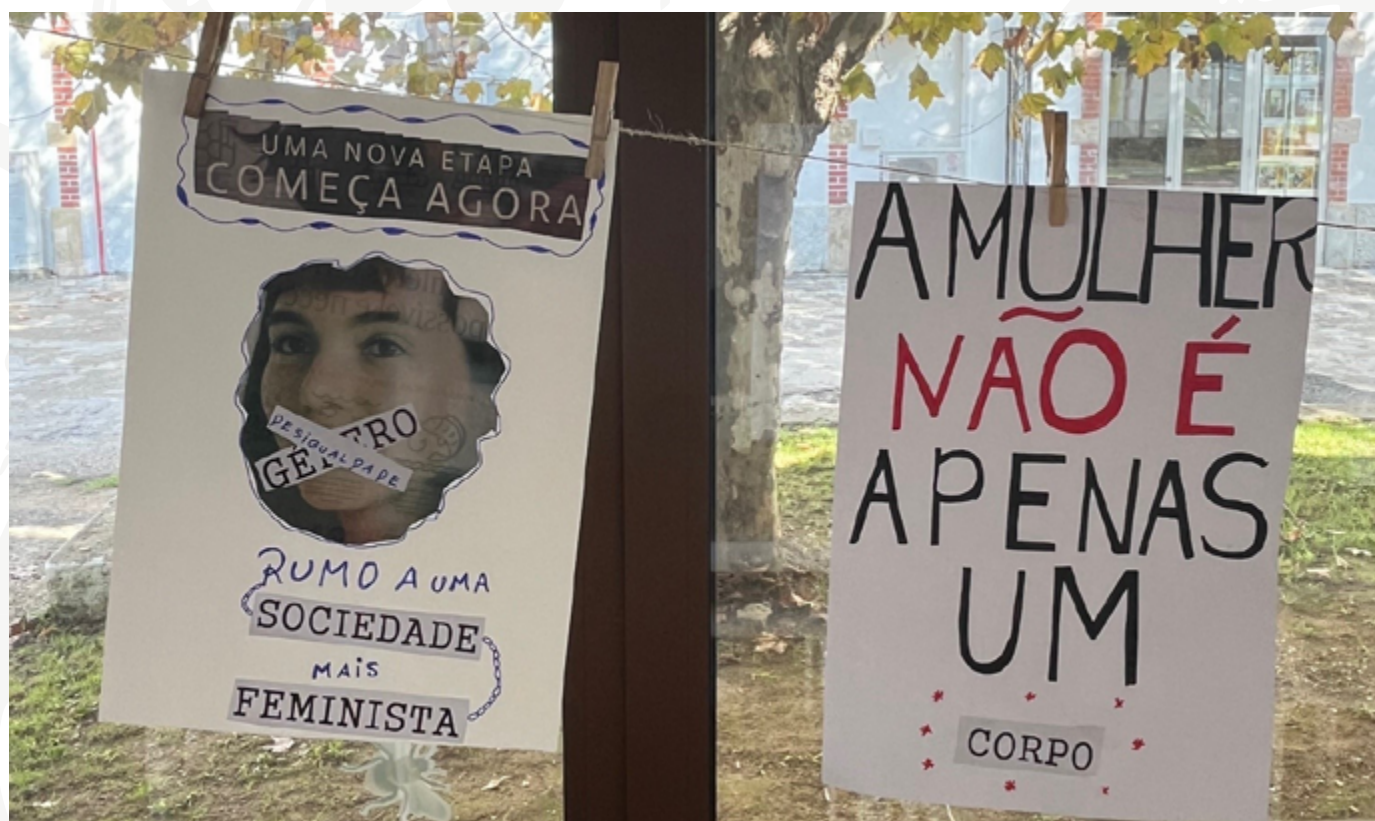


Há tendência para desdenhar/duvidar de que as mulheres consigam cumprir determinadas tarefas ou desempenhar um determinado papel, só pelo facto de serem quem são. Desta forma, acabam por não receber o mesmo salário que os homens em certos empregos.

Outro problema que observamos na nossa sociedade, é partirmos do princípio que são apenas as mulheres que sofrem de assédio e de violência

doméstica. Apesar de serem poucos os casos, não quer dizer que os homens não sejam também vítimas destes crimes.

Achamos, igualmente, que um erro comum, que "todos" cometemos, é que no Dia da Mulher se celebre a maternidade ou a família, quando se devia, ao invés, agradecer/homenagear todas as mulheres que lutaram para conquistar os direitos dos quais temos a possibilidade de usufruir hoje em dia.





BD: INÊS COSTA, ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ AFONSO, SEIXAL



IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

**LEONOR
FURTADO**

Estudante universitária



As últimas décadas foram épocas de conquista e evolução, porém, apesar de já não estarmos no zero e acreditarmos que as coisas estão a melhorar, a realidade mostra-nos que ainda temos um longo caminho a percorrer. Quando falamos de igualdade de gênero e empoderamento feminino, percebemos que o progresso alcançado ainda não é suficiente.

Não é suficiente porque as mulheres ainda têm medo de andar na rua sozinhas. Não é suficiente porque continuam a receber menos que os homens. Não é suficiente porque tantas vezes não são ouvidas ou levadas a sério. Não é suficiente porque, simplesmente por terem nascido mulheres, precisam de provar incessantemente as suas capacidades.

O empoderamento feminino não é um luxo, não é um capricho e muito menos um “drama da atualidade”. É uma urgência, um direito tão fundamental como qualquer outro, e não pode ser adiado de forma alguma. A mudança só acontece quando decidimos que esperar já não é uma opção, e este mundo, onde metade da população ainda luta por igualdade, não pode ser a nossa opção.

Não é suposto ter paciência para esperar, queremos mudança! Enquanto as mulheres forem privadas de oportunidades, não existirá progresso na sociedade. É uma questão global que beneficia toda a gente.

O mundo perde cada vez que uma menina cresce a duvidar do seu potencial, perde por cada mulher que precisa de lutar o dobro ou o triplo para chegar a metade do caminho. A mudança precisa de acontecer agora, porque a igualdade não deve ser uma promessa longínqua.

"O EMPODERAMENTO FEMININO NÃO É UM LUXO, NÃO É UM CAPRICH E MUITO MENOS UM "DRAMA DA ATUALIDADE". É UMA URGÊNCIA, UM DIREITO TÃO FUNDAMENTAL COMO QUALQUER OUTRO, E NÃO PODE SER ADIADO DE FORMA ALGUMA."



IGUALDADE DE GÉNERO EM PORTUGAL:

UM LONGO CAMINHO A SEGUIR

PELA IGUALDADE

Organização feminista
interseccional de
jovens para jovens



Cinquenta anos depois da Revolução dos Cravos muito mudou em Portugal em matéria de igualdade de género. Esta data não marca apenas a queda de um regime de opressão política, mas o desmantelamento de uma ideologia e arquitetura legal assente na subjugação feminina e o seu confinamento à esfera privada.

Muitas vezes esquecemo-nos do árduo e longo processo que tem sido a luta pela igualdade de género no nosso país e a profunda transformação alcançada, desde a consagração do princípio da não-discriminação por razões de género na nossa constituição, passando pelos direitos à educação, integração no mercado formal de trabalho, participação política até aos direitos reprodutivos. Hoje somos mais livres do que as nossas avós, temos maior poder de decisão sobre os nossos corpos e as nossas vidas, porém, a jornada pela igualdade de género continua difícil e longe da paridade.

"CONTINUAMOS HOJE A SER UM DOS PAÍSES EUROPEUS ABAIXO DAS MÉDIAS EUROPEIAS EM IGUALDADE DE GÉNERO, ENFRENTANDO IMPORTANTES DESAFIOS EM ÁREAS COMO: NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, NAS OPORTUNIDADES E CONDIÇÕES ECONÓMICAS, NOS DIREITOS REPRODUTIVOS E, ACIMA DE TUDO, NA VIOLÊNCIA DE GÉNERO."

Em 2024 Portugal registou uma subida significativa no ranking *Global Gender Gap Report* (WEF, 2024), passando da 32ª posição para a 17ª, destacando-se algumas ligeiras melhorias nas áreas da participação política e económica. Apesar desta boa notícia, se analisarmos mais profundamente dar-nos-emos conta que esta melhoria foi limiar e que se deveu aos preocupantes retrocessos em igualdade de género noutros países, ao abrandar da evolução global devido à falta de políticas estruturais nesta área (WEF, 2024), bem como à estagnação no cumprimento do ODS 5 no mundo, incluindo em Portugal (Sachs et al., 2024).

Continuamos hoje a ser um dos países europeus abaixo das médias europeias em igualdade de género (EIGE, 2024), enfrentando importantes desafios em áreas como: a participação política, onde nas últimas duas eleições a representação feminina na Assembleia da República diminuiu; nas oportunidades e condições económicas, com as mulheres portuguesas a continuarem a sofrer de maiores índices de pobreza, salários em média 160€ mais baixos (CIG, 2024) e a assegurarem cerca de 70% do trabalho não-pago; nos direitos reprodutivos, onde assistimos simultaneamente à penalização social e económica das mulheres pela maternidade e no acesso a contraceptivos; e acima de tudo na violência de género, pois, segundo os dados mais recentes, em Portugal 1 em cada 10 mulheres já sofreu violência na intimidade e 12,3% já foram vítimas de assédio sexual em contexto laboral (INE, 2023), sendo que só no primeiro mês de 2025 morreram pelo menos 5 mulheres por violência doméstica (Alinho, 2025).

Esta realidade demonstra-nos que estamos muito longe de alcançar uma sociedade justa, igualitária e sem discriminação por razões de género. Mas como podemos nós trilhar um caminho diferente?

Foi na busca de uma resposta a esta questão, e num clima sociopolítico contemporâneo que tem colocado em perigo todos os marcos já conquistados que, em novembro de 2024, nasceu a Pela Igualdade na mão de um grupo de jovens. Com ela chegámos à conclusão de que para construirmos

o mundo mais igualitário e equitativo que ambicionamos – um onde todas as mulheres e minorias de género possam viver livres de opressão e violência usufruindo da plena concretização dos seus direitos – é necessário desconstruir os estereótipos de género que estruturam a sociedade patriarcal e que continuam embrenhados na sociedade portuguesa. Para tal, temos trabalhado nas áreas da consciencialização, na disseminação de informação e conhecimento sobre as temáticas, criando espaços de discussão e participação cívica inclusivos e acessíveis, bem como a promoção da educação para a igualdade e a capacitação das gerações mais novas para os valores que nos regem: o feminismo interseccional, a inclusão, a empatia e a acessibilidade.

REFERÊNCIAS

- Alinho, L. (2025, janeiro 31). Pelo menos cinco mulheres foram mortas desde o início de 2025. PÚBLICO.
- CIG (2024). *Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2024*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- EIGE (2024). *Gender Equality Index 2024 – Sustaining momentum on a fragile path*. Publications Office of the European Union.
- INE (2023). *Dois quintos das pessoas já viveram pelo menos uma situação de violência ao longo da vida*. Inquérito sobre segurança no espaço público e privado. Instituto Nacional de Estatística.
- Sachs, J. D., Lafortune, G. & Fuller, G. (2024). *The SDGs and the UN Summit of the Future. Sustainable Development Report 2024*. Dublin University Press.
- WEF (2024). *Global Gender Gap Report 2024*. World Economic Forum.



A IGUALDADE DE GÉNERO É TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

**RAQUEL
SERDOURA**

Ativista.



Num mundo que conta atualmente com mais de 8 mil milhões de pessoas, é estranho pensar que facilmente possam ser retirados direitos e liberdades a metade deste grande número de pessoas simplesmente porque nasceram “mulheres”. É ainda mais estranho que isso, de alguma forma, implique que não se encontram ao mesmo nível que homens e que por isso não devam ter acesso às mesmas coisas que eles.

Ora, há múltiplas razões pelas quais isto não faz sentido. Uma delas pode ser o facto de o nosso sexo e género serem algo fora do nosso controlo e por isso não fazer sentido julgar e retirar algo a uma pessoa por fatores a ela alheios. Outra pode ser a nossa dignidade intrínseca enquanto seres da espécie humana. No entanto, caso queiramos ser mais economicistas, uma justificação para esta desigualdade não fazer tanto sentido (exceto na medida em que um grupo beneficia largamente, até certo ponto, dessa desigualdade) é que as sociedades mais “próximas de igualdade de género” (isto porque nenhum país a atingiu ainda) revelam-se como tendo economias mais prósperas. Por exemplo, países com menor discrepância de género, como a Alemanha, a Suécia, a Noruega e a Namíbia (*Global Gender Gap Report 2023*) apresentam um Produto Interno Bruto (PIB) elevadíssimo a nível regional e internacional.

Porém, como me encontro mais preocupada com a qualidade de vida das pessoas, penso que uma sociedade que tenda para a igualdade de género tenderá também a ser mais benéfica para todas as pessoas que nela vivam.

Não podemos pensar em criar soluções nem alternativas que conduzam à transformação social, se não incluirmos metade da sociedade. A melhoria dos

cuidados de saúde maternos reduz a mortalidade infantil; o ingresso das jovens mulheres na educação cria uma força de trabalho mais qualificada; a flexibilização de horários de trabalho permite que mais mulheres possam ser simultaneamente mães e trabalhadoras; e o reconhecimento e pagamento justo do “trabalho de cuidado” afirma a importância deste numa sociedade em que ninguém fique para trás.

Igualdade de género nada mais é do que dar a oportunidade e as condições para que a outra metade de qualquer sociedade possa melhor contribuir para o seu florescimento.

Igualdade de género é a transformação social que queremos para um mundo mais justo, livre e inclusivo.

Agora, não nos podemos esquecer de falar de igualdade de género e de a defender, uma vez que ainda não foi concretizada e muito facilmente é colocada em risco. Contudo, isto não é e nunca foi novidade para quem sempre teve de lutar por ela e o continua a fazer, pondo a sua própria vida em risco (como as mulheres que resistem no Afeganistão e no Irão) para que outras mulheres (e mesmo homens) possam viver a sua vida livremente.

**“(…) UMA SOCIEDADE QUE
TENDA PARA A IGUALDADE DE
GÉNERO TENDERÁ TAMBÉM
A SER MAIS BENÉFICA PARA
TODAS AS PESSOAS QUE
NELA VIVAM. NÃO PODEMOS
PENSAR EM CRIAR SOLUÇÕES
NEM ALTERNATIVAS
QUE CONDUZAM À
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL,
SE NÃO INCLUÍRMOS METADE
DA SOCIEDADE.”**

SECULARISMO E LIBERDADE RELIGIOSA: IGUALDADE OU EXCLUSÃO?

SOFIA CASEIRO

Assistente convidada na ESECS – IPLeiria; doutoranda em Direitos Humanos nas Sociedades Contemporâneas no Instituto de Investigação Interdisciplinar – Universidade de Coimbra; formadora em Igualdade de Género.



A religião continua a ser essencial na vida pessoal e social, influenciando valores, cultura e identidades. No entanto, a relação entre religião e género revela padrões de desigualdade perpetuados tanto nas esferas religiosas como nas políticas públicas.

Nas três religiões abraâmicas – cristianismo, judaísmo e islamismo – a posição da mulher tem sido condicionada por interpretações teológicas que limitam a sua participação em papéis de liderança. No cristianismo, particularmente no catolicismo, as mulheres continuam ausentes dos cargos de liderança religiosa. No islamismo, o véu é debatido como um símbolo de opressão, ignorando-se a liberdade individual de escolha.

A aplicação do secularismo como princípio regulador da relação entre Estado e religião apresenta contradições na Europa. Se, por um lado, a laicidade se afirma como garantia de neutralidade do Estado, por outro, tem sido usada para restringir a liberdade religiosa, afetando desproporcionalmente mulheres muçulmanas.

A proibição do véu islâmico em escolas e espaços públicos em França ilustra essa tensão. Argumenta-se que a laicidade promove a igualdade de género, mas, na prática, impõe-se às mulheres a escolha entre a sua identidade religiosa e a plena participação na vida pública. A decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos no caso S.A.S. v. França (2014) consolidou essa abordagem, legitimando a proibição do véu integral com base na ideia de “viver em

conjunto” (*vivre ensemble*). No entanto, ignora que muitas mulheres usam o véu por convicção pessoal e não por imposição externa.

Além disso, a jurisprudência do Tribunal Europeu demonstra incoerências na aplicação do princípio da laicidade. Em *Lautsi v. Itália* (2011), o Tribunal decidiu que os crucifixos nas escolas não violavam a liberdade religiosa, por serem “símbolos passivos” representativos da cultura europeia. Esta decisão contrasta com as restrições aplicadas a vestimentas religiosas muçulmanas, sugerindo uma hierarquização das identidades religiosas na Europa.

Tal como tem sido aplicado, o secularismo reforça um modelo de cidadania que marginaliza certas expressões religiosas e culturais. Como aponta (Kapur, 2020), na Europa, o secularismo não apenas separa Estado e religião, mas também consolida uma identidade cultural dominante, favorecendo a tradição cristã e relegando outras crenças para o domínio do privado. Esta abordagem perpetua desigualdades, especialmente para mulheres muçulmanas, que veem as suas escolhas religiosas condicionadas por normas jurídicas que alegadamente promovem a igualdade de género.

"PARA REDUZIR DESIGUALDADES, OS ESTADOS DEVEM ADOPTAR POLÍTICAS QUE RESPEITEM SIMULTANEAMENTE A LIBERDADE RELIGIOSA E OS DIREITOS DAS MULHERES. (...) ISTO IMPLICA DESENVOLVER MECANISMOS LEGAIS QUE PROTEJAM TANTO A IGUALDADE DE GÉNERO COMO A DIVERSIDADE CULTURAL E ASSEGURAR QUE DECISÕES JURÍDICAS RESPEITEM A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS."

É essencial questionar a neutralidade do secularismo e refletir sobre a sua instrumentalização para restringir direitos fundamentais. Se os direitos humanos são universais e interdependentes, como pode a igualdade de gênero ser promovida em detrimento da liberdade religiosa? Será possível alcançar igualdade quando o exercício de direitos fundamentais, como a liberdade religiosa, é posto em causa?

Para reduzir desigualdades, os Estados devem adotar políticas que respeitem simultaneamente a liberdade religiosa e os direitos das mulheres. Em vez de restrições que marginalizam grupos específicos, devem promover abordagens interseccionais que garantam que nenhuma mulher seja forçada a escolher entre a sua identidade religiosa e a sua participação na vida pública. Isto implica desenvolver mecanismos legais que protejam tanto a igualdade de gênero como a diversidade cultural e assegurar que decisões jurídicas respeitem a universalidade dos direitos humanos.

Além disso, investir na educação sobre direitos fundamentais e diversidade religiosa pode ajudar a construir sociedades mais inclusivas, onde a coexistência se baseie no respeito e não na exclusão. Estas medidas estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os compromissos de alcançar a igualdade de gênero (ODS 5), reduzir desigualdades (ODS 10) e fortalecer instituições inclusivas e justas (ODS 16).

Um futuro mais inclusivo exige um compromisso renovado com os direitos humanos, onde a diversidade seja a base de sociedades verdadeiramente justas, igualitárias e capazes de acolher todas as formas de existência e resistência.

REFERÊNCIAS

- Kapur, R. (2020). Secularism's Others: The Legal Regulation of Religion and Hierarchy of Citizenship. In S. Mancini (Ed.), *Constitutions and Religion* (pp. 41–58). Edward Elgar Publishing.



RESISTÊNCIA

SOFIA CRAVEIRO

Feminista e jornalista do Gerador.



Um destes dias tive a oportunidade de ouvir testemunhos de mulheres envolvidas na resistência à ditadura do Estado Novo. O mote era uma conferência dedicada precisamente ao tema “Mulheres e Resistência” e o programa tinha painéis dedicados às muitas formas de combater a opressão e o regime fascista. Foi organizado ainda na senda dos 50 anos da Revolução dos Cravos e foi para mim um privilégio poder participar.

Os testemunhos foram, como seria de esperar, incriveis e profundamente inspiradores. A postura insurgente e disruptiva esteve presente na saúde, na política, na cultura, na sociedade de uma forma geral. Não importa onde ou quando, a forma como as mulheres resistem irá sempre surpreender-me.

E faz-me refletir.

A necessidade de luta é uma constante, mesmo quando não deveria ser. De forma mais ou menos consciente, estamos sempre num limbo entre resistir e ceder. Sempre na dúvida se vale a pena travar a batalha ou se devemos deixar passar desta vez.

Seja no contexto familiar, perante os dogmas geracionais, no contexto doméstico – com ou sem parceiro(a) –, no contexto profissional e até cívico. Seguir as nossas convicções, quando elas não estão alinhadas com a norma patriarcal vigente, é uma luta constante, que muitas vezes tem consequências.

Das histórias que foram contadas naquela conferência em Lisboa, marcou-me particularmente a das mulheres que se tornaram mães na clandestinidade. A forma como não sucumbiram ao seu suposto “dever” de dedicação total aos filhos e continuaram a sua luta política, muitas vezes sabendo que iam acabar encarceradas. Absolutamente admirável. Algumas foram presas grávidas, outras com os filhos

ainda bebés. Muitas delas ainda duvidavam se o facto de se terem ausentado por vezes foi uma atitude correta. Questionaram ali mesmo, às filhas presentes na sessão, se se tinham sentido abandonadas. Pelo contrário, as filhas agradeceram a lição de consciência democrática, que as fez, também, adotar uma visão crítica da sociedade onde se inserem.

A verdade é que assumir esta postura ainda é, muitas vezes, um ato de insurgência.

À minha volta vejo muitas jovens mães sucumbir a esta pressão. A pressão de não sair, de estar sempre presente, de abdicar, de sacrificar tudo em prol da(s) criança(s) ao seu cuidado. Qualquer decisão que tomem por si próprias é vista como um sinal de egoísmo, de irresponsabilidade. O mesmo não se aplica aos pais, no caso de relações heterossexuais. A pressão maior está, regra geral, sempre do lado da mulher, da mãe.

Cinquenta anos depois da Revolução ainda temos desigualdade e patriarcado.

É claro que evoluímos, que conquistámos direitos e posições no espaço público. Não está tudo na mesma. Seria injusto – até para com essas lutadoras veteranas – dizer que nada mudou. Mudou muito e para melhor. Não podemos é correr o risco de regredir. As ameaças estão lá e agora são reforçadas pelos partidos fascistas, que surgem como cogumelos por essa Europa fora. Espalham a narrativa da “família tradicional”, da “defesa da vida”, “dos valores e da moral” para nos voltar a condicionar, para nos tentarem retirar o direito de escolher o que fazer com o nosso corpo e a nossa vida.

Escrevo este texto na véspera do Dia Internacional da Mulher, ainda sem saber quando verá a luz do dia. Nesta data tão política e historicamente importante, há-que destacar a coragem das mulheres que vieram antes, as que lutaram no passado e resistiram no seio de um regime opressor. Mas há também que valorizar a importância de lutar diariamente, de resistir, de desobedecer, mesmo quando ninguém está a ver.

A defesa dos nossos direitos faz-se todos os dias.

MANIFESTOS

ALUNOS DE LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA



A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz. A Igualdade de Género exige que, numa sociedade, homens e mulheres gozem das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas, beneficiando das mesmas condições, no acesso à educação; nas oportunidades no trabalho e na carreira profissional; no acesso à saúde; no acesso ao poder e influência.

DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE IGUALDADE DE GÉNERO?



"Luta pela igualdade de direitos. Sim, a igualdade de género não é uma ideia descabida!"

"Respeito pelas pessoas independentemente da sua orientação sexual"

"Luta pelos direitos, porque mesmo os que já foram conquistados, são colocados em causa todos os dias"

"Os mesmos direitos, as mesmas oportunidades para todas as pessoas"

E não te esqueças de que falamos em todas as geografias, não apenas em Leiria, Portugal. Falamos de violações de direitos em todo o mundo!



ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E RAPARIGAS

E O QUE SÃO ESTEREÓTIPOS DE GÉNERO?

Um estereótipo de género "é uma opinião ou um preconceito generalizado sobre atributos ou características que homens e mulheres possuem ou deveriam possuir ou das funções sociais que ambos desempenham ou deveriam desempenhar".
Escritório de ARI - Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)

QUAL O IMPACTO DA DESIGUALDADE DE GÉNERO NA SOCIEDADE?



"Ideias baseadas em pouca informação, que nos leva a julgar o Outro, de forma errada"

"Opiniões generalizadas, na sua maioria negativas, com base em falsas tradições"

"Ideias/crenças que condicionam o percurso de vida para quem são direcionadas"

"Quando atribuímos um rótulo às pessoas, devido às suas características, ideologia, crenças..."

"Generalizações simplificadas sobre um grupo de pessoas"

- Falta de acesso equitativo a recursos essenciais e oportunidades
- Sentimento de desvalorização, estratificação social
- Sobrecarga de trabalho para as mulheres, sobretudo do trabalho doméstico, ou função de cuidadora
- Normalização de comportamentos e pensamentos estereotipados
- Assédio
- Desvalorização da mulher enquanto pessoa, em prol das expectativas que lhe são impostas, tendo em conta o seu papel na sociedade
- Múltiplas situações de discriminação: ao estacionamento o carro; no mecânico;
- Múltiplas situações de discriminação: ao estacionamento o carro; no mecânico;
- Múltiplas situações de discriminação: ao estacionamento o carro; no mecânico;

Q Todos os anos...

245 MILHÕES com mais de 15 anos, são vítimas de violência física por parte do seu parceiro.

1 EM CADA 5 mulheres casa-se antes dos 18 anos.

As mulheres fazem mais **2,8 HORAS** de trabalho doméstico diário, não remunerado, do que os homens

Representam apenas **26,7%** dos membros dos parlamentos democráticos

O QUE PODEMOS FAZER PARA A COMBATER?

Procurar, Conversar/debater sobre o tema

Reforçar os processos educativos sobre o tema, em casa e nas escola

Combater o silêncio e o consumo passivo de situações e conceitos que acentuam a desigualdade, a injustiça e a violência

Lutar contra a pressão imposta sobre as expectativas de comportamentos, que querem atribuir às mulheres



Procura em qualquer motor de busca... E emociona-te!

Dez livros feministas:

1. Rapariga, mulher, outra de Bernardine Evaristo
2. Todos devemos ser feministas de Chimamanda Ngozi Adichie
3. O segundo sexo de Simone de Beauvoir
4. Um quarto só seu de Virginia Woolf
5. Novas cartas portuguesas de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa
6. Mulheres, Cultura e Política, Angela Davis
7. Teoria King Kong de Virginie Despente
8. O Acontecimento de Annie Ernaux
9. Feminismo de A a Z de Lúcia Vicente
10. Não serei eu mulher? de Bell Hooks



Podes também inscrever num **workshop gratuito**

em que controlas o ritmo em que queres avançar:

www.dontskiphumanity.com

Procura pelo curso **Comunicação para a Diversidade e Inclusão, de Catarina Marques Rodrigues**

Da mesma jornalista, podes também ouvir os **podcast: Gender Calling e Dona de Casa**

“LÁ ESTÃO ELAS COM O FEMINISMO...”

De onde surgiu tanto ódio ao conceito de **feminismo**?

Vamos lá!

O feminismo não quer eliminar os homens, mas denuncia comportamentos enraizados que contribuem para a desigualdade de género.

É um movimento social por direitos civis, protagonizado por mulheres que, desde a sua origem, reivindica a igualdade política, jurídica e social entre homens e mulheres.

A sua atuação não é sexista, e não quer impor algum tipo de superioridade feminina, mas a igualdade entre os sexos.

Mas não somos nós que o dizemos. Olha o que escreve a Enciclopédia Britânica sobre o feminismo:

crença na igualdade social, económica e política dos sexos.

GASLIGHTING

Quando um homem faz uma mulher acreditar que a sua realidade não é real. Ele tenta fazer com que a mulher pareça ou sinta-se louca. Ele manipula as situações, de tal forma que, ela começa a duvidar das suas próprias perceções.

MANSPLAINING

Quando uma mulher está a explicar algo e um homem refuta os seus dados, geralmente explicando a mulheres algo que, obviamente, ela já sabe.

MANPROPRIATING

Quando algo realizado por uma mulher é exaltado como um feito realizado por um homem.

MANTERRUPTING

Quando uma mulher está a falar e um homem a interrompe, sem a deixar concluir o seu pensamento. É muito comum em reuniões formais ou informais. A “fala” da mulher é desconsiderada.

E COMO FUTURAS EDUCADORAS SOCIAIS E ANIMADORAS SOCIAIS, O QUE PODEMOS FAZER?

- Desenvolver **atividades** que promovam a consciencialização sobre o tema;
- Organizar **rodas de conversa**, convidando também os homens, para garantir o **diálogo aberto e construtivo**;
- Criar uma campanha** para que este tema seja mais visível e incentivar à mobilização

...e não é que já começámos?

Descobre a nossa conta de Instagram:



O MOVIMENTO FEMINISTA DA ESECS

...DITO.E.FEIO

ALBERT EINSTEIN ou **???**

MILEVA MARIC EINSTEIN

é que o estudo mais cuidadoso das cartas trocadas entre ela e a sua primeira esposa dão indícios de que ela pode ter contribuído muito mais para as teorias do famoso cientista do que se acredita...

Que a Teoria da Relatividade é mérito de Einstein, ninguém duvida nem discute.

Mas, recentemente, alguns peritos têm levantado uma dúvida: de qual Einstein estamos a falar?

E não celebras apenas o Dia da Mulher, a 8 de março... todos os dias são dias de celebração, do feito de milhões de mulheres no mundo!

Rosa Parks	Harriet Tubman	_____
Angela Davis	Jane Austen	_____
Sofia Ionescu-Ogrezeanu	Wangari Maathai	_____
Sofonisba Anguissola	Coco Chanel	_____
Malala Yousafzai	Carolina Beatriz Ângelo	_____
Frida Kahlo	Amelia Earhart	_____
Rigoberta Menchú	Joana Darc	_____
Greta Thunberg	Sophia de Mello Breyner	_____
Emmeline Pankhurst	Simone de Beauvoir	_____
Simone de Beauvoir	Rosa Mota	_____

É sempre que podemos, partilha o feito das mulheres que te inspiram!

SABIAS QUE O TEMA DA IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES É UM DOS TEMAS CENTRAIS DA CAMPANHA TODXS?

MAIS NO INSTA: CAMPANHA_TODXS

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA, 14 DE JUNHO DE 2024

Licenciaturas em Educação Social e Serviço Social | Ano letivo 2023/2024

Subscrito por: Ana Carolina Carneiro; Ana Cunha; Ana Luísa Jorge; Ana Rita Ferreira; Andreia Mateus; Diana Garcia; Diana Rita Louco; Gabriela Peito; Heidy Silva; Joana Duarte; Mariana Faria; Raquel Afonso; Raquel Carvalho; Sofia Carvalho; Sofia Neves; Telma Lopes.



ALUNOS DE CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO/A DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTO, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASCAIS



140





**IGUALDADE
DE GÊNERO,
COM CLARA PASSARINHO**

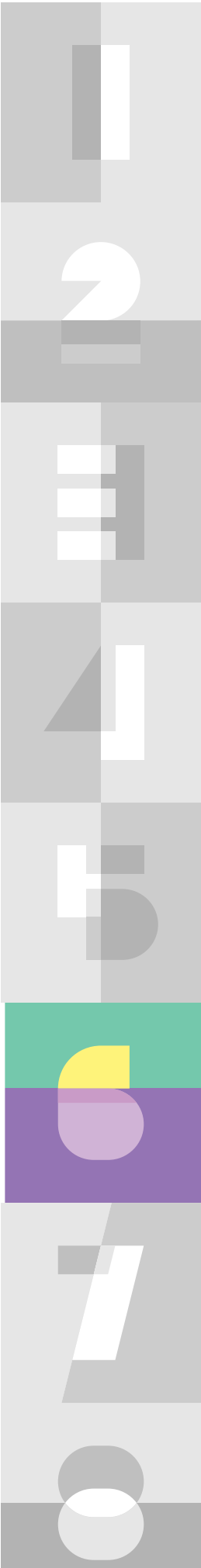


**OS DIREITOS DAS
MULHERES SÃO
DIREITOS HUMANOS,
COM MÔNICA FERRO**



O que é a igualdade de género e quais as suas dimensões e direitos envolvidos? Quais as maiores ameaças e conquistas no âmbito da igualdade de género? Porque é importante garantir a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em todas as sociedades? Quais as perspetivas para 2030 no mundo?

**– ENTREVISTA A CATARINA MARQUES RODRIGUES,
JORNALISTA ESPECIALIZADA EM QUESTÕES DE
GÊNERO, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS.**



”

De cada vez que uma mulher se defende, sem sequer perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres.

– MAYA ANGELOU



FOTO: MÁRIO CRUZ



DO QUE ESTAMOS A FALAR?

146

André Maciel	147
Anna Masiello	149
Francisca Gusmão	152
Mariana Álvares	154
Seenergy – Rita Gomes e João Rocha Gomes	156
Sofia Barbeiro	158
Sofia Magalhães	159
Sofia Gomes Ferreira	161

Manifesto visual: Alunos da ISCTE Business School	162
--	-----

Produção e Consumo Sustentável, com Clara Passarinho	162
---	-----

Entrevista a Anna Masiello	162
---	-----

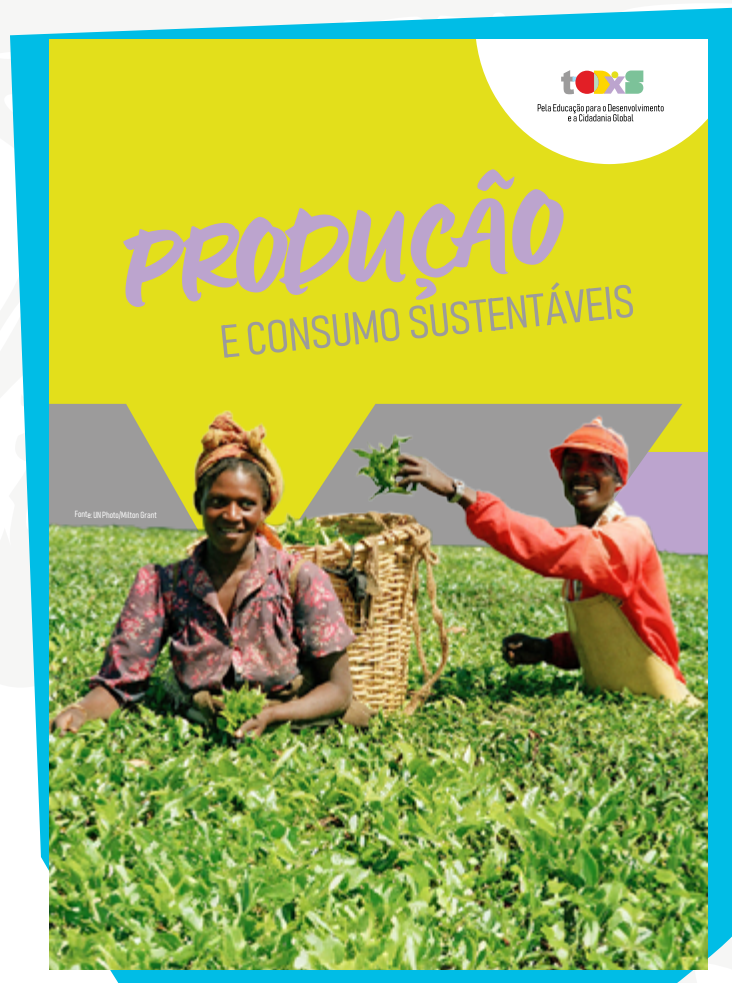
Fotografias	163
--------------------------	-----

Exposição (Biombo)	164
---------------------------------	-----

DO QUE ESTAMOS A FALAR?

A evolução para padrões de produção e consumo mais sustentáveis, éticos e responsáveis é essencial para combater a degradação ambiental, garantir os direitos humanos e sociais ao longo de toda a cadeia de valor dos produtos e serviços e promover um desenvolvimento realmente sustentável para todxs.

Isto requer uma transformação nas nossas economias e sociedades e uma maior consciencialização sobre a finitude dos recursos, uma vez que o modelo predominante assenta ainda num crescimento económico infinito de produção e consumo em massa, que sabemos ser insustentável e gerador de desigualdades, com impactos negativos na saúde e no meio ambiente. No plano global, as disrupções nas cadeias de abastecimento, as guerras comerciais e as crises alimentares e energéticas estão a alertar-nos para a necessidade urgente de revertermos esses padrões insustentáveis. Tal implica maior consciência no estilo de vida e hábitos de consumo por parte dos cidadãos, mas também, a nível coletivo, mais cooperação internacional, melhor regulação e a promoção de políticas e práticas éticas, assentes na sustentabilidade e no respeito pelos direitos humanos, laborais e ambientais.



SABER MAIS
FICHA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

CONSULTAR
A INFOGRAFIA



HORTAS URBANAS EM PERMACULTURA:

PROJETO HORTASLX BY PURISIMPL

**ANDRÉ
MACIEL**

Fundador
do HortasLx.



Sozinho, em Setúbal, com 19 anos, sonhei com um projeto de agricultura urbana em permacultura, ao qual dei o nome de *Atelier Purisimpl*. "Puri" vem de *Purificação*, o nome da minha mãe, e "simpl" representa a simplicidade da natureza e do design. Hoje, com 33 anos, esse sonho foi além do que imaginei, impactando mais pessoas e o ambiente do que eu poderia prever naquele dia, algures em 2013.

Acreditar, Agir e Evoluir, foram três passos que surgiram enquanto restaurava a antiga casa onde minha mãe viveu com os seus irmãos e pais quando era bebé. Foi lá que comecei a minha primeira horta urbana, onde criei e desenhei um ecossistema equilibrado em permacultura. Construí um galinheiro que aproveita a água da chuva; tinha galinhas para fornecer ovos e estrume para a horta; cultivava a horta para me alimentar a mim e às galinhas; mantinha uma estufa para as plântulas; fazia compostagem para fechar o ciclo; e criei um lago com rãs para ajudar no controlo de lesmas. Foi assim que descobri a permacultura, seguindo a minha intuição e aquilo que fazia – e faz – sentido para mim: viver na cidade criando um oásis autossustentável. Se todos fizermos isso, o planeta Terra será aquilo para que foi feito: um paraíso.

Hoje, esses três passos refletem-se nas nossas **Box de serviço**:

- **Acreditar** – Box para criar uma horta em casa
- **Agir** – Box de manutenção
- **Evoluir** – Box de workshops e formações

O que me fez sonhar foi o amor que tenho pela natureza. O que me fez agir foi a necessidade urgente de fazer algo pelo planeta, pela natureza, pelos animais, por mim e por aqueles que amo. Assim nasceu o projeto-mãe, o *Purisimpl*, que deu origem ao *HortasLx* – um projeto de agricultura urbana em Lisboa que ensina e disponibiliza ferramentas para uma produção consciente e responsável do nosso próprio alimento, acessível a todo o país.

O *HortasLx* nasceu de um forte desejo de deixar um legado. Todos temos direito a uma alimentação saudável, sem pesticidas e agrotóxicos. O projeto garante e ensina a produzir alimentos, promovendo autonomia e empoderamento, trazendo a natureza de volta às cidades e reconectando-nos à nossa origem.

A permacultura foi a base para tornar este projeto o mais sustentável possível – foi a minha professora. Esta filosofia ensina-nos a compreender o funcionamento da natureza e, mais importante ainda, a reconhecer o nosso papel dentro dela. Como podemos ser agentes que contribuem para um ecossistema que nós próprios desenhamos? E, neste caso, num meio urbano?

A permacultura assenta em três pilares essenciais:

1. **Cuidar do solo**
2. **Cuidar das pessoas e dos animais**
3. **Partilhar os excedentes**

Além disso, propõe 12 princípios, que integramos em tudo o que fazemos na cidade.

Nos últimos cinco anos, temos tornado este sonho uma realidade bem concreta no século XXI. O nosso lema é: **"Toma conta daquilo que vai tomar conta de ti."**

Deixo-vos algumas vantagens de ter uma horta, seja em casa, na empresa ou na escola. Para além da captação de carbono e do sabor dos alimentos, há muitos outros benefícios.

Nas nossas casas:

- Cultivar alimentos frescos, saudáveis e livres de químicos;
- Reduzir o desperdício e economizar no orçamento familiar;
- Melhorar a saúde mental e reduzir o stress ao cuidar das plantas;
- Reaproximar-se da natureza e praticar a sustentabilidade.

"QUER SEJA EM CASA, NA ESCOLA OU NA EMPRESA, CULTIVAR É MUITO MAIS DO QUE PRODUZIR ALIMENTOS: É CUIDAR DO PLANETA, FORTALECER COMUNIDADES E TRANSFORMAR VIDAS."

- Integrar disciplinas escolares com atividades práticas e interdisciplinares;
- Fortalecer o sentido de comunidade com projetos colaborativos.

No *HortasLx*, acreditamos que cada semente plantada representa um passo em direção a um futuro mais sustentável, saudável e consciente. Quer seja em casa, na escola ou na empresa, cultivar é muito mais do que produzir alimentos: é cuidar do planeta, fortalecer comunidades e transformar vidas.

Nas nossas empresas:

- Promover o bem-estar e a integração dos colaboradores;
- Reduzir custos com alimentação e incentivar práticas ecológicas;
- Transformar espaços urbanos em hortas sustentáveis com o *HortasLx*;
- Melhorar a imagem da empresa com iniciativas sustentáveis;
- Criar um espaço criativo e de aprendizagem para a equipa.

Nas nossas escolas:

- Ensinar às crianças a importância da preservação ambiental;
- Incentivar hábitos alimentares saudáveis desde cedo;



COMO TER UM GUARDA-ROUPA SUSTENTÁVEL E PORQUÊ¹²

ANNA MASIELLO

Fundadora da R-Coat e ativista ambiental



Em média, cada peça de roupa é usada apenas sete vezes antes de ser deixada fora? Uma peça aqui, uma peça ali, o desperdício é esmagador.

A minha avó adora contar histórias da sua juventude. Ela gosta particularmente das lembranças que tem do pós-guerra; as danças, a música, os soldados americanos comprando-lhe bebidas e os vestidos!

Ela era cabeleireira e adorava cuidar da aparência das mulheres e ouvir todas as histórias e as últimas fofocas, enquanto lavava e penteava os seus cabelos. Mais ainda, ela adorava ganhar o seu dinheiro e colocá-lo de lado para um propósito específico: roupas. Quando ela reunia o suficiente, ela corria para a costureira para criar aquela peça de roupa especial com a qual sonhava há meses. Ela ainda fala sobre o seu casaco comprido que adorava ou sobre aquele vestido de bolinhas que está a usar em muitas fotos a preto e branco nos seus álbuns de fotos. Quando a minha avó era jovem, a moda era valorizada, num ritmo lento.

Salta uma geração, é 2021, entramos numa loja e depois na próxima, enchendo sacolas grandes com roupas baratas. Uma t-shirt por €3,00, um casaco por €15,00, uns calções por €5,00 e, porque não, outra t-shirt porque é apenas €3,00, mas desta vez numa outra cor!

Abro o meu armário e está cheio de roupas, mas vou sempre para as mesmas camisas e calças. Eu diria que 80% das roupas e acessórios que tenho nunca uso. Hoje, as roupas não são peças únicas, feitas à

mão por pessoas talentosas como na juventude da minha avó. Temos acesso a peças extremamente baratas e usamos, descartamos, esquecemos e substituímos com muita facilidade.

Sabias que hoje, em média, cada peça de roupa é usada apenas sete vezes antes de ser deixada fora? Uma peça aqui, uma peça ali, o desperdício é esmagador. A Ellen MacArthur Foundation, referência no movimento da economia circular, descobriu que um camião de lixo cheio de tecido acaba num aterro sanitário ou queimado a cada segundo. Então seria agora. Agora. Agora. Já entendeste... a cada segundo, uma enorme quantidade de roupas é desperdiçada.

Tenho a certeza de que já está ficando bem claro por que devemos ter um guarda-roupa mais sustentável, mas antes de mergulhar no como, vamos explorar um pouco mais o porquê.

Quando uma camiseta custa apenas alguns euros para nós – o cliente final – há alguém a pagar por nós e é o planeta – sendo explorado e poluído para uma produção em massa barata – ou são os trabalhadores, geralmente empregados em países onde as regulamentações não protegem a sua segurança nem garantem uma vida digna. Precisamos de fazer parte de uma revolução da moda.

O complexo fabril Rana Plaza, em Bangladesh, fazia roupas para algumas das maiores marcas globais de moda. Em 24 de abril de 2013 desabou e mais de 1.000 pessoas morreram e outras 2.500 ficaram feridas, tornando-se o quarto maior desastre industrial da história. Sobreviventes contaram histórias de como repararam rachaduras no prédio e disseram aos seus supervisores que não se sentiam seguros e que tinham medo de entrar no prédio e continuar a trabalhar. Mas a demanda era grande demais para parar a produção e pensar em segurança. O desastre do Rana Plaza era evitável, e foi quando e porque nasceu o Fashion Revolution.

¹² Texto publicado originalmente no jornal *Observador*, 12.04.2022.

O Fashion Revolution é um movimento global que trabalha em conjunto com comunidades ao redor do mundo para criar mudanças positivas e duradouras para os direitos humanos e a proteção ambiental no mundo da moda. Todos os anos, em abril, acontece a Fashion Revolution Week, uma campanha anual que reúne o maior movimento de ativismo pela moda do mundo, durante sete dias de ação. Vamos fazer parte disso!? Vamos ler sobre *fast fashion*, assistir a documentários como o *The True Cost*, aprender sobre o impacto dos materiais e criar o hábito de analisar as etiquetas das nossas roupas.

A indústria da moda é uma das mais poluentes do mundo e é construída sobre a exploração de pessoas e recursos naturais. Mas nós, como cidadãos globais, temos o poder de agir e contribuir para um sistema de moda mais justo e sustentável!

Vamos ver oito passos que vão nos ajudar a ter um guarda-roupa mais sustentável e ético!

1. O passo mais importante de todos... ama o que já tens!

Nas últimas décadas disseram-nos que precisamos seguir tendências, fazer compras em todas as estações e usar peças novas todos os dias. Eu sou uma *proud outfit repeater*, uma repetidora de roupa orgulhosa... e tu deverias ser também! Olha no teu guarda-roupa quais são aquelas peças que te apaixonaram quando as compraste? Quais itens vestem bem e te fazem feliz? Continua a amar e usar estas peças de novo e de novo e de novo.

2. Transforma o que já tens.

Com certeza que tens algumas peças que adoravas usar, mas que já não combinam mais com o teu estilo. Estás pronto para um projeto de *upcycling*? Tenta transformá-las, adiciona alguns detalhes, corta algumas partes... diverte-te!

3. É hora de trocates.

Olha ao redor da tua cidade para eventos de troca – também chamados *swap* – ou planeia um com os teus amigos. Escolhe um local e

convida cada pessoa a trazer X peças de roupa em boas condições, depois começa a troca. Troca roupas e acessórios, dá o que não usas e recebe algo novo para ti.

4. Recebe ou pede emprestado.

Alguns amigos e familiares têm peças muito bonitas que gostarias de usar... pergunta-lhes! Eles podem não usá-las mais e ficariam felizes em presentear-las ou podem emprestá-las para uma ocasião especial.

5. Compra em segunda mão.

Quando tiveres um tempinho, visita lojas de segunda mão e perde-te entre as muitas opções e cores. Eu encontrei algumas das minhas peças favoritas em lojas de segunda mão! São baratas e não contribuem para o uso de novos recursos porque são peças que já estão em circulação no mercado.

6. Compra marcas pequenas e responsáveis.

Cada vez mais há marcas que oferecem produtos que não prejudicam as pessoas nem o planeta. Apoiar pequenas marcas com valores como os teus é um ato especial. E deixa-me interromper antes de dizeres que “elas são caras”: as marcas de *fast fashion* às quais estamos acostumados são baratas porque exploram as pessoas e a natureza, as marcas responsáveis têm preços justos, não preços caros. Ainda assim, é bem verdade que nem todos podem pagar preços justos.

7. Faz perguntas antes de comprar.

Atenção! Não confies cegamente na palavra “sustentável” ou “amigo do ambiente”, nas imagens de folhas e árvores e na cor verde. Pesquisa no site da marca informações sobre materiais e sobre o processo de produção. Onde é que eles produzem? Os trabalhadores do vestuário recebem um salário digno e trabalham em condições seguras? Os materiais são reciclados, *upcycled* (reaproveitados) ou orgânicos? Possuem alguma certificação de práticas éticas ou sustentáveis? Estas são

todas as perguntas que podes fazer a todas as marcas antes de comprar produtos delas.

8. Tem em mente os materiais.

60% das roupas produzidas são sintéticas, por exemplo em poliéster, nylon, acrílico... Estes materiais não são sustentáveis em muitos níveis: são todas formas de plástico e o plástico é feito de combustíveis fósseis (um recurso finito que devemos manter no solo) além de liberar microplásticos. Quando lavamos as nossas roupas sintéticas na máquina de lavar, elas libertam minúsculas fibras chamadas microplásticos, que são tão pequenas que os filtros não conseguem apanhá-las e acabam diretamente no oceano, onde nunca desaparecerão. O plástico nunca desaparece, apenas fica cada vez menor. Para lavar as peças de roupa sintética, eu uso uma bolsa específica chamada *Guppyfriend*, criada para apanhar os microplásticos e evitar que eles acabem no oceano. As microfibras não são tão problemáticas quando o material das nossas roupas é natural (como cânhamo, linho, algodão...) porque quando as microfibras acabam no ambiente natural, elas se biodegradam. Além disso, não te esqueças da importância de o material ser orgânico. Por exemplo, o algodão é natural, mas para cultivá-lo são usados muitos pesticidas; é uma das culturas quimicamente mais intensivas do mundo. Então, quando optas pelo orgânico, sabes que os agrotóxicos não fizeram parte do processo. Queres ser ainda mais consciente e responsável? Procura o impacto geral dos materiais! O algodão orgânico é melhor que o algodão, mas ainda precisa de uma quantidade enorme de água para crescer. Por outro lado, o cânhamo, por exemplo, requer pouca água para crescer e melhora a saúde do solo.

Há muito que podemos fazer para contribuir para um mundo melhor e o nosso guarda-roupa é um ótimo lugar para começar. Tem uma ótima *Fashion Revolution Week*!

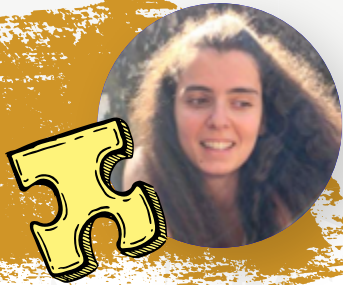
"A INDÚSTRIA DA MODA É UMA DAS MAIS POLUENTES DO MUNDO E É CONSTRUÍDA SOBRE A EXPLORAÇÃO DE PESSOAS E RECURSOS NATURAIS. MAS NÓS, COMO CIDADÃOS GLOBAIS, TEMOS O PODER DE AGIR E CONTRIBUIR PARA UM SISTEMA DE MODA MAIS JUSTO E SUSTENTÁVEL."



OS SISTEMAS ALIMENTARES MUNDIAIS JÁ NÃO SERVEM

FRANCISCA GUSMÃO

Ativista por um sistema alimentar ético, justo e sustentável.



Porque é que “os sistemas alimentares mundiais já não servem”? Eis algumas razões.

Porque existem mais de 820 milhões de pessoas subnutridas enquanto mais de 2,1 mil milhões de adultos sofrem de obesidade ou excesso de peso. Porque existem mais de 2 mil milhões de pessoas com deficiências em micronutrientes importantes, e porque a incidência mundial de diabetes duplicou nos últimos 30 anos.

“(…) A PRODUÇÃO ALIMENTAR É A PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS ALTERAÇÕES A QUE ASSISTIMOS NO PLANETA, NOMEADAMENTE A EMISSÃO DE 30% DE TODOS OS GASES COM EFEITO DE ESTUFA DE ORIGEM ANTROPOGÉNICA”

Porque a produção alimentar é a principal responsável pelas alterações a que assistimos no planeta, nomeadamente a emissão de 30% de todos os gases com efeito de estufa de origem antropogénica. Porque os sistemas agrícolas estão a levar à acidificação e eutrofização dos corpos de água. Porque 1/3 de toda a comida produzida é desperdiçada; estima-se que se o desperdício alimentar fosse um país, este seria o terceiro do mundo a emitir mais GEE, atrás apenas dos EUA e da China.

Porque o número de refugiados climáticos tem vindo a aumentar (mesmo que não exista uma definição legal e oficial de “refugiado climático”) e porque as comunidades mais pobres são simultaneamente as que menos contribuem para o agravamento das alterações climáticas e as que mais sofrem com os seus efeitos.

Parece haver um consenso alargado quanto ao impacto nefasto da indústria alimentar atual. No entanto, impõe-se uma questão: o que pode o cidadão comum fazer?

Se é verdade que uma mudança estrutural é fundamental, também é verdade que mudanças individuais podem ir muito longe.

Um ativista pode apresentar-se de várias formas: uma pessoa que marcha nas ruas ou que recolhe assinaturas; um educador que se dedica a formar cidadãos conscientes, e empáticos; um chef que utiliza o seu talento para alimentar outros de forma sustentável ou um político que faz uso da sua influência para pôr em marcha mudanças estruturais; ou uma pessoa que apoia pequenos negócios e escolhe adotar uma dieta à base de plantas, servindo de exemplos para os que a rodeiam.

Quando falamos dos sistemas alimentares e do nosso papel enquanto indivíduos, há duas grandes ações que merecem destaque pela sua facilidade de execução face ao grande potencial que têm. São elas, 1) reduzir o desperdício alimentar, e 2) reduzir a quantidade de produtos de origem animal que consumimos.

Em países do “Ocidente” como Portugal, a maioria do desperdício ocorre ao nível do retalho e nas nossas casas. Ou seja, o consumidor tem o poder de reduzir a quantidade de comida que é desperdiçada. Há hoje em dia, inúmeras páginas online que nos ajudam a reaproveitar refeições e a valorizar os alimentos quando já estão mais velhos.

Tirar ou não os animais do prato é uma questão difícil para muitos. Muito mais do que uma necessidade fisiológica é um hábito cultural profunda-

mente enraizado. A sugestão não é excluir completamente os produtos de origem animal e muito menos fazê-lo de um dia para o outro. Posto isto, é inegável que temos de reduzir o seu consumo, tanto pelo impacto que têm no meio ambiente como na nossa saúde. Um primeiro passo podia ser substituir os produtos de origem animal por homólogos de origem vegetal um dia por semana.

Enquanto cidadãos livres e ativos, todos temos um papel a desempenhar. Dito isto, podemos e devemos responsabilizar as empresas multinacionais alimentares pelas violações de direitos ambientais e sociais ao longo da cadeia de abastecimento, e podemos exigir aos governos regionais, nacionais e internacionais que façam mais por um sistema alimentar mais justo, mais ético e sustentável.

REFERÊNCIAS

- Poore, J., & Nemecek, T. (2018). Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. *Science* 360(6392), pp. 987-992.
- Willett, W., Rockström, J., Loken, B., Springmann, M., Lang, T., Vermeulen, S., & Murray, C. J. (2019). Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable foodsystems. *The Lancet* 393(10170), pp. 447-492.



A ALIMENTAÇÃO, A POBREZA E UM SISTEMA PERVERTIDO¹³

**MARIANA
ÁLVARES**

Técnica de Projetos
de Cooperação
Internacional.



Nos dias 16 e 17 de outubro celebrar-se-á o Dia Mundial da Alimentação e o Dia Mundial da Erradicação da Pobreza, respetivamente. Não deixa de ser curioso que num fim-de-semana se celebrem dois fenómenos simultaneamente correlacionados e contraditórios. Por um lado, o sistema alimentar atual produz alimento em quantidade suficiente para alimentar todas as pessoas do mundo e, desta forma, erradicar a pobreza alimentar; mas, por outro lado, este mesmo sistema alimentar não consegue impedir que um terço dos alimentos produzidos no mundo sejam desperdiçados, nem que aqueles que trabalham na agricultura sejam os mais vulneráveis à insegurança alimentar e a estados de pobreza. Mas, chegados a 2021, não seria de esperar que os conceitos de desperdício alimentar e erradicação da pobreza fossem já obsoletos?

Em 2015, as Nações Unidas lançaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com eles propuseram alcançar globalmente 17 objetivos até 2030. A abrir este leque de objetivos, encontra-se a erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os seus níveis. Neste sentido, para que, pelo menos, a pobreza alimentar seja erradicada, toda a população mundial deve ter acesso a uma alimentação nutricionalmente saudável. No entanto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura estima que entre 720 e 811 milhões de pessoas no mundo passaram fome em 2020. Mas então o que está a falhar no sistema alimentar mundial?

Primeiramente, as cadeias alimentares mundiais são atualmente responsáveis por 30% das emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE)¹, maioritariamente provenientes da emissão de óxido nitroso (N₂O) presente nos fertilizantes e de metano (CH₄) resultante da produção de gado. Em segundo lugar, as cinco maiores produtoras de carne e leite mundiais emitem a mesma quantidade de GEE que a Exxon, um gigante petrolífero. Em terceiro lugar, a agricultura e produção de gado são o principal motor da desflorestação, sendo que estas atividades foram já responsáveis pela desflorestação de 63% do território da Amazónia.

O sistema alimentar atualmente em vigor é um dos principais contribuidores para as alterações climáticas e é, curiosamente, também dos sistemas que mais será afetado por estas alterações. Esta situação alarmante tem motivado o surgimento de várias campanhas, manifestações e ações que reivindicam uma reestruturação do sistema alimentar. A título de exemplo, a campanha Our Food. Our Future pretende torná-lo mais justo, digno e sustentável, apontando como alvo as grandes empresas alimentares, os supermercados europeus e os decisores políticos europeus.

Estamos a aproximar-nos de 2030, mas ainda tão longe de alcançar em pleno um único objetivo que seja. Talvez as Nações Unidas os tenham feito propositadamente utópicos, suportados na crença de que os esforços de todos na concretização destes objetivos fossem suficientes para alcançar um mundo melhor. Mas, infelizmente, esse parece não ser o caso. O sistema alimentar atualmente em vigor não previne o desperdício alimentar, não garante o acesso universal à alimentação e não prevê a sua própria sustentabilidade. Se nós não fizermos nada para o melhorar, ele acabará, inevitavelmente, por sucumbir. A única diferença será o estágio de deterioração em que o clima e o planeta se encontrarão.

¹³ Artigo publicado originalmente no P3, em outubro de 2021.

"O SISTEMA ALIMENTAR ATUALMENTE EM VIGOR NÃO PREVINE O DESPERDÍCIO ALIMENTAR, NÃO GARANTE O ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO E NÃO PREVÊ A SUA PRÓPRIA SUSTENTABILIDADE."

**O ACESSO
E POSSE DE
RECURSOS**



NATURAIS

SEENERGY:

INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL NO DESIGN E PRODUÇÃO DE ENERGIA

RITA GOMES E JOÃO ROCHA GOMES

Fundadores da **Seenergy**, empresa de design que procura mudar padrões de consumo e produção de energia em casa.



A Seenergy nasceu da visão dos irmãos Rita Gomes e João Rocha Gomes, que partilham uma paixão comum pela inovação, sustentabilidade e design. Rita, arquiteta com um interesse crescente na integração da política ambiental e energias renováveis em espaços urbanos, aliou-se a João, médico e com um percurso em economia e gestão, que trouxe a visão estratégica necessária para transformar a ideia num modelo de negócio viável. Criaram a Seenergy, com o objetivo de democratizar o acesso à energia renovável a tecnologia de células solares sensibilizadas por corantes (DSSC) de forma harmoniosa em peças de mobiliário e de arte.

Sustentabilidade e impacto ambiental

Ao contrário dos painéis solares tradicionais, as DSSC destacam-se pela transparência, diversidade de cores e eficiência mesmo sem luz solar direta. Esta tecnologia permite uma integração harmoniosa no design e oferece uma **fonte de energia sustentável acessível** que se integra perfeitamente nas suas vidas. Além disso, o seu processo de produção utiliza **materiais eco-friendly** e de baixo custo, em comparação com as células solares tradicionais, reduzindo o impacto ambiental associado à sua fabricação.

A abordagem inovadora da Seenergy foi reconhecida com prémios internacionais, incluindo o 1º lugar EIT Jumpstarter 2023 na categoria New European Bauhaus, o Prémio EUSEW 2024 – Women in Energy e o Prémio Cidadania Ativa da Universidade do Porto.

Estes reconhecimentos demonstram que a *start-up* está alinhada com os objetivos da União Europeia e demonstram que estão no caminho certo para causar um impacto positivo no campo da sustentabilidade, criatividade, inclusão e cidadania.

Desafios e aprendizagem

A tecnologia DSSC apresenta desafios técnicos, como a personalização das células solares sem comprometer a eficiência energética, estética, durabilidade e resistência. A colaboração com equipas de investigação da Universidade do Porto e especialistas em energia solar foi essencial para otimizar os produtos e garantir qualidade.

Outro grande desafio foi a aceitação do mercado. Apesar do crescente interesse por soluções sustentáveis, as novas tecnologias enfrentam barreiras financeiras e culturais. A Seenergy aposta numa **estratégia educativa** para sensibilizar consumidores, parceiros e entidades governamentais sobre a importância de integrar soluções energéticas descentralizadas do tradicional nos espaços urbanos e habitacionais.

O empreendedorismo sustentável exige **criatividade, inovação e resiliência**. Adaptar ao mercado foi essencial, pois a aceitação dos consumidores requer **acessibilidade e usabilidade**, além da inovação tecnológica.

O futuro da Seenergy

As superfícies de mobiliário da Seenergy incorporam células solares sensibilizadas por corantes, que convertem energia solar em eletricidade e armazenam-na numa bateria integrada, podendo depois ser utilizada para carregar dispositivos através de uma entrada USB ou alimentar uma lâmpada LED.

Atualmente, em fase final de testes com uma mesa de cabeceira e uma secretária alimentadas a energia solar, está previsto chegar ao mercado no

próximo ano. Esta tecnologia responde à crescente procura por soluções energéticas sustentáveis, transformando objetos do quotidiano em fontes de eletricidade.

Acreditamos que a integração entre **funcionalidade e estética** é essencial para impulsionar a adoção das energias renováveis e construir um **futuro mais sustentável**.



UMA JORNADA EM PROL DO CONSUMO SUSTENTÁVEL: DO FOCO NO INDIVÍDUO À AÇÃO COLETIVA

SOFIA BARBEIRO

Gestora de projetos na área
da Sustentabilidade.



Apesar de uma preocupação sempre latente pelo meio ambiente, desde a infância até à vida adulta, consigo precisar o momento em que a sustentabilidade entrou na minha vida.

Certo dia, uma amiga dava-me a conhecer a história de uma rapariga chamada Lauren Singer, uma jovem nova-iorquina e autora do blog *Trash is For Tossers*, que não produzia lixo. Ou melhor, todo o lixo que gerava cabia num frasco de vidro do tamanho da palma da mão.

No seu blog, explicava aos leitores como fazia para minimizar a sua produção de resíduos, desde o recurso à compostagem comunitária à utilização de produtos de higiene feminina reutilizáveis. Percebi depois que se havia inspirado em *Bea Johnson*, impulsionadora do movimento *Lixo Zero* e que ganhou notoriedade à escala global.

A história de Lauren fascinou-me e rapidamente quis reproduzir os seus métodos. A sua abordagem oferecia-me a possibilidade de diminuir o meu impacto ambiental de forma concreta e, acima de tudo, adotar um estilo de vida que acreditava refletir as minhas convicções sobre a necessidade de protegermos o nosso planeta.

Assim se iniciava uma jornada pessoal de redução de desperdício. Muni-me de saquinhos de pano para compras a granel, dei nova vida aos frascos de vidro lá de casa, adquiri um copo menstrual, entre muitas outras coisas. Na altura a viver na Bélgica, fiquei deslumbrada com a oferta de lojas a granel (e que só mais tarde viriam a expandir-se até Portugal). Passei também a adotar uma alimentação vegetariana e a informar-me sobre a proveniência dos alimentos.

Contudo, no ano seguinte, fui trabalhar para a América Latina e depressa me apercebi da dificuldade em manter aquele estilo de vida. O uso do plástico estava por

todo o lado e deixei de ter acesso a lojas a granel. Comecei a questionar todos os hábitos que me havia imposto e que se tornavam impossíveis de preservar, incluindo a restrição alimentar. Até mesmo a reciclagem se tornou um desafio: os contentores para esse efeito eram praticamente inexistentes e obrigavam a uma deslocação a pé de mais de 1 km até ao supermercado mais próximo.

Foi também nessa altura que surgiram as principais críticas ao movimento Lixo Zero, como a transferência da responsabilidade ambiental das empresas para as pessoas. O foco não estava em exigir às empresas a garantia de uma produção, utilização e descarte sustentável dos seus produtos, nem sequer na redução do consumo, mas no comportamento de cada indivíduo enquanto medida do seu compromisso para o bem-estar do planeta. E tampouco se abordava a questão das desigualdades sociais.

Em 2021, surgiu o convite de representar Portugal no evento *Youth4Climate*, organizado pelo Governo Italiano em Milão, e que proporcionou a 400 jovens de todo o mundo a oportunidade de apresentarem aos Ministros aí presentes para a Pré-COP26 propostas para combater a crise climática.

Desse evento resultou também um *MANIFESTO* por nós elaborado e que contribuiu para a primeira menção explícita da necessidade de envolvimento dos jovens num texto da COP do Clima, instando os países a garantir a representação e a participação significativa dos jovens nos processos de decisão multilaterais, nacionais e locais.

Foi graças a essa oportunidade que me dei conta da importância de trazer formalmente as vozes da juventude para os processos de influência das políticas ambientais.

E não tenhamos dúvidas, as nossas ações individuais contam. Alguns daqueles hábitos perduram até aos dias de hoje, bem como a compra de artigos em segunda mão e a procura por fazer escolhas conscientes enquanto consumidora.

Mas é a ação coletiva que terá maior impacto na construção de um mundo justo para as gerações vindouras.

DESPERDIÇAR O ESSENCIAL

**SOFIA
MAGALHÃES**

Autora e criadora
do [Blog da Spice](#).



Foto da autora por: © António Tomás

Nos dias de hoje já muito se ouve falar em sustentabilidade. São cada vez mais marcas de carros que lançam soluções elétricas, empresas que decidem compensar as suas emissões de carbono, leis que proíbem o plástico de utilização única, marcas de cosmética que passam a ser *cruelty-free*, mercados e supermercados que se enchem de produtos biológicos a pedido do consumidor. Mas a verdade é que tudo isto pouco importa se continuarmos a desperdiçar o essencial: alimentos.

Se por um lado estamos cada vez mais despertos para os temas associados à sustentabilidade, por outro parece que muitas vezes nos escapa o essencial neste mundo repleto de paradoxos. Em termos globais, desperdiçamos um terço de todos os alimentos produzidos no mundo, o que perfaz 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos adequados ao consumo humano. Simultaneamente, cerca de 820 milhões de pessoas no mundo vivem em situação crónica de subnutrição ou de insegurança alimentar (HPLE, 2014).

O desperdício alimentar é ainda responsável por 8% da emissão de gases com efeito de estufa (GEE), imediatamente atrás da China (21%) e dos EUA (13%), quando comparado com estes países (FAO, 2013). É muito comum pensar que pelos alimentos se decomponem de forma natural, não geram danos para o ambiente. Esta noção é, no entanto, errada porque o processo de decomposição natural e em aterro é bastante diferente. Neste último a decomposição dos alimentos acontece sem presença de oxigénio, o que gera GEE, entre outras problemáticas.

Em Portugal desperdiçamos 97kg de alimentos por pessoa por ano, o que perfaz anualmente perto de um milhão de toneladas de alimentos e equivale a 17% da produção nacional (Baptista et al., 2012). Mas, numa visão mais abrangente, não estamos a desperdiçar apenas alimentos, mas toda a cadeia de valor que permitiu que aquele alimento chegue até nós: o solo, a água, a mão de obra, o transporte e por vezes até o embalagem. Tudo isto se perde quando um alimento acaba no lixo e é por esta razão que desperdiçar alimentos é delapidar recursos e, em última instância, desperdiçar aquilo que mais queremos proteger: o ambiente.

Num estudo recente, concluiu-se ainda que Portugal é o país do mediterrânico com maior pegada alimentar per capita, em grande parte porque importamos cerca de 70 % dos nossos alimentos. Ou seja, não só dependemos da biocapacidade de outros países para nos alimentarmos, como também a pegada ecológica da nossa alimentação é enorme (porque a importação implica embalagem, retalho, transporte, etc.), pesando concretamente 30 % mais do que os transportes e o consumo de energia (Pires, Alves e Teles, 2020).

Há ainda que desconstruir verdades herdadas e a busca da perfeição no que toca à alimentação. Formos habituados a comer certos alimentos, de determinada forma e podemos passar uma vida a perpetuar essas escolhas sem nunca as questionarmos. Tornou-se comum comermos batatas com casca, mas continuamos a descascar a cenoura, o nabo e a curgete. Compramos sempre as beterrabas, nabos e outras raízes sem rama e nunca nos perguntamos para onde estas foram e porque são descartadas à partida (apesar do seu inestimável valor nutricional). Queremos maçãs redondas, vermelhas e de fisionomia perfeita, bananas em cacho e brócolos de tamanho médio, não demasiado pequenos nem demasiado grandes, se possível sem talo ou folhas. Este é o standard definido para as nossas escolhas e tudo o que não corresponde não chega sequer às prateleiras do supermercado. Mas tudo isto gera desperdício alimentar, na maioria das vezes ainda no produtor que é pressionado a conseguir culturas padronizadas que encaixem nas categorias definidas pelo mercado.

Nunca as nossas escolhas alimentares foram tão importantes para a sustentabilidade como agora. Reduzir o desperdício alimentar é sem dúvida o passo mais relevante para a sustentabilidade ambiental e há que consciencializar sobre o tema. É necessário repensar, reeducar e até legislar com vista a minimizar este flagelo. Evitar o desperdício tem que ser uma luta diária, mas que pode começar hoje, com as nossas escolhas enquanto consumidores. Comprar na quantidade certa, sazonal e autóctone, de produtores locais, de origem sustentável e aproveitando melhor tudo o que compramos são sem dúvida passos que farão a diferença para um futuro mais sustentável.

**"NUNCA AS
NOSSAS ESCOLHAS
ALIMENTARES
FORAM TÃO
IMPORTANTES PARA
A SUSTENTABILIDADE
COMO AGORA."**

REFERÊNCIAS

- HLPE — High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (2014). *Food Losses and Waste in the Context of Sustainable Food Systems. A Report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition*.
- FAO (2013). *Food wastage footprints*: Fact-sheet. Food and Agriculture Organization, Nações Unidas.
- Baptista, P., Campos, I., Pires, I., & Vaz, S. (2012). *Do Campo ao Garfo: Desperdício Alimentar em Portugal*. PERDA.
- Pires, S. M., Alves, A., & Teles, F. (2020). *Transição alimentar sustentável em Portugal: uma avaliação da pegada das escolhas alimentares e das lacunas nas políticas de alimentação nacionais e locais*. Universidade de Aveiro e Global Footprint Network, Portugal.

CARNE

SOFIA GOMES FERREIRA

Estudante do ensino secundário, Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, Leiria



Um alimento tão amado por Portugal, sempre presente nos almoços de família, nas feiras, nas festas populares e em memórias que carregamos conosco. Tantas vezes a carne é a prioridade da nossa dieta, mas o que realmente me faz confusão é a forma como ela chega ao nosso prato. A maior parte das pessoas com quem interajo diariamente come carne, e muitas delas desprezam a sua origem e recusam-se a ouvir falar sobre ela. A origem da carne nunca é pacífica, mas isso é claro, para a carne chegar ao comércio um animal tem de a fornecer, e garanto que não é de livre vontade.

Parei de comer carne no início de setembro de 2022; não me entendam mal, eu gostava de comer carne e não foi a decisão mais fácil que fiz, mas foi a mais rápida. Estava a comer um prato com coelho e apercebi-me de um momento para o outro que ninguém podia nem tinha o direito de decidir por mim se eu podia ou não comer carne. Reparei em alguns efeitos que esta mudança repentina teve no meu corpo, por isso aconselho que qualquer pessoa com a mesma intenção reduza o consumo da carne de forma progressiva.

É realmente libertador parar de comer carne, comecei a experimentar alimentos mais variados com a ajuda de uma nutricionista e da minha família, que aceitou bastante bem a minha decisão, e aprendi sobre a sua importância no meu corpo. Não é por parar de comer carne que se ganham problemas de saúde ou na alimentação, é quando a nossa dieta e condição física não é regularmente monitorizada. Hoje em dia temos um fácil acesso a nutricionistas online, blogs e conteúdo online que nos podem fa-

cilitar esta transição, mas é sempre importante pedir ajuda e contactar profissionais especializados na área. Este ano vai fazer dois anos. Parei porque sabia que o nosso planeta podia durar mais um bocadinho com qualquer ajuda que lhe fornecesse, e claro que a sensação de saber o que comia deixava-me desconfortável. Desde o nascimento da vaca, do porco, qualquer animal, até ao momento em que é consumido, os animais são alimentados e cuidados muitas vezes de forma "desumana" (irónico, já que são os humanos os responsáveis por isso). Morrem em stress, o que piora também a qualidade da carne - chega a ser engraçado como a natureza tenta ao máximo ser preservada.

A carne em si é um alimento que nos faz bem; o que quero deixar claro neste texto é que o seu consumo excessivo é extremamente nocivo para o planeta, e já bastam tantas causas para a destruição da grande casa em que vivemos. Se toda a gente tivesse uma mínima noção do quão mal a carne em excesso faz ao planeta talvez fosse mais fácil reduzir o seu consumo. Não aconselho pararem de comer carne de forma imediata e repentina, o ser humano é onívoro e não acho que tenha reagido mal a esta mudança, mas apenas a redução das refeições de carne semanais pode ajudar muito nesta causa. Não é difícil, e assim que começamos fica mais fácil. Se for precisa uma maior motivação, podem sempre procurar documentários relacionados ao assunto, embora não recomende que vejam alguns dos tópicos e conteúdos que possam ser demasiado violentos.

"O CONSUMO EXCESSIVO [DE CARNE] É EXTREMAMENTE NOCIVO PARA O PLANETA, E JÁ BASTAM TANTAS CAUSAS PARA A DESTRUIÇÃO DA GRANDE CASA EM QUE VIVEMOS."



MANIFESTO VISUAL:

CRIADO NO ISCTE BUSINESS SCHOOL SUSTAINABILITY SUMMIT, ABRIL DE 2024.

Quando vou às compras, escolho o local em função de:

- PROXIMIDADE**
- PRATICIDADE**
- HORÁRIOS**

Mas o ato da compra pode ser um momento de stress...

Será que este produto é sustentável ou será greenwashing?
Será que estou a prejudicar o comércio local?
Qual o impacto da minha lista de compras no planeta e nos Direitos Humanos?
Ai tanta carne! Como é que faço esta redução?

Existem múltiplos guias disponíveis na internet.
(Procura as recomendações pela Direção Geral de Saúde e foga a tua escolha (critérios ambientais, ambientais, sociais...))

Se o produto que estás a comprar é demasiado barato, então é porque na cadeia de produção existe violação de direitos humanos e ambientais

Greenwashing
Conceito utilizado para descrever situações em que empresas ou outras entidades comunicam as suas atividades ou produtos como sendo mais sustentáveis, ou mais respetuosos com o ambiente, do que realmente são na realidade, com o objetivo de captar a atenção do consumidor, e de se tornarem mais relevantes. Ou seja, é uma espécie de **branqueamento ambiental, esbranqueamento**.

Cerca de **40%** de toda a área agrícola é utilizada para produzir alimentos
A carne, a aquicultura, ovos e laticínios utilizam cerca de **84%** das terras agrícolas mundiais dedicadas à produção alimentar
contribuindo para quase **60%** das emissões dos alimentos, apesar de fornecerem apenas 37% das proteínas e 16% das calorias.

SABIAS QUE...
a organização Associação Natureza Portugal alertou para a necessidade de mudança na alimentação, pois "a forma como produzimos e consumimos alimentos está a colocar-nos numa emergência mundial".

A BALANÇA ENTRE AS PREOCUPAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS E O CUSTO DOS PRODUTOS ESTÁ AINDA MUITO DESEQUILIBRADA...

MAS É POSSÍVEL, ATRAVÉS DE PEQUENOS PASSOS FAZER GRANDES MUDANÇAS
Sabe + sobre a Campanha Pequenos Passos:
Que a realidade é que as mudanças para combater o aquecimento global dependem do que fazemos.

O QUE PODES FAZER HOJE MESMO?
ANTES DE IR À SUPERMERCADO, FAZ UMA LISTA DE COMPRAS. ASSIM, COMPRAS MENOS E DESPERDIÇAS MENOS.
COLOCA NA MALA/PROTEJA UM SACO DE COMPRAS REUTILIZÁVEL PARA TERES SEMPRE À MÃO, EM CASO DE NECESSIDADE.
VERIFICA SE NA TUA ZONA HÁ UMA LOJA DESPERDIÇO ZERO E/OU OUTRO LOCAL ONDE PODES FAZER COMPRAS A GARRAFAS.

FAMOUS
Atualmente, os influencers determinam muito das nossas escolhas alimentares.

Queres saber mais sobre a ligação entre alimentação e guerra? **alimentação e direitos humanos e alimentação e alterações climáticas?**
Consulta aqui os **briefs #OurFoodOurFuture**

Entre o querer e o ter, temos um caminho a percorrer: queremos ser **MAIS saudáveis e MAIS conscientes**, mas também queremos produtos **EMBALADOS, pré-preparados, congelados...**

APOIA AS INICIATIVAS DE COMRA A CAMEL OU COMPRAS LOCAIS, COMO OS CARANES ALIMENTARES

Manifesto criado a partir do Workshop "Produção e Consumo Sustentável" com Playmobil'gru", no ISCTE Business School Sustainability Summit, abril de 2024, com o apoio da Sustentabilidade do ISCTE.



PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEL, COM CLARA PASSARINHO



Qual o impacto da economia circular e como pode este modelo reduzir o desperdício e os impactos ambientais sem comprometer a inovação? Qual o papel das empresas na transição para uma produção mais sustentável? Como assegurar um equilíbrio entre o desejo por novos produtos e a sustentabilidade? Quais os passos que todos podemos dar para um estilo de vida mais sustentável e promover um consumo mais responsável?

— ENTREVISTA A ANNA MASIELLO, FUNDADORA DA R-COAT.

“ Quando a última árvore for cortada, o último peixe for pescado e o último rio estiver poluído, quando respirar o ar for causa de doença, todos perceberão, demasiado tarde, que a riqueza não está nas contas do banco e que o dinheiro não se come.

— ALANIS OBOMSAWIN



FOTOS: MÁRIO CRUZ

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEL

O MODELO ECONÓMICO PREDOMINANTE EM TODO O MUNDO ASSENTA NUM CRESCIMENTO ECONÓMICO INFINITO DE PRODUÇÃO E CONSUMO EM MASSA, QUE SARCINA SEM INSISTENTE, DE ATIVIDADES PRINCIPALMENTE DE EXTRAÇÃO, PROCESSAMENTO, UTILIZAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE UMA QUANTIDADE CADA VEZ MAIOR DE RECURSOS NATURAIS DO PLANETA, IMPULSIONANDO O AGRAVAMENTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, A PERDA DE BIODIVERSIDADE, O AUMENTO DA POLUIÇÃO E DOS RESÍDUOS, CAUSANDO DANOS NA SAÚDE E GERANDO DESIGUALDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS.

A EVOLUÇÃO PARA MODOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO MAIS SUSTENTÁVEIS, ÉTICOS E RESPONSÁVEIS É ESSENCIAL PARA COMBATER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E GARANTIR OS DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS DO LONGO DE TODA A CADEIA DE VALOR DOS PRODUTOS E SERVIÇOS. ISTO REQUER UMA TRANSFORMAÇÃO NAS NOSSAS ECONOMIAS E SOCIEDADES, COLOCANDO O RESPEITO PELO PLANETA E O BEM-ESTAR COMUM NO CENTRO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO, DESDE O NÍVEL LOCAL AO GLOBAL.

NÃO É FÁCIL ALTERAR A FORMA COMO AS SOCIEDADES PRODUZEM E CONSUMEM BENS E SERVIÇOS, ESPECIALMENTE QUANDO AS PRÁTICAS ATUAIS ESTÃO ENRAIZADAS NAS CULTURAS E ESTILOS DE VIDA. ESTAMOS MUITO DEPENDENTES DE RECURSOS NATURAIS E MINERAIS E AINDA, EM GRANDE MEDIDA, DA QUEIMA DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, COMO CARVÃO, PETRÓLEO E GÁS.

É CRUCIAL AUMENTAR A CONSCIENCIALIZAÇÃO SOBRE A FINITUDE DOS RECURSOS, A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE E A INSUSTENTABILIDADE DE UM CONSUMO DESENFREADO, PROMOVENDO OS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DO LONGO DAS CADEIAS DE VALOR DOS PRODUTOS QUE CONSUMIMOS E, ASSIM, PODERMOS CAMINHAR PARA UMA MAIOR JUSTIÇA SOCIAL E CLIMÁTICA NAS PRÓXIMAS DÉCADAS.

APESAR DE O RITMO DAS MUDANÇAS NÃO SER AINDA O NECESSÁRIO, ESTAS ESTÃO JÁ A ACONTECER, NA DIREÇÃO DE MODELOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO MAIS SUSTENTÁVEIS, CONSCIENTES E RESPONSÁVEIS.

SUSTENTÁVEIS PORQUE RESPEITAM OS LIMITES DO PLANETA SEM COMPROMETER AS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS

CONSCIENTES PORQUE ASSENTAM EM ESCOLHAS INFORMADAS

E RESPONSÁVEIS PORQUE TÊM EM CONTA OS IMPACTOS DAS AÇÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS

É TEMPO DE AGIR O FUTURO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTÁ DEPENDENTE DE MUDANÇAS SISTEMÁTICAS A NÍVEL DAS POLÍTICAS, DA ECONOMIA E DAS INSTITUIÇÕES - MAS NÃO SÓ. AS ESCOLHAS E DECISÕES INDIVIDUAIS TÊM UM PODER COLETIVO E IMPULSIONADOR DA MUDANÇA

QUESTIONA-TE. PODES PERGUNTAR-TE: **PRECISO REALMENTE DESTE PRODUTO?**

INFORMA-TE E INSPIRA-TE. PROCURA APROFUNDAR OS CONHECIMENTOS NESTA ÁREA

APRENDE A IDENTIFICAR. AÇÕES DE GREENWASHING E O SOCIALWASHING

A HUMANIDADE ESTÁ CLARAMENTE A **"VIVER ACIMA DAS SUAS POSSIBILIDADES"**

EXPLORANDO CADA VEZ MAIS OS RECURSOS DO PLANETA PARA SUSTENTAR OS PADRÕES DE VIDA INSUSTENTÁVEIS E CONSUMINDO CADA VEZ MAIS ENERGIA E ALIMENTOS. ESTIMA-SE QUE A POPULAÇÃO MUNDIAL ATINJA QUASE 10 MIL MILHÕES DE PESSOAS ATÉ 2050, SIGNIFICANDO QUE O EQUIVALENTE A 3 PLANETAS TERRA PODE SER PRECISO PARA FORNECER OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA MANTER O ESTILO DE VIDA MÉDIO ATUAL.

O DIA DE SOBRECARGA DA TERRA (EARTH OVERSHOOT DAY) ASSINALA O DIA EM QUE A HUMANIDADE ESCOTOU OS RECURSOS NATURAIS QUE O PLANETA CONSEGUE RENOVAR NO ESPAÇO DE UM ANO. EM 2024, E ASSINALADO A 1 DE AGOSTO, O QUE SIGNIFICA QUE, A PARTIR DESSE DIA, ESTAMOS A VIVER DE CRÉDITO AMBIENTAL E A GASTAR RECURSOS QUE SÓ DEVERIAM SER UTILIZADOS A PARTIR DO INÍCIO DO PRÓXIMO ANO.

O SETOR AGROALIMENTAR É RESPONSÁVEL POR MAIS DE 1/3 DAS EMISSÕES MUNDIAIS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA DECORRENTES DA ATIVIDADE HUMANA, POR QUASE DA DESFLORESTAÇÃO MUNDIAL

90% 1/4 DOS ALIMENTOS DESPERDICADOS BASTAVA PARA ALIMENTAR OS 783 MILHÕES DE PESSOAS QUE PASSAM FOME NO MUNDO.

MÁS DE 1300 MILHÕES DE SMARTPHONES SÃO VENDIDOS POR ANO

25 MILHÕES DE SAPATOS PRODUZIDOS POR HORA

190 MIL PEÇAS DE VESTUÁRIO PRODUZIDAS POR MINUTO

68.733 TELEMOBIS FABRICADOS POR HORA

12 TONELADAS DE PLÁSTICO PRODUZIDAS POR SEGUNDO

12 MIL MILHÕES DE TONELADAS DE ALIMENTOS QUE TODOS OS ANOS SÃO DESPERDICADOS NO MUNDO

PODES PROLONGAR O CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS, PRATICANDO OS 7R DA SUSTENTABILIDADE NO TEU DIA-A-DIA:

REPENSAR REUTILIZAR REDUZIR RECICLAR RECUSAR REAPROVEITAR RECUPERAR

VESTUÁRIO: COMPRA PRODUTOS MAIS DURÁVEIS, PROLONGA A VIDA DAS TUAS ROUPAS

ALIMENTOS: REDUZ O DESPERDÍCIO ALIMENTAR

EM CATEGORIAS ESPECÍFICAS DE PRODUTOS:

Supers não são saudáveis e não ajudam a melhorar a tua vida

EXPOSIÇÃO:

BIOMBO PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS



DO QUE ESTAMOS A FALAR?

166

Ahmed Zaky167

João Carvalho.....169

Katerina Drakos.....170

Rafael José Vieira.....172

Sarah Maggioli.....174

Saúde e Bem-Estar, com Clara Passarinho175

A falta de profissionais qualificados, por Anderson Bitipta.....175

Entrevista a João Antunes175

Fotografias176

Exposição (Biombo).....177



DO QUE ESTAMOS A FALAR?

A saúde é um direito humano básico e um bem comum global. Cada vez mais, se reconhece o impacto que fatores como as desigualdades sociais e econômicas, a pobreza, educação, trabalho, habitação, nutrição e acesso a água e saneamento têm na saúde e qualidade de vida das pessoas, e vice-versa.

Persistem vários desafios à saúde global, incluindo disparidades dentro e entre os países, regiões e setores da população, no acesso a serviços de saúde, qualidade dos cuidados e resultados de saúde. O investimento na saúde e no bem-estar não é apenas uma responsabilidade dos Estados e do conjunto das sociedades, mas é também economicamente inteligente, com efeitos multiplicadores a todos os níveis. Para garantir o acesso a cuidados de saúde adequados para todxs, é necessário dar prioridade à cobertura universal de cuidados de saúde, reforçar as capacidades dos sistemas de saúde, investir na prevenção e tratamento de doenças, apostar na educação para a saúde e na transferência de tecnologia, bem como reduzir as desigualdades no acesso aos cuidados através de abordagens integradas que tenham em conta a interligação entre a saúde e a necessária intervenção em várias áreas do desenvolvimento.



SABER MAIS
FICHA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

CONSULTAR
A INFOGRAFIA

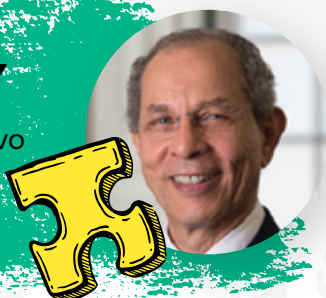


SAÚDE E BEM-ESTAR NA CAMPANHA TODXS:

REFLEXÕES SOBRE O ODS 3 E A VIDA SAUDÁVEL

AHMED ZAKY

Administrador Executivo
e Direção de Projetos
do Instituto Marquês
de Valle Flôr (IMVF).



A saúde é, sem dúvida, o bem mais precioso que possuímos. Quando a saúde nos é tirada ou quando enfrentamos dificuldades físicas ou emocionais, rapidamente percebemos que, por mais que tenhamos bens materiais ou status, nada se compara à capacidade de viver plenamente e sem dores. Paul Getty, um dos homens mais ricos do mundo na década de 1970, é um exemplo claro de como a saúde se pode tornar o centro de todas as atenções quando é posta em risco. Durante a sua luta contra o cancro da próstata, Getty, famoso por sua fortuna, teria dito que ofereceria um milhão de dólares cada vez que alguém o ajudasse a urinar sem dores. Esta citação poderosa ilustra a verdade de que, quando enfrentamos problemas de saúde, mesmo grandes riquezas se tornam secundárias. A saúde é realmente o bem mais valioso que temos, e a campanha tODxS tem como objetivo sensibilizar os portugueses para a importância da saúde e bem-estar, alinhando-se com o Objetivo de desenvolvimento sustentável 3 (ODS 3).

O ODS 3 foca-se em "assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades", com a premissa de que a saúde deve ser um direito acessível a todos, independentemente de sua classe social ou condição geográfica. Embora Portugal possua um Sistema Nacional de Saúde (SNS) considerado bastante bom, não podemos ignorar que ainda existem desafios. O envelhecimento da população, a pressão crescente sobre os hospitais e as desigualdades no acesso aos cuidados médicos são realidades que exigem atenção.

A melhor prática clínica é aquela que previne a doença. Aliás a sabedoria popular refere que "mais

vale prevenir que remediar". Por isso, os hábitos de vida saudáveis são basilares para uma boa saúde e para prevenir as doenças. Os rastreios regulares devem ser uma prática corrente em todas as idades a fim de prevenir e controlar precocemente as doenças. Os sistemas de saúde mais eficazes e eficientes são aqueles que são norteados por estes princípios.

Um exemplo disso é a preocupação com o aumento da obesidade infantil, que já afeta um número significativo de crianças portuguesas. Estima-se que cerca de 1 em cada 4 crianças em Portugal seja obesa, um fator de risco para doenças crónicas como diabetes tipo 2 e problemas cardiovasculares. A campanha tODxS tem como um de seus principais objetivos a promoção de hábitos saudáveis que combatam essas estatísticas, educando a população sobre a importância de uma alimentação equilibrada e a prática regular de exercício físico.

Na idade adulta, a prevenção e o rastreio de algumas patologias do foro cardiovascular e oncológico tornam-se fundamentais para uma vida mais saudável.

Por outro lado, e embora muitas vezes associemos a saúde apenas a condições físicas, é igualmente importante lembrar que a saúde mental é parte fundamental do nosso bem-estar. O estigma em torno da saúde mental ainda persiste em muitos lugares, incluindo em Portugal. No entanto, o reconhecimento crescente de que problemas como depressão, ansiedade e stress afetam milhões de pessoas é um avanço importante.

A frase de Paul Getty, quando lutava contra o cancro, é um lembrete gritante de que a verdadeira riqueza reside na saúde. Embora as condições de vida e os recursos sejam essenciais, eles tornam-se irrelevantes quando a saúde está em jogo. Esta perceção é crucial na luta pela promoção de estilos de vida saudáveis e pela criação de políticas que priorizem o acesso a cuidados médicos adequados para todos.



Em última análise, a saúde e o bem-estar devem ser vistos como as bases fundamentais para a construção de uma sociedade justa e sustentável. Como nos lembra a experiência de Paul Getty, quando a saúde está em risco, tudo o resto perde o seu valor. A campanha tODxS, ao promover os ODS, convida-nos a todos a refletir sobre a importância da saúde física e mental, da prevenção, a importância da universalidade da cobertura, da equidade no acesso aos cuidados e da consolidação do seu financiamento.

A transformação começa com a consciencialização de que a saúde não é apenas um direito, mas também uma responsabilidade coletiva, e que todos devemos trabalhar para garantir que ela seja acessível, justa e de qualidade para todos.

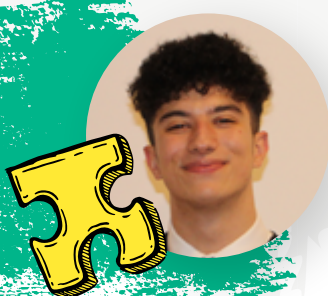
"A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM A CONSCIENCIALIZAÇÃO DE QUE A SAÚDE NÃO É APENAS UM DIREITO, MAS TAMBÉM UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA, E QUE TODOS DEVEMOS TRABALHAR PARA GARANTIR QUE ELA SEJA ACESSÍVEL, JUSTA E DE QUALIDADE PARA TODOS."



A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO CURA+

**JOÃO
CARVALHO**

Presidente
da Associação Cura+



Quando falamos em promoção para a saúde, falamos em educar e transmitir informação correta na área da medicina preventiva, assim como em qualquer atividade com intuito de aumentar o bem-estar, a autoestima e a qualidade de vida da população. Esta é uma atividade de elevado relevo no mundo do associativismo, no mundo do voluntariado e na missão da Associação Cura+, associação da qual faço parte.

E não posso falar da minha experiência neste mundo sem antes falar da associação que me acolheu. A Associação Cura+ é uma associação de voluntariado farmacêutico, que desenvolve projetos de educação e promoção para a Saúde, no âmbito da responsabilidade social. Sediada na cidade do Porto, foi fundada em outubro de 2015 por estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, expandindo-se, mais tarde, para Coimbra.

A promoção do acesso aos cuidados de saúde por populações carenciadas constitui um dos pilares da Cura+. Através de um conjunto de parcerias e apoios, procuramos garantir que cidadãos em condições socioeconómicas mais debilitadas são indivíduos mais informados e com uma maior qualidade de vida.

Neste momento, a Associação dinamiza três projetos com missões diferentes: o “Porto com + Saúde”, onde fazemos recolha de donativos em farmácias parceiras que depois são revertidos para o pagamento de medicamentos sujeitos a receita médica a doentes crónicos com dificuldades económicas; a “Polimedicação + Segura”, que pretende garantir uma correta adesão à terapêutica e o uso respon-

sável do medicamento, entre a população mais envelhecida da cidade invicta e da cidade dos estudantes, Coimbra. Com base numa intervenção multidisciplinar, os doentes polimedicados, os seus cuidadores e profissionais de geriatria recebem um conjunto de formações adaptadas às suas necessidades e dificuldades específicas, ministradas por voluntários Cura+; e a “Geração Saudável”, em parceria com a Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos, que visa educar e estimular os jovens e crianças do 2º e 3º ciclos para a importância da prevenção na saúde e da adoção de estilos de vida saudáveis.

Foi em 2021 que iniciei a minha jornada como voluntário da Associação com a recolha de donativos. Mais tarde, e já com uma bagagem científica maior, comecei a fazer parte da “Polimedicação + Segura” e tive a oportunidade de promover a saúde em diferentes zonas do país: desde boas práticas de proteção solar na freguesia de Montargil, à gestão da polimedicação e o uso correto do medicamento em lares na cidade do Porto e de Gaia, assim como à dinamização de diversos rastreios de glicemia e medição da tensão arterial, em cidades como Marco de Canaveses, Guimarães e Coimbra. Para além disso, enquanto membro da direção e atual presidente, tive a oportunidade de participar na organização de diversas atividades de cariz formativo, onde o público-alvo foram os diversos estudantes de Ciências Farmacêuticas de todo o país, com foco na complementação do programa curricular oferecido pelos estabelecimentos de ensino.

A Associação Cura+ tem sido um meio que me permite usar os meus conhecimentos em prol de um bem maior, contribuindo para uma melhor literacia em saúde e qualidade de vida das pessoas com as quais tive e tenho oportunidade de trabalhar e ajudar. Com certeza afirmo que é através de associações e iniciativas como esta que poderemos tornar o mundo num lugar melhor para todos.

Eu acredito que um gesto pode mudar uma vida. E tu, acreditas?



PARA E COM OS JOVENS:

COCRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL

KATERINA DRAKOS

Assistente investigadora
na University College Cork
e University College Dublin,
Irlanda.



Na União Europeia, o suicídio destaca-se como a segunda principal causa de morte entre jovens dos 15 aos 19 anos, uma estatística alarmante que sublinha a urgência de abordar a saúde mental juvenil. Este dado, aliado ao facto de que uma proporção significativa dos problemas de saúde mental se manifesta antes dos 18 anos, evidencia a complexidade e a insuficiência da rede de serviços de saúde mental para os jovens. Decisões políticas inadequadas nesta esfera podem resultar em consequências devastadoras, particularmente para os mais vulneráveis.

A geração atual de jovens enfrenta um panorama desafiador, caracterizado por uma confluência de crises inesperadas. Pandemias, conflitos geopolíticos, ameaças à estabilidade democrática, volatilidade económica e alterações climáticas são apenas algumas das adversidades que moldam a época contemporânea. A incerteza generalizada, o medo do futuro e um crescente sentimento de impotência perante os desafios globais contribuem para um ambiente psicossocial cada vez mais nocivo, amplificando a exposição a fatores de risco prejudiciais à saúde mental.

Neste contexto, é imperativo questionar: como podem os líderes, decisores políticos e autoridades eleitas responder eficazmente às preocupações da juventude? A participação política tradicional, através da filiação partidária, será suficiente para assegurar que as vozes dos jovens sejam ouvidas?

O relatório "*Health at a Glance: Europe 2022*" (OCDE) revelou que quase metade dos jovens europeus reporta necessidades não atendidas em termos de cuidados de saúde mental. Portugal não é exceção

neste cenário preocupante. São fundamentais políticas inclusivas no âmbito dos cuidados de saúde mental para jovens. Paradoxalmente, apesar do agravamento da crise de saúde mental, as vozes desta faixa etária são frequentemente marginalizadas no processo de tomada de decisão, resultando em políticas desalinhadas com as suas necessidades específicas.

A alocação insuficiente de recursos orçamentais para a saúde mental em Portugal reflete uma lacuna sistémica que contradiz diretamente as metas estabelecidas pelo ODS 3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Para mitigar as desigualdades nos cuidados de saúde mental, é fundamental transcender abordagens superficiais de inclusão juvenil, frequentemente rotuladas como "*tokenism*", e promover um envolvimento genuíno e substantivo dos jovens no desenvolvimento de políticas públicas de saúde mental.

**"SÃO FUNDAMENTAIS
POLÍTICAS INCLUSIVAS NO
ÂMBITO DOS CUIDADOS DE
SAÚDE MENTAL PARA JOVENS.
PARADOXALMENTE, APESAR
DO AGRAVAMENTO DA
CRISE DE SAÚDE MENTAL, AS
VOZES DESTA FAIXA ETÁRIA
SÃO FREQUENTEMENTE
MARGINALIZADAS NO
PROCESSO DE TOMADA DE
DECISÃO, RESULTANDO EM
POLÍTICAS DESALINHADAS
COM AS SUAS NECESSIDADES
ESPECÍFICAS."**



Neste sentido, proponho a implementação de conselhos consultivos juvenis, o fomento de iniciativas de saúde mental lideradas pela comunidade e um investimento robusto em estratégias de intervenção precoce integradas aos sistemas educativos. Esta última proposta merece especial atenção, dado que iniciativas escolares não apenas contribuem diretamente para o ODS 4 (Educação de Qualidade), mas também desempenham um papel crucial na promoção da literacia em saúde mental e na redução do estigma associado à doença mental.

É imperativo uma mudança paradigmática na conceção e implementação de políticas públicas de saúde mental. Esta nova abordagem deve ser fundamentalmente inclusiva e equitativa, posicionando os jovens não meramente como beneficiários passivos, mas como agentes ativos e cocriadores dessas políticas. Ao integrar genuinamente as perspetivas e experiências juvenis, os decisores políticos poderão desenvolver intervenções mais sustentáveis, baseadas em evidências e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



SAÚDE PLANETÁRIA:

O DESAFIO DE TORNAR A SAÚDE SUSTENTÁVEL

RAFAEL JOSÉ VIEIRA

Assistente Convidado da
Faculdade de Medicina da
Universidade do Porto e
Investigador da RISE-Health
(Health Research Network).



A crise climática está a acelerar e, conforme afirmado pelo presidente do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas: “Encontramo-nos num ponto de viragem. As decisões que tomarmos agora podem garantir um futuro habitável. Dispor das ferramentas e do conhecimento necessários para limitar o aquecimento global”. No entanto, o aquecimento global é apenas uma das preocupações ambientais que enfrentamos enquanto sociedade. Há nove limites planetários que definem os limites dentro dos quais a humanidade pode operar em segurança, garantindo a estabilidade dos sistemas da Terra: alterações climáticas, integridade da biosfera, alterações no uso dos solos, fluxos biogeoquímicos, acidificação dos oceanos, alterações na água doce, deposição de aerossóis, depleção do ozono estratosférico, e novas entidades. Atualmente, seis destes limites já foram ultrapassados, o que revela a necessidade de ações urgentes de mitigação por parte de toda a sociedade (Richardson et al. 2023).

Um dos setores da sociedade onde são necessárias estratégias de adaptação e mitigação é a prestação de cuidados de saúde. Embora o setor da saúde tenha como missão fundamental proteger e melhorar a saúde humana, paradoxalmente, este setor contribui significativamente para a degradação dos sistemas terrestres, o que, por sua vez, compromete a saúde da humanidade como um todo. Globalmente, o setor da saúde é responsável por cerca de 4,6% das emissões de gases com efeito de estufa — para colocar este número

em perspetiva, se os sistemas de saúde fossem um país, seriam o quinto maior emissor mundial (Romanello et al. 2023). Para além disso, os sistemas de saúde têm também importantes impactos no consumo de água, na poluição atmosférica, e na libertação de espécies reativas de nitrogénio nos sistemas aquáticos (Romanello et al. 2023). Estes impactos ambientais prejudicam diretamente a saúde das populações ao contribuírem para uma diminuição da qualidade do ar que respiramos, o aumento da frequência e intensidade de ondas de calor, e a propagação de doenças transmitidas por vetores — consequências que entram em contradição com a missão primária do setor da saúde (García-León et al. 2024).

Tendo isto em conta, o conceito de saúde planetária, que reconhece a interdependência entre a saúde da civilização humana e o estado dos sistemas naturais de que depende, torna-se cada vez mais relevante. É essencial que as decisões em saúde passem a integrar considerações sobre os impactos ambientais das diferentes tecnologias médicas. Isto é, para além das habituais considerações sobre a eficácia, segurança e custo-efetividade das intervenções, os decisores devem ponderar também o seu impacto diferencial na saúde planetária. Para isso, o desenvolvimento de frameworks é fundamental. Neste contexto, destacam-se os esforços do GRADE Working Group na criação de uma metodologia que permita integrar considerações de saúde planetária nas recomendações clínicas (Piggott et al. 2024). Paralelamente, em colaboração com colegas da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, temos trabalhado no desenvolvimento de abordagens metodológicas que avaliem simultaneamente a eficácia, os custos e o impacto ambiental das tecnologias médicas, facilitando assim os processos de decisão.

Apesar dos esforços de vários grupos de interesse na sociedade, a transição para sistemas de saúde mais sustentáveis exige um compromisso mais amplo e estrutural. Para tal, é fundamental que os fabricantes de tecnologias médicas sejam cada vez



"(...) O CONCEITO DE SAÚDE PLANETÁRIA, QUE RECONHECE A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A SAÚDE DA CIVILIZAÇÃO HUMANA E O ESTADO DOS SISTEMAS NATURAIS DE QUE DEPENDE, TORNA-SE CADA VEZ MAIS RELEVANTE."

mais transparentes sobre os impactos ambientais dos seus produtos e serviços, desde medicamentos a programas de saúde. No entanto, a transparência e a inovação só terão impacto se acompanhadas por uma mudança cultural e educacional. A conscientização sobre a ligação entre ambiente e saúde deve começar pelos próprios profissionais de saúde, que desempenham um papel crucial tanto na redução da pegada ambiental das instituições de saúde como na sensibilização dos doentes para escolhas mais sustentáveis. A formação médica e contínua deve incluir estas questões, incentivando uma visão mais holística da saúde, alinhada com os desafios ambientais do Antropoceno. Apenas com maior transparência, conhecimento e compromisso será possível alinhar os cuidados de saúde com a necessidade urgente de mitigar as alterações climáticas e preservar os sistemas terrestres que sustentam a vida.



A INDÚSTRIA 4.0 E A SAÚDE OCUPACIONAL:

SERÁ A TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA NEUTRA DO PONTO DE VISTA DE GÊNERO?

SARAH MAGGIOLI

Doutoranda na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).



O termo Indústria 4.0 (ou I4.0) diz respeito à nova revolução industrial, que visa a introdução em massa de novas tecnologias em contextos industriais, impulsionada pela digitalização e automação dos processos produtivos. Em suma, o objetivo é combinar vários tipos de tecnologia diferentes, como a inteligência artificial, a Internet das Coisas e robots colaborativos, com o ensejo de que os processos produtivos se tornem mais eficientes e permitir, também, uma maior interconexão e controlo das mesmas¹.

Na literatura, tem sido destacado o potencial destas mudanças para melhorar a saúde dos/as trabalhadores/as ao utilizar, por exemplo, a automação para prevenir doenças músculo-esqueléticas pela redução da carga física associada a determinadas atividades de trabalho. Contudo, estando a sustentabilidade no topo da agenda política, é pertinente questionar: como é que as tecnologias I4.0 estão, na prática, a reconfigurar os locais de trabalho e a impactar a saúde dos/as trabalhadores/as? Será que estes impactos são iguais ou diferentes para mulheres e homens? E podem estas mudanças reduzir a segregação do ponto de vista de género que existe no mercado de trabalho?

No âmbito de um projeto de doutoramento em curso², influenciado pela experiência de trabalho num projeto de investigação anterior, a investigação tornou visível a forma como, para além dos riscos para a saúde e bem-estar, a dimensão género tem sido negligenciada no quadro destas mudanças (Maggioli & Cunha, 2023). Na literatura dominante sobre o tema, os/as trabalhadores/as tendem a

ser descritos como neutros do ponto de vista de género, de idade, de experiência profissional anterior, e como estando sempre aptos para compensar as limitações da tecnologia. Quando a dimensão género é considerada, surge principalmente em análises preditivas sobre quem está mais em risco de perder o emprego, sendo que poucos se debruçam sobre a análise da saúde de mulheres e homens em contexto real, a partir de quem é alvo destas mudanças. A questão é que o uso da tecnologia implica um processo de apropriação, que lhe confere significado, e este processo é moldado pelo contexto social (p.ex., preconceções sobre os papéis de género) e técnico (p.ex., organização das linhas de produção, recursos existentes) (Knittel & Raggi, 2019). Tal significa que as mudanças induzidas pela I4.0 interagem com diferentes fatores de segmentação do mercado de trabalho, como o género, a idade ou a distribuição territorial do emprego, e que incluir estas dimensões nos estudos que são feitos neste contexto é fundamental para compreender e agir sobre os impactos da saúde que delas resultam.

O objetivo principal do projeto de doutoramento referido, e que se encontra em curso, prende-se precisamente com a compreensão da forma como as mudanças tecnológicas impactam a saúde e o bem-estar, de um ponto de vista de género, explorando os fatores específicos do trabalho, em contexto real, que se encontram na génese destes impactos. Contudo, diferentes estudos na área da psicologia do trabalho já mostraram que, se em alguns momentos a tecnologia pode diminuir a segregação de género (p.ex., com a entrada de homens em contextos tipicamente femininos ou vice-versa), em outros pode ser reforçada esta divisão, assim como a exposição a diferentes riscos no trabalho (p.ex., aumento do ritmo e intensidade de trabalho, diminuição da autonomia) (Cunha et al., 2021; Cunha et al., 2023). Isto mostra que a implementação de tecnologia não é neutra, nem esta pode ser percebida como um mero recurso para o trabalho sem uma reflexão contextualizada e inte-



grativa sobre os seus impactos. Só partindo deste tipo de análises situadas, será possível traçar condições de trabalho mais dignas e sustentáveis para o futuro.

"COMO É QUE AS TECNOLOGIAS 14.0 ESTÃO, NA PRÁTICA, A RECONFIGURAR OS LOCAIS DE TRABALHO E A IMPACTAR A SAÚDE DOS/AS TRABALHADORES/AS? SERÁ QUE ESTES IMPACTOS SÃO IGUAIS OU DIFERENTES PARA MULHERES E HOMENS?"

REFERÊNCIAS

- Maggioli, S., & Cunha, L. (2023). A Systematic Review Discussing the Sustainability of Men and Women's Work in Industry 4.0: Are Technologies Gender-Neutral? *Sustainability* 15(7), p. 5615.
- Knittel, F., & Raggi, P. (2019). Mauss et Sigaut. *Artefact* 9, pp. 215–235.
- Cunha, L., Silva, D., & Macedo, M. (2021). "This Is a Job for Women, Isn't It?": The Evolution of a Traditional Gendered Occupational Segmentation in a Portuguese Industrial Cluster. In N. L. Black, W.P. Neumann, I. Noy. (Eds.), *Proceedings of the 21st Congress of the International Ergonomics Association (IEA 2021). Lecture Notes in Networks and Systems*, 220. Springer, Cham.
- Cunha, L., Maggioli, S., Silva, D., Moutinho, R., Correia, C. & Correia de Barros, A. (2023). Industry 4.0 and new forms of work organization: an analysis of the perspective of decision-makers from an automotive manufacturer. In *14th International Conference on Applied Human Factors and Ergonomics (AHFE 2023)* (Vol. 106). AHFE international.



SAÚDE E BEM-ESTAR,
COM CLARA PASSARINHO



A FALTA DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS,
POR ANDERSON BITIPTA, MÉDICO ESPECIALISTA NO HOSPITAL DE BAFATÁ, GUINÉ-BISSAU



A falta de acesso à educação compromete a saúde das populações mais vulneráveis, enquanto desafios globais, como as alterações climáticas e futuras pandemias, colocam em risco o bem-estar de todos. Como podemos garantir que ninguém fique para trás? Nesta conversa, reflete-se sobre as lições da COVID-19, a importância da abordagem One Health e o que cada um de nós pode fazer para construir um futuro mais saudável.

- ENTREVISTA A JOÃO ANTUNES, DIRETOR-GERAL DA MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, PORTUGAL





FOTOS: MÁRIO CRUZ

“ Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários (...)

– DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – ART. 25



SAÚDE E BEM-ESTAR

A SAÚDE É UM DIREITO HUMANO BÁSICO E UM BEM COMUM GLOBAL. O ENFOQUE NO BEM-ESTAR FÍSICO, MENTAL E SOCIAL CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOCIEDADES MAIS PRÓSPERAS, RESILIENTES E EQUITATIVAS. GARANTIR O ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE ABORDADOS PARA TODOS, INDEPENDENTEMENTE DA SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA OU GRUPO SOCIAL, É UMA QUESTÃO DE RESPONSABILIDADE E DE JUSTIÇA SOCIAL.

SAÚDE

"UM ESTADO DE COMPLETO BEM-ESTAR FÍSICO, MENTAL E SOCIAL, E NÃO SOMENTE AUSÊNCIA DE AFECÇÕES E ENFERMIDADES"

3 SAÚDE DE QUALIDADE

SAÚDE E BEM-ESTAR

A SAÚDE É

Um direito humano básico. Um bem público global, que resulta e um fator facilitador do desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo.

Para alcançar melhores resultados, é necessário:

- o nível de rendimentos e a pobreza
- a educação
- a habitação e a proteção social
- condições habitacionais
- a alimentação e nutrição
- o acesso a água e saneamento

Os fatores que influenciam a saúde e a qualidade de vida, e vice-versa.

MAIS DE METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL, 4,5 MIL MILHÕES DE PESSOAS, NÃO ESTÁ COBERTA POR SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE.

TODOS OS ANOS, CERCA DE 100 MILHÕES DE PESSOAS ENFRENTAM A POBREZA EXTREMA DEVIDO ÀS DESPESAS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA. E 34% DA POPULAÇÃO MUNDIAL GASTA MAIS DE 10% DO SEU ORÇAMENTO FAMILIAR EM DESPESAS DE SAÚDE.

O IMPACTO DE ALGUMAS DOENÇAS É DESPROPORCIONAL NOS PAÍSES MAIS POBRES E VULNERÁVEIS: 600.000 MORTES DEBIDO À MALARIA, 95% NO CONTINENTE AFRICANO. TAMBÉM 9 EM CADA 10 MORTES RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO, QUE É UM FATOR EM CRESCIMENTO, FORAM REGISTRADAS EM PAÍSES DE RENDIMENTO BAIXO OU MÉDIO.

AS CATASTROFES NATURAIS, COMBINADAS COM A FALTA DE ACESSO À ÁGUA E SANEAMENTO ADEQUADOS, FRACAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS E OUTROS FATORES DE POBREZA, TÊM IMPACTOS ENORMES NAS DOENÇAS EM MUITOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

MENINAS E MULHERES TÊM MAIORES DIFICULDADES NO ACESSO A TRATAMENTOS E CUIDADOS DE SAÚDE, DEVIDO A BARREIRAS ESTRUTURAIS QUE SE COMBINAM COM FATORES SOCIOECONÓMICOS, CULTURAIS E OUTROS.

POR DIA, MORREM 600 MULHERES POR COMPLICAÇÕES ASSOCIADAS À GRAVidez E AO PARTO, E 20 VEZES MAIS SOFREM DOENÇAS, LESÕES OU INCAPACIDADES GRAVES, SENDO QUE 95% DESSAS MORTES OCORREM EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E A MAIORIA SERIAM EVITÁVEIS.

A MORTALIDADE ABAIXO DOS 5 ANOS DE IDADE Atingiu GLOBALMENTE 4,9 MILHÕES DE CRIANÇAS. SE TODOS OS PAÍSES ATINGIREM A META INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL, 9 MILHÕES DE VIDAS PODERÃO SER SALVAS ATÉ 2030.

SAÚDE MENTAL É VITAL PARA HUMANIDADE

20 DE MARÇO COMO O DIA INTERNACIONAL DA FELICIDADE

"A FELICIDADE E BEM-ESTAR DEVEM SER OBJETIVOS UNIVERSAIS NA VIDA DOS SERES HUMANOS EM TODO O MUNDO"

É TEMPO DE AGIR

A SAÚDE E O BEM-ESTAR SÃO A BASE DA DIGNIDADE HUMANA.

CUIDA DA TUA SAÚDE E BEM-ESTAR

EM PRIMEIRO LUGAR, CUIDA DA TUA SAÚDE FÍSICA, MENTAL E EMOCIONAL. NÉ PORQUE É IMPOSSÍVEL AJUDAR OS OUTROS SE NÃO ESTIVERES BEM. AO CUIDARES DE TI VÁS SENTIR-TE MELHOR E, QUANTO MELHOR TE SENTIRES, MELHOR ESTARÁS EM TODOS OS OUTROS ASPECTOS DA TUA VIDA.

EXERCITA O AUTO CUIDADO

PRESERVA A TUA SAÚDE MENTAL. REFORÇA AS TUAS REDES DE APOIO.

PARTICIPA NA COMUNIDADE

PROMOVE A CONSCIENTIZAÇÃO DOS QUE TE RODEIAM, SOBRE A IMPORTÂNCIA DE UMA BOA SAÚDE E DE ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS.

ENVOLVE-TE NA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS SOLUÇÕES QUE PROMOVAM O BEM-ESTAR COLETIVO, E APOIA OS MAIS VULNERÁVEIS.

EXIGE O CUMPRIMENTO DOS COMPROMISSOS POLÍTICOS.

FAZ OUVIR A TUA VOZ NA RESPONSABILIZAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA.

SOBRE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL.

OS PAÍSES ONDE AS PESSOAS SE CONSIDERAM MAIS FELIZES SÃO TAMBÉM ASQUELES ONDE EXISTE UM DESENVOLVIMENTO MAIS EQUILIBRADO E EQUITATIVO, COM UM ESTADO SOCIAL FORTE.

OS JOVENS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS SENTEM-SE MENOS FELIZES E MAIS APREENSIVOS. ISTO ESTÁ LIGADO, NORDESSAMENTE, A UM CRESCIMENTO DA ANSIEDADE E DEPRESSÃO NO MUNDO.

E NO CUAL PORTUGAL NÃO É EXCEÇÃO

QUAL TEM IMPACTO O BEM-ESTAR

EXPOSIÇÃO:
BIOMBO SAÚDE
E BEM-ESTAR

O DESTINO: UM MUNDO MAIS JUSTO, INCLUSIVO, PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL: O QUE É POSSÍVEL FAZER?

AGORA QUE PERCORREMOS AS ETAPAS...

**ESTA FOI UMA VIAGEM DE CONHECIMENTO
E DE MOBILIZAÇÃO, MAS ESTES PERCURSOS
ENTRECruzAM-SE NO PRESENTE, TODOS OS DIAS,
NA VIDA CONCRETA DAS PESSOAS EM TODOS
OS LUGARES DO MUNDO.**



Acompanhando as reflexões e palavras de **Adama Baldé, Anderson Bitipta, Bubacar Turé, Dembo Mané, Edson Incopté, Filarmónica Silva, Jorge Camilo Handem, Leodinilde Caetano, Mamadu Alimo Djaló e Mamadu Bori Baldé**, **CONTRA A MARÉ** oferece-nos um retrato do dia-a-dia na Guiné-Bissau em torno dos temas da saúde e bem-estar, igualdade de género, educação, paz e segurança, ambiente e direitos humanos. Reconhecendo os múltiplos desafios que a população na Guiné-Bissau enfrenta em todos estes domínios, o documentário oferece-nos também uma visão de resiliência e de luta, para assegurar uma vida digna.

"CONTRA A MARÉ é uma curta-metragem que acompanha o quotidiano de pessoas que nasceram, vivem e sonham na Guiné-Bissau. Pela Guiné-Bissau. Um sonho ora de esperança, ora adiado, e que carrega nele o seu passado histórico colonial. Um sonho que resiste ao destino traçado pelo Ocidente e pelas narrativas por ele escritas, quebrando a ideia de ser um país eternamente adiado, para que se construa uma sociedade que faça sentido para quem nela vive." – **Inês Ventura, realizadora**



É TEMPO DE AGIR

Estabelecer um rumo sólido e concreto em direção ao destino da nossa viagem implica a mobilização de toda a sociedade, a nível individual e coletivo. Para construir o mundo com mais justiça, igualdade e solidariedade a que todos aspiramos, é preciso mobilizar governos e cidadãos em torno destes objetivos comuns, assumindo que estes não são apenas um problema de alguns, mas desafios e responsabilidades partilhadas por todxs.

Através de uma cidadania global ativa e consciente, as nossas ações têm um potencial enorme de transformação - e o momento para começar é JÁ.



Educação e Consciencialização Pessoal

- Mantem-te informado e atualizado sobre a realidade das assimetrias globais, procurando saber mais sobre a pobreza e desigualdades no mundo, a paz e os direitos humanos, o ambiente, os padrões de produção e consumo e outros desafios que têm impacto nas nossas vidas e sociedades. Faz cursos ou formações online, vê documentários, recorre a fontes fidedignas e a pessoas/organizações que estudam ou trabalham nestas temáticas.
- Informa-te também sobre os teus direitos e sobre os compromissos existentes nestas áreas e temáticas, a nível local, nacional e global. Por exemplo, podes assistir a conferências, seguir ativistas e personalidades públicas que atuam nas tuas áreas de interesse.
- Procura saber mais sobre a génese e reivindicações de movimentos pela igualdade, pelos direitos humanos, pelo ambiente, pela paz, pela dignidade humana. Motiva-te e inspira-te com as histórias de pessoas extraordinárias que têm contribuído para tornar um mundo num lugar melhor.
- Combate a desinformação, procurando verificar e chamar atenção para informações falsas, incorretas ou manipuladas. Questiona os teus “pré-conceitos”, investiga a validade da informação que recebes e das fontes, identifica os estereótipos veiculados pelos media sobre os grupos sociais mais pobres ou discriminados.
- Analisa as decisões que tomas no dia-a-dia e os seus impactos. Estás a promover a igualdade ou a replicar padrões de discriminação? Estás a partilhar informação fidedigna ou a contribuir para propagar narrativas extremistas ou baseadas em informações falsas? Estás a proteger os mais desfavorecidos ou a contribuir para maiores desigualdades?
- Aposta na tua educação: vê a tua educação como o aspeto com maior potencial de transformar a tua vida; promove e faz cursos online sobre as tuas áreas de interesse; mantem-te curioso e informado sobre a realidade à tua volta, do nível local ao global, para exerceres a tua cidadania de forma ativa e responsável.
- Desafia estereótipos e desigualdades de género. Reconhece os estereótipos de



género, questiona-os e age de forma diferente: pratica a igualdade do trabalho não-remunerado na tua família (tarefas domésticas e trabalho de cuidado com crianças e idosos); oferece presentes que não veiculem estereótipos de género às crianças; faz escolhas conscientes e não determinadas pelos preconceitos (na escolha da profissão, na escolha de um desporto ou atividade, etc.); promove a representatividade nos meios em que te moves (p. ex. na universidade, nos grupos em que participas); educa os que estão à tua volta sobre as desigualdades de género.

- Questiona-te sobre os teus padrões de consumo. Podes perguntar-te: preciso realmente deste produto? Esta é uma necessidade real ou apenas criada/estimulada pelo marketing e publicidade? Onde foi produzido e em que condições? Vou usar este produto durante muito tempo? Posso emprestar e usar temporariamente este produto? Existem outras opções no mercado; posso adquirir outro produto que tenha a mesma finalidade mas seja mais sustentável? O preço que estou a pagar é justo?

Ação Social e Ambiental

- Divulga o conhecimento e sensibiliza aqueles que conheces, introduz estes temas nos encontros com outras pessoas e nos meios onde estudas ou trabalhas, participa em debates, partilha websites e documentos, motiva outros a agir. Com as tuas redes e canais de comunicação digital, tens a capacidade de te manifestar e de influenciar. Escreve textos e conteúdos com carácter informativo, produz vídeos, cria um podcast, partilha histórias e aprendizagens.
- Aplica e defende valores fundamentais no dia-a-dia. Não fiques indiferente a desigualdades, injustiças, violências, discriminações, atentados ambientais e ou-

tros momentos ou ações nefastas que testemunhas no dia-a-dia, em palavras ou em atos: dá opinião, chama a atenção, denuncia. Sempre que te deparares com este tipo de situações na escola/universidade, no trabalho, na rua ou online, ergue a tua voz, denuncia junto das autoridades e/ou procura ajuda.

- Promove a inclusão e o respeito pela diversidade, por pessoas de diferentes nacionalidades, religiões, origens étnicas, orientações sexuais, ou simplesmente pessoas com opiniões diferentes das tuas. Torna a paz, a empatia e a solidariedade num elemento central da tua vivência em sociedade.
- Envolva-te na criação e implementação de novas soluções que promovam o bem-estar coletivo, e apoia os mais vulneráveis, como os idosos, as crianças, as pessoas migrantes, pessoas com deficiência. Podes participar em movimentos associativos, fazer voluntariado, ou simplesmente ajudar um vizinho ou um conhecido (pequenas ações podem ter grande impacto na sua qualidade de vida).
- Envolva-te em iniciativas de conservação da natureza e proteção dos ecossistemas locais, participa em projetos de reflorestamento, limpeza de praias, parques e áreas naturais locais. Junta-te a movimentos cívicos, associações e empresas com impacto social que promovem a produção e consumo sustentáveis.
- Aplica os “R” da sustentabilidade no teu dia-a-dia: repensa o consumo desenfreado e desnecessário (“será que preciso mesmo disto?”); recusa o consumo de produtos descartáveis e de utilização única, e opta por produtos duráveis e reutilizáveis; usa os produtos e materiais enquanto puderem ser reutilizados, ou aproveita-os para outros fins, promovendo a sua reparação e reutilização o mais possível; pratica a reciclagem e a compostagem para reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários.



- Aplica diretamente os teus conhecimentos em benefício de todxs: podes ser mentor/a de crianças e jovens, dar apoio e explicações em várias matérias, ensinar uma língua estrangeira, ou a língua portuguesa a comunidades migrantes (existem projetos de associações, universidades e do Estado nesta área), dar formações sobre assuntos em que te sintas à vontade – tens mais competências do que pensas e existem muitas possibilidades.

Participação Cívica e Política

- Defende mudanças sistémicas, desenvolvendo o teu ativismo e cidadania global. Participa em iniciativas de sensibilização e em demonstrações de apoio a causas ligadas às desigualdades e injustiças globais, incluindo petições, manifestações e protestos, campanhas globais e locais, ações de rua, academias de ativismo, etc.
- Exerce o teu direito de voto nas eleições (a nível local, nacional, europeu), mas vai um pouco mais longe na cultura democrática: interessa-te pelo que o governo, o poder local e as instituições públicas fazem, e que afeta a tua vida e a sociedade como um todo. Interessa-te pelo que propõem os partidos políticos nestas áreas e exerce o teu direito de voto valorizando decisores políticos que partilhem uma visão o bem-estar comum das pessoas e do planeta.
- Faz ouvir a tua voz na responsabilização pública e política sobre os compromissos assumidos a nível nacional e internacional. Pronuncia-te sobre as medidas que devem ser tomadas e responsabiliza os representantes pela implementação de políticas e legislação nestas áreas. Podes participar em discussões online, em reuniões municipais e debates públicos, dar a tua opinião sobre documentos e políticas em elaboração, questionar e enviar cartas/e-mails a responsáveis políticos (p. ex. na Câmara Municipal, deputados na Assembleia da República, responsáveis de ministérios ou instituições relevantes, membros do Parlamento Europeu, etc.).
- Apoia políticas e regulamentações que promovam maior igualdade, justiça social, justiça ambiental e climática, apoio aos mais pobres e vulneráveis, conservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas, melhor acesso a direitos e serviços básicos e outras que promovam o bem-estar comum – seja a nível mundial, nacional ou local.
- Reclama e denuncia publicamente e junto das autoridades policiais, instituições públicas, autoridades municipais e governamentais, as infrações à lei, as violações dos direitos fundamentais, práticas de discriminação e práticas ambientais nocivas.
- Pressiona as empresas a adotarem práticas sustentáveis, quer através das tuas decisões de consumo, quer através de denúncias e reclamações, cartas/emails com propostas de mudança, petições, etc.
- Conhece, participa e contribui para organizações, coletivos, movimentos, grupos de apoio e partilha, grupos de estudantes, etc. que trabalhem em prol de maior igualdade, da defesa dos direitos humanos, da paz, das liberdades fundamentais, da proteção do ambiente.

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL COMO EIXO DE TRANSFORMAÇÃO:



DESCARREGA AQUI MAIS INFORMAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL



OS SEUS ATORES SÃO:

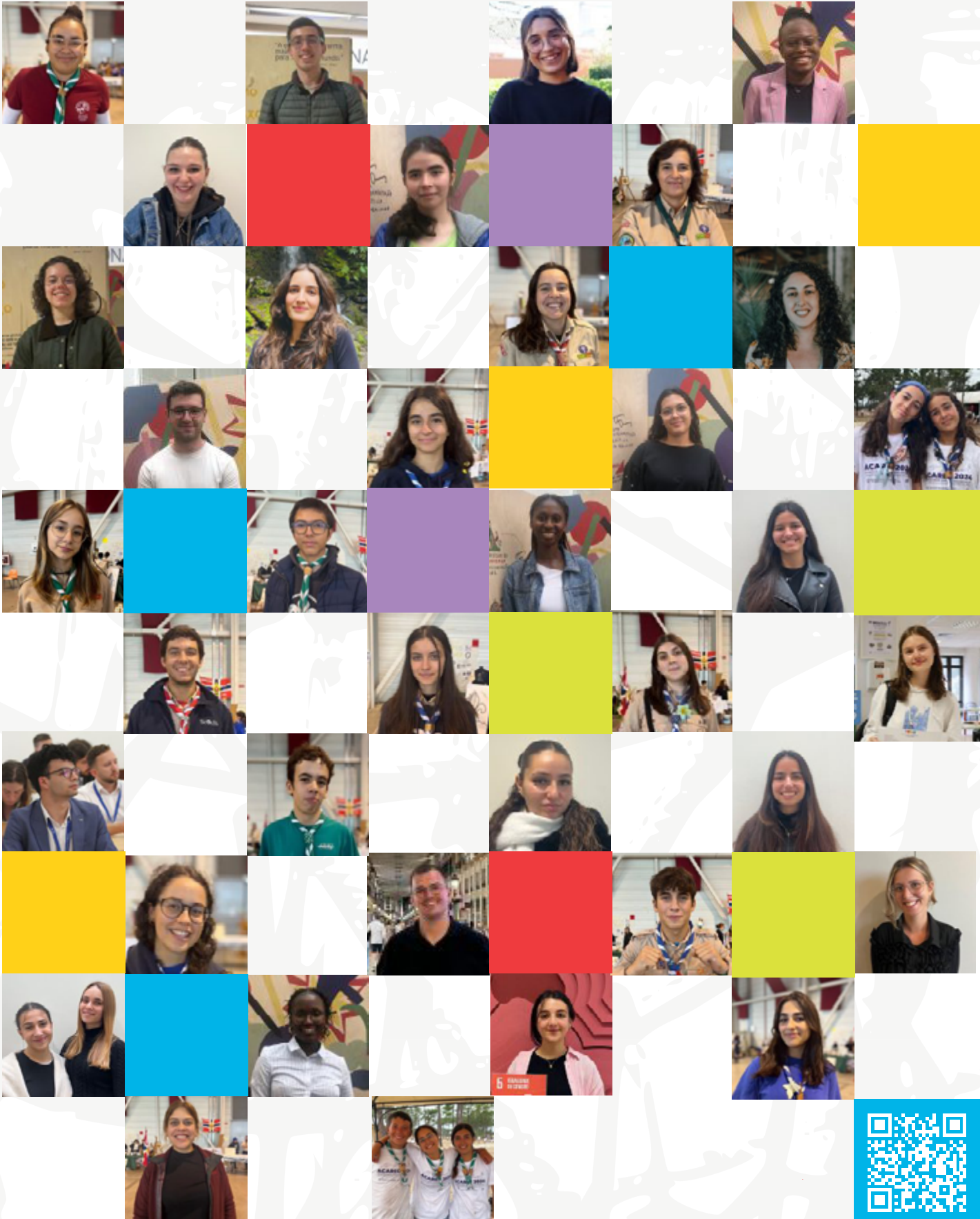


PAINEL DA EXPOSIÇÃO TODXS

Vox Pop:

As nossas histórias

campanhatodxs.pt/vox-pop/



O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG) fornece um roteiro e linguagem comum para orientar os esforços de todxs no sentido de um mundo mais justo, equitativo, inclusivo e sustentável.

A partir de uma tomada de consciência assente numa interpretação crítica das realidades, permite colocar em evidência as relações de interdependência desde o nível global ao local, perspetivando também os possíveis caminhos e soluções conjuntas a prosseguir. Ao promover a formação integral das pessoas, o desenvolvimento do pensamento crítico e eticamente informado, e a participação cidadã, a ED contribui para defender a não discriminação, a igualdade e a dignidade de todxs, com vista ao objetivo último da transformação social.

A EDCG é uma poderosa ferramenta de responsabilização e mobilização para a mudança social, económica e ambiental que queremos ver no mundo e de que o mundo necessita. Constitui, por isso, uma via principal para chegar ao destino da nossa viagem, designadamente:

No combate à Pobreza e Desigualdades

A EDCG tem como uma preocupação central a consciencialização sobre e a mobilização para a alteração das condições estruturais geradoras de pobreza, exclusão e desigualdades sociais. Ao abordar especificamente as relações de poder e o seu impacto em termos de assimetrias socioeconómicas globais, nacionais e locais, e ao promover valores e práticas de solidariedade e justiça, permite reconhecer e empoderar para um melhor combate às dinâmicas estruturais de exclusão e de desigualdade.

Na promoção da Segurança, Paz e Democracia

A EDCG promove valores e atitudes de solidariedade, justiça e compreensão intercultural, contribuindo para uma cultura de paz e de não violência, assente na dignidade e segurança humanas. Utiliza mecanismos participativos para democratizar o pensamento sobre o futuro e para promover um exercício da cidadania informado e consciente, contribuindo assim para o fortalecimento da cultura democrática.

No respeito pelos Direitos Humanos

A EDCG promove os direitos humanos ao aumentar a consciencialização e mobilização através de atividades educativas e de sensibilização baseadas nos valores comuns da dignidade humana. Impulsiona valores de solidariedade e justiça, permitindo que todos exerçam seus direitos e responsabilidades como cidadãos globais. Além disso, a ED contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e que valoriza a diversidade, essencial para a proteção dos direitos humanos.

Na proteção do Ambiente e Ação Climática

A EDCG sensibiliza e mobiliza os cidadãos sobre os desafios globais e as interconexões entre estes, abordando as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento e destacando desigualdades, injustiças e desequilíbrios que podem ser transformados por soluções que tragam benefícios para todxs. A ED capacita para um envolvimento ativo na promoção da sustentabilidade e no combate à crise ambiental que vivemos.

No caminho para a Igualdade de Género

A EDCG impulsiona a desconstrução de estereótipos e o combate e prevenção de todas as formas de discriminação, designadamente em função do sexo, da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais. Ao promover o espírito crítico e o reconhecimento de dinâmicas estruturais de exclusão, de normalização da violência e das desigualdades de género, a EDCG permite uma consciencialização sobre importância destas questões para o bem-estar de todxs e como condição para um desenvolvimento inclusivo.

No reforço da Educação de qualidade

A EDCG contribui, conjuntamente com outras abordagens educativas, para uma visão transformadora em todo o mundo, que está consagrada na meta 4.7 do ODS 4 – Educação de Qualidade. É uma ferramenta indispensável para que todxs adquiram conhecimentos e capacidades necessárias para combater as causas de discriminação e para promover o desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões, estimulando uma cidadania ativa, informada e responsável.



Em conjunto com outras abordagens educativas, como a Educação para a Paz, a Educação para os Direitos Humanos, a Educação para a Igualdade de Género, a Educação para o Ambiente, ou a Educação para a Saúde, a EDCG reforça os valores fundamentais da humanidade e é um impulso valioso para colocar as pessoas no centro da decisão e da ação, como preconiza a Agenda 2030.

A Educação para o Desenvolvimento é ainda uma das áreas prioritárias de atuação da Política de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, como salientado na Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, apelando a um esforço concertado e mobilizador entre os vários intervenientes públicos, privados e da sociedade civil, em prol do bem comum.



OS CONTRIBUTOS:

Textos, testemunhos, manifestos:

Abdelaziz Vera Cruz

Ahmed Zaky

Alanne Chaves

Alunos da Escola
Secundária de
Alcochete

Alunos das Escolas
Secundárias do
Município do Seixal

Alunos de curso
profissional de
Técnico/a de
Comunicação em
Marketing, Relações
Públicas e Publicidade,
Escola Profissional
Gustave Eiffel do Lumiar

Alunos de curso
profissional de
Técnico/a de
Organização de Evento,
Agrupamento de
Escolas de Cascais

Alunos de curso
profissional de
Técnico/a de Turismo,
Agrupamento
de Escolas Pedro
Alexandrino, Odívetas

Alunos de licenciatura
em Serviço Social,
Instituto Politécnico de
Leiria

Alunos de licenciaturas
em Educação Social e
Serviço Social, Instituto
Politécnico de Leiria

Alunos do ISCTE
Business School

Ana Beatriz Pereira

Ana Isabel Castanheira

Ana Luísa Melo

Ana Mineiro

André Maciel

André Oliveira

Anna Masiello

Associação
Transmontana Pelo
Desenvolvimento
(ATPD)

Aurore Delaunay

Bárbara Moreira

Carolina Pia

Carolina Roque

Carolina Salgueiro
Pereira

Carolina Veloso

Catarina Barreirinho

Catarina Cerqueira

Catarina Guerreiro

Catarina Peixoto Santos

Collective Future

Daniela Lopes

Eduardo Figueiredo

Filipa Fernandes

Filipe Medeiros

Francisca Costa

Francisca Gusmão

Francisca Listopad

Gustavo Carona

Inês Avelãs

Inês Câmara

Inês Costa

Joana Barros

Joana Gonçalves

Joana Moreira

João Almeida

João Carvalho

João Ferreira

João Rocha Gomes

José Luís Monteiro

José Tiago Sousa

Katerina Drakos

Laura Venâncio

Leonor Furtado

Leonor Henriques

Leonor Sá da Bandeira

Lia Campos

Lucas André

Manuela Ivone Cunha

Maria João Paixão

Maria Peres

Mariana Álvares

Mariana Fernandes

Mariana Garrido

Mariana Hancock

Marta Oliveira

Matilde
Rodrigues Silva

Mónica Santos Silva

Mourana Monteiro

Noémia Pizarro

Patrícia Magalhães
Ferreira

Pedro Schuller

Pela Igualdade

Plataforma Portuguesa
das Organizações Não
Governamentais para
o Desenvolvimento

Rafael José Vieira

Rafaela Granja

Raquel Serdoura

Rita C. Madeira

Rita Gomes

Sarah Maggioli

Science
Communication
Network

Shahd Wadi

Sofia Barbeiro

Sofia Caseiro

Sofia Craveiro

Sofia Gomes Ferreira

Sofia Magalhães

Sofia Oliveira

Sunamita Ribeiro

Telmo Simões



Vídeos e entrevistas:

Anderson Bitipta

Anna Masiello

Bruno Cardoso Reis

Catarina Marques
Rodrigues

Clara Passarinho

João Antunes

Jorge Handem

José Luís Monteiro

Leonor Costa

Mamadou Bori Balde

Mónica Ferro

Ricardo Zozimo

Vasco Malta

Equipa da campanha:

Mónica Santos Silva

Ana Isabel Castanheira

Catarina António

João Pedro Cravinho

Beatriz Carvalho

Documentário:

Realização: Inês Ventura

Fotografia: Mário Cruz

Assistente de produção: Lucínio Cabral

Montagem: Inês Ventura, Mário Cruz e Paulo
Próspero

Cor: Paulo Próspero

Sound design e mistura: João Silva e Sérgio
Silva

Produção executiva: IMVF e FEC

Produção: Narrativa

Distribuição: A Raposa Branca

Ilustrações:

Emma Andreetti

Fotografia:

Mário Cruz

Fichas temáticas e infografias (conteúdos):

Patrícia Magalhães Ferreira



AGRADECIMENTO E DISCLAIMER:

O IMVF e a FEC agradecem a todxs aqueles que contribuíram, com o seu empenho, dedicação, conhecimento e motivação para o sucesso da Campanha tODxS. Uma palavra especial a toda a comunidade educativa que nos acompanhou nesta viagem que nos acompanharam nesta viagem.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos, onde se lê “o” deve ler-se também “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita. Pode copiar, fazer download ou imprimir os conteúdos desta publicação (utilize papel certificado ou reciclado). Pode utilizar trechos desta publicação nos seus documentos, apresentações, blogs e website desde que mencione a fonte.

Os textos publicados são da exclusiva responsabilidade dos autores dos mesmos. Esta é uma publicação do Projeto “tODxS pela Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global” e reflete apenas a opinião dos autores e intervenientes envolvidos nos conteúdos, não podendo, sob qualquer circunstância, ser considerados como refletindo posições do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P., nem vinculando qualquer instituição.

Atores do Desenvolvimento



Cofinanciamento



FICHA TÉCNICA:

Título

Olhar para o Mundo:
Uma Viagem pela Cidadania Global

Autor

Campanha tODxs

Local e Data

Lisboa, Maio de 2025

Edição

IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr

Coordenação e edição de conteúdos

Patrícia Magalhães Ferreira & João Pedro Cravinho

Fotografias

Mário Cruz

Ilustrações

Emma Andreetti

Layout e Paginação

A Cor Laranja – Projetos Gráficos

Apoio

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P.

ISBN

978-989-36285-1-5



 [campanha_todxs](https://www.instagram.com/campanha_todxs)